

Adriana Freitas Neves • Idelvone Mendes Ferreira
Maria Helena de Paula • Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos
organizadores

COLETÂNEA INTERDISCIPLINAR EM PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais **Volume I**

Trabalhos apresentados no II Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
da Regional Catalão - UFG



Financiadora:

FAPEG

FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA
DO ESTADO DE GOIÁS

GOVERNO DE GOIÁS

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

COLETÂNEA INTERDISCIPLINAR EM PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO VOL. 1

Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais

Neves, Adriana Freitas; Ferreira, Idelvone Mendes; Paula, Maria Helena de; Anjos, Petrus Henrique Ribeiro dos; "Abertura", p. 1-5 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015.
ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Abertura

**SÃO PAULO
2015**

Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - vol. 1

Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais

© 2015

1st edition – 2015

Editora Edgard Blücher Ltda.

ISBN 978-85-8039-109-1 (e-book)

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-012 – São Paulo – SP – Brazil
Fax 55 11 3079 2707
Phone 55 11 3078 5366
editora@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5a ed do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blucher Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA

Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás)

Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves...[et al]. – São Paulo : Blucher, 2015.

3 Mb ; ePUB.

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-109-1 (e-book)

1. Estudos Ambientais 2. Geografia 3. Sociologia I.
Título II. Neves, Adriana Freitas III. Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
15-0298 CDD 304.820981

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa - Congressos

DIRIGENTES DA UFG

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral – Reitor

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Chaves – Vice-reitor

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto – Pró-reitor de Graduação

Prof. Dr. José Alexandre Felizola Diniz Filho – Pró-reitor de Pós-Graduação

Profa. Dra. Maria Clorinda Soares Fioravanti – Pró-reitora de Pesquisa e Inovação

Profa. Dra. Giselle Ferreira Ottoni Candido – Pró-reitora de Extensão e Cultura

Prof. Dr. Carlito Lariucci – Pró-reitor de Administração e Finanças

Prof. Dr. Geci José Pereira da Silva – Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

Técnico de Laboratório Elson Ferreira de Moraes – Pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária

REGIONAL CATALÃO

Prof. Dr. Thiago Jabur Bittar - Diretor da Regional Catalão

Prof. Dr. Denis Rezende de Jesus - Vice-Diretor da Regional Catalão

Prof. Dr. Lincoln Lucílio Romualdo - Coordenador de Graduação

Profa. Dra. Maria Helena de Paula - Coordenadora Geral de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Dra. Renata Alessandra Evangelista - Coordenadora de Extensão e Cultura

Profa. Dra. Élide Alves da Silva - Coordenadora de Administração e Finanças

ORGANIZADORES

Profa. Dra. Adriana Freitas Neves

Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira

Profa. Dra. Maria Helena de Paula

Prof. Dr. Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Adriana Freitas Neves
Profa. Dra. Débora Machado Corrêa
Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes
Prof. Dr. Idelvone Mendes Ferreira
Profa. Dra. Jupyracyara J. C. Barros
Profa. Dra. Magda Valéria da Silva
Profa. Dra. Maria Helena de Paula
Profa. Dra. Neila Coelho de Sousa
Prof. Dr. Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos
Profa. Dra. Teresinha Maria Duarte

COMISSÃO DE APOIO

Amanda Gabrielle da Silva – Pós-Graduanda
Fabiana Alves de Assunção Mesquita - Secretária Executiva
Jozimar Luciovanio Bernardo – Pós-Graduando
Lilian Rosa Aires – Secretária Executiva
Luciene Cândida Ferreira – Assistente em Administração
Priscila Querino de Lima – Secretária Executiva
Rívia Aparecida Reinalda Arruda – Pós-Graduanda Thyago
Leal Calvo – Bolsista Pibic/CNPq
Vânia de Avelar Lucas – Técnica de Laboratório

FAPEG
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA
DO ESTADO DE GOIÁS



SOBRE A COLETÂNEA

Esta coletânea está organizada em quatro volumes e compila trabalhos completos apresentados durante o II Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (II SPPGI) da Regional Catalão (RC-UFG), que ocorreu nos dias 04 e 05/12/2014 nas dependências desta Regional. Os textos foram submetidos a avaliação cega por pares e os que receberam dois pareceres favoráveis à publicação constam destes e-books.

A organização da coletânea e o II SPPGI/RC são consideradas as primeiras ações da Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação da Regional Catalão na nova estrutura multirregional da Universidade Federal de Goiás. Têm como objetivos contribuir para a produção e disseminação do conhecimento interdisciplinar; fomentar a publicação de pesquisas produzidas na RC-UFG para ampliação de indicadores de produção bibliográfica de seus pesquisadores e, por fim, instituir parcerias em âmbito local, regional e nacional.

Para dar cabo ao Seminário e à coletânea, os textos foram avaliados por grandes áreas do conhecimento, tais que: Ciências Humanas e Sociais, Letras e Linguística, Biológicas e da Saúde, Exatas e da Terra. Os artigos aprovados distribuem-se em quatro volumes: Volume I - Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais; Volume II - Humanidades e Letras; Volume III - Engenharia, Saúde e Gestão e Volume IV - Ciências Exatas e Tecnológicas.

Espera-se que a leitura da obra cumpra o seu principal papel: divulgar o conhecimento, com vistas a disseminá-lo para dar a conhecer pesquisas e estudos realizados no âmbito da pesquisa, da pós-graduação e da inovação na Regional Catalão da UFG.

Adriana Freitas Neves
Idelvone Mendes Ferreira
Maria Helena de Paula
Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos

SUMÁRIO

- 1. O PAPEL DO ESTADO, DO CAPITAL FINANCEIRO E IMOBILIÁRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ITUMBIARA (GO): UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA HABITACIONAL “MINHA CASA MINHA VIDA” NO PERÍODO DE 2009 A 2014 . . . 9**

- 2. USO ANTRÓPICO E LIMITES AMBIENTAIS: PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DE FRAGILIDADES AMBIENTAIS NA SUB-BACIA DO RIBEIRÃO BOQUEIRÃO, NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS (GO) 27**

- 3. PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDE AZUL NA CIDADE DE FRANCA(SP) 45**

- 4. PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DOS FATORES GEOGRÁFICOS NAS VARIAÇÕES CLIMÁTICAS EM PEQUENAS CIDADES: O EXEMPLO LAGOA FORMOSA (MG) 61**

- 5. A PESQUISA QUALITATIVA NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL 79**

- 6. ATIVIDADE TURÍSTICA E QUESTÕES POLÍTICAS AMBIENTAIS NO SETOR ESPLANADA NO MUNICÍPIO DE RIO QUENTE (GO) 95**

- 7. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS REICLÁVEIS EM TUPACIGUARA (MG) 115**

- 8. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE GEOGRAFIA E BIOLOGIA 131**

- 9. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE NO PARQUE DO SABIÁ NA CIDADE DE UBERLÂNDIA (MG) 149**

- 10. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL URBANA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO DAS LAJES EM UBERABA (MG), PERÍODO DE 1994 A 2014. 165**
- 11. A REALIDADE DAS ESCOLAS DE CATALÃO (GO) NA A INTERFACE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. 177**
- 12. RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE TRÊS RANCHOS E PRIVATIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO NO ENTORNO DO LAGO 191**
- 13. SETOR SUCROENERGÉTICO E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM FRUTAL (MG) 207**
- 14. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A COMUNIDADE RIBEIRÃO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO). 229**
- 15. AGRICULTORES FAMILIARES E REPRODUÇÃO SOCIAL: AS COMUNIDADES CRUZEIROS DOS MARTÍRIOS E PAULISTAS NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO). . . 241**
- 16. AGRICULTURA FAMILIAR E IDENTIDADE TERRITORIAL: A COMUNIDADE RURAL OLHOS D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO) 257**
- 17. A INFLUÊNCIA DO MERCADO IMOBILIÁRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ITUIUTABA (MG) 275**
- 18. POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL: AS MORADIAS POPULARES E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA 289**
- 19. MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO DOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS DA CIDADE DE CATALÃO (GO): O USO DO CADASTRO PARA IDENTIFICAR OS RISCOS . . . 307**

- 20. "A TERRA DO ABACAXI": RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS (MG) 325**
- 21. A ROTINA PRECARIZADA DAS MULHERES QUE TRABALHAM NOS SUPERMERCADOS 343**
- 22. A CARTOGRAFIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA 355**
- 23. LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA NA COMUNIDADE RIBEIRÃO EM CATALÃO (GO) 369**
- 24. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO ESPAÇO FABRIL, INTENSIFICAÇÃO E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO: PERDA NA QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES DA MITSUBISHI DO BRASIL EM CATALÃO (GO) – 2009/2013 .. 385**
- 25. OS MÉTODOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO 397**
- 26. CONSIDERAÇÕES SOBRE MÉTODO E PESQUISA CIENTÍFICA NA GEOGRAFIA . 405**
- 27. UMA REFLEXÃO SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO ASSALARIADO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI 417**
- 28. MULHERES NA IGREJA CATÓLICA: PERSISTÊNCIA HISTÓRICA DO PATRIARCADO 433**

O PAPEL DO ESTADO, DO CAPITAL FINANCEIRO E IMOBILIÁRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ITUMBIARA (GO): uma análise a partir do programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” no período de 2009 a 2014

Siqueira, Bruno Lourenço ^{1*}

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia- RC/UFG

* bruno_ueg@hotmail.com

RESUMO

O Estado é o representante dos interesses da sociedade e deve atuar para intermediar os conflitos decorrentes de sua forma de organização em classes. Nesse caso, a atuação do Estado na organização espacial da cidade tem sido complexa e variável no tempo-espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. Entretanto, o Estado torna-se um grande consumidor de espaço, sendo ao mesmo tempo proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser, também, um agente de regulação do uso do solo. Portanto, na elaboração das políticas públicas urbanas que prezem a harmonia e a otimização dos espaços, deve ter como instrumento metodológico e técnico o

planejamento. Os diferentes níveis de poderes – municipal, estadual ou nacional – estabelecem em conjunto, normas para que a ocupação do espaço urbano seja a mais racional possível. Todavia, no que tange às divisões de responsabilidades, coube ao poder público municipal implementar a política de desenvolvimento urbano, conforme os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, bem como a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo urbano, enquanto parte do planejamento municipal delegada pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). Inserida nesse contexto, o espaço urbano da cidade de Itumbiara, que localiza-se no extremo sul do estado de Goiás, vem apresentando rápidas transformações socioespaciais, observadas principalmente pela expansão da malha urbana a partir da formação de novos loteamentos residenciais. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de compreender o papel do Estado à luz das políticas para o urbano e do programa habitacional Minha Casa Minha Vida na produção do espaço urbano em Itumbiara entre 2009 e 2014, considerando as políticas públicas e o papel do Estado na associação do capital financeiro ao capital imobiliário. Assim, a produção do espaço urbano deve ser compreendida como resultado da ação direta do poder público municipal, uma vez que, possui a obrigação de legislar e planejar sobre o espaço urbano. Para subsidiar teoricamente a pesquisa foram utilizados os seguintes autores, Becker (1995), Castells e Borja (1996), Corrêa (1995), Gottdiener (1993), Maricato (2000) e Villaça (2001 e 2012). Posteriormente, serão fundamentais as análises das legislações municipais pertinentes à política urbana no referido município, tais como: a Lei Orgânica do Município (Lei 1.159/1990) e o Plano Diretor (Lei Complementar 073/2006).

Palavras-chave: Espaço Urbano de Itumbiara (GO); Política habitacional; Minha Casa Minha Vida

Siqueira, Bruno Lourenço; "O PAPEL DO ESTADO, DO CAPITAL FINANCEIRO E IMOBILIÁRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ITUMBIARA (GO): uma análise a partir do programa habitacional "Minha Casa Minha Vida" no período de 2009 a 2014", p. 9-26 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015.

ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap01

1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO, O ESTADO E AS POLÍTICAS PARA O URBANO

A produção e o consumo da cidade obedecem a lógica capitalista, caracterizados, respectivamente, por atos essencialmente coletivo e individual e, ainda, desiguais e contínuos. Ou seja, a necessidade de novos espaços ou da resignificação dos antigos são parte da base de expansão do sistema econômico, no qual se impõe uma racionalidade técnico-científica que permita ganhos em escala global de produção e de consumo.

Há, portanto, a necessidade de compreender as ações dos agentes produtores/consumidores do espaço, pois, os processos urbanos são resultantes das diversas interações entre eles, combinando ou divergindo demandas, interesses e lutas. É a partir das relações entre os agentes, Estado, capital e os atores sociais, é que o espaço urbano se organiza e adquire sentido. O Estado é o sujeito político detentor do poder num dado território. O capital é o sujeito econômico no sentido amplo, que dota de valor, de modo geral, as atividades humanas. Os atores sociais são, por sua vez, aqueles que possuem uma íntima relação com o espaço, pois este é condição, meio e produto de sua ação.

A associação entre dois agentes, especificamente, o Estado e o capital, revela a condição no qual o espaço será produzido e organizado, baseado principalmente na manutenção das contradições socioespaciais enquanto pressuposto para a reprodução do sistema capitalista. Esta associação se dá por meio da convergência de interesses. O Estado necessita de recursos para continuar a deter o poder político-territorial. E o capital necessita da legitimação institucional e legal das suas ações para sua expansão/reprodução. Assim, as formas que essa associação adquire são diversas e interdependentes. Entretanto, no que tange à produção do espaço urbano destaca-se a parceria do Estado com o capital imobiliário.

O Estado deve estabelecer coletivamente entre os diferentes níveis de poderes (municipal, estadual e federal) normas para que a ocupação do espaço urbano seja a mais racional possível. Todavia, concernente às divisões de responsabilidades, no Brasil coube ao município a ordenação e distribuição dos espaços urbanos. Mas o que se percebe comumente é o Estado atuando nesse ordenamento territorial de forma muito parcial, com tendências claras aos privilégios do grande capitalista. A estrutura de poder estatal é dominada, em grande parte, por um grupo específico que representa os interesses de apenas uma pequena parcela da população, e não de toda a sociedade civil.

Por conseguinte, as ações do capital imobiliário na cidade se dão no sentido de busca contínua por valorização da terra urbana a partir do

parcelamento desta, que por sua vez, produzirá a especulação imobiliária e a segregação residencial. A forma como se estabelece o processo de expansão e desenvolvimento da malha urbana da cidade seguirá mais frequentemente os interesses do capital imobiliário (local) e financeiro (nacional e internacional), e não em conformidade com os dispositivos legais que visam desenvolver as funções sociais da cidade.

No Brasil, o histórico da política habitacional é marcado por diversos mecanismos regulatórios e estes, por sua vez, favorecem a atuação do mercado imobiliário na oferta de habitação. Entende-se, portanto, que tais mecanismos e políticas transformam o direito à moradia em mercadoria, dessa forma, a cidade se organiza a partir da lógica de produção, reprodução e circulação do capital, no qual o Estado é o indutor para o funcionamento adequado do mercado imobiliário.

As consequências socioespaciais desta associação são graves, pois, o modelo de desenvolvimento urbano vigente é pautado na falta de compromisso na execução do Plano Diretor. Problemas urbanos como o déficit habitacional e a consequente formação e crescimento de áreas com habitações precárias; falta de infraestrutura viária e de saneamento básico; poluição dos cursos d'água, do solo, sonora e do ar; violência; congestionamentos nos sistemas viários e a qualidade desses; são parte do cotidiano de uma parcela considerável da população brasileira.

Destarte, o objetivo deste texto é apresentar algumas reflexões que permitam compreender parcialmente a produção do espaço urbano de Itumbiara (GO) a partir do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV). Esta cidade, por sua vez, traz sua relevância pautada nas rápidas transformações espaciais, das quais os processos políticos, econômicos e sociais fazem de seu espaço urbano um ponto de análise relevante para o contexto regional a qual se insere. A justificativa para a escolha do programa habitacional MCMV criado em julho de 2009 pelo Governo Federal, enquanto parte da metodologia de análise do espaço urbano de Itumbiara, se dá pela abrangência que o mesmo adquiriu nos últimos anos em todo o território nacional, no qual o Estado financia e subsidia a produção e o consumo de unidades habitacionais ofertadas pelo mercado imobiliário para as diversas classes sociais.

Os escassos trabalhos a respeito da produção do espaço urbano de Itumbiara tornam-se um entrave a reflexões mais profundas, porém, o desenvolvimento da Dissertação que subsidia esse texto contribuirá para análises mais contundentes. Todavia, é proposta compreender os processos e atores que atuaram e atuam neste espaço, trazendo à luz, na perspectiva geográfica, uma análise dos processos sociais, econômicos e políticos, que por vezes, são estudados separadamente por

diferentes áreas do conhecimento científico (economia, sociologia, história, entre outros) e que não possibilitam um entendimento mais aprofundado da evolução e da realidade espacial em questão. Esta pesquisa visa, assim, contribuir para a compreensão dos fenômenos e processos sociais que produzem espaços tão desiguais e segregados social, econômico e culturalmente, para posteriormente servir como subsídio para políticas de transformação da realidade apresentada em Itumbiara.

1.1 ITUMBIARA: CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Itumbiara é um dos municípios do Estado de Goiás, localiza-se à margem direita do Rio Paranaíba, tem sua história ligada à instalação de um Posto de Coleta de Tributos no ano de 1824, cuja denominação dada foi de “Porto de Santa Rita”. A alteração do nome para Itumbiara foi proposta pelo engenheiro Inácio Paes Leme, e aceita pelo Governo do Estado de Goiás, em 31 de dezembro de 1943.

O Município possui área territorial de 2.462,93 Km² e integra a região Sul do Estado de Goiás, na Microrregião denominada de Meia Ponte, o qual, ao sul faz divisa com o Estado de Minas Gerais, e ainda, está distante da capital do Estado, Goiânia, a 204 quilômetros.

O município de Itumbiara, segundo o Instituto Mauro Borges (IMB), em 2014, a população humana é de 99.526 habitantes, o que colocava como o 11º mais populoso do Estado. Segundo o Censo de 2010 do IBGE, 50,7% da população eram mulheres (47.117 habitantes), 49,3% (45.825 habitantes) homens; sendo que 95,8% (89.000 habitantes) da população residem na área urbana e 4,2% (3.942 habitantes) da população residem na área rural.

A estrutura urbana habitacional de Itumbiara apresenta, segundo o Censo Demográfico IBGE de 2010, a seguinte distribuição no que tange aos domicílios particulares permanentes: 18.636 na condição de próprio, já quitado; 1.472 próprio em aquisição; 7.799 alugados; 2.756 cedidos pelo empregador ou outra forma; e 52 em outra situação. O total, portanto, de domicílios particulares permanentes é de 30.715. Portanto, é no limiar da aquisição da moradia própria, que emerge o sistema de financiamento habitacional do programa MCMV.

Segundo informações disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Itumbiara, a cidade de Itumbiara está dividida em 61 bairros, nos quais se destacam, quanto à densidade populacional, o Jardim Leonora, Afonso Pena, Novo Horizonte e Santos Dumont.

1.2 POLÍTICAS URBANAS, PLANEJAMENTO E MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA

A organização e estrutura da sociedade brasileira, inserida no sistema capitalista, apresentam como características o desenvolvimento desigual das estruturas econômicas, relações sociais pautadas na luta de classes devido aos interesses antagônicos e divergentes, e ainda, a segregação socioespacial como produto e meio de produção para novas contradições no espaço urbano.

O Estado, portanto, dentro desse contexto histórico é responsável por amenizar e/ou por neutralizar o desenvolvimento desigual a partir de políticas intervencionistas. Pelo menos, ao que tange à teoria, ensino e prática do planejamento urbano e regional na América Latina, segundo Maricato (2000), atribuía-se ao Estado

[...] o papel de portador da racionalidade, que evitaria as disfunções do mercado, como o desemprego (regulamentando o trabalho, promovendo políticas sociais), bem como asseguraria o desenvolvimento econômico e social (com incentivos, subsídios, produção da infraestrutura, regulando preços, produzindo diretamente insumos básicos para a produção etc. (MARICATO, 2000, p. 126).

Além desse papel, em relação às políticas urbanas, o Estado dispõe de um conjunto de instrumentos que podem ser empregados ao espaço urbano, como por exemplo: direito de desapropriação e precedência na compra de terras, regulamentação do uso do solo, limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar, mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço, entre outros. (CORRÊA, 1997)

No entanto, o Estado, nos seus três níveis de poderes, atua nesse ordenamento territorial de forma muito parcial. Fato real desta parcialidade está nas políticas econômicas e nas relações de “trocas de favores” muito comuns em todo o Brasil. Becker (1995, p. 50) confirma que “[...] o papel essencial do Estado permanece, sobretudo no asseguramento das diferenças e da propriedade privada, no controle da tecnologia, na guerra e na gestão do mercado de trabalho, essencial à nova forma de produzir.”.

Nesse sentido, a forma e a organização espacial enquanto representação da hierarquia de poder tornam-se partes importantes dos instrumentos políticos de controle social que o Estado usa para promover seus interesses administrativos

e políticos. (GOTTDIENER, 1993)

As políticas estatais de planejamento urbano podem ser contestadas nesse sentido. O Estado, formado por grupos partidários, tem suas práticas e interesses aliados em parte ao retorno financeiro e às “trocas de favores” com os grandes capitalistas – por exemplo, o financiamento de campanhas políticas.

Nota-se que o Estado, na formação socioeconômica atual, age e cria mecanismos que privilegiem mais as sociedades política e capitalista do que a coletividade. Especialmente, em situações que o Estado, na esfera municipal, toma decisões voltadas para a promoção e parcelamento do solo urbano para atender interesses de grupos sociais ou agentes políticos aliados.

Assim, a atuação do Estado na organização espacial da Cidade tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.

O Estado ao elaborar as políticas urbanas faz do planejamento urbano mais um instrumento de manipulação ideológica, utilizando o discurso de ser um método de aplicação contínua com vistas às resoluções dos problemas que afetam a população urbana e rural. Todavia, o Estado faz uso desse instrumento para estender a dominação do espaço urbano pela classe dominante, e esta, por sua vez, se apropria das vantagens e dos recursos que o espaço urbano oferece (VILLAÇA, 2001).

O planejamento territorial, cuja função é determinar os diferentes usos do solo urbano e rural de acordo com as atividades humanas (agrícola, comercial, residencial ou industrial) e suas respectivas necessidades do presente e do futuro, converte-se em leis inexecutáveis, seja pela demora ou dificuldade de incorporar as premissas do plano, falta de clareza nos objetivos e a fluidez na execução.

Desta maneira, o planejamento urbano, através dos anos, pouco contribui para produzir cidades menos excludentes e sustentáveis do ponto de vista social, ambiental e econômico. O discurso vazio presente nos Planos Urbanos (por exemplo o Plano Diretor), em geral destacam nos seus objetivos: transformar a cidade para o benefício para todos; democratizar as oportunidades para os moradores; garantir condições satisfatórias para financiar o desenvolvimento municipal; e democratizar as condições para usar os recursos disponíveis, de forma democrática e sustentável.

Portanto, o que se observa é que o discurso dos Planos Urbanos não se efetiva em práticas político-sociais voltadas para atender as necessidades da sociedade civil, ao contrário, em muitos casos estas práticas aumentam as desigualdades sociais, por induzir a modernização e o desenvolvimento para alguns bairros ou áreas dentro do espaço urbano.

Dentro das cidades, essa lógica capitalista de expansão territorial também é

parte integrante na organização, cuja formação de novas demandas de consumo do espaço urbano determina o seu crescimento vertical e/ou horizontal, mas que na maioria das vezes, esse crescimento está ligado às práticas perniciosas. Como por exemplo, o parcelamento indiscriminado do solo nas periferias urbanas se constitui como parte dos processos de segregação socioespacial e especulação imobiliária nas cidades.

Conforme a afirmação de Corrêa (1997), a abertura de novos loteamentos traz consigo a lógica capitalista de continuidade e crescimento dos lucros ou renda da terra promovida a partir da circulação dessa mercadoria, que é o espaço urbano. Para tanto, a ação dos agentes sociais são determinantes, dentre eles os proprietários fundiários de terra, que especulam com suas terras em busca de lucratividade.

É evidente que o processo de loteamento é uma resposta à necessidade de moradia que a cidade requer. O modelo de urbanização é responsável por uma série de procedimentos que contribuem para o desenho e organização espacial da cidade a partir da criação de novos bairros residenciais (FRANCISCO, 2001). Portanto, o loteamento pode ser uma parte projetada do espaço a se tornar urbano com o objetivo da compreensão e vivência da totalidade da cidade.

No Brasil, a Constituição Federal (1988), conforme os Artigos 182 e 183, estabelece as divisões de responsabilidades, no qual coube ao poder público municipal a política de desenvolvimento urbano, bem como a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo enquanto parte do planejamento municipal delegadas em Lei específica e estabelecida pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

O Estatuto da Cidade, em seu Artigo 2º, “[...] estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos seus cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental”. E ainda, nesta Lei, todo o capítulo III, que compreende do art. 39 até o Art. 42-B, descreve a função do Plano Diretor enquanto instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana.

Diante da importância conferida ao Plano Diretor como instrumento da política urbana municipal, Villaça (2012) procura reunir as características mais tradicionais com a finalidade de expor seu conceito mais aceito. Assim, o Plano Diretor:

Seria um Plano que, a partir de um diagnóstico científico das realidades físicas, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e a

futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município; propostas essas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 2012, p. 186)

Em conformidade com os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal (1988) e com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), o município de Itumbiara (GO) dispõe de dois dispositivos principais que tratam da política urbana: a Lei Orgânica do Município de Itumbiara (Lei nº 1.159/1990) e o Plano Diretor Participativo do Município de Itumbiara (Lei Complementar nº 073/2006).

A Lei Orgânica do Município traz no Capítulo V, seção referente à Política Urbana e da Habitação diretrizes para ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, com destaque para o Artigo 40:

A execução da política de desenvolvimento urbano está condicionada às funções sociais da cidade, compreendidas como direito de acesso de todo cidadão à moradia, transporte público, saneamento, energia elétrica, gás, abastecimento, iluminação, comunicação, educação, saúde, lazer e segurança, assim como a preservação do patrimônio ambiental e cultural [...]. (ITUMBIARA, 1990, p. 47)

Conforme o artigo supracitado da Lei Orgânica de Itumbiara, os objetivos se apresentam amplos e ideais, mas, impraticáveis para a realidade socioespacial da cidade. Entende-se, portanto, que é uma lei que não será cumprida em sua integralidade.

O Plano Diretor Participativo de Itumbiara também apresenta princípios e objetivos amplos, todavia, inexecutáveis na maior parte das vezes pelo poder público. Destaca-se o artigo 3º:

Art. 3º. O Plano Diretor Participativo de Itumbiara tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, garantido uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de forma a assegurar a todos os seus habitantes, condições de bem estar e segurança (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ITUMBIARA, 2006).

Nos incisos VI e VIII, do Artigo 4º do Plano Diretor (2006) observa-se que

estes objetivam reduzir os espaços vazios e produzir uma cidade compacta e com custos justos, além de apontar para a formulação de uma política habitacional com moradias dignas e regularização de áreas irregulares. (ITUMBIARA, 2006, s.p.)

Conforme explicitado nos Artigos 3º e 4º, caso houvesse esforço político em cumpri-los, o Plano Diretor deixaria de ser apenas um instrumento de planejamento para realmente fazer parte das políticas urbanas, nos quais, os problemas urbanos teriam proporção e qualidade diferentes, mediante uma gestão democrática, que buscasse equilibrar as distorções e desigualdades criadas pelo sistema capitalista, dentre elas a socioespacial, é característica.

Ambos os instrumentos que tangenciam a política urbana da cidade de Itumbiara enquadram-se nas análises de Maricato (2000). Para essa autora, historicamente no Brasil as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias e o Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana, tornando-o “Discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática.” O resultado dessa realidade é “[...] planejamento urbano para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns.” (MARICATO, 2000, p. 124-125)

Segundo Villaça (2012), a inserção do Plano Diretor enquanto política urbana veio afastar os movimentos populares dos debates, pois, ele nunca fez parte da pauta da luta desses movimentos. Mas, quando o Plano Diretor passa a ser aberto para as reivindicações populares, este passa a ser mais um documento legal de natureza burocrática, ou seja, um entrave à Reforma Urbana.

Maricato (2000) faz duras críticas ao planejamento urbano brasileiro ao promover o distanciamento entre a teoria e a prática socioespacial, conforme a autora:

A história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de um pântano entre sua retórica e sua prática, já que estava imerso na base fundante marcada por contradições: direitos universais, normatividade cidadã - no texto e no discurso versus cooptação, favor, discriminação e desigualdade - na prática da gestão urbana. A importação de modelos tecnológicos e culturais é intrínseca desse quadro marcado por reinserções históricas subordinadas. Não é por outro motivo que grande parte das análises, até mesmo abordagens históricas, do urbanismo brasileiro se restringem à pesquisa das ideias, como se o objeto se restringisse a elas e não incluísse a evolução do espaço e da práxis social. (MARICATO, 2000, p. 135)

A inexecuabilidade dos Planos no Brasil, evidenciada pela autora, é resultado do poder das forças hegemônicas que ignoram os “problemas urbanos” face aos próprios interesses, especialmente os vinculados à lógica do capital imobiliário. Nesse sentido, a elite brasileira cria o plano-discurso (instrumento que contempla e destaca os problemas urbanos, todavia sem resolvê-los) e o plano “não explícito” – este acaba sendo a verdadeira direção dos investimentos e recursos públicos. (MARICATO, 2000, p. 138)

As políticas estatais de planejamento urbano podem ser contestadas nesse sentido. O espaço urbano tende a manter a desigualdade e a dominação principalmente devido ao processo de segregação urbana. Este processo, por sua vez, é necessário para maximizar a atuação da classe dominante sobre o poder público, no sentido de manter a dominação e assegurar a qualidade de vida do “seu” espaço urbano. (VILLAÇA, 2012, p.74)

É no escopo, das desigualdades sociais e da busca em minimizá-las que o Estado atua não apenas como gestor do planejamento urbano, mas também como capital financeiro e capital imobiliário, mediante a criação de programas habitacionais que objetivam reduzir a falta de moradia, via financiamento para as classes sociais de médio e baixo poder aquisitivo.

2. A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

No campo específico da política habitacional, o desenvolvimento de pesquisas que buscasse analisar as distintas formas de articulação entre Estado e agentes privados fora destaque nas ciências sociais e humanas. Não obstante, a noção de modelo de política habitacional deve ser entendida como “[...] a identificação das características estruturais de distintas modalidades de interferência estatal no processo habitacional, isto é, nos processos de produção, distribuição e consumo de unidades residenciais.” (ARRETCHE, 1990, p. 21)

A implantação de uma política habitacional no Brasil se deu apenas a partir do Decreto-Lei Federal nº 9.777, de setembro de 1946, quando foi criada a Fundação Casa Popular (FCP), que por sua vez, pretendeu criar condições para superar a crise da habitação, caracterizada principalmente pelo processo de favelização em curso no Distrito Federal (Rio de Janeiro). A FCP privilegiou a aquisição da casa própria e com isso fortaleceu o mercado da habitação. No entanto, os governos populistas que marcaram o pós-guerra até o Golpe Militar em 1964, a FCP passou por diferentes momentos, mas de um modo em geral, caracterizado pela precarização e o clientelismo, conforme

apontado por Melo (1990).

A extinção da FCP ocorre no ano de 1964, mesmo ano da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), cujo “novo” modelo de política habitacional quis demonstrar uma participação maior do Estado na provisão de residências. O BNH centralizava o conjunto de atividades estatais para o setor. A partir dessa política habitacional um novo sistema de crédito entra em vigência, no qual o mercado de casa própria foi dividido em dois grandes subsectores, operados por agentes distintos e dirigidos a públicos diferentes:

Um, dirigido aos setores de renda média e alta, foi objeto de operação dos agentes privados do sistema – agentes financeiros, promotores e construtores imobiliários privados. Tais agentes teriam seus mecanismos de operação – e, portanto, suas decisões de investimentos – detalhadamente regulamentadas pelo BNH. Nesse mercado, portanto, o Estado inferiu por meio de atividades regulatórias. Por meio destas, o Estado atuou controlando o processo de financiamento à produção e estabelecendo as condições de investimento dos agentes privados no mercado. Um segundo mercado, voltado para os setores de baixa renda, seria operado por agências estatais – especialmente constituídas para essa finalidade, na qualidade de agentes promotores – em associação com empresas privadas de construção. Nesse mercado, portanto, o Estado desempenhou atividades estatais de tipo produtivo associativo, substituindo o setor privado em determinados momentos do processo produtivo. (ARRETCHE, 1990, p. 21-22)

Os dois subsistemas, todavia, o da promoção privada e o da promoção pública operam seguindo a lógica da empresa privada, nos quais os investimentos sem retorno implicam em falência.

Destaca-se ainda, que os mecanismos estruturais e operacionais do BNH eram dependentes do nível de atividade econômica, e quando a crise da década de 1980 se estabeleceu, todo o sistema do setor habitacional entra em colapso. O governo de José Sarney decreta o fechamento do BNH em 1986.

A extinção do BNH criou um hiato em relação à política habitacional. (BRASIL, 2004). Em agosto de 1986 as atribuições do BNH foram transferidas à Caixa Econômica Federal, no entanto, a área de habitação foi vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU). Cabe salientar, as oscilações políticas marcaram os programas para o setor da habitação até a criação do Ministério das Cidades em 2003, no governo de

Luiz Inácio Lula da Silva.

Conquanto, as redefinições na política habitacional foram maiores com a promulgação da nova Constituição de 1988, nos quais se destacam a maior participação dos municípios e dos estados nestas políticas. Mas, a descentralização também significou quase ou nenhuma priorização quanto à questão habitacional por parte de algumas unidades da federação, principalmente devido a falta de recursos ou na dependência total dos recursos do governo federal. (BRASIL, 2004)

A partir de 2003, o Ministério das Cidades, responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano, era integrado por quatro secretarias: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Trânsito e Mobilidade Urbana. Esse Ministério articulou, em 2003, a realização das Conferências municipais, regionais e estaduais das cidades, nos quais foram debatidos os problemas das cidades e apresentadas sugestões. A Conferência Nacional das Cidades, realizada em outubro do mesmo ano, resultou na criação do Conselho das Cidades e ainda, a aprovação das diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, assim:

A Política Nacional de Habitação (PNH) é resultado desse processo de discussão e deliberação promovido pelo Ministério das Cidades, por meio do Conselho das Cidades. A PNH traz no seu bojo todo um diagnóstico da situação habitacional do país, bem como, os princípios, diretrizes, componentes e instrumentos que viabilizem atingir a meta principal que é “promover as condições de acesso à moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população e, em especial, para a população de baixa renda.” (BRASIL, 2004, p. 13)

As medidas políticas, legais e administrativas apontadas pela PNH prenuncia a organização de um Sistema Nacional de Habitação, que por sua vez, ordena os agentes que atuam na área de habitação, reunindo os três níveis de governo e o mercado, além de cooperativas e associações. (BRASIL, 2010)

Entre agosto de 2007 e dezembro de 2008, foi formulado o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) enquanto parte do processo de implementação da PNH, com vistas ao planejamento de longo prazo na tentativa de minorar o déficit habitacional. A elaboração deste plano teve a participação de órgãos do governo, conselhos, entidades da sociedade civil e movimentos sociais.

Não obstante, a conjuntura econômica internacional no final de 2008

trouxe à tona uma crise financeira com proporções alarmantes. A partir das diretrizes formuladas no PlanHab e da necessidade de enfrentamento da crise econômica internacional, o Governo Federal lança o Programa Minha Casa Minha Vida, em março de 2009. O PMCMV, que:

[...] fundamenta-se na ideia de que a ampliação do acesso ao financiamento de moradias e de infraestrutura proporciona mais emprego e oportunidades de negócio, e prevê investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões para a construção de 1 milhão de moradias. (BRASIL, 2010, p. 50)

Nesse sentido, a adoção das medidas anticíclicas buscou minorar os impactos da crise financeira, estimulando toda a cadeia produtiva da indústria da construção. O Programa garante taxas de juros mais baixas e/ou subsidia os financiamentos das unidades habitacionais para diferentes grupos de renda (Faixa 1: para famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00; Faixa 2: para famílias com renda familiar de até R\$ 2.790,00). (BRASIL, 2010)

Para a faixa 1 do programa MCMV, na cidade de Itumbiara foram entregues desde 2009, os conjuntos habitacionais Zenon Guimarães com 382 casas, Dona Guri com 243 casas e o conjunto Maria Luiza Machado com 482 casas, totalizando 1.107 unidades habitacionais. Todavia, o número ainda é insuficiente diante do déficit habitacional na cidade de Itumbiara, pois, cerca de 6,4 mil pessoas cadastradas na Secretaria de Habitação estão à espera de uma casa nos moldes do MCMV. Esses conjuntos habitacionais resolvem em parte a falta de moradia local, mas as condições e estruturas das construções evidenciam um processo de segregação socioespacial, pois estes apresentam uma arquitetura disforme das demais moradias urbanas, apresentando um processo de padronização das construções.

A respeito das famílias cuja renda mensal é de até R\$ 2.790,00, requer a busca, posteriori, de informações e dados junto a agência local da Caixa Econômica Federal, que permitam quantificar tanto o número de imóveis financiados quanto montante financiado para esta cidade. Portanto, essas e demais informações serão analisadas em outra oportunidade.

3. À GUIA DE CONCLUSÕES

O Estado associado ao capital imobiliário e financeiro atua de forma a contribuir e reforçar, cada vez mais, a cidade na condição de mercadoria, cujo processo de uso e apropriação do solo urbano se dá por atores sociais com interesses mercadológicos. Enquanto isso, a população desprovida de condições financeiras para adquirir a casa própria sem financiamento, encontra-se refém de um processo de marginalização, ou mora de aluguel ou enfrenta um financiamento em longo prazo, cuja margem de lucro é dirigida ao capital financeiro e imobiliário, cuja representação se dá por uma instituição financeira estatal.

Destarte, até aqui, alguns apontamentos sobre o papel do Estado na produção do espaço, a associação com o capital imobiliário, o histórico da política habitacional do Brasil, bem como a apresentação do Programa Minha Casa Minha Vida são necessários. Todavia, o aprofundamento das análises será parte do processo de construção da Dissertação em andamento. Apontar quais foram os avanços e retrocessos do PMCMV na cidade de Itumbiara torna-se uma necessidade real para compreender a produção do espaço urbano.

Não distante da realidade brasileira, a cidade de Itumbiara apresenta em suas leis e políticas urbanas o mesmo discurso vago e sem aplicação real, contribuindo, sobremaneira, para a formação de espaços segregados e não na eliminação deles, mediante a implementação de ações que objetive diminuir as desigualdades sociais, bem como o desenvolvimento socioespacial urbano.

A produção das cidades brasileiras a partir de estruturas políticas, sociais, econômicas consolidadas, no qual a participação da população no desenvolvimento de cidadania fosse característica, fora abandonada e determinada pelas elites locais e nacionais com o objetivo de esvaziar o processo de formação das mesmas. Os interesses coletivos foram deixados de lado para atender os interesses privados de uma minoria. É o controle total da minoria – elite local – sobre o território em detrimento da maior parte da população que fica de fora das decisões políticas e administrativas das cidades.

Title: THE ROLE OF THE STATE , THE FINANCIAL AND ESTATE CAPITAL IN THE PRODUCTION OF URBAN SPACE ITUMBIARA (GO): an analysis from the housing program Minha Casa Minha Vida, 2009-2014

Abstract

The state is representative of general interest and should act to mediate the conflicts within society. In this case, the State's action in the spatial organization of the city has been complex and variable both in time and in space, reflecting the dynamics of the society of which it is a constituent part. However, the state becomes a big consumer of space, while being landowner and real estate developer, while being also an agent of regulation of land use. Therefore, the State in preparing its urban policies prezem harmony and space optimization, should have as methodological and technical planning instrument. The different power levels - municipal, state or national - set together standards for the occupation of urban space is the most rational possible. However, with respect to the divisions of responsibilities fell to municipal authorities implement the urban development policy, in accordance with Articles 182 and 183 of the Federal Constitution, as well as the discipline of the installment , the use and occupation of urban land as part the municipal planning delegated by the Estatuto da Cidade (Lei 10.257 / 2001) . Inserted in this context, the urban space of the city of Itumbiara, which is located at the southern end of the state of Goiás, has been showing rapid socio-spatial transformations, observed mainly by the expansion of the urban area from the formation of new residential subdivisions. In this sense, this study aims to understand the role of the State in the light of policies for urban and housing program Minha Casa Minha Vida in the production of urban space in Itumbiara (GO) between 2009 and 2014, considering public policies and the state's role in the association of financial capital to the real estate capital. Thus, the production of urban space should be understood as the result of direct action of the municipal government, since, has the obligation to legislate and plan on urban space. In order to theoretically support the research the following authors, Becker (1995), Castells and Borja (1996), Cooke (1995), Gottdiener (1993), Maricato (2000) and Villaça (2001 and 2012) were used. Subsequently, analyzes of relevant municipal legislation to urban policy will be key in the municipality, such as the Lei Orgânica do Município (Lei 1.159/1990) and the Plano Diretor (Lei Complementar 073/2006).

Keywords: Urban Space. Itumbiara (GO). Housing politics. Minha Casa Minha Vida.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, M. **Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional.** Revista Espaço & Debates, São Paulo, ano X, nº 31, 1990, p. 21-36.
- BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: _____ et al (org.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1995, p. 46-76.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. **Lei 10.257/2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.** Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação.** Brasília: 2004. p.104.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação.** Brasília: 2010, p. 96.
- CARLOS, A. F. A. SOUZA, M. L. SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. **A (re)produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. **As cidades como atores políticos.** Novos Estudos CEBRAP, n. 45, jul. 1996, p. 152-166.
- CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. **Trajetórias Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. **Meio Ambiente e a Metrópole.** In: MESQUITA, O.V. SILVA, S.T.(org.). Geografia e a Questão Ambiental. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p. 25-30.
- FARAH, M. F. S. **Público e privado na provisão de habitações nos países centrais.** Revista Espaço & Debates, São Paulo, ano X, nº 31, 1990, p. 10-20.
- FRANCISCO, J. **Dinâmica e metamorfose do espaço – expansão urbana e loteamentos.** In: CARVALHO, P. F. BRAGA, R. (Org.). Perspectivas de gestão ambiental em cidades médias. Rio Claro: UNESP/IGCE – Laboratório de Planejamento Municipal, 2001, p. 15 – 25.
- GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano.** São Paulo: Edusp. 1993.
- ITUMBIARA. Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica do Município: Lei 1.159/1990.** Itumbiara: 1990.
- _____. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor: Lei Complementar nº 073/2006.** Itumbiara: 2006.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SHIMBO, L. Z. **Habitação Social de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.** Belo Horizonte: Editora Artes, 2012.
- SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

- _____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.
- _____. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012.

2

CAPÍTULO

USO ANTRÓPICO E LIMITES AMBIENTAIS: PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DE FRAGILIDADES AMBIENTAIS NA SUB-BACIA DO RIBEIRÃO BOQUEIRÃO, NO MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS (GO)

RODRIGUES, Diego Emanuel ^{1*}; ORLANDO, Paulo Henrique Kingma ²

¹Pós-graduando no programa *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

*email: diegomr41@hotmail.com

RESUMO

As alterações provocadas pelas sociedades humanas no nível do solo evidenciam a capacidade da humanidade de provocar mudanças fundamentais no seu ambiente de vivência. Neste sentido este artigo discute, em primeiro momento de forma teórica, aspectos da interação das sociedades humanas com o meio físico, para isto concebe-se a paisagem como resultado de intrínsecas relações dos aspectos do meio físico com a influência do meio social. Em um segundo momento buscou-se delinear-se as características da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão, objeto de estudo da pesquisa desenvolvida em nível de mestrado na Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão. Sendo que

a finalidade desta segunda parte foi expor a proposição metodológica desta pesquisa que visa diagnosticar as fragilidades ambientais emergentes da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão, utilizando para isso o conceito de fragilidade ambiental potencial e emergente empregado por Ross (1994), em sua proposta de análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. Nesse sentido debateu-se a proposta de Ross (1994) com o objetivo de lhe retirar os princípios orientadores para aplica-los no estudo da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão, na área rural do município de Davinópolis (GO). Essa proposição de estudo demonstra-se relevante por buscar compreender a dinâmica e a fragilidade ambiental da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão e dessa forma produzir material que serve como subsídio aos planejamentos locais.

Palavras-chave: Paisagem; Fragilidade ambiental; Sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão

1. INTRODUÇÃO

As alterações provocadas no nível do solo, na “epiderme da terra” são evidências que demonstram a capacidade da humanidade de provocar mudanças fundamentais no seu ambiente de vivência. Com o uso e o consumo dos recursos naturais, sem a consciência dos limiares dos ambientes, as sociedades humanas exploram, de forma inadequada os recursos do planeta e provocam graves problemas ambientais. Nesse sentido, paulatinamente aumentam as discussões acerca das questões ambientais. Nota-se, a ineficiência, no âmbito da conservação ambiental, de técnicas e tecnologias adotadas em larga escala nos dias atuais que produzem um cenário marcado pela intensa agressão aos recursos naturais comprometendo a disponibilidade destes para as atuais e futuras gerações.

Os sistemas naturais possuem dinâmicas ambientais diferenciadas, em função de particularidades locais, dessa forma vê-se a necessidade dos estudos técnico-científicos que busquem conhecer e entender as fragilidades dos ambientes, tendo em vista evitar ou diminuir processos de degradação ambiental. Visualiza-se a emergência da questão ambiental adentrar aos planejamentos socioeconômicos, considerando que o meio físico apresenta potencialidades e fragilidades ambientais específicas que devem ser respeitadas almejando evitar à depredação dos recursos naturais, que são essenciais a vida humana.

Este artigo teve por objetivo contribuir com a discussão sobre a interação das sociedades humanas com o meio físico, bem como elucidar a proposição metodológica da pesquisa que está sendo executada no programa *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, em que propõe-se avaliar as fragilidades ambientais emergentes da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão, inspirando-se em princípios de Ross (1994).

Acredita-se que a geografia tem contribuições ímpares ao analisar o ambiente a partir da interação sociedade e meio físico, sendo uma ciência que deve buscar, além de diagnosticar as incompatibilidades de uso e ocupação do meio físico pelas sociedades humanas, propor soluções viáveis que contemplem harmonizar o bem estar social com a conservação do meio físico, já que este é o substrato da sobrevivência humana.

2. INTERAÇÃO DA HUMANIDADE COM O MEIO FÍSICO: ALGUNS APONTAMENTOS

No atual nível de evolução das sociedades humanas as suas necessidades ampliaram-se, desta forma os ambientes são explorados com o objetivo de suprir as necessidades biológicas vitais, como é o caso da produção de alimentos, mas também para saciar imposições de cunho social. Nesse sentido, considerando o avanço na intensidade da exploração e do uso da superfície terrestre constata-se a necessidade de respeitar o equilíbrio natural dos ambientes, através da racionalização da intervenção antrópica na superfície terrestre, tendo em vista que a vida humana depende dos sistemas naturais para perpetuar-se.

Na abordagem de vários autores que possuem como pressupostos teóricos vinculações com a concepção de geossistema, como é o caso de Casseti (1991) consideram a terra como um grande sistema, formado por subsistemas, que são: o atmosférico, o hidrosférico e o litosférico, sendo que “na zona de interação dessas três unidades ocorre à vida (subsistema biosférico)”. (CASSETI, 1991, 29). A figura 1 elucida de forma didática tal elaboração teórica.

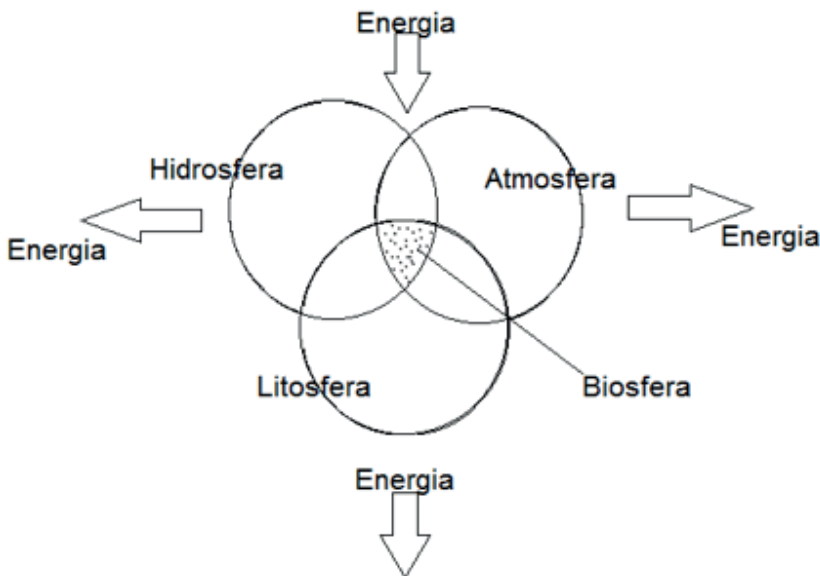


Figura 1: Interconexão dos subsistemas naturais.

Autor: Rodrigues, D. E. Figura reproduzida do livro “Apropriação do relevo” de Valter Casseti, na pag. 30 fig. 2.

Seguindo nessa perspectiva verifica-se que a ocorrência da vida ocorre em função da intrincada teia de relações dinâmicas entre o três subsistemas de ordem maior. A existência humana é possível a partir dessa teia de relações que resultam na biosfera. Torna-se importante assinalar isso, pois ainda é tema de debates a capacidade da humanidade de modificar, de forma significativa, os três subsistemas terrestres de ordem maior (atmosférico, litosférico e hidrosférico). No entanto, as sociedades humanas interferem de forma direta na área de abrangência da biosfera, sendo nesta onde os ecossistemas condicionam a vida. Nesse sentido, a humanidade não esta alterando apenas aspectos do sistema terra, mas alterando sua própria condição de vida e sobrevivência. Drew (2005) em seu trabalho “processo interativos homem e meio ambiente” alerta que

[...] A intervenção humana não pode afetar de maneira significativa a atividade dos sistemas em escala global, como o sistema atmosférico, mas os sistemas de ordem inferior, sobretudo aqueles que envolvem os seres vivos (ecossistemas), são vulneráveis às mudanças feitas pelo homem. (DREW, 2005, p. 21-22).

A visão geossistêmica traz em si a noção de correlação, ou seja, de sistemas articulados, demonstrando a importância das relações. E quando analisa-se ao nível do solo, no local de vivência do homem deve-se ter consciência que o meio físico apresenta dinâmicas particulares que são resultado de interações dinâmicas construídas através do tempo. Sendo que a humanidade, a partir do momento que atua de forma a explorar os ambientes, revertendo-os conscientemente em seu favor, torna-se um agente importante nesse conjunto de relações que determinam a paisagem.

Bertrand (2004, p. 141) ao expressar os caminhos metodológicos para a geografia física, em trabalho publicado originalmente em 1968 na França, define paisagem como uma determinada porção do espaço onde há a “combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.” A paisagem, nessa abordagem, é considerada para além dos elementos físicos, biológicos e antrópicos analisados distintamente. A paisagem é fruto do processo de interação dos aspectos do meio abiótico e biótico destacando, inclusive o meio social.

A capacidade do homem, de intervir e de modificar dinâmicas ambientais, intensificou-se demasiadamente em função do avanço de tecnologias, cada vez mais eficientes na exploração dos recursos naturais. Considerado um marco, a revolução industrial na Inglaterra, no século XVIII, estabeleceu um novo padrão

de exploração da natureza. Tendo como parâmetro o aspecto econômico, a natureza foi tornada recurso natural, ou seja, passou a ser vista como a disposição do homem e para lhe servir. Nesse sentido, a humanidade ao intervir no ambiente, sem o conhecimento e a cautela necessária, modificou-o de modo a gerar implicações ambientais impensadas para o meio, e como consequência para si próprio.

Usar os recursos naturais de forma sustentável implica ter a capacidade de perceber as intrínsecas conexões dos sistemas naturais. Drew (2005) analisa o processo de interação entre homem e ambiente e através de exemplos, principalmente na região da Grã-Bretanha, demonstra que a exploração de determinado sistema natural, acima da sua capacidade de recuperação, pode provocar a reorganização do equilíbrio dinâmico de tal sistema. A exploração predatória contínua dos sistemas naturais altera-os de forma que acarreta um novo equilíbrio dinâmico.

David Drew (2005) ressalta que se um determinado esforço aplicado em um ambiente em equilíbrio dinâmico for eliminado, o ambiente pode recuperar-se. Mas se o esforço aplicado for de forma intensa, permanente e/ou por um logo período de tempo, o limiar de restauração poderá ser ultrapassado, reestabelecendo um novo patamar de equilíbrio, e o homem, enquanto dependente dos sistemas naturais, precisará adaptar-se a esse novo contexto ambiental. O problema é que esse processo não ocorre sem perdas e sem restrições, ou seja, um novo ambiente produzido a partir de intervenções antrópicas intensas e com características drasticamente modificadas ocasiona sofrimento e dificuldades para a espécie humana. A partir destes pressupostos, destaca-se a importância do conhecimento, principalmente, o científico para a utilização racional dos recursos naturais.

A conscientização sobre a responsabilidade no uso e manejo dos recursos naturais, especificamente no Brasil, país cujo território é dotado de riquezas naturais em alta proporção, é impreterível. Nesse sentido, cita-se Ross (2009) que a partir de seus estudos de ecogeografia, com base no território brasileiro, expõe a importância de compatibilizar a intervenção no meio físico e a utilização dos recursos de acordo com as potencialidades e fragilidades dos ambientes. Dessa forma propõe-se um uso racional dos recursos naturais considerando o conhecimento das intrincadas relações do meio físico, com o objetivo de retirar os recursos necessários a sociedade com o menor nível de degradação ambiental possível, respeitando os limiares de restauração de cada ambiente. De acordo com Ross (2009)

em função de todos os problemas ambientais, decorrentes das práticas econômicas predatórias, que têm marcado a história deste país [Brasil] e que, obviamente, têm implicações para a sociedade a médio e longo prazos, diante do desperdício dos recursos naturais e da degradação generalizada, com perda de qualidade ambiental e de vida, torna-se cada vez mais urgente o planejamento físico-territorial não só com a perspectiva econômica-social, mas também ambiental. Assim, a preocupação dos planejadores, dos políticos e da sociedade deveria ultrapassar os limites dos meros interesses de desenvolvimento econômico e tecnológico, visando ao desenvolvimento que leve em conta não só as potencialidades dos recursos naturais, mas, sobretudo, as fragilidades dos ambientes naturais perante as diferentes inserções dos homens na natureza. (ROSS, 2009, p. 52).

Nessa conjuntura chama-se a atenção para a necessidade de conservação do meio físico a partir de um planejamento que integre as variantes ambientais, tendo em vista que o planeta e, especificamente, a biosfera é a área de sobrevivência da espécie humana. Desta forma torna-se irracional utilizar esses recursos de forma predatória, degradando, de forma intensa, os elementos necessários a vida humana. O uso racional implica em buscar diminuir a degradação ambiental advinda dessa desarmonia entre sociedade e meio físico, que na verdade são partes integrantes de um mesmo sistema.

No entanto, no país, não são poucos os exemplos de depredação dos recursos naturais. Em ambientes urbanos, com a ocupação desordenada e o uso do solo desregulado, a bacia hidrográfica notadamente passa por modificações. Enquanto, em áreas rurais o grande desafio é harmonizar a produção agrícola com a conservação ambiental. A produção agrícola sem as devidas medidas de conservação ambiental tende a degradar o ambiente e limitar e/ou inviabilizar a produção agrícola.

Tendo como parâmetro um planejamento comprometido com o uso racional dos recursos naturais, salienta-se a necessidade de paulatinamente usar como escala de análise a bacia hidrográfica, considerando que este tipo de formação natural resguarda as intrínsecas relações particulares dos aspectos físicos. Segundo Tucci (1997), apud Porto e Porto (2008).

A bacia hidrográfica é uma área de captação natural da água de precipitação que faz convergir o escoamento para um único ponto de saída. A bacia hidrográfica compõe-se de um conjunto

de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar em um leito único no seu exutório (TUCCI, 1997 apud PORTO; PORTO, 2008, p. 45).

Nesse sentido, a gestão e o planejamento seguindo o recorte da bacia hidrográfica são desejáveis em termos ambientais, devido às intrínsecas relações entre os diversos aspectos do meio físico que convergem para determinar a paisagem da bacia hidrográfica. A degradação de um atributo físico do ambiente interfere em todo o contexto da bacia hidrográfica. Dessa maneira, qualquer mudança em um aspecto físico ou biológico tende a desencadear mudanças na bacia hidrográfica como um todo.

Cada aspecto do meio físico apresenta um equilíbrio particular, que por sua vez, está interconectado com os demais. Dessa forma, verifica-se que os processos naturais, de cunhos exógenos, não ocorrem em função de apenas um fator do ambiente, mas da relação de ambos. Por isso a necessidade de buscar o entendimento de cada aspecto do meio físico particular em sua gênese, mas principalmente entender esse aspecto na relação com os demais. Ross (2009) ajuda a esclarecer essa questão apontando que

na concepção da teoria dos sistemas, os diferentes ambientes naturais encontrados na superfície da Terra, decorrentes das relações de troca de energia e matéria entre os componentes, são denominados ecossistemas ou geossistema. As relações de troca energética, absolutamente interdependentes, não permitem, por exemplo, o entendimento da dinâmica e da gênese dos solos sem que se conheça o clima, o relevo, a litologia e seus respectivos arranjos estruturais, ou a análise da fauna, sem associá-la à flora – e esta lhe proporciona suporte -, que, por sua vez, não pode ser entendida sem o conhecimento do clima, da dinâmica das águas, dos tipos de solos, e assim sucessivamente. (ROSS, 2009, p. 53-54).

A litologia, por exemplo, diz respeito à “origem das rochas e suas transformações” (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 394). E, é importante para o entendimento da formação e evolução da paisagem como um todo. Mas Especificamente, as rochas influenciam diretamente a caracterização do relevo e as propriedades do solo.

Seguindo nesta perspectiva “o clima, [...] refere-se às características da atmosfera, inferidas de observações contínuas durante longo período. O clima abrange um maior número de dados de condições médias do tempo numa

determinada área.” (AYOADE, 1986, p. 2). Este aspecto do ambiente está em estrita relação com todo meio físico, influenciando hidrografia, relevo, solo e vegetação, que por sua vez induz também a fauna da região.

A interação do clima e da litologia (aspecto geológico) é fundamental para a caracterização do relevo. Este aspecto do meio caracteriza-se como a superfície da crosta terrestre, sendo “resultado da atuação de dois grupos de forças que podem ser sucessivas ou simultâneas: *endógenas* (dobras, falhas, mantos de charriage, vulcões, terremotos) e *exógenas* (desgaste e acumulação).” (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 527, grifos dos autores). O relevo é aspecto primordial na caracterização da paisagem, tendo em vista que os outros aspectos físicos serão influenciados diretamente pelas condições morfológicas do relevo.

Já o solo é considerado um aspecto síntese da paisagem em função de ser influenciado diretamente pelo relevo, litologia, clima e, ainda, os organismos vivos. Lepsch (2010, p. 19) conceitua solo, como “[...] a coleção de corpos naturais dinâmicos, que contêm matéria viva, e resulta da ação do clima e de organismos sobre um material de origem, cuja a transformação em solo se realiza durante certo tempo e é influenciada pelo tipo de relevo.” Destaca-se a importância do solo, mas também, sua fragilidade, sendo uma camada que pode ser facilmente modificada, com a interferência antrópica no ambiente.

Bertoni e Lombardi Neto (2005), em estudo sobre a necessidade da conservação do solo, demonstram que esse atributo, assim como a água, é vital para a sobrevivência humana, não obstante são demonstrados exemplos da degradação do solo condicionada pela ignorância humana, que intervêm no meio de forma predatória. Um processo negativo destacado pelos autores é a erosão, desencadeada e/ou acelerada pela ação humana, que destrói vastas quantidades de solo em todo o mundo.

A erosão do solo, qualquer que seja a sua causa, torna a terra gradualmente inabitável. Assim que o solo começa a esgotar-se como consequência da erosão hídrica, o homem tende a mudar-se para terras mais produtivas, e, quando não encontra mais onde ir, não tem outro remédio senão adaptar-se ao consumo de quantidades menores de alimentos, cuja a obtenção requer maior trabalho. Esta situação, que traduz em má nutrição e desesperança, existe invariavelmente nas terras muito erosionadas onde uma população numerosa se vê obrigada a viver. (BERTONI; LOMBARDI NETO, 2005, p. 25).

Ressalva-se, que processos erosivos ocorrem naturalmente, entretanto a intervenção antrópica, principalmente através da retirada da vegetação, tem sido responsável por formas erosionais intensas em vastas áreas. A vegetação desenvolve importante papel na dinâmica da paisagem. Entretanto, esse aspecto do ambiente é vulnerável, sendo que a humanidade, com suas tecnologias, tem a capacidade de destruir a vegetação, inclusive com certa facilidade, o que provoca mudanças drásticas na paisagem.

As atividades do homem, como é o caso da agricultura, obriga-o a sacrificar, pelo menos parte da vegetação natural, todavia, considerando a importância desse aspecto no meio físico, vê-se a necessidade da racionalidade na supressão da vegetação no ambiente. Em especial, às margens da rede de drenagem, a vegetação exerce papel fundamental, sendo inclusive essencial para ajudar a controlar o fluxo de água no corpo hídrico, evitar o processo de solapamento das margens e demais impactos sobre a drenagem.

A legislação federal brasileira, em vigor, através da Lei 12.651 (2012), prevê Áreas de Preservação Permanente (APP), isso significa que a vegetação não pode ser alterada e/ou removida, tendo por princípio as suas essenciais funções ambientais nesses locais, como é o caso de topos de morros, declives acentuados, em torno de nascentes, ao longo das margens dos cursos hídricos intermitentes e perenes, dentre outros.

Os marcos regulatórios são necessários no caminho do planejamento físico-territorial que contemple a preservação e/ou conservação ambiental, entretanto apenas as leis ambientais não são suficientes para resolverem os problemas. A questão ambiental envolve outros aspectos que são de ordem cultural, social e econômica. Vê-se a necessidade de um planejamento coeso para o meio rural e urbano, tendo já incluso como parâmetro o respeito aos limites ambientais, dessa forma busca-se harmonizar crescimento econômico, bem estar social e conservação ambiental.

Cabem às sociedades humanas, através do conhecimento apurado dos sistemas naturais, adaptar a sua capacidade de exploração aos limites do ambiente. Isso também significa dizer que a humanidade deve considerar a conservação do ambiente como princípio de crescimento. Considerando isto, nas próximas seções, buscou-se discutir as características gerais da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão e indicar a proposição metodológica para avaliar as fragilidades ambientais desse ambiente, considerando a necessidade do conhecimento científico contribuir para esclarecer as dinâmicas ambientais locais e subsidiar planejamentos que visem integrar a conservação ambiental.

3. CARACTERIZAÇÃO DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO BOQUEIRÃO

A sub-bacia do qual trata este artigo localiza-se no município de Davinópolis (GO). Em linhas gerais, o município de Davinópolis limita-se de nordeste a leste com o município de Catalão (GO) e a Sudoeste com o município de Ouvidor (GO), quanto à divisa sul-sudeste o Rio Paranaíba é a fronteira com a Unidade Federativa de Minas Gerais. No tocante a infraestrutura rodoviária, a principal via intermunicipal no município é a GO-210, que no sentido Noroeste liga-se á BR-050, já a sudeste a GO-210 segue para a divisa com Unidade da Federação de Minas Gerais. Também encontra-se no município a GO-301, que interligada a GO-210, segue no sentido norte para o município de Catalão (GO). (Figura 2).

Segundo o censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população do município de Davinópolis (GO) estava no patamar de 2056 habitantes no ano de 2010, disperso por uma área de 481,296km², resultando numa densidade demográfica de 4,27hab/km². Rodrigues e Ferreira (2012) ao analisar a relação campo-cidade no município de Davinópolis

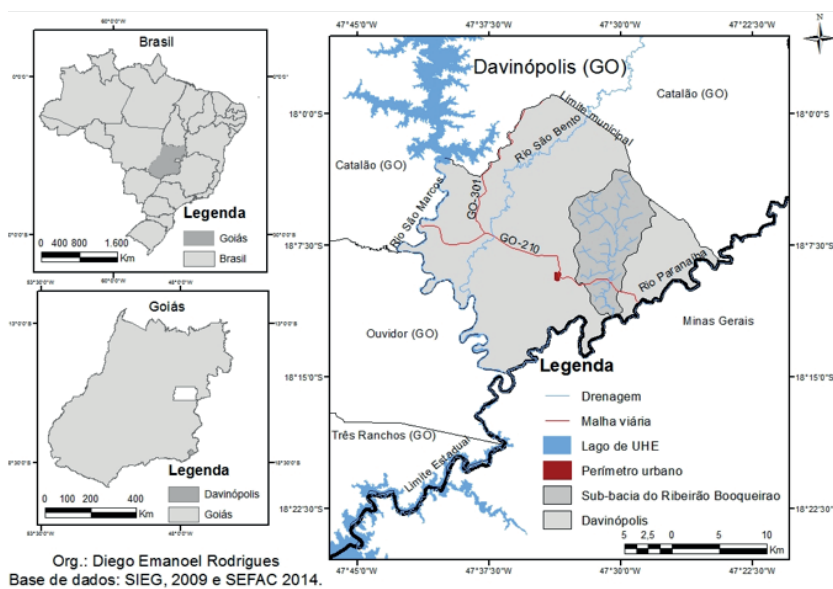


Figura 2: Localização da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão, no município de Davinópolis (GO), 2014.

Fonte: SIEG, 2009 e SEFAC, 2014. Org.:RODRIGUES, D. E. 2014.

tomando como base dados estáticos, inclusive populacionais, assinala o processo de diminuição populacional a partir dos dados do censo demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010. Sendo como motivo primordial para este processo de emigração, do município davinopolino, a falta de perspectivas, principalmente dos jovens, sendo a economia do município com dinamização incipiente tanto no âmbito do campo, como da cidade. (RODRIGUES; FERREIRA, 2012).

No espaço agrário davinopolino destaca-se o papel fundamental exercido pela agricultura familiar nesta região, tendo em vista que boa parte das terras do município é ocupada por este segmento de produtores rurais. De forma pormenorizada, na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão - uma sub-bacia cujo a utilização ocorre estritamente para uso de fins rurais - possui como atividade principal a pecuária, nesse caso extensiva.

A sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão possui uma área de aproximadamente 76,09km² e ocupa parte significativa do município de Davinópolis (Figura 2). Segundo a classificação das unidades geomorfológicas do Brasil, elaborada na década de 1980 por Ross (2009), a área desta Sub-bacia encontra-se na unidade geomorfológica denominada de Planaltos e Serras de Goiás-Minas que é caracterizada, principalmente, por serras e morros alongados. Tendo por base a classificação climática com base em Strahler a área da referida sub-bacia encontra-se na zona de clima tropical seco e úmido que tem por característica duas estações bem definidas uma chuvosa e quente e outra relativamente mais fria e seca. Considerando a classificação de Ab'saber (2005), que a partir da integração do clima e do relevo no Brasil singulariza os domínios morfoclimáticos, a sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão encontra-se, predominantemente, dentro do domínio morfoclimático dos Cerrados.

A partir da divisão das regiões hidrográficas apresentada pela Resolução Número 32, de 15 de outubro de 2003 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que divide o território brasileiro em 12 regiões hidrográficas respeitando o conceito de bacias hidrográficas, a sub-bacia do Ribeirão Boqueirão integra a região hidrográfica do Paraná. O Ribeirão Boqueirão tem sua foz desaguardo no Rio Paranaíba que por sua vez segue no sentido sudoeste até encontrar com o Rio Grande formando o Rio Paraná.

A partir dessa caracterização geral da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão tem se uma ideia do contexto ambiental e social desta área, demonstrando a dinâmica ambiental dessa área. Na seção seguinte exprime uma propositura metodológica que objetiva pormenorizar o estudo das características da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão, em especial diagnosticar suas fragilidades ambientais.

4. UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO BOQUEIRÃO

O termo fragilidades ambientais é inspirado em Ross (1994) e esta referindo-se a determinadas características do ambiente, resultantes de intrínsecas relações, que lhe conferem particularidades quanto a susceptibilidade desse meio de sofrer degradação ambiental naturalmente ou em função do uso e ocupação predominante neste local. Nesse sentido, o estudo das fragilidades ambientais é um esforço técnico-científico no sentido de compreender o meio físico em suas particularidades, sendo que os resultados destes estudos servem para subsidiar o planejamento físico-territorial que respeite os limites ambientais de cada ambiente.

Dessa forma o interesse por estudar as fragilidades ambientais da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão origina-se em função de verificar nesta Sub-bacia processos erosionais, em particular o processo de solapamento das margens dos cursos hídricos. Nesse sentido, pensando teoricamente no ciclo hidrológico que envolve os processos de infiltração e escoamento superficial hipotetizou-se que esse processo de degradação ambiental esta vinculado diretamente às características peculiares da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão, tanto na ocupação antrópica, em que se destaca a influência direta da pecuária extensiva, bem como nos seus aspectos físicos, em especial a configuração geomorfológica, marcada predominantemente por relevos residuais, caracterizando uma região com preponderância de Serras e Morros, considerando a abordagem de Florenzano (2008).

A formulação e operacionalização da metodologia relativa à fragilidade ambiental foram discutidas por Ross (1994), de forma mais específica em seu artigo “Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados”. Em âmbito teórico essa proposta metodológica vincula-se aos estudos integrados da geografia, em que busca-se compreender a paisagem a partir da correlação dos aspectos do meio físico, incluído a influência da intervenção humana no meio. Dessa forma, esses pressupostos colocados por Ross (1994, 2009) trabalham numa perspectiva de operacionalizar de forma empírica os pressupostos teóricos de uma visão sistêmica.

Cabe ressaltar que a operacionalização desta proposta de análise empírica da fragilidade ambiental é complexa e envolve a disponibilidade de estudos dos diferentes aspectos físicos (relevo, do sub-solo, do solo e do clima) para estabelecer as fragilidades potenciais e ainda cruzar tais informações com o uso da terra/cobertura vegetal para definir as fragilidades emergentes. Ross (1994)

propõe como resultado final um “[...] produto cartográfico síntese, que classifica e qualifica a área estudada em Unidades Ecodinâmicas Estáveis e Instáveis com diferentes graus de Instabilidade Potencial e Emergente.” (ROSS, 1994, p. 69).

Considerando os objetivos da atual pesquisa, que realiza-se no programa *Stricto Sensu* em geografia da Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão no período de março de 2014 á fevereiro de 2016. Sendo assim o objetivo almejado é estudar a fragilidade ambiental emergente na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão, considerando especialmente a categoria de uso da terra/cobertura vegetal, enquanto indicador da intervenção antrópica nesse ambiente, e no plano de análise física destacar-se os estudos do relevo local, isso justifica-se pela importância deste atributo para compreender a fragilidade ambiental dessa localidade, principalmente em termos de processos erosionais. Dessa forma não tem como finalidade trabalhar com o procedimento metodológico de Ross (1994) completo, em função de tempo, informações disponíveis e limitações técnicas para estes diversos estudos.

Nesse sentido, compreende-se que o procedimento metodológico colocado por Ross (1994) pode ser adaptado à diversidade circunstancial de cada estudo, mas resguardando o princípio orientador desse tipo de análise que é verificar as fragilidades ambientais de determinado local em função de condicionantes físicas e/ou antrópicas. Como resultado desta pesquisa visa-se obter uma análise das fragilidades ambientais emergentes da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão, representado por produtos cartográficos e hierarquizados dentro de categorias que vão de muito forte a muito fraco. Também busca-se fazer a análise de cada aspecto intermediário para dentro dessas categorias, ou seja, estabelecer categorias de muito fraco a muito forte para o estudo de uso da terra/cobertura vegetal e para a relevo/declividade.

De forma geral, esses procedimentos metodológicos estão orientando o desenvolvimento da pesquisa, no entanto busca-se através da pesquisa teórica estudar e interpretar a abordagem de diversos autores, dentre eles estão: David Drew (2005) que contribui com a discussão empreendida da pesquisa ao discorrer sobre a dinâmica da relação do homem com seu ambiente. Bertrand (2004) é relevante para a pesquisa ao conceituar e discutir a paisagem, em um esforço metodológico que colabora com os estudos relacionados com a geografia física. Ab'saber (1969; 2003) é fundamental tanto com suas contribuições acerca dos domínios morfoclimáticos no Brasil, em especial o domínio morfoclimático do Cerrado, como sobre aspectos metodológicos no campo da geomorfologia. Ainda no campo da geomorfologia enfatiza Casseti (1984, 1991).

Para o desenvolvimento desta pesquisa na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão utilizar-se-á de técnicas de sensoriamento remoto, sendo

assim constata-se a necessidade da pesquisa documental, considerando que serão utilizados documentos cartográficos, como imagens de satélites, cartas topográficas e mapas. As principais fontes de pesquisa elencadas são instituições públicas que possuem tal material, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Exército Brasileiro (EB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG), dentre outros.

Também serão utilizadas legislações ambientais, em vigor. No âmbito Federal utilizará a Lei n. 12.651 de 2012 que institui o Novo Código Florestal, bem como no âmbito estadual observará a Lei n. 18.104 de 2013 que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Goiás, em ambos os casos buscará avaliar a importância e viabilidade da legislação enquanto meio de conservar e/ou preservar os ambientes.

Por fim, considera-se indispensável para a presente pesquisa, a realização dos trabalhos de campo na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão. Serão feitas visitas a campo de reconhecimento dos atributos físicos, como solo e relevo que por sua vez, juntamente com os outros atributos físicos e biológicos condicionam a dinâmica ambiental na região. Nesse âmbito as pesquisas de campo serão importantes para o levantamento de informações sobre os atributos físicos e uso da terra na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão. Bem como verificará também as possíveis fragilidades ambientais e/ou processos de degradação ambiental em curso nesta Sub-bacia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir teoricamente a interação da sociedade com o meio físico, elucidando inclusive a proposição da metodologia para indicar a fragilidade ambiental na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Boqueirão esforça-se em destacar a importância de buscar planejamentos, com base científicas, que contemplem a dinâmica ambiental do meio físico, haja vista a necessidade da intervenção antrópica respeitar as fragilidades ambientais de cada localidade. Considera-se essencial que o uso da terra não condicione processos de degradação ambiental, observando que a depredação dos recursos naturais geram perdas econômicas e problemas sociais, tendo em vista que o meio físico é a base de sustentação para a reprodução das populações.

Nesse sentido os diagnósticos ambientais contribuem com compreensão da dinâmica ambiental local, sendo de fundamental importância para subsidiar um planejamento ambiental que evite ou amenize a degradação

ambiental e agravamento de questões sociais. Dessa forma acredita-se que as análises ambientais devem tornar-se corriqueiras enquanto subsídio para o planejamento. Mas para isso é necessário aceitar que o meio físico apresenta dinâmicas particulares e que a intervenção antrópica deve seguir preceitos conservacionistas que permitam a atenuação e controle dos processos de degradação ambiental.

Title: ANTHROPIC USE AND ENVIRONMENTAL LIMITS: METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR THE EVALUATION OF ENVIRONMENTAL WEAKNESSES IN RIBEIRÃO BOQUEIRÃO SUB-BASIN IN THE CITY OF DAVINÓPOLIS (GO), BRAZIL

Abstract

Changes caused by human societies on the ground level show the ability of humanity to cause fundamental changes in their living environment. In this sense this article discusses, first time in a theoretical way, aspects of the interaction of human societies with the physical environment so that the landscape is conceived as a result of intrinsic relations aspects of the physical environment with the influence of the social environment. In a second step we sought to delineate the characteristics of the sub-basin of Ribeirão Boqueirão, the object of study of research conducted at Masters level in the University Federal of Goiás/ Regional Catalão. Since the purpose of this second part of the article was to present the methodological proposition of this research that aims to diagnose emerging environmental fragility of the sub-basin of Ribeirão Boqueirão, making use of the concept of potential fragility and emergent employed by Ross (1994), in its proposed empirical analysis of the fragility of natural and anthropogenic environments. In this sense the debate is here the proposal of Ross (1994) with the purpose to deprive the guiding principles to apply them in the study of sub-basin of Ribeirão Boqueirão in the rural field of the municipality of Davinópolis (GO). This study demonstrates proposition is relevant for seeking to understand the dynamics and the environmental fragility of the sub-basin of Ribeirão Boqueirão and thus produce material that serves as input to local planning.

Keywords: landscape; environmental fragility; sub-basin of Ribeirão Boqueirão.

REFERÊNCIAS

- AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. Tradução de Maria Juraci dos Santos; Revisão de Suelly Bastos. São Paulo: DIFEL, 1986. 329 p.
- BERTONI, José; LOMBARDI NETO, Francisco. **Conservação do solo**. 5. ed. São Paulo: Ícone, 2005.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física Global: esboço metodológico. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2012.
- CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991. 147 p. (Coleção ensaios).
- _____. **Elementos de geomorfologia**. Goiânia: UFG, 1984. p. 135 p
- DREW, David. **Processos interativos Homem-Meio ambiente**. 6. ed. Tradução de João Alves dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- FLORENZANO, Tereza Galloti. Introdução à geomorfologia. In: FLORENZANO, Tereza Galloti. (Org.). **Geomorfologia: conceitos e temas**. São Paulo: Oficina dos Textos, 2008. 316 p.
- GOIÁS. Lei nº 18.104, de 18 de julho de 2013. Dispõe sobre a vegetação nativa, institui a nova Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências. Governo do Estado de Goiás, Secretária do Estado da Casa Civil, 2013.
- GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Novo dicionário Geológico-Geomorfológico**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 648 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 12 Mar 2011.
- LEPSCH, I. **Formação e conservação dos solos**. 2. ed. São Paulo: oficina de texto, 2010. p. 3-28.
- PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. L. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, pág. 43-60, 2008.
- RODRIGUES. D. E.; FERREIRA, I. M. Configuração campo/cidade no Município de Davinópolis (GO). Encontro Nacional de Geografia Agrária. 11, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012, p. 1-17.
- ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina dos textos, 2009. 208 p.
- _____. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia/FFLCH/USP**, n.º 8, p. 63-73, 1994.

3

CAPÍTULO

PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDE AZUL NA CIDADE DE FRANCA(SP)

Santos, Douglas Parreira ^{1*}; Chaves, Manoel Rodrigues ²

¹ Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão

² Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão

* e-mail: douglas_santos88@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar questões sobre planejamento ambiental e urbano e políticas públicas voltadas para o ambiente, tendo como objeto de estudo o Programa Município Verde Azul na cidade de Franca(SP). O programa é uma ação do governo do Estado de São Paulo, que visa auxiliar a agenda ambiental dos municípios paulistas. Através de políticas públicas e um calendário, os municípios atingem metas e entram para um *ranking* anual que apresenta as melhores cidades no quesito ambiental. Entretanto não existem trabalhos acadêmicos ou de cunho investigativo que analisam esses programas de governo. A academia muito se atenta para outros programas de nível Federal

como; Bolsa Família, Bolsa Atleta, Lei Seca, SUS (Sistema Único de Saúde), UPA's (Unidades de Pronto Atendimento), UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora), Vale Cultura e etc. Contudo é necessário que nos atentemos também para outros tipos de programa de nível Estadual e Municipal. O intuito desse trabalho é analisar a autenticidade do Programa Município Verde Azul, como auxílio á agenda ambiental dos municípios do Estado de São Paulo, tendo como base a cidade de Franca(SP), uma das mais bem classificadas no *ranking* do programa.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Planejamento ambiental e Urbano; Programa Município Verde Azul

Santos, Douglas Parreira; Chaves, Manoel Rodrigues; "PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDE AZUL NA CIDADE DE FRANCA(SP)", p. 45-60 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015.
ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap03

1. INTRODUÇÃO

Os gestores da cidade de Franca(SP)tem sempre se preocupado com a temática ambiental, promovendo projetos de sustentabilidade e Educação Ambiental nas diversas esferas da sociedade. Detentora de vários títulos e prêmios, a cidade do interior de São Paulo (localizada no nordeste do estado à 400Km da capital paulista), tem se destacado perante outras grandes cidades no quesito Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Dados da Trata Brasil de 2011, empresa responsável por estudos na área de Saneamento Básico (água e esgoto), perda de água e responsável pelo *ranking* de saneamento básico das cem maiores cidades do Brasil apontam que a cidade de Franca (SP) é uma das poucas cidades brasileiras que têm 100% de água e esgoto tratados.

Durante os últimos anos a cidade tem ficado entre as primeiras colocações nesse *ranking*: 2003 (25º), 2004 (4º), 2005 (3º), 2006 (3º), 2007 (1º), 2008 (2º), 2009 (3º), 2010 (3º), 2011 (6º) e 2014 (1º) (base de dados 2012-2014), mostrando assim a preocupação com o Saneamento Básico na cidade. Seja no quesito urbano ou ambiental, os gestores da cidade tem se atentado também para as questões sociais, para que assim haja uma significativa melhora na qualidade de vida dos cidadãos.

Dentre essas ações pode se destacar oFUSSOL (Fundo Social de Solidariedade), que desenvolve cursos gratuitos profissionalizantes ou de geração de renda com a reutilização ou reaproveitamento de resíduos industriais; COOPERFRAN (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região); Programa de Educação Ambiental que atende escolas, empresas, associações de moradores, centros de convivência de idosos e instituições com palestras, visitas monitoradas ao Centro de Coleta Seletiva, ao Aterro Sanitário, ao Jardim Zoobotânico, oficinas de reutilização de materiais, oficinas de conscientização ecológica, orientações a projetos e ações ambientais conjuntas como, por exemplo, plantio de árvores.

No ano de 2008 o Governo do Estado de São Paulo junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, criaram o Programa Município Verde Azul. Esse programa tem o intuito de estimular as prefeituras a implementarem e desenvolverem uma agenda ambiental estratégica, embasada em diretrizes de planejamento urbano e ambiental. Todos os seiscentos e quarenta e cinco (645) municípios aderiram ao programa, que propõe dez (10) diretrizes que abordam questões ambientais a serem desenvolvidas: Esgoto Tratado, resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Cidade Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental.

Desde o início do programa as notas da cidade de Franca (SP) foram: 2008 (24°), 2009 (114°), 2010 (24°), 2011 (40°), 2012 (19°) e 2013 (12°). Essas colocações servirão de embasamento para a pesquisa, como forma de comparar esse avanço no *ranking* do Programa Município Verde Azul com o Saneamento Básico da cidade.

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, serão utilizados procedimentos e técnicas previamente delineadas para que o resultado possa ser o mais satisfatório e verídico possível. Os procedimentos metodológicos que serão utilizados: a) pesquisa teórica sobre a produção do espaço urbano, com ênfase em planejamento urbano; b) a pesquisa documental será feita a partir de análises de documentos das bibliotecas: Pública Municipal “Dr. Américo Maciel de Castro Junior e UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) de Franca(SP).

Para levantamento de dados estatísticos, auxiliarão a pesquisa a Prefeitura Municipal de Franca(SP), Secretaria de Meio Ambiente de Franca(SP) e SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo); c) a pesquisa de campo será realizada com a aplicação de uma entrevista ao secretário de meio ambiente da cidade de Franca(SP), o Sr. Ismar Rodrigues Tavares.

A escolha da cidade de Franca(SP), se deu pela cultura ambiental que a cidade possui. O Programa Município Verde Azul assim como outros programas de governo devem ser analisados criticamente, a fim de comprovar sua autenticidade. Portanto, a cidade de Franca(SP), modelo ambiental no Brasil, e uma das melhores colocadas no *ranking* do programa, também deve ser estudada mais a fundo.

Entende-se que é relevante a análise do Programa Município Verde Azul, pois não se tem estudos que discutem a autenticidade do programa. Existe uma carência de estudos voltados para programas governamentais no Brasil em nível Federal, Estadual e Municipal, portanto essa pesquisa tem importância social e acadêmica, uma vez que irá trazer a realidade do programa na cidade de Franca(SP). Os resultados dessa pesquisa podem auxiliar o Município estudado, e servir de embasamento para outros municípios do Estado averiguarem a real contribuição do programa e seus respectivos objetivos.

2. PROBLEMATICA DA PESQUISA

A falta de um Planejamento Urbano e Ambiental prévio e duradouro é marca da política brasileira e do sistema em que estamos inseridos, o que resulta em vários problemas para a sociedade, como; alagamentos; aterros irregulares;

impermeabilização excessiva; desmatamento; assoreamento de mananciais; desagregação das encostas; contaminação de mananciais superficiais e subterrâneos, falta de abastecimento de água dentre outros.

Em todas as esferas da sociedade o mau planejamento, ou a falta dele, tem reflexo também na academia e na ciência geográfica. Uma ciência que estuda e descreve o território com autoridade, tem dificuldades de trabalhar com o planejamento de cidades. Alguns autores da Geografia se arriscam a discutir sobre o planejamento territorial e de cidades, mas essas discussões são por vezes insuficientes para a magnitude da ciência. A maior diversidade de estudos sobre o tema é hoje escrito nas áreas de Engenharia, Administração, Economia e Arquitetura e Urbanismo.

A ciência geográfica tem embasamento e metodologias suficientes para discutir a questão de planejamento das cidades. A formação do geógrafo o deixa apto para auxiliar em planos diretores, estatutos e projetos em quaisquer esferas; Federal, Estadual ou Municipal. O que falta são profissionais interessados em voltar seus estudos e discussões para essa área.

Os programas governamentais sobre planejamento urbano e ambiental são importantes para o desenvolvimento das cidades e a gestão territorial. Porém a elaboração de leis e de projetos dessa área, são em sua maioria falhas ou servem apenas para campanha de governo.

Na academia os estudos são quase sempre voltados para grandes programas governamentais como: Bolsa Família, Bolsa Atleta, Lei Seca, SUS (Sistema Único de Saúde), UPA's (Unidades de Pronto Atendimento), UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora), Vale Cultura e etc. Existem inúmeros trabalhos, artigos e livros que discutem e analisam as ações do governo em nível Federal. O problema é que por vezes a academia não se atenta devidamente com ações estaduais e municipais.

O Programa Município Verde Azul é uma ação do governo do Estado de São Paulo, que busca incentivar os municípios a terem um planejamento urbano e ambiental sustentável e duradouro. Contudo um estudo sobre a veracidade do programa e sua funcionalidade é necessária. Principalmente por se tratar de um programa que é fundamentado em *rankings* e estatísticas, a fim de averiguar a autenticidade dos mesmos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A produção do espaço urbano tem sido questão de estudo da geografia por abordar a configuração do espaço social em sua totalidade, em diferentes

instancias.

Essa produção é um processo constante, a cidade é um órgão vivo que se modifica a todo instante, pelas relações com o homem e pelas necessidades do capitalismo. O conjunto complexo de diferentes usos da terra, próximos entre si como; centro da cidade, áreas industriais, áreas residenciais, áreas de lazer, periferias e etc, são definidos como espaço urbano.

O espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta. Essa é a essência da sociedade, materializada nas formas espaciais. O espaço urbano é mutável e é um fator que condiciona a sociedade. Condicionamento esse que se dá através de obras estruturais. Os aspectos econômicos moldam a sociedade, deslocando pessoas e estruturas para vários pontos da cidade. (CORRÊA, 1997. p. 149)

Segundo o autor, os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são; os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Portanto na cidade todas as pessoas produzem o espaço urbano, independentemente de sua classe social, renda, etnia ou crença.

A produção do espaço urbano de acordo com as necessidades de reprodução do capital vai além das necessidades de reprodução social, isso aumenta a mobilidade de pessoas e estruturas dentro das cidades. A partir do momento que o solo urbano muda de sentido para o capital, ele deixa de ser um lugar de fixidez de investimento para ser o lugar através do qual vai se realizar com fluidez. (CARLOS, 2011. p. 118).

Para se propor medidas de estabilidade estrutural na produção do espaço urbano, é necessário que se haja um prévio planejamento das ações que serão desenvolvidas dentro das cidades. A fim de que os objetivos sejam alcançados é preciso elaborar um conjunto de medidas, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos. Dessa forma a probabilidade de sucesso na execução das ações na cidade, embasadas em um plano pré definido, é grande. (DUARTE, 2007, p. 22)

A dimensão do discurso ambiental atinge todas as esferas da sociedade, apesar de emergente e necessário o debate acerca das questões ambientais ainda está longe de ser compreendida. A relação homem/natureza é motivo de discordância entre as ciências, que não conseguem dialogar e explicar essa relação de forma correta.

Tudo que fazemos hoje está vinculado a essa relação como “modo de vida”, nossas atividades cotidianas; trabalho, estudo, consumo, afinidade, moradia, salário, extinção das espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e água, contaminação

de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias, todas essas situações com as quais estamos envolvidos ou nos deparamos, estão inteiramente ligadas a esta dinâmica sociedade-natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2010, p.21)

A construção de uma racionalidade ambiental vai muito além das condições econômicas, políticas, sociais e culturais que ditam as formas dominantes de produção. A racionalidade ambiental está ligada também a ideologias teóricas e delimitadas por paradigmas científicos que dificultam as possibilidades de reorganizar as ideias sobre uma gestão urbana e ambiental adequadas. Para o professor Milton Santos (1988, p. 89) “o homem vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos”. Estes objetos culturais fazem com que:

[...] a natureza conheça um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultado da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas, mais e mais, vão incorporando-se à natureza e está fica cada vez mais socializada, pois é, a cada dia mais, o resultado do trabalho de um maior número de pessoas. Partindo de trabalhos individualizados de grupos, hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se apercebam. No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza (SANTOS, 1988, p. 89).

A complexidade da relação homem-natureza, atinge padrões, que em algumas vezes, foge da compreensão humana. Para Cunha e Guerra (1996) o meio ambiente, é o espaço de caráter dinâmico, organizado segundo as relações homem/natureza de acordo com cada contexto histórico. A insistente busca por metodologias adequadas, que proporcionem o equilíbrio e harmonia necessários para sustentar essa relação, parecem estar a cada ano, menos palpáveis.

É necessário dar importância às questões emergenciais ambientais, buscando aprimorar os conhecimentos dessa área, bem como inovar nas questões metodológicas vigentes (que em sua maioria, não são apropriadas) e a internalização do saber ambiental emergente dentro dos vários paradigmas científicos. Com essa base podemos pensar em articular e estruturar uma nova

racionalidade produtiva da gestão urbana e ambiental.

Planejamento ambiental urbano é o conjunto de mecanismos, processos e ferramentas que visam analisar a realidade de uma área e a partir disso, propor ações que possibilitem um aprimoramento dos aspectos de qualidade de vida da população. Para resumir o que é o planejamento ambiental e sua importância:

A sua execução é realizada através de programas de curto prazo. O controle de tais programas conduz ao conhecimento sobre a posição e o cumprimento do plano e permite ciclo de retorno entre planejamento a gestão. A realização dos planos passa por determinadas etapas: a) Identificação e descrição do sistema: reconhecimento das variáveis relevantes para a compreensão de sua estrutura e funcionamento; b) Definição dos objetivos com base nos problemas atuais e futuros e suas interações; c) Geração de soluções que melhor satisfaça os objetivos sem violar as restrições do sistema; d) Seleção da solução que melhor satisfaça os objetivos através de um processo de avaliação, no qual ter de dar entrada a certas apreciações subjetivas e juízo de valor e: e) Execução e controle. (A.C.S.Bastos, D.M. Silva, J.R.de Almeida, T.M. Malheiros, 2009 p.13)

A importância de seguir uma metodologia fundamentada e embasada é um processo sistêmico que deve buscar avanços em todas as esferas da sociedade. A relevância social nesse sistema de gestão e política é por vezes questionada, apesar de suas leis serem claras e objetivas. O que enfraquece por vezes esse sistema é o cumprimento dessas leis. Para que a função social da gestão pública e planejamento sejam cumpridas devidamente, o Congresso Nacional criou o Estatuto da Cidade (Lei 10257 de 10 de Julho de 2001), que no Art.2º estabelece o regulamento e algumas aplicações importantes dos instrumentos de gestão pública urbana:

- I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana.

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental;

h) a exposição da população a riscos de desastres naturais. (Incluído pela Medida Provisória N° 547, de 2011)

i) a exposição da população a riscos de desastres. (Incluído dada pela Lei n° 12.608, de 2012) (LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. FONTE: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.html)

Segundo Santos (2002), apesar de estarem em regiões diferentes, ter tamanhos, populações adversas todas as cidades brasileiras são parecidas, nos problemas de gestão. A falta de emprego, habitação, transporte público, saneamento básico, lazer, educação e saúde são elementos que estão presentes em todas as cidades do Brasil, para o autor esse é um problema estrutural e falta de organização interna na gestão das cidades. Complementando esse pensamento sobre gestão urbana das cidades, Maricato (2000) afirma que esse problema de gestão é histórico e que deriva da divergência da teoria e a prática,

A história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de um pântano entre sua retórica e sua prática, já que estava imerso na base fundante marcada por contradições: direitos universais, normatividade cidadã - no texto e no discurso versus cooptação, favor, discriminação e desigualdade - na prática da gestão urbana. A importação de modelos tecnológicos e culturais é intrínseca desse quadro marcado por reinserções históricas subordinadas. Não é por outro motivo que grande parte das análises, até mesmo abordagens históricas, do urbanismo brasileiro se restringem à pesquisa das ideias, como se o objeto se restringisse a elas e não incluísse a evolução do espaço e da práxis social. (MARICATO, 2000, p.135).

Contudo para fundamentar a discussão sobre planejamento urbano e ambiental é necessário fazer um estudo sobre políticas públicas, para entender como as mesmas funcionam.

Segundo Texeira (2002) as políticas públicas se resumem em princípios que nortearão a ação do poder público. São regras, procedimentos que serão utilizados para as relações entre o poder público e a sociedade. Sendo assim são, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. O autor ainda complementa,

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade. (TEXEIRA,2002, p.5)

Portanto um planejamento urbano e ambiental prévio é importante para o desenvolvimento da sociedade, em qualquer instância. Os programas governamentais, são uma forma de analisar a gestão pública, sua coerência, transparência e autenticidade. Ninguém melhor para investigar as ações do

governo, do que a própria população, afinal o Estado é para as pessoas e os governantes são nossos representantes.

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia de pesquisa são os procedimentos que o pesquisador deve usar para nortear a sua pesquisa. A função essencial da metodologia é mostrar aos pesquisadores o “caminho das pedras” ou seja, “como fazer”. Esses passos serão dados através de procedimentos, ferramentas e técnicas a serem seguidos, para obter-se os objetivos propostos na pesquisa.

Segundo Chizzotti (1995, p.11), “a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem”. Contudo, a pesquisa só existe com o apoio de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo.

A etapa desse trabalho deve incluir a justificativa da pesquisa, bem como as etapas de desenvolvimento da mesma; descrição do fenômeno ou área a ser estudada, os procedimentos de coleta e análise dos dados e demais recursos a serem utilizados a fim de que os resultados tenham o máximo de credibilidade e veracidade.

Destaca-se também o papel do pesquisador como ser científico e social. Na busca pelo novo, a ética no manejo e elaboração dos dados apurados, bem como a divulgação dos resultados de forma correta e fidedigna, são indispensáveis. Neste contexto o pesquisador deve interpretar a realidade pesquisada segundo instrumentos conferidos pela sua postura teórico-epistemológica, atentando-se para a relevância teórica e social da pesquisa. (LUNA, 2005)

Para alcançar os objetivos propostos a pesquisa serão realizadas as seguintes etapas: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental; e c) pesquisa de campo. Esses processos serão desenvolvidos em momentos distintos dentro da pesquisa, obedecendo a sequência e o cronograma prévio estabelecido para a realização da mesma.

4.1. PESQUISA TEÓRICA

A pesquisa teórica tem o objetivo de compreender um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo (LUNA, 2005). Partindo dessa afirmação a pesquisa teórica tem grande relevância na formação do pesquisador. É nessa etapa que o pesquisador através de leituras, consegue delinear uma linha de pensamento que vai de encontro com seus

ideais como ser científico e social.

O método que será usado nessa pesquisa será o Método Dedutivo. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Pressupõe-se que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

Para o desenvolvimento de uma pesquisa é importante que o pesquisador tenha um domínio teórico e conceitual do tema proposto pela pesquisa. Embasado em leituras específicas, por meio de um rigoroso processo de levantamento bibliográfico é que se conhece o que já foi estudado e produzido em determinada área do conhecimento.

Nessa etapa da pesquisa, serão utilizadas bibliografias que discutem a produção do espaço urbano como: Carlos (2007, 2008, 2011), Carlos, Souza e Sposito (2011), Rodrigues (2001, 2011), Santos (2008, 2009) e Vasconcelos, Corrêa e Pintaui (2013)

Para auxiliar na compreensão do conceito de planejamento urbano e políticas públicas serão utilizados os autores: Arantes, Vainer e Maricato (2002), Corrêa (2010) e Duarte (2007) e Lopes (1998). Literaturas que discutem a dinâmica das cidades, gestão urbana, cidades planejadas e políticas urbanas, dentre eles: Acselrad (2001), Chaves (2003), Rodrigues (2008, 2013), Maricato (2001, 2009, 2014), Souza (2011, 2013), Vilaça (2001, 2012) e Vitte e Keinert (2009).

Também como fonte teórica serão feitas leituras de trabalhos (Teses, Dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), materiais do acervo do Grupo de Pesquisa Dinâmica dos Ambientes Planejamento e Gestão Ambiental (GEDAP/CNPq/UFG), Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq/UFG), dentre outros que auxiliarão na compreensão teórico-conceitual sobre a produção do espaço urbano e sobre planejamento urbano.

4.2 PESQUISA DOCUMENTAL

De acordo com Gil (2002, p. 62), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”. Sendo assim a pesquisa não implica altos custos e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

Segundo Pádua (1977)

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/

comprar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA, 1977, p. 62)

Servirão como fonte documental as bibliotecas; Pública Municipal “Dr. Américo Maciel de Castro Junior e UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) de Franca(SP). Para levantamento de dados estatísticos, auxiliarão a pesquisa a Prefeitura Municipal de Franca(SP), Secretaria de Meio Ambiente de Franca(SP) e SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) também da cidade.

4.3 PESQUISA DE CAMPO

Nessa etapa, para fomentar a base empírica da pesquisa será usada a técnica da entrevista, com o intuito de obter informações, que dificilmente seriam adquiridas por meio de questionários. Vale destacar que apesar a entrevista pode levantar dados qualitativos essenciais para a pesquisa, mas pode também, levantar informações de caráter quantitativo.

Essa entrevista será feita com o Secretário de Meio Ambiente da cidade de Franca(SP) o Sr Ismar Rodrigues Tavares. O intuito da mesma será adquirir informações sobre: a) O Programa Município Verde Azul, b) Planejamento Ambiental na cidade de Franca(SP); c) A relação/influência que o Programa Município Verde azul tem com o Planejamento Ambiental na cidade. Após a coleta e registro dos dados, ocorrerá a análise dos mesmos, a fim de organizar um relatório ordenado e crítico. (CHIZZOTTI, 1995).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada está sendo desenvolvida e se encontra na etapa de coleta de dados. Os resultados esperados para essa pesquisa se baseiam na cultura da cidade de Franca(SP), a cidade no ano de 2014 atingiu o índice de 100% no *ranking* nacional de Saneamento Básico. Cadastrada no Programa Município Verde Azul desde sua criação, em 2008, os dados que estão sendo apurados junto a Secretaria de Meio Ambiente de Franca(SP), auxiliarão à fazer um comparativo da melhora na agenda ambiental da cidade, após a criação do programa.

Portanto com esses dados poderá ser feito um comparativo da evolução das políticas ambientais internas da cidade de Franca(SP), bem como analisar a autenticidade do Programa Município Verde Azul, suas políticas e auxílios aos municípios cadastrados.

Title: PLANNING ENVIRONMENTAL AND PUBLIC POLITICS: AN ANALYSIS OF THE PROGRAM MUNICÍPIO VERDE AZUL IN THE CITY OF FRANCA(SP)

Abstract

This paper intends to present issues on environmental and urban planning, and public politics on environment, the object of study is the Município Verde Azul Program in Franca (SP). This program is an initiative of the state government of São Paulo, which aims to assist the environmental agenda of the counties. Through public politics and timetable, municipalities reach goals and go for an annual *ranking* that showcases the best cities in the environmental aspect. However there is no academic investigative research that analyze these government programs. The academy is very attentive to programs of Federal level such as; Bolsa Família, Bolsa Atleta, Lei Seca, SUS (Unified Health System), UPA's (Emergency Care Units), UPP's (Pacifying Police Units), Vale Cultura, and others. Therefore, it is necessary attention to programs of state and municipal levels programs. The aim of this paper is to analyze of the Município Verde Azul Program as an aid to environmental agenda of municipalities in the State of São Paulo, base on the city of Franca (SP), one of highest ranked in the ranked of the program.

Keywords: Public Politics; Planning Environmental and Urban; Município Verde Azul Program

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ACSELRAD, Henri. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Henri Acselrad (org). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CARLOS Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: LABUR, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARLOS, A.F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 157.
- CHAVES, M. R. **Descentralização da política Ambiental no Brasil e a Gestão dos Recursos Naturais no Cerrado Goiano**. 2003. 187 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal Paulista, Rio Claro, 2003.
- CHIZZOTTI, **A Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. S.Paulo:Cortez,1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1997.
- DUARTE, F. **Planejamento Urbano**. Curitiba: IBPEX, 2007.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, .1999.
- GUERRA, Antônio José Texeira; CUNHA, Sandra Baptista. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 8^o. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 418 p.
- INTSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Sobre a Cidade de Franca/SP**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351620&search=|infogr%E1ficos:informa%E7%F5es-completas> Acesso em: 15 de jun. de 2014 às 14:10
- LOPES, Rodrigo. **A Cidade Intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).
- MALHEIROS, Telma Marques, **Política e planejamento ambiental**. 3. ed. rev. e atual., 3.reimpr. Rio de Janeiro: Thex, 2009. 480 p.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias — Planejamento urbano no Brasil. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana: Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.**
- MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2014.
- MARICATO, Ermínia. Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In. São Paulo: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC, 2009.
- MILARÉ, Édis. Política Ambiental Brasileira. In: TAU-K-TORNISIELO et all. (Orgs.) **Análise Ambiental: Estratégias e Ações**. São Paulo: T. A. Queiroz / UNESP, 1995.
- PALÁCIO DO PLANALTO. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>

br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em 5jul. de jul. 2014 às 20:50.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Produção do espaço e ambiente urbano**. In Sposito, M. Encarnação(org). Urbanização e Perspectivas. Unesp. 2001, p. 211-230.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **A matriz discursiva sobre o “Meio Ambiente” Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos**. In. A Produção do Espaço Urbano. Contexto. 2011, p. 207-230.

RODRIGUES, Arlete Moyses. M. **O espaço Urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade**. In. Planejamento Urbano no Brasil – Conceito, diálogo e práticas. Santa Catarina: Argos, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moyses. 2013. **Políticas Públicas: FGTS e Planos Diretores. Conteúdos e Significados**. Cidades, Rio Claro, v. 9, n. 16, 2012, p. 11-30.

SANTOS, D.P. **Considerações acerca do meio ambiente: Compreendendo questões socioambientais contemporâneas**. 2013. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba. 2013

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 89.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2002

_____. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 1996/2009.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Programa Município Verde Azul**. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/Municpioverdeazul/o-projeto/> Acesso em: 9 de abr. de 2014 às 12:05

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPÓSITO, Eliseu Savério. SPÓSITO, Maria E. B. SOBARZO e SOBARZO, Oscar (orgs). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TEXEIRA, Everaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local na transformação da realidade**. Salvador-BA: UFBA, 2002.

TRATA BRASIL. **Ranking de Saneamento Básico no Brasil**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/pdfs/Tabela-Ranking.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2014.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORRÊA, Roberto Lobato e PINTAUDI Silvana Maria (Orgs). **A cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VITTE, Claudete de Castro Silva e Keinert Tânia Margarete Mezzomo. **Qualidade de vida, Planejamento e Gestão Urbana: Discussões teórico metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

4

CAPÍTULO

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DOS FATORES GEOGRÁFICOS NAS VARIAÇÕES CLIMÁTICAS EM PEQUENAS CIDADES: O EXEMPLO LAGOA FORMOSA (MG)

de Siqueira Castro, Francielle ^{1*}; Aparecido Costa, Rildo ²

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão e Bolsista CAPES

² Docente do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/ Campus Pontal e Professor convidado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

* e-mail: franciellsiqueiracastro@gmail.com

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo apresentar uma proposição metodológica em busca do entendimento do processo de atuação dos fatores geográficos no clima urbano em pequenas cidades, tendo como exemplo a cidade de Lagoa Formosa (MG). Para tanto foi utilizado de embasamentos bibliográficos que retratam a temática, clima urbano. O Sistema Clima Urbano de Monteiro (1971), foi a base para a proposição metodológica apresentada. Foi utilizado o modelo de transectos móveis, que consiste na demarcação e coleta de dados de temperatura e humidade do ar em pontos espalhados pelo sítio urbano, de forma abarcar, também, os espaços intraurbanos. Os dados foram coletados,

tabulados e especializados em forma de cartogramas de isovalores, apresentando a realidade térmica do recorte de estudo. É preciso ficar claro que esta é uma de muitas metodologias para análise do clima urbano. Por se tratar de uma pesquisa em andamento ainda não é possível apresentar dados concretos sobre a estrutura termohigrométrica do referido recorte de estudo.

Palavras-chave: Clima urbano; Proposição metodológica; Lagoa Formosa (MG)

de Siqueira Castro, Francielle; Aparecido Costa, Rildo; "PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DOS FATORES GEOGRÁFICOS NAS VARIAÇÕES CLIMÁTICAS EM PEQUENAS CIDADES: O EXEMPLO LAGOA FORMOSA (MG)", p. 61-78 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap04

1. INTRODUÇÃO

Atualmente as alterações climáticas têm ganhado visibilidade diante dos membros da comunidade científica, ambientalista, política entre outras, na busca de discussões para minimização de impactos gerados pela atuação do homem no ambiente, principalmente em áreas urbanas. O reflexo da influência antrópica sobre o espaço urbanizado traduz-se em diversos fenômenos ambientais urbanos como ilha de calor, efeito estufa, poluição atmosférica, inversão térmica, impermeabilização do solo. Estes se configuram como um dos fatores que garantem, com maior frequência, impactos às cidades, provocados através das alterações, tanto na temperatura e umidade relativa do ar, quanto na vegetação, resultando em um desconforto ambiental, o que implica na qualidade de vida da população.

As discussões sobre corruções climáticas tem sido foco, não apenas no âmbito das metrópoles, mas também em cidades ditas médias ou de pequeno porte, visto que é no meio humanizado que aflora uma gama de condições desfavoráveis à qualidade de vida e à falta de manejo ambiental ou de soluções alternativas, o que desencadeia sérias consequências ao meio natural, exigindo ações reparadoras no âmbito do poder público a fim de reduzir os impactos provocados pelo homem que, no afã de ampliar seus lucros financeiros, agridem e degradam a natureza. Tomando como base as análises e interpretações de estudos em climatologia geográfica urbana, percebe-se que o universo citadino está amplamente aberto ao que há de mais interdisciplinar, e isso vem de encontro ao fato de as cidades terem se tornado cada vez mais a morada do homem e constitui-se, portanto, em um lugar onde se produz economicamente, onde centralizam serviços, negócios, pessoas, automóveis, edificações.

A “expulsão” da população do meio rural, o conseqüente aumento da urbanização e a intensa ação antrópica sobre o meio físico, são alguns dos fatores que favorecem as modificações na estrutura urbana até então vivenciada. Espaços considerados impróprios para aglomerações são ocupados e ainda, espaços antes desocupados são utilizados para construção de novos loteamentos e, por conseqüência, acarretam na ampliação da área impermeabilizada provocando, assim, outros impactos ao ambiente.

Este artigo tem por objetivo apresentar uma proposição metodológica em busca do entendimento do processo de atuação dos fatores geográficos no clima urbano em pequenas cidades, tendo como exemplo a cidade de Lagoa Formosa (MG). Para tanto, será considerado a estrutura térmica e umidade relativa na cidade e seu entorno.

O mesmo se justifica pela inserção do clima urbano em um sistema

onde consegue importar energia através do seu ambiente, sendo assim, palco de uma sucessão de eventos que articulam diferenças de estados, mudanças e transformações internas que se enquadram na categoria dos “sistemas abertos”. Estes eventos variam de acordo com o uso do solo e as características geológicas do lugar, o que leva a busca pela compreensão da paisagem e de suas estruturas de forma detalhada e isso contribui para sua interpretação.

Para o desenvolvimento deste artigo foram selecionados alguns trabalhos tidos como referências indispensáveis nos estudos de clima urbano, para que assim pudessem ser apontadas algumas metodologias. Para os estudos buscamos nomes como: Drew (2011), Mendonça (1994, 2001 e 2003), Monteiro (1975), Sant’anna Neto (2008) entre outros.

Cabe destacar que a pesquisa está em andamento e, por esse motivo, ainda não é possível apresentar dados concretos sobre a estrutura termohigrométrica do referido recorte de estudo.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O recorte espacial do trabalho trata-se do município de Lagoa Formosa, localizado na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, situado entre as coordenadas geográficas de 18° 46' 44" S e 46° 24' 28" O (Figura1).

Geograficamente o município está situado a aproximadamente 456 km da capital do país - Brasília, 374 km da capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte e 233 km de Uberlândia, cidade de destaque no cenário econômico da Mesorregião.

Do ponto de vista dos aspectos físicos o local possui o clima caracterizado como tropical, com verão quente e úmido. O inverno é seco, com temperaturas amenas, estas características muitas vezes associadas à altitude que é de, aproximadamente, 902 m, se encaixando na classificação climática de Köppen-Geiger como Aw, ou seja, um clima tropical, com inverno seco, de maio a outubro e estação chuvosa no verão, de novembro a abril. A temperatura média do mês mais frio é superior a 18°C. As precipitações são superiores a 750 mm anuais, podendo atingir níveis de até 1800 mm. Esse tipo de clima predomina principalmente na parte oeste do Triângulo Mineiro, praticamente toda a metade norte de Minas Gerais e no sudeste de Minas. A vegetação do município tem predomínio de matas, cerrados, campos e áreas de cultivo (FONSECA, 2006).

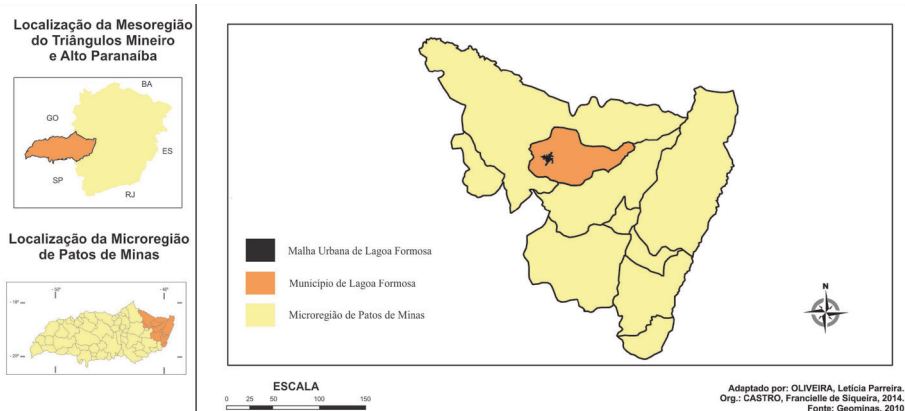


Figura 1- Localização do município de Lagoa Formosa (MG), 2013.

Fonte: Geominas, 2010. Org: CASTRO, F.S. 2013.

Os aspectos demográficos apontam que sua população atingiu em 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 17.161 habitantes e a estimativa para 2013 foi que a população saltasse para 17.885 moradores, com esses valores, dentro das definições adotadas pelo IBGE (2010) o município se enquadra como de pequeno porte em que: “municípios de pequeno porte 1 – até 20.000 hab.; municípios de pequeno porte 2 – de 20.001 até 50.000 hab.; município de médio porte - de 50.001 até 100.000 hab. e município de grande porte: de 100.001 até 900.000 hab”. Desse total, uma quantidade significativa encontra-se na área urbana, chegando a aproximadamente 75% de taxa de urbanização, distribuída em uma área total de aproximadamente 844,539 km² (Tabela 1).

Tabela 1 - Lagoa Formosa-MG: população total/rural/urbana e taxa de urbanização - 1991, 2000 e 2010.

	POPULAÇÃO (1991)	% DO TOTAL (1991)	POPULAÇÃO (2000)	% DO TOTAL (2000)	POPULAÇÃO (2010)	% DO TOTAL (2010)
POPULAÇÃO TOTAL	15.949	100	16.293	100	17.161	100
URBANA	8.630	54,11	10.848	66,58	12.967	75,56
RURAL	7.319	45,89	5.445	33,42	4.194	24,44
TAXA DE URBANIZAÇÃO	-	54,11	-	66,58	-	75,56

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Org.: CASTRO, F. S. 2013.

A economia da cidade se baseia na agropecuária, no comércio e na prestação de serviços. Conta com pequenas empresas comerciais e industriais, destacando-se principalmente na agricultura com produtos como feijão, milho, mandioca, café, leite entre outros. (Tabela 2).

Tabela 2 - Produto Interno Bruto por Setor da Economia - Lagoa Formosa, Minas Gerais e Brasil, 2013.

	LAGOA FORMOSA	MINAS GERAIS	BRASIL
AGROPECUÁRIA	85.285	15.568.048	105.163.000
INDÚSTRIA	11.036	54.306.183	539.315.998
SERVIÇOS	83.817	97.398.820	1.197.774.001

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2013. Org.: CASTRO, F.S. 2013.

Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) apontados pelo Atlas Brasil assinalam que o município, em 1991, possuía um índice que girava em torno de 0,689. Já nos anos 2000, percebeu-se um aumento e uma consequente melhoria para 0,750 e, na última avaliação no ano de 2010, o índice baixou para 0,703.

Com a expansão e a reconfiguração do espaço urbano, via processo de urbanização, alguns locais ganharam novas formas e, é neste contexto que se pauta o estudo. A cidade passa de predominantemente rural para urbana, e isso faz com que novas configurações apareçam em seus aspectos climáticos.

Cabe aqui ressaltar que, por se tratar de um município mineiro de pequeno porte, poucos estudos foram desenvolvidos acerca de suas características físicas geográficas. Justifica-se, assim, a importância de estudos desse tipo no que tange o município em questão, ressaltando a importância para futuros estudos na área.

3. ESTUDOS CLIMÁTICOS URBANOS E SEUS IMPACTOS NO AMBIENTE, SOB O OLHAR DAS PEQUENAS CIDADES

O desenvolvimento significativo do setor industrial em meados do século XX foi um dos motivos pelo qual o campo brasileiro começa a perder visibilidade perante aos centros urbanos que se intensificaram, um processo que proporciona

uma nova caracterização da divisão territorial do trabalho, na qual o modelo urbano-industrial começa a ser tomado como ponto central. As transformações que ocorreram são resultados da inserção do país no processo de globalização e culminaram, com a integração nacional, no resultado manifestado na formação e ampliação de uma rede urbana nacional.

Diante deste contexto, grande parte das áreas pertencentes ao Cerrado, no Brasil, passou a se organizar no modelo agrícola moderno e, então, após os anos de 1970 a “antiga” estrutura da fazenda autossuficiente perde significado para as atuais dinâmicas que envolvem as relações tipicamente capitalistas. Assim, os vínculos com a indústria, com a agroindústria e com o capital financeiro se tornam intensos. E é nessa mesma conjuntura que se iniciam os fenômenos de descentralização industrial e da modernização agrícola, os quais além de promover mudanças no padrão da divisão territorial do trabalho, favoreceram o crescimento das cidades, especificamente as pequenas e médias cidades, modificando para a atual rede urbana brasileira.

Os municípios de pequeno e médio porte começam a ganhar mais visibilidade no sistema urbano brasileiro entre os períodos 1970 a 1990, tendo a maioria intrínseca relação com o campo (SILVA e SOARES 2010).. Com o processo de globalização, observa-se que as relações entre as cidades vêm se tornando cada vez mais complexas, tendo essas atraído investidores nacionais devido às instalações que movimentaram o comércio local, enquanto os centros metropolitanos tendem a produzir serviços especializados e gerenciais. As pequenas e médias cidades tem se tornado verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, junto aos movimentos acumulativos próprios da contemporaneidade.

Portanto essas cidades constituem-se em grandes desafios para a pesquisa em Geografia no Brasil por diversos motivos. Um deles é a difícil aquisição de produções acadêmicas significativas sobre essa temática, mas há de ser levado em consideração que a urbanização brasileira também é algo novo no cenário brasileiro se comparado aos demais países europeus ou mesmo americanos. Todavia, os estudos relacionados a essa temática, os recortes demográficos, classificação ou mesma a definição de pequena cidade são complexos e necessitam de atenção especial com um capítulo à parte a ser discutido.

Diante destes apontamentos fica clara a importância de estudos voltados ao entendimento das pequenas cidades, visto que esses trabalhos possibilitarão não só aumento das discussões bibliográficas do assunto, como, também, contribuirão para o planejamento, tanto o intraurbano quanto o interurbano. Com a criação de ações junto aos municípios acarreta-se a possibilidade de avaliação das potencialidades locais e suas fragilidades e, assim, diretrizes,

prioridades e estratégias poderão ser criadas a fim de se alcançar os objetivos definidos em médio e longo prazo. Diante desses pressupostos será trazido na sequência, discussões sobre a relevância dos estudos climáticos na dinâmica geográfica urbana.

Nos últimos anos a população urbana se multiplicou com velocidade e ocupou os mais inimagináveis espaços nas áreas urbanas se adaptando com facilidade às condições a ele delimitadas: climáticas, topográficas, espaciais, sociais dentre outras. Nessa perspectiva Santos (1996, p. 37) diz que há um espaço habitado “segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas”.

Esse espaço, apontado por Santos (1996) e suas alterações, principalmente no que diz respeito às condições climáticas, tem sido foco de estudos. As preocupações com as alterações atmosféricas da cidade e de seus arredores têm sido tratadas antes mesmo da revolução industrial e, com seu desenvolvimento, as preocupações se tornaram mais evidentes, o que despertou para os primeiros estudos do clima urbano. Porém, foram nas últimas três décadas (1980-2009) que o homem passou a observar, de forma mais atuante, as mudanças sensíveis nas escalas microclimáticas e mesoclimáticas. Com as variações no clima nas últimas décadas, observa-se marcantes alterações no ritmo climático, como secas intensas, chuvas calamitosas. Estes fenômenos atmosféricos conhecidos hoje como “eventos extremos” fazem parte dos “desvios” em relação à média e, esses desvios, participam do quadro “habitual” do clima. Na concepção de Monteiro (1991),

[...] a ideia do negativo e do desfavorável ou maléfico dos eventos naturais extremos ou acidentais merece [...] outra reflexão [...] Um impacto pluvial calamitoso desabado sobre uma cidade poderá, apesar dos negativos, ter contribuído para despoluir uma atmosfera local gravemente afetada [...] Isto, evidentemente depende da intensidade do impacto, geralmente tanto mais “negativo”- grifos do autor- quanto mais forte. (MONTEIRO, 1991, p.12-13).

No Brasil os estudos sobre o clima urbano ganhou destaque a partir da década de 1960 quando os problemas ambientais, como poluição do ar e inundações, se tornaram mais intensas, principalmente nas grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Este fato colaborou para que estudiosos da área se preocupassem em expandir as pesquisas no cenário brasileiro, sobre as alterações climáticas.

Monteiro (1975), em sua tese “Teoria e Clima Urbano”, apresenta-se como um dos incentivadores na área do clima urbano. Buscou novas abordagens metodológicas para o estudo e fez associações entre os elementos do SCU – Sistema Clima Urbano (ação ecológica natural, fenômeno da urbanização). Assim, o ambiente natural não é desvinculado do social. Com essa concepção, ele define o clima urbano como “um ‘Sistema Singular’, abrangendo um fato natural (clima local) e um fato social (a cidade), - grifos do autor - analisado através de canais de percepção humana.” (GONÇALVES, 2003, p. 77).

Para que o entendimento das alterações nos fatores climáticos seja elucidado, vê-se a necessidade de conhecer, também, os conceitos de clima na visão de diferentes autores. Cabe lembrar que essas definições são aperfeiçoadas de acordo com as transformações no espaço-tempo, de forma que retrate melhor a realidade de estudo.

Hann (1884 apud MONTEIRO, 1975, p. 6) define clima como “o conjunto dos fenômenos meteorológicos que caracterizam a condição média da atmosfera sobre cada lugar da Terra”. As carências dessa definição se encontram, primeiramente, por corresponder a uma média destituída de realidade para caracterizar os elementos do clima e, em segundo lugar, por apresentar caráter estático, artificial, não mencionando o desenvolvimento dos fenômenos no tempo, o que certamente não se aplica às atuações climáticas, visto que, os estudos não devem se atentar à média e, sim, aos eventos ocasionais marcantes dentro de um período muitas vezes não revelado nas médias e, ainda, o clima deve ser visto como um fator em constante movimento.

Levantamentos pautados em discussões sobre a climatologia apontam que o melhor conceito aplicado ao real caráter dinâmico do clima é o de Sorre (1934 apud TARIFA, 2001, p.12), propõe que “o clima é a série de estados atmosféricos acima de um lugar em sua sucessão habitual”. Nessa perspectiva é sugerido um novo modelo aos estudos climáticos: substitui-se a média pelo ritmo. Isso faz com que a sucessão dos estados atmosféricos (tipos de tempo) seja observada por meio da interação dos elementos climáticos associado à circulação atmosférica. Conti (1996) sugere que não se faz necessária aquisição e análise de períodos longos de observações de registros climáticos para alcançar um resultado, às vezes apenas uma avaliação de uma dada estação do ano é suficiente para análise e obtenção de resultados satisfatórios na explicação de determinados fenômenos. Isso dependerá do objetivo proposto junto à realização das análises. Sobre esta questão, Monteiro (1971, apud MENDONÇA, 2001, p.21) descreve que,

[...] o ritmo climático só poderá ser compreendido através da representação concomitante dos elementos fundamentais do clima em unidades de tempo cronológico pelo menos diária, compatíveis com a representação da circulação atmosférica regional, geradora dos estados atmosféricos que se sucedem e constituem o fundamento do ritmo.

Ainda sobre o ritmo, Monteiro (1971, apud SANT'ANA NETO, 2008, p. 69) expõe claramente a importância do encadeamento dos tipos de tempo, nos seguintes termos:

[...] somente o fundamento do ritmo, analisado a partir do encadeamento dos tipos de tempo, portanto, na escala diária, seria a única estratégia possível de conciliar a compreensão dos mecanismos atmosféricos com as possibilidades de entendimento do papel do clima como fenômeno geográfico e, portanto, de interferência nas atividades humanas na organização do espaço. Estas idéias pressupõem um caráter qualitativo, mas que possibilita uma analogia com os diversos elementos do espaço geográfico.

Esta interligação entre a dinâmica encontrada junto aos elementos geográficos leva o autor a propor uma outra questão:

Só a análise rítmica detalhada ao nível de 'tempo', revelando a gênese dos fenômenos climáticos pela interação dos elementos e fatores, dentro de uma realidade regional, é capaz de oferecer parâmetros válidos à consideração dos diferentes e variados problemas geográficos desta região. (MONTEIRO, 1971 apud CUNHA & VECCHIA, 2007, p. 144-145).

A avaliação das condições climáticas é dada através da combinação de eventos naturais e culturais como clima-vegetação, clima-vegetação-solo, clima-vegetação-solo-atividade humana. Dessa forma, devem-se observar dois aspectos: a escala (micro, meso ou macro regional) e o conjunto de fatores e elementos climáticos existentes no espaço geográfico, pois se sabe que as alterações climáticas acarretam situações diferentes dependendo do local interferido pela dinâmica das escalas superiores e pelos aspectos ambientais, uma vez que o meio geográfico varia no espaço e no tempo, assim como, a dinâmica de sua escala. Neste sentido Ribeiro (1993) aponta que:

O clima é regido por um conjunto integrado de fenômenos que se fundem no tempo e no espaço, revelando uma unidade ou tipo passíveis de serem medidos em seu tamanho (extensão) e em seu ritmo (duração). [...] A cada nível escalar deve corresponder uma abordagem específica, no sentido da coerência entre extensão e duração do fenômeno climático com as técnicas analíticas, desde a obtenção dos dados, passando pelo seu tratamento estatístico – matemático, até a sua apresentação gráfica e cartográfica (RIBEIRO, 1993, p. 288).

No caso das alterações climáticas desenvolvidas na escala de análise das cidades ressalta-se que devem ser ligados a essas variáveis fatores que contribuem para diferenciações climáticas dentro desse espaço (qualidade do material utilizado nas construções, arranjo do arruamento, rugosidade, asfalto, pouca ou nenhum espaço verde) e ao desenho urbano que não é, na maioria das vezes, adaptado ao tipo de clima da região. Essas diferenciações criam microclimas dentro da cidade pelo desempenho térmico de acordo com as várias formas de uso e ocupação do solo. É o que Chandler (1962, apud VIDAL, 1991, p. 31) chama de “coleção de microclimas”.

Cabe ressaltar, neste ponto, que a noção de escala em climatologia facilita a escolha das categorias climáticas a partir do momento que se tem em mente os objetivos do estudo e a natureza das informações dispostas. Há, portanto, a necessidade de hierarquização das ordens de grandeza, pois a partir do momento que se caminha em direção a unidades menores o número de variáveis torna-se significativamente maior. Da mesma forma, à medida que reduzimos as unidades espaciais sujeitas às análises, as velocidades das mudanças temporais, também, se alteram. Trata-se de usar o tipo de escala de acordo com a realidade da pesquisa, fontes e dados necessários face aos resultados que se pretende alcançar.

A partir, das discussões realizadas é preciso destacar que as alterações no clima não estão presentes apenas na paisagem urbanística, mas em todo quadro geoecológico, através de tudo que leva o homem a desenvolver-se economicamente. Implica-se, assim, em um processo de transformação e produção. Com isso ocorre a necessidade de adotar atitudes bem pensadas e planejadas para instalação de indústrias poluidoras como a petroquímica, fato complexo, pois o homem, como afirma Monteiro (2003, p. 38), “[...] antes de degradar o ambiente natural, muitas sociedades humanas, em suas relações econômicas e mesmo sociais, degradam o próprio homem, o que reflete, sobretudo na cidade.”

Diante do exposto, é possível afirmar que nenhuma cidade, seja de pequena a grande porte, está imune às consequências provocadas pela ação antrópica, que reconfigura o espaço urbano e as variações climáticas e exige estratégias capazes de manter um equilíbrio entre o ambiente natural e o artificial.

De modo recente as médias e pequenas cidades começaram a despertar o interesse pelos pesquisadores no que diz respeito aos estudos do ambiente climático, embora, ainda se observe carência bibliográfica quanto à temática ligada a tal estudo, “[...] fato que eleva o arcabouço de conceitos produzidos até o presente, a uma dimensão de alta relatividade, pois, os que foram produzidos leva em conta, sobretudo, aglomerações urbanas de grande porte e metropolitanas” como afirma Mendonça (2003, p.96). Neste estudo, ao relatar as diferentes características presentes entre as cidades de grande porte, metropolitanas e de porte médio/pequeno destaca que a última apresenta “[...] consideráveis facilidades para a identificação de suas paisagens intraurbanas; estas, previamente identificadas, permitirão uma melhor compreensão da interação sociedade-natureza na construção do clima urbano.” Mendonça (2003, p.96).

E é nessa configuração que se pauta a pesquisa. É através do entendimento da dinâmica intraurbana que haverá a possibilidade da análise da influência dos fatores geográficos na dinâmica climática na cidade de Lagoa Formosa (MG).

4. O SISTEMA CLIMA URBANO (SCU): UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA ANÁLISES CLIMÁTICAS EM PEQUENAS CIDADES - O EXEMPLO LAGOA FORMOSA (MG)

Sabemos que é na etapa metodológica que o pesquisador delimita onde e como será desenvolvida a pesquisa e, ainda, indica como e quais ferramentas serão utilizadas para se chegar às respostas. Para tanto, os resultados satisfatórios só serão possíveis com a intercalação das pesquisas teórica, documental e de campo, que darão sustentação nas discussões empíricas e base para os resultados alcançados durante todo o trabalho.

A proposição metodológica fundamenta-se em teorias propostas no SCU, desenvolvido por Monteiro (1975), iniciador das construções teórico-metodológico do estudo sobre o clima urbano de cidades de porte médio e pequeno. No SCU, as interações entre a atmosfera e a cidade são analisadas por meio de três canais de percepção humana: 1º – denominado de “conforto térmico” está relacionado ao subsistema termodinâmico, notadamente quanto

às ilhas de calor/frescor que se manifestam sobre o espaço urbano; 2º – chamado de “qualidade do ar” é referente ao subsistema físico-químico, que consiste no estudo da poluição e de suas implicações para a cidade e seus habitantes; e o 3º é o do “impacto meteórico”, que trata do subsistema hidromecânico, cujo foco está nas questões ligadas às inundações, aos movimentos de massa (por exemplo, escorregamentos) e a outros problemas provocados pela precipitação pluvial e seu escoamento sobre a superfície da cidade.

O presente trabalho vinculará ao primeiro canal (conforto térmico, subsistema termodinâmico) e, baseando-se nesta proposta, Mendonça (2003) elaborou um roteiro como base metodológica em quatro fases, às quais também serão seguidas para desenvolvimento desta pesquisa, sendo elas: demarcação do campo de análise e do subsistema climático a ser estudado (termodinâmico, impactos hidrometeorológicos e físico-químico); fundamentação cartográfica; setorização da cidade em ambientes geográficos diferenciados (análise espacial); levantamento das características climáticas dentro de uma abordagem genética; definição dos pontos de amostragem e periodicidade da coleta de dados em campo; realização de trabalho de campo - mensuração dos elementos climáticos em diferentes momentos do dia (escala horária), dos meses e do ano e definição e análise das características específicas do clima urbano estudado, formulando sugestões na perspectiva do desenvolvimento e planejamento da cidade.

Em suma, propõe-se um trabalho sob a perspectiva do método de transectos móveis, que consiste na demarcação de pontos espalhados pelo sítio urbano, de forma a abarcar, também, os espaços intraurbanos. Para a cidade de Lagoa Formosa foram escolhidos 9 pontos distribuídos por toda extensão da cidade (Imagem 1).

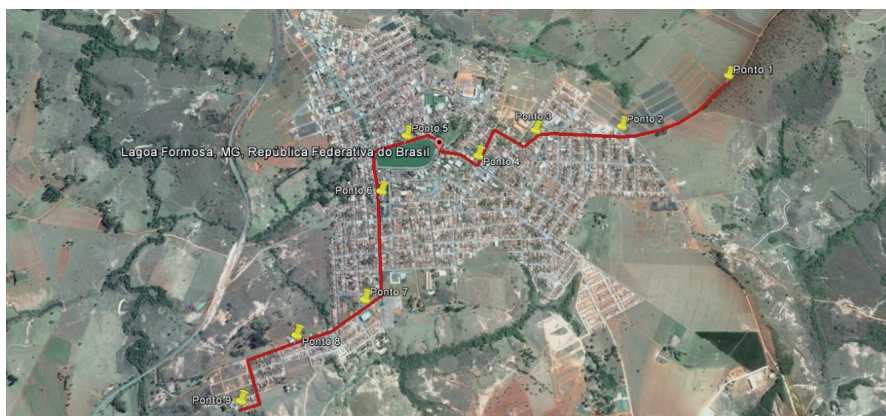


Imagem 1 – Lagoa Formosa (MG): localização dos pontos de coleta de dados, 2014.

Fonte: Google Earth, 2014

Os dados são adquiridos por aparelhos climatológicos, dos quais se sugere data logger; termo-higrômetro digital portátil; termo-anemômetro digital e um GPS - com bússola - (Figura 2) com coletas durante 10 dias no inverno e 10 dias no verão, nos períodos de 09:00, 15:00 e 21:00 horas.



Figura 2 – Aparelhos climatológicos

Fonte: Google imagens, 2014. 1) data logger; 2) termo-higrômetro digital portátil; 3) termo-anemômetro digital3 e 4) GPS4

Após a aquisição dos dados em campo os mesmos devem ser sistematizados, organizados em quadros, tabelas e gráficos. A sugestão é que se use a ferramenta Microsoft Excel[®] e, posteriormente, especializados através da interpolação e representação espacial com o auxílio de softwares. O mais utilizado neste tipo de trabalho se trata do Surfer for Windows[®], cuja função é a elaboração de cartogramas de isovalores atribuídas ao campo térmico. Organizadas em escalas de cores para os valores adquiridos demonstram a distribuição espacial da temperatura e da humidade no espaço urbano em todos os episódios, para os três horários de coleta (Imagem 2). Intuindo uma melhor compreensão dos dados junto às análises realizadas em campo, serão obtidas as Cartas Sinóticas de cada episódio para avaliação e correlação das informações (Imagem 3).

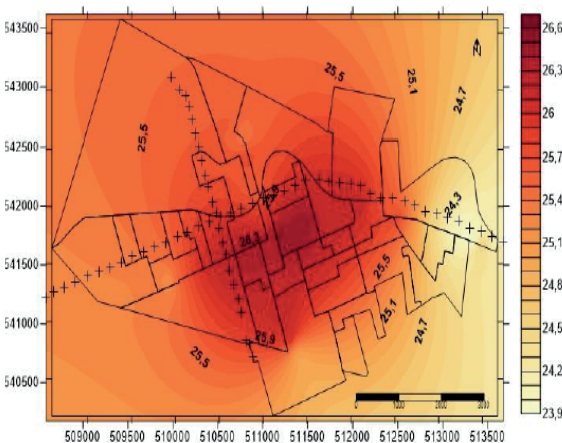


Imagem 2 – Rancharia (SP): cartograma de campo térmico, 2014

Fonte:Teixeira e Amorim, 2014.

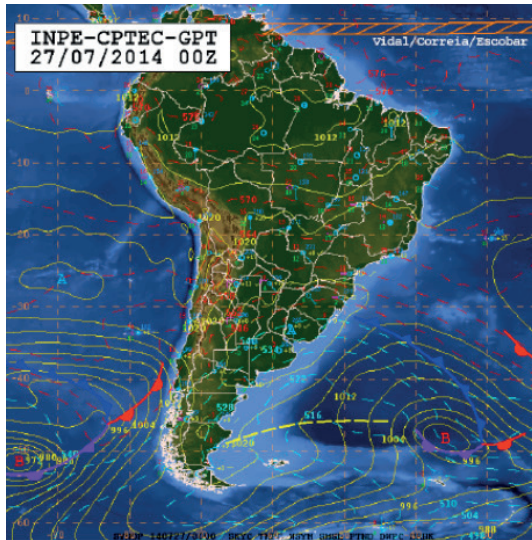


Imagem 3 – Carta Sinótica Jul/2014

Fonte: Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), 2014.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, diante dos apontamentos é preciso ficar claro que a metodologia aqui apresentada, não é a única para o desenvolvimento de trabalhos ligados ao clima urbano. Porém, a partir dos estudos e das leituras realizadas, a mesma se mostrou eficaz diante dos resultados e objetivos esperados ao final de todo o trabalho.

Pautando-se em análises da área geográfica é possível visualizar que os estudos das variáveis climáticas não são suficientes para transpormos todos os entraves de ordem estrutural da cidade. Porém, este estudo, mesmo de forma pontual, proporciona a identificação da realidade urbana. Nesse sentido, a abordagem da temática faz com que entre em evidência a importância, não só do planejamento do meio físico urbano voltado para as características socioeconômicas, mas, também, do olhar voltado para os elementos naturais e sociais.

Cabe destacar que este trabalho trata de um fragmento do pré-projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós-graduação em Geografia ofertado pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, e muitas contribuições são esperadas para a execução final do trabalho. Como já mencionado, por se tratar de uma pesquisa em andamento, ainda não é possível apresentar dados concretos sobre a estrutura termohigrométrica do referido recorte de estudo.

Title: METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR ANALYSIS OF THE IMPACT OF GEOGRAPHICAL FACTORS ON CLIMATIC VARIATIONS IN SMALL TOWNS: THE EXAMPLE LAGOA FORMOSA (MG)

Abstract

This study aimed to present a methodological proposition for the understanding of the performance of process geographical factors on the urban climate in small towns, taking as an example the city of Lagoa Formosa (MG). For both it was used of ramming that depict the thematic bibliographic, urban climate. The urban Climate System Monteiro (1971), was the basis for the methodological proposal presented. We used the model of transects, furniture which consists in marking and collecting data of temperature and humidity in points scattered throughout the urban site, so embrace, too, the intraurbanos spaces. The data were collected, tabulated and specialised in cartogram form isovalues, showing the reality of the thermal cutout of study. It must be clear that this is one of many methodologies for the analysis of urban climate. Because it is an ongoing research is not yet possible to present concrete data on the termohigrométrica structure of the said study clipping.

Keywords: Urban Climate; Methodological proposition; Lagoa Formosa (MG)

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ACSELRAD, Henri. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Henri Acselrad (org). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CARLOS Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: LABUR, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARLOS, A.F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 157.
- CHAVES, M. R. **Descentralização da política Ambiental no Brasil e a Gestão dos Recursos Naturais no Cerrado Goiano**. 2003. 187 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal Paulista, Rio Claro, 2003.
- CHIZZOTTI, **A Pesquisa em Ciências humanas e sociais**. S.Paulo:Cortez,1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1997.
- DUARTE, F. **Planejamento Urbano**. Curitiba: IBPEX, 2007.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, .1999.
- GUERRA, Antônio José Texeira; CUNHA, Sandra Baptista. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 8^o. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 418 p.
- INTSITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Sobre a Cidade de Franca/SP**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351620&search=|infogr%E1ficos:informa%E7%F5es-completas> Acesso em: 15 de jun. de 2014 às 14:10
- LOPES, Rodrigo. **A Cidade Intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).
- MALHEIROS, Telma Marques, **Política e planejamento ambiental**. 3. ed. rev. e atual., 3.reimpr. Rio de Janeiro: Thex, 2009. 480 p.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias — Planejamento urbano no Brasil. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**: Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2014.
- MARICATO, Ermínia. Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In. São Paulo: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC, 2009.
- MILARÉ, Édis. Política Ambiental Brasileira. In: TAUKE-TORNISIELO et all. (Orgs.)**Análise Ambiental: Estratégias e Ações**. São Paulo: T. A. Queiroz / UNESP, 1995.
- PALÁCIO DO PLANALTO. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>

br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em 5jul. de jul. 2014 às 20:50.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Produção do espaço e ambiente urbano**. In Sposito, M. Encarnação(org). Urbanização e Perspectivas. Unesp. 2001, p. 211-230.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **A matriz discursiva sobre o “Meio Ambiente” Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos**. In. A Produção do Espaço Urbano. Contexto. 2011, p. 207-230.

RODRIGUES, Arlete Moyses. M. **O espaço Urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade**. In. Planejamento Urbano no Brasil – Conceito, diálogo e práticas. Santa Catarina: Argos, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moyses. 2013. **Políticas Públicas: FGTS e Planos Diretores. Conteúdos e Significados**. Cidades, Rio Claro, v. 9, n. 16, 2012, p. 11-30.

SANTOS, D.P. **Considerações acerca do meio ambiente: Compreendendo questões socioambientais contemporâneas**. 2013. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba. 2013

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 89.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2002

_____. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 1996/2009.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Programa Município Verde Azul**. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/Municpioverdeazul/o-projeto/> Acesso em: 9 de abr. de 2014 às 12:05

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPÓSITO, Eliseu Savério. SPÓSITO, Maria E. B. SOBARZO e SOBARZO, Oscar (orgs). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TEXEIRA, Everaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local na transformação da realidade**. Salvador-BA: UFBA, 2002.

TRATA BRASIL. **Ranking de Saneamento Básico no Brasil**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/pdfs/Tabela-Ranking.pdf>> Acesso em: 20 de set. de 2014.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORRÊA, Roberto Lobato e PINTAUDI Silvana Maria (Orgs). **A cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VITTE, Claudete de Castro Silva e Keinert Tânia Margarete Mezzomo. **Qualidade de vida, Planejamento e Gestão Urbana: Discussões teórico metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

5

CAPÍTULO

A PESQUISA QUALITATIVA NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS: Um relato de experiência a partir da análise socioambiental

Oliveira Bezerra Polliana ¹; Silva, André Carlos ²; Mendes Ferreira, Idelvone ^{3*}

¹ Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do estado de Goiás (FAPEG). Membro do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos em Geologia e Mineração (NEGeM) e Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais Regional Catalão (NEPSA/CNPq) CAC/UFG.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais Regional Catalão (NEPSA/CNPq) CAC/UFG.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão Coordenador e Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais / Regional Catalão (NEPSA/CNPq) CAC/UFG.

* email: idelvoneufg@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão metodológica das técnicas e procedimentos empregados durante desenvolvimento do estudo empírico cujo tema central objetiva analisar a relação sociedade/natureza a partir da exploração mineral decorrentes da exploração de Urânio na província Uranífera de Caetitê/ Lagoa Real, região Centro Sul do Estado da Bahia, e os aspectos socioambientais decorrentes dessa. A intenção é refletir a partir de um relato de experiência à luz da pesquisa qualitativa sobre os estudos geográficos como esses procedimentos e técnicas podem ser delineados na perspectiva dos estudos socioambientais. Com efeito, o estudo de campo se baseou na técnica da observação participante,

com uso de diário de campo e entrevista semiestruturada para fins de coleta de dados, além de se configurar como exploratória – que prepara o pesquisador para as atividades de campo - e explicativa. Durante o processo, outros recursos também foram utilizados, como: registro fotográfico, pesquisas documentais como o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), documento que compõe parte das exigências legais para a obtenção da licença ambiental junto aos órgãos fiscalizadores e levantamento bibliográfico. Desse modo, o presente artigo apresenta os procedimentos e técnicas empregadas durante a realização da pesquisa, cujos resultados ainda são preliminares.

Palavras-chave: Aspectos socioambientais; Metodologia; Mineração

1. INTRODUÇÃO

O estudo empírico possui relevância nas ciências ambientais, pois proporciona a concretização da teoria e, através dele, transpõem-se os conhecimentos teóricos para a realidade. Refere-se a um momento de observação, comparando dados teóricos com a realidade que pode ou não ter modificações recentes. Esta prática oferece subsídios para por em discussão e comprovar a teoria analisada e proporciona a comprovação do teórico constatado no contato físico visual.

Nessa perspectiva, podem-se observar, na ótica ambiental de áreas urbanas ou rurais, situações de escassez, acesso desigual aos recursos naturais e conseqüentemente, a disparidade na distribuição de renda, ingredientes que certamente colaboram para situações de conflito.

Tais elementos se configuram como temas para debates que envolvem movimentos ambientalistas, comunidades locais, entidades sindicais, estudiosos, gestores públicos e empreendimentos mineradores. De modo que, informações sobre interesses, disponibilidade e restrições ambientais permitem a implementação de uma política de ordem legal ou administrativa onde atores envolvidos no processo possam colaborar com a aplicação de diretrizes capazes de afirmar o componente socioambiental existente no que tange a exploração de recursos naturais e, especialmente, recursos minerais.

Partindo dessa reflexão, a extração mineral é uma atividade propulsora do desenvolvimento, tendo participação no desenvolvimento econômico de muitas nações. Estando presente em necessidades básicas como agricultura, habitação, transporte, infraestrutura, meios de comunicação e desenvolvimento tecnológico (Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM, 2013).

Muito embora seja uma atividade de expressiva participação na economia, a atividade minerária gera ônus, uma vulnerabilidade que não é facilmente encontrada em outra atividade antrópica (Ministério de Minas e Energia MME, 2009). O modo como a mesma é exercida há que se considerar os aspectos socioambientais envolvidos, uma vez que se constitui como uma atividade de vulnerabilidade tanto do âmbito social, econômico, bem como, ambiental.

Partindo dessa premissa, o principal objetivo desse trabalho, que compõe pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, é apresentar um relato de experiência dos procedimentos metodológicos aplicados durante estudo empírico sobre o debate acerca da relação sociedade/natureza, a partir da exploração mineral, dentro da perspectiva de estudos socioambientais, ou seja, para áreas de mineração, e como esta reflete na materialidade das questões contemporâneas.

A área de estudo justificou-se pelo processo de crescimento econômico e transformações na paisagem alicerçado em planos governamentais de geração de energia eólica, nuclear e exploração mineral. A partir deste contexto, é necessário pensar e planejar políticas públicas de cunho tanto econômico quanto ambiental e social.

2. UM OLHAR SOBRE O CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa lançou seu “olhar” sobre o município de Caetité (BA), olhar que, segundo Bosi (2006, p. 66), “é movimento interno do ser que se coloca em busca de informações e de significações”. “O ato de olhar significa um dirigir a mente para um ‘ato de intencionalidade’, um ato de significação que, para Husserl, define a essência dos atos humanos” (BOSI, 2006, p. 65. Destaques do autor). Bosi escreve, ainda, que “o olhar está enraizado na corporeidade humana, enquanto sensibilidade e enquanto motricidade” (BOSI, 2006, p. 66),

Ao mesmo tempo em que se escolheu o tema, decidiu-se pelo espaço geográfico do Distrito de Maniaçu, zona rural de Caetité (BA), como lugar de estudo, devido às características que marcam esse Distrito, sobretudo pelo fato de sediar a empresa estatal responsável pela exploração de Urânio, as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa mista vinculada à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). É encarregada, segundo as leis nº 4.118/1962, 5.740/1971 e 6.189/1974, de promover, no país, a exploração do urânio, desde a mineração à fabricação do combustível que gera energia elétrica nas usinas nucleares.

3. A PESQUISA QUALITATIVA NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

A pesquisa atinge o município de Caetité (BA) – Centro Sul baiano, com 52 mil habitantes (IBGE, 2013), e envolve três comunidades: Juazeiro (distante 11 km da plataforma da usina de Urânio), Riacho da Vaca (distante 4 km) e Barreiro (distante 6 km,); essas comunidades foram definidas a partir da proximidade com a mineradora. O recorte temporal do estudo parte do ano de 2000 aos dias atuais, década em que se iniciou a exploração do minério de Urânio no município.

Para dar suporte teórico-metodológico a essa pesquisa adotou o método dialético considerando que, por meio deste, segundo Lefévre (1983, p.171):

“[...] os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vistas, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam... [...] Elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo”. Diante disso, a opção por este método se justifica pela possibilidade de analisar a relação entre mineradora e comunidade, e as consequentes transformações socioambientais oriundas dessa atividade para as comunidades do entorno do empreendimento.

A concepção teórico-metodológica proposta, se baseia também na abordagem indutiva, que parte de um caso particular para a generalização, e se alicerça em três fases primordiais: a observação dos fenômenos, a descoberta da relação entre eles, e a generalização da relação. Nesta ótica, Bogdam e Biklen (1994, p. 50) afirmam: “Os estudos qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva”.

Sendo assim, a pesquisa científica em pauta objetiva o uso e a aplicação da metodologia qualitativa como norteadora para seu desenvolvimento por acreditar na compreensão/interpretação dos fenômenos sociais que perpassam o âmbito humano/concreto. Porém, apesar da escolha pela metodologia qualitativa, não será estabelecida a dicotomia qualidade/quantidade na pesquisa, pois a recorrência a fontes quantitativas se fez necessária e estas servirão como referência para a compreensão e a leitura qualitativa do objeto de estudo.

4. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS PARA COLETA DE INFORMAÇÕES

Esse estudo está sendo desenvolvido por meio da técnica da observação participante descritiva com o emprego do diário de campo e entrevista semiestruturada para fins de coleta de dados, além de se configurar como exploratória – que prepara o pesquisador para as atividades de campo - e explicativa. Durante o processo, outros recursos também serão utilizados, como: registro fotográfico, pesquisas documentais, entre outros que, no decorrer do estudo, se farão necessários, uma vez que, se completam e constroem o universo de uma pesquisa que tem como pano de fundo a observação participante como forma de mostrar a veracidade e a legitimidade das informações obtidas.

Tais instrumentos foram definidos por se adequarem ao problema da pesquisa e, de igual modo, por melhor auxiliarem na compreensão do fenômeno estudado.

A observação participante determina a participação do pesquisador no local pesquisado e a necessidade de ver o mundo através dos olhos do pesquisado. Muito embora não tenha adquirido uma definição clara nas ciências sociais,

esse instrumento representa um processo de interação entre teoria e métodos dirigidos pelo pesquisador em sua busca de conhecimento sobre a perspectiva humana e a sociedade (HAGUETTE, 2010).

Na pesquisa qualitativa a observação constitui uma técnica valorizada e importante no processo de coleta de dados em pesquisas nas Ciências Sociais. A utilização dessa técnica permite ao pesquisador o contato e a proximidade com o objeto/fenômeno de estudo.

Seguindo a natureza da observação participante, a pesquisa de campo é usada com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos sobre o problema levantado para o qual se procura uma resposta ou para comprovar a hipótese levantada (MARCONI; LAKATOS, 2002).

Outro objetivo dessa fase é descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles, desse modo, a coleta de dados se constitui enquanto busca, procura, pesquisa (SUERTEGARY, 2002). Assim, a investigação de campo, orientada a partir do materialismo histórico dialético, leva à busca dos processos, dos seus elementos e de suas contradições que interagem na organização espacial.

A partir da pesquisa de campo, os autores supracitados relatam que, conforme o pesquisador for se integrando à comunidade, pode-se iniciar o processo de pesquisa propriamente dito. Assim, primeiramente, realizou-se a observação, procurando anotar sistematicamente os resultados das observações em um caderno de campo, conhecido também como “diário de campo”, cujas anotações, segundo os referidos autores, devem ser feitas de duas maneiras distintas:

- a) anotações objetivas, em que são descritos dados, lugares, pessoas, atividades, entre outros; b) anotações subjetivas, em que se colocam no papel as impressões, uma primeira interpretação de fatos, falas, lugares e de momentos observados. Aqui cabe também anotar as impressões das pessoas com quem conversamos como entendem e interpretam as mesmas coisas observadas (RAMIRES; PESSÔA, 2009, p. 193).

Para a realização da coleta de informações, utilizou-se também a técnica da entrevista semiestruturada. Segundo Polit (1995); Ludke, André (1986), para a pesquisa qualitativa essa técnica é a mais indicada, como meio de obtenção de informações. Esse tipo de entrevista permite explorar como os sujeitos alvos do estudo conceituam os problemas ou falam sobre eles e a gama de opiniões ou comportamentos existentes, relevantes ao tópico em questão.

5. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES

A escolha da metodologia adotada na pesquisa é precedida de reflexões e questionamentos em função da natureza qualitativa dos objetivos propostos e da multiplicidade de procedimentos necessários para a coleta de dados. Desse modo, o estudo se divide em pesquisa teórica, documental e pesquisa de campo, procedimentos que serão mencionados, no entanto, não serão discutidos nesse artigo, considerando os objetivos desse.

A pesquisa bibliográfica localiza referências sobre mineração de Urânio, programas socioambientais, discussões que envolvem a categoria paisagem e a relação sociedade/natureza e suas bases epistemológicas. O estudo documental busca analisar os instrumentos legais e normativos que regem áreas ambientais da mineração nos âmbitos federal e estadual e delimita, em termos didáticos e geográficos, as categorias ambientais e sociais de maior relevância e importância para os objetivos da pesquisa.

Simultaneamente ao estudo bibliográfico, serão pesquisados, para levantamentos de dados estatísticos órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados referentes ao número de habitantes da cidade alvo do estudo (Caetité/BA), características geográficas gerais (localização, clima, solo, vegetação, relevo), bem como, características socioeconômicas.

Outros órgãos, igualmente consultados serão: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a fim de apresentar aspectos econômicos da cidade de Caetité (BA); Sistema de Informações Gerenciais do Estado da Bahia (SIGBAHIA), no que tange à classificação dos aspectos de desenvolvimento social e econômico; e dados do Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal e Programa Bolsa Família da Prefeitura Municipal de Caetité (BA), no intuito de apresentar o perfil das comunidades pesquisadas quanto a dados econômicos e índices sociais.

Estão sendo consultadas, ainda, como fontes secundárias, as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), visando conhecer procedimentos técnicos e formas de fiscalização quanto à mineração. E, de igual modo, os órgãos fiscalizadores do empreendimento minerador, o Instituto Brasileiro do Meio ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Com efeito, após a delimitação das comunidades mais próximas do empreendimento minerador validadas pelas visitas de sondagem e levantamento dos dados socioeconômicos, foram realizadas reuniões com os líderes comunitários e contatado o agente de saúde local, com o apoio da secretaria de saúde municipal.

Considerando o cronograma da pesquisa, procedeu-se ao agendamento com os colaboradores da pesquisa, inicialmente três encontros, que fazem parte da etapa das entrevistas pré-testes – necessária para o conhecimento das atividades econômicas desenvolvidas, hábitos culturais, religiosos e aspectos do cotidiano de cada comunidade pesquisada (conhecimento adquirido durante as visitas de sondagem) - momento em que foram apresentados os objetivos do estudo e a justificativa, bem como, os instrumentos utilizados. A fase foi considerada como preparatória, uma espécie de apresentação que se antecipou às questões norteadoras para que os sujeitos alvos possam compreender o universo estudado, objetivando estabelecer elos de aproximação.

Para fins de análise, esse estudo considera como universo central da pesquisa as comunidades que compõem o distrito de Maniaçu, que, segundo dados do Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal e Programa Bolsa Família da Prefeitura Municipal de Caetité/BA (2013), constituem um universo de 177 famílias, com média de 4 (quatro) a 6 (seis) indivíduos por família. Essa junção considera elementos de ordem político-administrativa para fins de administração, planejamento e organização territorial, isso significa que pequenos vilarejos e fazendas próximas são considerados uma só comunidade e recebem localmente uma nomenclatura, assim, o número de famílias que compreende a comunidade Juazeiro é 23, Barreiro, 26 famílias e Riacho da Vaca é constituído por um agrupamento de 21 famílias.

A coleta de dados ocorreu por meio da realização de entrevistas com formulários e questionários previamente elaborados. A aplicação dos formulários para as comunidades considerou um universo de 50% das famílias, haja vista, que nem todas as famílias foram encontradas em suas residências (por motivos alheios à pesquisa) e que foi considerada a liberdade dos sujeitos em aceitarem ou não participar do estudo.

A pós-entrevista é a etapa que se segue à realização das entrevistas. Pode ser realizada sem a presença física do pesquisador no ambiente estudado (telefonemas, entre outros meios), o que não desmerece sua importância, pois a necessidade em estabelecer o contato permanece considerando-se a confiabilidade adquirida nas etapas anteriores (MEIHY, 1996), bem como, a probabilidade de o pesquisador retornar após as conferências das informações fornecidas.

6. PESQUISA DE CAMPO E PAISAGEM

Até a década de 1990, nas localidades rurais do Distrito de Maniaçu, município de Caetité (BA), predominavam as paisagens típicas das atividades agropecuárias tradicionais (agricultura de subsistência), centradas nos cultivos de milho, feijão e algodão, além de outras poucas espécies que possuem importância econômica local, como mandioca. Existe, ainda, uma multiplicidade de espécies cultivadas em pequena escala, frequentemente em quintais ou roçados, cuja produção nem sempre é comercializada, e que, muitas vezes, sequer é citada nos censos e anuários estatísticos.

A paisagem é marcada exclusivamente pela vegetação natural da Caatinga, ao serpentear, perenemente, por quilômetros dentro desse bioma (sertão baiano), e penetrar suas paisagens ao longo do estudo de campo, foi possível fazer o levantamento fotográfico que permitiu ilustrar os resultados qualitativos do estudo ao longo das vias de acesso às áreas selecionadas para amostragem e dentro das formações vegetais predominantes e menos expressivas com a intenção de se qualificar espécies de todos os estratos vegetais (herbáceo, arbustivo, lianas, epífitas) (GIULIETTI et al., 2003).

Para Suertegaray (2002), o trabalho de campo é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e que, fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo. São muitas as estratégias de coleta de dados na pesquisa de campo em uma abordagem qualitativa.

Devido à pesquisa se voltar para a interpretação da percepção das pessoas que moram próximas à área de exploração de Urânio, portanto, enfocando a percepção do ambiente, adotou-se a técnica da observação como principal estratégia em campo. Para tanto, buscou-se embasamento metodológico em Whyte (1977), que apresenta os estudos de percepção ambiental em três estratégias na pesquisa de campo, quais sejam: ouvindo, perguntando e observando. Entretanto, a autora complementa que a melhor estratégia a ser adotada depende do objetivo, da situação de campo e das condições do pesquisador. Apoiando-se nesta autora, o estudo optou, por observar as pessoas como principal estratégia metodológica.

Por meio da observação, segundo Ludke e André (1986, p. 26) se aproxima da “perspectiva dos sujeitos”. Na medida em que o observador acompanha in loco a vivência e as experiências diárias dos sujeitos pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.

Considerando essas características, a observação possibilitou contato direto

com os sujeitos, com os fatos e com os locais da pesquisa, além de contribuir na escolha das paisagens, as quais foram registradas por meio de fotografias.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora o estudo ainda esteja em fase de execução, alguns elementos apontam discussão, haja vista que, ao instalar-se em uma comunidade, um empreendimento sempre causará repercussões com diferentes intensidades para as pessoas que ali habitam. No Distrito de Maniaçu, constituído basicamente por comunidades rurais voltadas para o trabalho familiar na agricultura, a atividade de exploração mineral, repercute de variadas formas na vida das pessoas.

A mineração trouxe novas relações sociais e formas de apropriação da natureza diferente daquelas que eram comuns à comunidade. Em campo foi observado que essas transformações existem, e apesar da atividade de mineração ser recente na região (pouco mais de uma década), dela advém aspectos positivos e negativos. Interessa saber como a empresa e comunidades se relacionam na tentativa de converter intervenções negativas em ações positivas.

Os dados preliminares indicam que os entrevistados descrevem o relacionamento da INB com as comunidades próximas ao empreendimento minerador, através da manutenção constante das estradas, disponibilidade quanto a maquinário e equipamento para limpeza de poços artesianos e terrenos, auxílio com transporte para sede municipal (situações de urgência e emergência) e abastecimento de água, pontos recorrentes na fala das famílias entrevistadas.

Em relação à sede municipal, os dados e análises apontam, particularmente, para a melhoria e expansão de parcerias, por exemplo, oferta de materiais para reciclagem para a cooperativa local; oferta de cursos técnicos profissionalizante em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outros acordos ainda em análise e comprovação por parte dos envolvidos.

Com efeito, a partir dos procedimentos metodológicos implantados durante o estudo empírico, se conclui que: as comunidades pesquisadas de Juazeiro, Riacho da Vaca e Barreiro necessitam conhecer os aspectos que envolvem a exploração de Urânio, bem como, a legislação vigente, a fim de que possam se articular e participar precisamente do processo.

Para tanto, as associações e demais formas de organização através de seus representantes sociais devem abandonar o isolamento das questões que afetam cada comunidade individualmente e assumirem uma postura participativa e

coletiva, encarando os problemas na sua origem, uma vez que, se configura como elemento comum o fato da proximidade com o empreendimento minerador, além dos aspectos econômicos, sociais e culturais.

Destarte, o fortalecimento das instituições locais, a melhoria do funcionamento das forças de mercado e a coordenação dos esforços de todos os atores envolvidos são essenciais para alcançar o processo de desenvolvimento racional a partir da mineração nos lugares que atualmente dependem desta atividade econômica. Resumindo, o papel do Estado, tanto em suas expressões locais como nacionais, é essencial neste âmbito, assim como em todas as esferas do desenvolvimento regional, a exemplo de ONG's e entidades sindicais.

8. CONCLUSÕES

A intenção desse artigo foi apresentar e fomentar uma discussão sobre abordagens metodológicas no viés da pesquisa socioambiental. Para tanto, o diálogo com autores, fornece as bases conceituais necessárias para a discussão à qual a pesquisa se propõe. São discussões que se atualizam constantemente segundo novas concepções e que deverão aprofundar-se no tempo e espaço. Evidentemente, que não se pretende constituir, a partir deste texto, uma “palavra final”, uma vez que nesta área de estudo os pressupostos estão em constante construção.

O estudo empírico dentro do viés da pesquisa qualitativa na Geografia destaca-se pela importância da preparação e da contextualização, para que possa propiciar interesse pelo estudo do lugar vivido e a compreensão das contradições espaciais existentes. Nessa perspectiva, o estudo de campo também se baseia na observação, permitindo um olhar especial sobre os elementos da paisagem, fundamentado na teorização prévia, o que lhe dá autonomia diante da produção do conhecimento, despertando o senso crítico e investigador.

Assim, pode-se afirmar que o emprego da abordagem qualitativa como metodologia se adequa ao estudo proposto, reafirmando o que se apresenta no início, por se adequarem ao problema da pesquisa e, de igual modo, por melhor auxiliarem na compreensão do fenômeno estudado.

Com efeito, ao considerar as técnicas utilizadas o estudo do meio favorece a conceituação geográfica e permite o desenvolvimento de destrezas procedimentais relacionadas com a medição de distâncias, alturas, frequências, além de desenvolver a capacidade de observação, que permite a elaboração de uma visão integrada dos aspectos convencionalmente tratados de modo separado na pesquisa. Também propicia a comparação, identificação de

semelhanças e diferenças entre áreas e paisagens.

Desse modo, o método de pesquisa denominado pesquisa qualitativa trata-se de um procedimento que oportuniza ir além da coleta de dados expressas em percentuais, tabelas e gráficos. Trata-se da soma de diferentes visões de mundo, vivências e hábitos entre pesquisador e pessoas que participam do estudo, proposta que segmenta e traz maior aproximação com a realidade.

Title: The Qualitative Research In Geographical Studies: An Experience Report From The Environmental Analysis

Abstract

This work presents a methodological discussion of the techniques and procedures used during the development of empirical study whose central theme aims to analyze the relationship society / nature from mineral exploration arising from the exploitation of uranium in Caetité / Lagoa Real mineral site, South Central region of the state Bahia in Brazil and the social and environmental aspects from this. The intention is to reflect from an experience report under the light of the qualitative research on geographic studies and how these procedures and techniques can be outlined from the perspective of socio-environmental studies. Indeed, the field study was based on the technique of participant observation, using a field diary and semi structured interviews, for the purposes of data collection and was configured as exploratory - it prepares the researcher for field activities - and explanatory. During the process, other resources were also used, such as a photographic record and document researches (such as the Environmental Impact Report, document that compose part of the requirements for obtaining the environmental license from the regulatory agencies) and literature survey. Thus, this paper presents the procedures and techniques used during the research, whose results are still preliminary.

Keywords: Social and environmental aspects; methodology; mining

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre a política nacional de energia nuclear, cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4118compilada.htm. Acesso em: 11 de nov. de 2014.
- _____, **Lei no 5.740, de 1º de dezembro de 1971**. Dispõe sobre autorizar a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a constituir a sociedade por ações Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - C.B.T.N. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5740.htm. Acesso em: Acesso em: 11 de nov. de 2014.
- _____, **Lei no 6.189, de 16 de dezembro de 1974**. Dispõe sobre alterar a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima – NUCLEBRÁS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6189compilada.htm. Acesso em: Acesso em: 11 de nov. de 2014.
- BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Alegre. Porto Editora, 1994.
- BOSI, A. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, A. (Org.) et al. **O olhar**. 11 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, p. 65-87, 2006. (1ed. 1988).
- DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral. **Mineração no Brasil: Guia do investidor – 2000**. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/guia2000.htm>. Acesso 04 jun. de 2013.
- GIULIETTI, A. M. et al. 2002. Espécies endêmicas da caatinga. In: SAMPAIO, F. A. et al. Vegetação & flora da Caatinga. **Associação plantas do Nordeste**, Recife: CNIP, p. 103-108, , 2003.
- HAGUETE, T. M. F. Metodologias qualitativas. In: **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12ed. Petrópolis: Vozes, p. 57-99, 2010.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros**. Gestão Pública 2002. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Diretoria de pesquisas coordenação de população e indicadores sociais. 122 p. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 17 de jun. 2013.
- INB, Indústrias Nucleares do Brasil. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Relatório anual 2010**. Disponível em: <http://www.inb.gov.br>. Acesso em 17 jun. 2013.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MEIHY, J. C. S. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2000.
- MME, Ministério de Minas e Energia. **Legislação mineral resumida e simplificada 2009**. Disponível em: www.pormin.gov.br/biblioteca/arquivo/legislacao_mineral_resumida.pdf Acesso em: 11 de nov. de 2014.
- Prefeitura Municipal de Caetité. **Cadastro único para os programas sociais do governo federal e programa bolsa família**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> Acesso em 04 de jun 2013.

RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 544.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de Campo. **Geografia Física, geomorfologia: uma (re) leitura**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

WHYTE, A. V. T. **Guidelines for fields studies in environmental perception**. Paris: UNESCO, 1977. (MAB Technical Notes 5).

6

CAPÍTULO

ATIVIDADE TURÍSTICA E QUESTÕES POLÍTICAS AMBIENTAIS NO SETOR ESPLANADA NO MUNICÍPIO DE RIO QUENTE (GO)

Ramos, Roberta Vieira de Oliveira ^{1*}; Ferreira, Idelvone Mendes ²

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Regional Catalão/UFG, Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais/CNPq-CAC/UFG.

² Orientador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Regional Catalão/UFG

* email: rvoramos160175@gmail.com

RESUMO

No contexto de uma nova ordem do mercado mundial, o presente artigo visa analisar uma das fases do turismo, em especial, o processo de desenvolvimento das atividades turísticas que está ligado diretamente às questões socioambientais. Esse crescimento exige ferramentas de controle e um planejamento eficaz, capaz de minimizar os impactos negativos e priorizar os positivos. Nesse contexto, abordaremos os impactos socioambientais decorrentes das atividades do turismo no setor Esplanada, no município de Rio Quente (GO), e suas repercussões no desenvolvimento local e regional no período de 1990 a 2014. Para

tanto, enfocaremos as Políticas Públicas de Meio Ambiente como uma das propostas para minimizar ou solucionar os impactos motivados por essas atividades.

Palavras-chave: Turismo no setor Esplanada; Impacto Socioambiental; Políticas Públicas Ambientais

Ramos, Roberta Vieira de Oliveira; Ferreira, Idelvone Mendes; "ATIVIDADE TURÍSTICA E QUESTÕES POLÍTICAS AMBIENTAIS NO SETOR ESPANADA NO MUNICÍPIO DE RIO QUENTE (GO)", p. 94-114 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap06

1. INTRODUÇÃO

O turismo na atualidade se transformou em uma atividade de grande relevância no mundo em termos de crescimento da economia que ela desenvolve. Porém, essa atividade turística também pode ser reconhecida como um causador de impactos ambientais, tanto positivos quanto negativos, ao ambiente natural, o que tem despertado interesse de pesquisadores e estudiosos com relação às questões socioambientais e às políticas ambientais pela exploração do turismo em áreas naturais.

Ao conquistar novos modelos de gestão, após essa expansão produtiva, a sociedade foi incentivada a explorar o turismo em seus diferentes contextos: econômico, sociocultural e ambiental. Nessa mesma proporção, aumentaram os investimentos financeiros na exploração natural e/ou cultural desse ambiente e nas pesquisas profissionais de estudos acadêmicos voltados para o turismo, despertando a atenção e a responsabilidade por parte de alguns gestores públicos e da própria comunidade local, promovendo uma interação entre os ambientes naturais, culturais, econômicos, políticos e sociais.

Decorrente desse processo, muitos municípios brasileiros, em seus diferentes contextos, vêm enfrentando inúmeros problemas em diversas áreas inerentes às questões socioambientais, como a falta de saneamento básico, a coleta precária de resíduos, déficit na infraestrutura local e na saúde, entre outros correlatos. Problemas estes que devem ser analisados de forma conjunta pelos setores públicos e privados. Nesse sentido, um planejamento do turismo, além de possuir um sistema integrado com as outras atividades locais, deve ter também, em sua estrutura, um plano de longo prazo e projetos estratégicos. Como forma de justificar esse trabalho, pode-se mencionar Castrogiovanni (2003), que defende que:

[...] o turismo não nasceu de uma teoria, mas de práticas espontâneas que foram se configurando por si mesmas, o que parece justificar em parte, a leitura fluente, que insiste em tratar o turismo empiricamente e como devorador de paisagens e lugares. É hora de propor uma intervenção inovadora do fazer-saber turístico [...] através da desconstrução do saber fazer (MOSDCH, 2000). A desconstrução é o instrumento mais adequado para romper paradigmas tão sedimentados e criar leituras que forcem a necessidade da questionabilidade contínua relativa aos saberes e informações, transformando-os em verdades provisórias e caminhos com opções diferenciadas. (CASTROGIOVANNE, 2003, p. 45).

Nesse contexto, o estudo proposto se volta, inicialmente, para a avaliação do termo Turismo e seus impactos; e, posteriormente, desenvolve a discussão sobre a hipótese da existência de lacunas nas Políticas Públicas e na Gestão Ambiental sustentável das atividades do turismo no município de Rio Quente (GO), essencialmente, no que se refere ao gerenciamento do uso e ocupação do solo pelas práticas do turismo. Outra hipótese é que, provavelmente, não estão sendo cumpridas as normas de disposição final dos resíduos líquidos (esgoto) pelos gestores municipais e pelas empresas privadas.

2. TURISMO

De modo geral, escrever sobre o turismo não é uma tarefa simples. Talvez pelo fato de existirem vários conceitos e maneiras de relacionar o fenômeno ao contexto social e pelas diversas atividades econômicas que o envolvem.

As pesquisas que envolvem o turismo e a atividade turística têm como fator positivo dar informações concretas que possam sensibilizar o poder público e privado sobre a problemática ambiental que a atividade pode acarretar, e, sobretudo, aqueles responsáveis pelo desenvolvimento do turismo. Como destaca Rejowski (2002), a pesquisa e o ensino são responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade, e são estas atividades que impulsionam o conhecimento.

Atualmente, o termo “turismo” pode ser entendido e definido pelas pessoas que já tiveram, de alguma maneira, exercido essa atividade, considerando-se, portanto, um turista. Contudo, a conceituação do turismo foi ao longo dos anos evoluindo de acordo com a realidade e as mudanças socioeconômicas da população. Os melhores salários, férias remuneradas, a redução da carga horária de trabalho e as grandes ofertas, além de contribuírem para a popularização do turismo, elevaram o setor da economia.

Analisando as mudanças estruturais que facilitaram o desenvolvimento do turismo, podemos citar as construções e melhorias das estradas e aeroportos, que proporcionaram transporte de qualidade para o acesso aos pontos turísticos. Por isso, Bissoli (1992) define turismo como sendo: “[...] o conjunto de recursos capazes de satisfazer as aspirações mais diversas, que incitam o indivíduo a deslocar-se do seu universo cotidiano, e assim caracteriza-se por ser uma atividade essencialmente ligada à utilização do tempo livre [...]”. (BISSOLI, 1992, p. 121).

Entre as diversas definições encontradas sobre o turismo, existem elementos que podem ser citados, entre eles, destaca-se o deslocamento relativo (distância percorrida) do lugar de residência. Para Ignarra (2013), o turismo pode ser

definido como o período de viagem em que as pessoas permanecem fora de seu ambiente usual, não mais do que um ano consecutivo, por negócio, lazer, prazer ou outros fins.

O turismo como forma de lazer, que organiza e planeja o tempo livre da sociedade atual (pelo menos é o que se espera), passa a procurar novos modelos para explorar essa atividade. Estes devem corresponder aos novos tipos de relação humana, que contribuem para a circulação de capital e melhoria econômica de uma região e do ambiente. Sendo assim, para Ignarra (2013), o turismo, como um aspecto econômico, é considerado enquanto um: “[...] conjunto de viagens que tem por objetivo o prazer ou motivos comerciais, profissionais ou outros analógicos, durante os quais é temporária sua ausência da residência habitual [...]” (IGNARRA, 2013, p. 12).

Essa definição se destaca pelos aspectos socioeconômicos da atividade turística, coincidindo com o deslocamento das pessoas de sua residência fixa, por uma temporada, para outro lugar. A atividade turística está ligada ao conjunto de serviços e indústrias relacionados ao transporte, alojamentos, alimentação e lojas, entre outros.

Nesse sentido, descreveremos, a seguir, os impactos negativos do turismo e os principais elementos o envolvem.

3. IMPACTO AMBIENTAL

A expressão “impacto ambiental” geralmente é associada a perdas e danos à natureza/ambiente. Embora haja várias definições de impacto ambiental, elas estão sempre concordando com seus elementos básicos, a natureza e a alteração da mesma, sendo apenas formuladas de diferentes modos. Nesse contexto, pode-se citar alguns exemplos, como o Artigo 1º da Resolução n.º 001/1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que diz que Impacto Ambiental é:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem diretamente ou indiretamente: a saúde, a segurança, e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias ambientais e a qualidade dos recursos ambientais. (CONAMA, 1986).

Outra definição é colocada pela norma NBR ISO 14.001:2004, que diz que impacto ambiental é: “[...] qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, em todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização [...]”. Nesse contexto, Sánchez (2008) caracteriza impacto ambiental como qualquer modificação ambiental benéfica ou nociva, provocada por ação humana, independentemente de sua importância.

Para os impactos ambientais advindos do turismo, Ruschmann (1997) os aponta como resultados de um processo de interação complexo entre os turistas, a comunidade e o meio receptor e não apenas como advindos de uma causa específica. Desta feita, Cunha (2001) explica, em seus estudos, os impactos ambientais urbanos como:

[...] de relevante importância que sejam feitas análises das situações e de aspectos específicos, de forma isolada, a fim de obter resultados mais precisos. Posteriormente, é ideal que seja feita uma análise sobrepondo todas as informações adquiridas, de modo a contribuir positivamente para a recuperação da área e para prevenção de futuros problemas. (CUNHA, 2001, p. 51).

Com isso, o ambiente natural, de acordo com Dias (2003), é representado pela problemática ambiental, tornando-se cada vez mais preocupante ao considerar que o homem não é o único fator que prejudica o ambiente natural, mas, também, o que gera o crescimento do mesmo.

Não podemos deixar de destacar os impactos positivos que a atividade turística pode favorecer ao meio natural, haja vista que o turismo tem um potencial de criar efeitos benéficos no ambiente ao contribuir para a proteção ambiental e a conservação (DIAS, 2003).

É devido a essa possibilidade que há a necessidade de reflexões e discussões sobre os impactos oriundos da atividade turística, que poderão direcionar propostas para minimizar os impactos negativos e aperfeiçoar os impactos positivos.

Dias (2003) descreve que há muitos aspectos negativos provocados pelo desenvolvimento da atividade turística - como a infraestrutura, o manejo incorreto do solo - na receptividade da quantidade de turistas, na comunidade local e no ecossistema da região.

Desta feita, é muito importante que ocorra o monitoramento dos impactos negativos que se acentuam quando vinculados à falta de planejamento.

Nesse contexto, o turismo integrado a um processo de falta de política e de planejamento se apresenta como a principal preocupação quanto aos

métodos confiáveis de obtenção de respostas aos riscos negativos e positivos que a atividade turística pode gerar.

3.1 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS GERADOS PELA ATIVIDADE TURÍSTICA

Pode-se definir risco como a probabilidade de uma causa específica. É conceituado por Sanchez (2008, p. 319-320) como: “[...] a contextualização de uma situação de perigo, ou seja, a possibilidade da materialização do perigo ou de um evento indesejado ocorrer [...] o produto da probabilidade de ocorrência de um determinado evento pela magnitude das consequências [...]”.

Para determinar o risco, Sanchez (2008) relata que devemos primeiramente conhecer o prejuízo ou o dano sofrido pela exploração, com base nos resultados negativos para a saúde humana, para o ambiente, ou para bens materiais, ao determinar o grau de risco e a importância da magnitude dessas consequências.

Com a divisão estabelecida pela Resolução CONAMA-001, de 23 de janeiro de 1986, os principais riscos para cada um dos recursos vulneráveis são os indicados a seguir:

- MEIO FÍSICO:
 - Contaminação do solo
 - Contaminação de águas
 - Contaminação atmosférica
 - Alterações climáticas

- MEIO BIOLÓGICO E ECOSISTEMAS NATURAIS:
 - Danos à flora e à fauna

- MEIO SÓCIO-ECONÔMICO:
 - Destruição de sítios/monumentos arqueológicos
 - Interrupção da atividade produtiva
 - Comprometimento futuro de meios produtivos

Nesse contexto, Brüseke (1997) destaca a dificuldade em determinar e avaliar esses riscos, considerando-se a complexidade do diagnóstico e a dificuldade de prever o acontecimento, ressaltando-se que:

[...] o risco ambiental não pode ser confundido com o anúncio de um fato x na hora y. O risco não expressa uma corrente de

determinações que conduzam necessariamente a um resultado prognosticado. Por isso, falar sobre riscos, no campo ambiental, tem sempre o caráter de um alerta que mobiliza argumentativamente a imaginação de movimentos lineares que levam impreterivelmente à catástrofe, ou pelo menos, a um dano irreparável, se... Se nós não fizermos alguma coisa. (BRÜSEKE, 1997, p. 124-125).

A avaliação de risco, para Andrews (1988) citada por Sanchez (2008), é considerada uma atividade correlata à avaliação de impacto ambiental, que se desenvolvem separadas pelos profissionais e disciplinas diferentes.

Dessa forma, a avaliação do risco pode ser aplicada de acordo com o juízo de valor, discutindo-se a importância dos riscos e suas consequências sociais, econômicas e ambientais em torno de políticas ambientais que favorecem o desenvolvimento equilibrado do turismo.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE PELA CONSTITUIÇÃO

Qualquer política de desenvolvimento que não ofereça barreira deve ser considerada como tendência para qualquer fenômeno. Nesse contexto, Ruschmann (1997) compreende as políticas públicas como o conjunto de planos e programas de ação governamental, por meio dos quais se descrevem as diretrizes e metas a serem favorecidas pelo Estado, sobretudo, na prática dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição Federal. Ruschmann (1997) destaca ainda que:

[...] ao encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o seu desenvolvimento planejado, que preserve o meio ambiente, não é tarefa fácil, principalmente depende de critérios, valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que ainda não se encontrou no nosso país (RUSCHMANN, 1997, p. 11).

Na Constituição Federal encontramos o papel norteador do ambiente natural, e o complexo teor de direitos e obrigação estabelecidos para o Estado e a Sociedade, de acordo com o artigo 225, que descreve:

[...] Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a que se dará publicidade.

Esse artigo destaca uma série de dispositivos que, direta ou indiretamente, estabelecem uma regulamentação na ordem pública ambiental. Assim, no texto constitucional, a proteção ao ambiente natural e equilibrado é considerada direito fundamental, sendo a efetivação deste direito de responsabilidade do Poder Público, que tem a obrigação de programar a adoção de Políticas Públicas estaduais e municipais.

4.1 O PAPEL DO ESTADO PARA COM O AMBIENTE

Com o avanço da demanda do turismo emerge a problemática da degradação ambiental, fazendo a sociedade despertar para o compromisso com a preservação e conservação do ambiente natural, e se estruturando mecanismos mais severos de controle.

É nesse compromisso que se avaliam as opções relacionadas ao desenvolvimento do turismo nos diferentes níveis de governo: municipal, estadual e federal, e que se desenvolvem estruturas públicas de gestão apropriadas. Segundo Cooper (2001, p. 490), “[...] o representante oficial do turismo internacional é a Organização Mundial do Turismo – OMT, que

tem o papel central e decisivo na promoção do desenvolvimento do turismo responsável, sustentável e de acesso universal [...]”.

Para que isso ocorra, é preciso que o turismo e as políticas públicas estejam sempre em harmonia, tendo o Estado o dever de cumprir seu papel, que, para Ruschmann (1997), refere-se à “[...] aplicação das leis ambientais a ao zelo pelo seu cumprimento, porém, é essencial que as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam igualmente para a proteção dos atrativos naturais [...]” (RUSCHMANN, 1997, p. 27).

Na gestão do desenvolvimento, o Estado deve permitir um turismo com prioridades sociais, econômicas e ambientais, além de publicar leis, elaborar e prever estruturas locais, regionais, estabelecendo espaços ordenados e saudáveis. Dentro dessa gestão, o Estado tem a função de elaborar e aplicar políticas de turismo, cujas diretrizes necessitam da aprovação e do apoio de todos os organismos públicos e privados, associações e empresários envolvidos na atividade (BARRETTO, 2003).

4.2 O PAPEL DO MUNICÍPIO NA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O TURISMO

O município e o próprio poder público deixaram de prever determinados casos na busca de um desenvolvimento sustentável e satisfatório para o turismo. Sobre isso, o Manual de Políticas Públicas para o Turismo – MPPT, do WWF – World Wild Forest, faz a seguinte consideração:

[...] A conjuntura brasileira na área pública em assuntos de desenvolvimento turístico demonstra, historicamente, uma ausência de visões de longo prazo que considere políticas de investimentos voltadas não somente para a grande infra-estrutura e complexos turísticos, mas também para o bem estar das comunidades, aos interesses dos micro, pequenos e médios negócios e à manutenção dos recursos culturais e ambientais. (WWF, 2004, p. 23).

Assim, cabe ao setor público criar políticas que reduzam os impactos negativos e maximizem os impactos positivos proporcionados pelo turismo, ressaltando-se que, para gerar benefícios, o turismo não deve somente defender grupos isolados, como é o caso do setor privado. Nesse sentido, Cruz (2004) explica que:

[...] na ausência do setor público e da política por ele adotada, o desenvolvimento turístico se dá à revelia dos interesses difusos, ou seja, permite que iniciativas e interesses individuais possam se sobressair, desencadeando inevitavelmente em desequilíbrio nos destinos turísticos. (CRUZ, 2001 apud WWF, 2004, p. 22)

Em nível local, o governante deve desenvolver um turismo sustentável, visando à participação efetiva de toda a comunidade. Geraldo Castelli (1996 apud WWF, 2004) esclarece que:

[...] se a comunidade for bem preparada e conscientizada para o turismo, poderá tirar grandes proveitos, tanto econômicos como culturais, e não será tão dependente do setor público, achando que tudo é dever do Estado, redimindo-se de qualquer responsabilidade. Mas, de qualquer maneira, não há como isentar os organismos municipais de turismo de serem agentes responsáveis por dinamizar a comunidade local. (CASTELLI, 1996, p. 78 apud WWF, 2004, p. 30).

Porém, uma das maiores problemáticas de se trabalhar o turismo em nível local diz respeito à má articulação entre os poderes público local, regional e federal. Sobre isso, WWF (2004) destaca que:

[...] observando, mesmo não muito detidamente, como são estruturados e equipados, e a maneira como operam esses organismos municipais – em geral isolados de outros organismos internos das prefeituras e sem muito relacionamento com outras esferas de governo e congêneres de outras localidades – conclui-se facilmente que muito ainda está por fazer para que o poder local, juntamente com os demais níveis de governo, esteja preparando para enfrentar os desafios colocados pela tarefa de promover uma indústria do turismo sustentável, ecologicamente responsável, socialmente relevante e economicamente forte. (WWF, 2004, p. 25).

Assim, o planejamento em nível local deve estar sempre em consonância com as políticas públicas ambientais, haja vista que o contexto atual demonstra a preocupação em entender o turismo como uma atividade geradora de benefícios ambientais, sociais e culturais.

5. O MUNICÍPIO DE RIO QUENTE (GO)

A região do município de Rio Quente, com suas fontes de águas termais, foi descoberta no período do Brasil Colônia por Bartolomeu Bueno da Silva, filho do “Anhanguera”, por volta do ano de 1722, durante o desbravamento de terras relacionado às grandes Bandeiras e Entradas. Recebeu primeiro o nome de Caldas Velhas, situada na Fazenda Pousada, na encosta Oeste da Serra de Caldas, na margem direita do Córrego Águas Quentes, nos municípios de Caldas Novas (GO) e Rio Quente, após o mesmo ter sido desmembrado do município de Caldas Novas.

Em 1909, a então fazenda Caldas Velhas, conhecida como Água Quente, dos irmãos José e João Vieira, é deixada por estes, que voltam para Minas Gerais, sua terra de origem, após a morte de José Vieira. Essas terras, em 1911, tiveram como novo proprietário um fazendeiro da região, Sr. Antônio Venâncio de Lima. No final de 1920, o médico e ex-prefeito de Caldas Novas, Dr. Ciro Palmerston Guimarães, trocou suas terras no Município de Marzagão (GO) pelas do Sr. Antônio, com o intuito de construir um complexo turístico (GOMES, 2009).

Caldas Velhas recebe um novo nome, o de Patrimônio das Águas Quentes, com isso, os moradores começaram a lutar pela sua emancipação. O plebiscito para a criação do município de Rio Quente se concretizou em 11 de maio de 1988, quando este deixa de ser distrito de Caldas Novas.

Rio Quente foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 10506, contando com uma área, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, formada pelos povoados de Águas Quentes, Boa Esperança e Esplanada.

Segundo dados do IBGE (Censo 2010), o município de Rio Quente (GO) está localizado no Centro-Oeste Brasileiro, na porção Sul do Estado de Goiás, na bacia do Rio Corumbá. Limita-se com os municípios de Água Limpa, Caldas Novas, Marzagão e Morrinhos e compõe uma das cidades da Região das Águas.

Tendo a população como rio-quentense, o Município ocupa hoje uma área de 255,961Km², com altitude média de 663 metros, latitude 17°46'27”S e longitude 48°46' 21”W. Conta com uma população, em 2010, de 3.312 habitantes, e uma estimativa para 2013 de 3.724 (SEPLAN).

O Município hoje possui mais de 181 unidades de empresas atuantes na rede hoteleira (IBGE, 2012). Estas empresas estão localizadas no Setor Esplanada e na Pousada do Rio Quente Resorts e representa o principal fator econômico do município.

Analisando esse conjunto de contribuições o município de Rio Quente

tem como desafio a promoção da prática de planejamento e gestão associada às questões socioambientais referentes à área turística do setor Espanada. Enquanto isto, o papel central do poder público e privado é o de proporcionar o crescimento e a arrecadação sem deixar de analisar e fiscalizar os impactos negativos que podem ser gerados na região.

Entender esse cenário de relações socioeconômicas e ambientais que se estabelece no setor Espanada é uma tarefa primordial para a compreensão dos aspectos geográficos, e também para a área dos conhecimentos relativos ao turismo. Nesse sentido, buscar-se-á uma forma de gestão e de políticas públicas vinculadas ao turismo em que a preservação da natureza e o uso racional da água e do solo estejam em combinação com as questões socioambientais.

5.1 TURISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS NATURAIS NO MUNICÍPIO DE RIO QUENTE (GO)

São verdadeiras as afirmações de que a gestão do turismo começa no município e que os órgãos federais e estaduais também são importantes na formulação de políticas públicas ambientais. Por esse motivo, os municípios precisam estar preparados e estruturados para receberem os visitantes (turistas) e beneficiarem a população local.

Evidentemente, não é o que está acontecendo no município de Rio Quente (GO). O setor da Espanada do Rio Quente foi amplamente planejado antes de sua emancipação, para que suas margens e o leito do rio de águas quentes (Rio Quente) não sofressem tanta degradação e descaso pelo poder público.

O maior rio de águas quentes do mundo (não sulfurosas)² e outros atrativos artificiais se encontram neste lugar. Rio Quente (GO)³, com mais de 10 mil leitos disponíveis e um grande parque aquático da iniciativa privada, recebe em média 1,5 milhões de turistas por ano com o prognóstico de receber 2,3 milhões de visitantes em 2017, segundo estimativas realizadas pelos próprios empresários locais. É, portanto, um sistema de turismo em que a grande maioria dos envolvidos é beneficiada, inclusive o poder público municipal, por meio de repasses de taxas e impostos gerados com o comércio, o IPTU e outros agregados.

Essa relação de benefícios, no entanto, não é verificada no ambiente natural, onde o próprio rio de águas termais que favorece o turismo no município está sendo degradado por quem o usufrui como mercadoria.

É nessa relação que destacamos o despejo de águas residuais (esgoto) no leito do Rio Quente, apresentando-se em desconformidade com o próprio Código Municipal do Meio Ambiente número 007, de 10 de dezembro de

2007, que dispõe sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente – SIMMA, para a administração do uso dos recursos ambientais, proteção da qualidade do meio ambiente, do controle das fontes poluidoras e da ordenação do solo do território, de forma a garantir o desenvolvimento ambientalmente sustentável. Nos artigos 83, 84 e 89 destaca:

Art. 83 – Toda edificação sem tratamento de esgoto, devidamente licenciado ambientalmente, fica obrigada a ligar o esgoto doméstico, no sistema público de esgotamento sanitário, quando da sua existência.

Art. 84 – As diretrizes deste Código, aplica-se a lançamento de quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetiva e potencialmente poluidoras instaladas no Município de Rio Quente, em águas superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta e emissários.

[...]

§ 2º – Não é permitido lançamento de líquidos dissolventes mesmo considerados inofensivo direto ou misturado em água, que possam mudar as características naturais das águas do Rio Quente e de seus afluentes, como a exemplo: fazer espumas e mudar coloração e aparecer óleo na superfície;

[...]

Art. 89 – As águas quentes e frias retiradas das fontes naturais, de leitos de córregos, ribeirões, do rio e de poços, usadas em piscinas ou em equipamentos de lazer e entretenimento; quando devolvidas ao corpo hídrico, obrigatoriamente, devem voltar adequadamente depuradas, no mínimo; nas condições estipuladas conforme resolução nº 357/2005 do CONAMA. (grifo nosso).

O Código de Postura do Município de Rio Quente (GO), Lei de n. 437/2006, em seu Art.95 prevê que é responsabilidade da Prefeitura Municipal manter permanente controle sobre a poluição ambiental, do ar e das águas da região, e, especialmente:

I - cadastrará as fontes causadoras de poluição ambiental, do ar e das águas;

II - estabelecerá limites de tolerância e padrões de nível de poluentes ambientais e do ar no interior e exterior das edificações;

III - instituirá padrões de níveis dos poluentes nas fontes emissoras, revisando-as periodicamente.

[...]

Art.97 - Para controle de despejos devem ser controlados:

I - cadastrará as indústrias cujos despejos devem ser controlados;

II - inspecionará as indústrias quanto à destinação dos seus despejos;

III - promoverá estudos relativos à qualidade, volume e incidência do despejo industrial admitido na rede pública de esgotos e, nos cursos de água.

Em relação a esse controle, existem no município duas Estações de Tratamento de Esgoto – ETE, uma de iniciativa privada (que abrange somente o Complexo Rio Quente Resorts) e, outra, que atende somente aos hotéis do setor Esplanada do Rio Quente, e que não cumpre os critérios legais do município.

A ETE administrada pelo município desde 2008 causou grande discussão entre os órgãos fiscalizadores do Estado (FEMAGO) quando de sua instalação, por estar localizada às margens do rio de águas termais, no meio de dois grandes loteamentos e possuir problemas operacionais.

Após a realização de várias manutenções da ETE na tentativa de reativá-la, na última reforma, durante o uso de solda nas rachaduras em um de seus tanques (reservatório), houve uma explosão que provocou a morte de um funcionário, interrompendo os reparos. Por isso, o esgoto passou a ser lançado direto no rio, sem tratamento.

Evidentemente, as primeiras resistências estão na má administração pública, na acomodação dos empresários, no descaso da comunidade e em uma política distorcida. O Ministério Público Estadual acionou o município em 2009, visando impedir o despejo de esgoto, mas, a demora no andamento do processo judicial aliada à morosidade na análise dos pleitos político-administrativos impedem a construção e reforma da ETE.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) recomenda que o município que possui perfil turístico por seus atrativos naturais, históricos ou culturais deve priorizar em sua gestão o fato de que a comunidade local não pode ser alienada de suas próprias potencialidades turísticas.

Nesse contexto, podemos observar o crescimento desordenado do turismo municipal e a falta de uma política pública mais eficiente, como observado na Figura 1, em que se destacam, no setor da Esplanada do

Rio Quente, o uso e a ocupação do solo que foi apropriado para os empreendimentos hoteleiros e comerciais, abrangendo toda a margem do rio, impedindo, desse modo, os banhos públicos pela comunidade local.

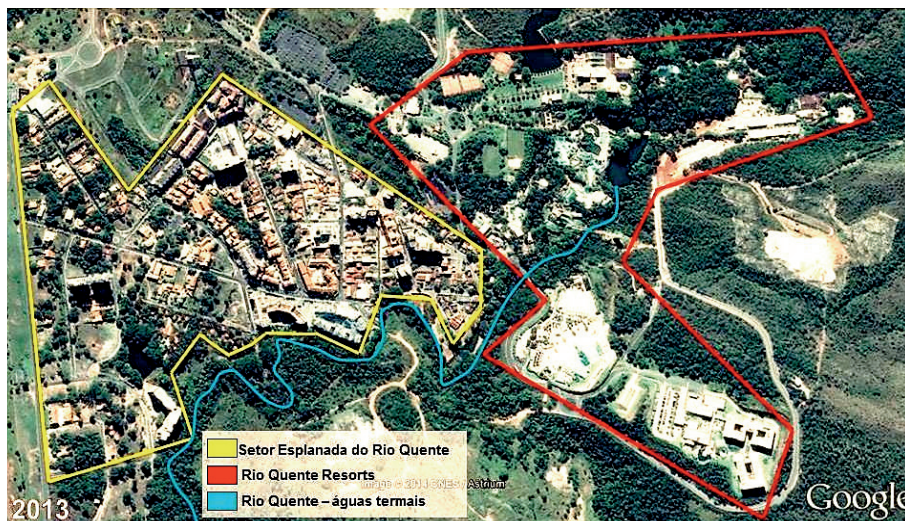


Figura 1 - Rede Hoteleira no Setor Esplanada, Rio Quente (GO).

Fonte: Google Earth. Org.: RAMOS, Roberta Vieira de Oliveira. (2014).

A Lei 007/2007 do município de Rio Quente, em seu artigo 82, diz que:

[...] normas de orientação à política de recursos hídricos, bem como ao sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos, a Política Municipal de Controle de Poluição e Manejo dos Recursos Hídricos objetiva:

I. proteger a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população;

III. reduzir, progressivamente, a toxicidade e as quantidades dos poluentes lançados nos corpos d'água;

IV. compatibilizar e controlar os usos efetivos e potenciais da água, tanto qualitativa quanto quantitativamente;

VI. assegurar o acesso e o uso público às águas superficiais e subterrâneas, exceto em áreas de concessões expedidas pelo poder público competente; nascentes e outras de preservação permanente, quando expressamente disposto em norma específica;

VII. o adequado tratamento dos efluentes líquidos, visando preservar a qualidade dos recursos hídricos (grifos do autor).

Nesse cenário, é preciso compreender que o turismo, em particular, é a única entre as atividades econômicas modernas que consome espaço. Este consiste em seu produto – o próprio atrativo turístico –, considerando os meios de hospedagens e outros correlatos. (CRUZ, 2001). Completando esse raciocínio, Cruz (2001) relata que:

[...] o modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a termo, no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento sócio espacial da atividade, tanto no tange a esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. (CRUZ, 2001, p. 9).

Nesse processo de aperfeiçoamento das atividades turísticas é importante que o poder público participe do processo de regulamentação e aplicação das leis para minimizar as problemáticas ambientais, não somente na área do turismo, mas, também, no que se refere às questões sociais, cultura e economia da região receptora. O município é parte integrante desse processo e deve estar consciente de que o turismo significa mais recursos e maior oferta de emprego aliados à melhoria da qualidade de vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor da Esplanada do Rio Quente, assim como outros tantos pólos turísticos, apresenta nitidamente problemas da falta de aplicação de políticas públicas ambientais, devido à carência de fiscalização e até mesmo de uma correta apropriação do uso e ocupação do espaço para a exploração do turismo. A ausência das ações públicas e a falta de um plano de gestão ambiental, tanto por parte do poder público quanto do setor privado, tem sido a principal responsável pela degradação ambiental local e de toda a comunidade rioquentense.

O desenvolvimento sustentável no município de Rio Quente (GO), diante da não regulamentação do uso e ocupação do solo, tem se mostrado impraticável em um modelo capitalista e burocrático de gestão. Com efeito, os

impactos ambientais inerentes à produção e exploração do turismo são cada vez mais degradantes, refletindo, de maneira latente, a preocupação exclusiva com o lucro.

Apesar de algumas tímidas ações no sentido de se discutir os problemas ambientais gerados pela atividade turística e pelo crescimento desordenado da construção civil estarem despontando, o processo de melhoria da qualidade de vida e do ambiente ainda é precário.

Rio Quente (GO) necessita de um planejamento turístico saudável e eficiente, visando estabelecer objetivos e metas a curto e longo prazo que proporcionem e garantam os interesses de toda a comunidade e do ambiente natural.

É preciso, portanto, empenho dos gestores públicos, dos empresários e da população local para que haja a conscientização do uso adequado do solo e das águas termais. Somente com responsabilidade e vontade, investindo aquilo que for necessário para uma Gestão Ambiental eficaz, é que a geração presente e as vindouras poderão usufruir do Rio Quente de maneira saudável.

Notas:

¹ Para saber mais sobre dados estatísticos do Município de Rio Quente (GO) acesse: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521878&search=goias|rio-quente>.

² Ácido oxigenado derivado do enxofre sulfuroso, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/sulfurosas> [consultado em 19-11-2014].

³ OLIVEIRA, Osmar Vieira. Respondendo atitudes e reciclando ações. *Jornal Centro Sul*. Rio Quente (GO), 26 a 31 de ago. 2013. Opinião do Editor. p. 8.

Title: Tourist Activity and Environmental Policy Issues: Esplanade sector in the municipality of Rio Quente (GO)

Abstract

In the context of a new order of the world market, this article aims to analyze phase of tourism, especially in development of tourism activities that is connected directly to the environmental issues. This growth requires control and effective planning tools, able to minimize the negative impacts and prioritize positive. With this, we will study the social and environmental impacts of tourism activities on the Esplanada sector in the municipality of Rio Quente (GO) and his percussions in local and regional development in the period 1990-2014, for both emerging focus of Public Policy Environment as one of the proposals to minimize or resolve impacts motivated by these activities.

Keywords: Tourism sector the Esplanade; Environmental Impact; Environmental Public Policy.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - **NBR ISO 14.001:2004 Sistemas da gestão ambiental** – Requisitos com orientações para uso. Disponível: < http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf> Acesso em: 03 de set. 2014.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação do estudo do turismo**. 13 ed. Campinas S.P.: Papirus, 2003. (Coleção Turismo).
- BISSOLI, M. Â. A problemática econômica e social do espaço turístico. **Revista Comunicarte**, Campinas, IAC/PUCCAMP, v.16-17, p. 116-149, 1992. Disponível: < <http://www.estantevirtual.com.br/sebodobau/Instituto-de-Artes-e-Comunicacoes-Puccamp-Comunicarte-16-17>>. Acesso em: 5 de out. de 2014.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRÜSEKE, Franz. Josef. Risco social, risco ambiental, risco individual. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 1, n. 1, p. 117-134, 1997.
- CASTROGIOVANNI, A. C. In: Turismo X espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; GASTAL, S. **Turismo na pós-modernidade: (dês) inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 43-50.
- COOPER, C. et al. **Turismo, princípios e práticas**. Traduzido por COSTA, R. C.. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 481-496.
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 001/1986 - **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental**. - Data da legislação: 23/01/1986 - Publicação DOU, de 17/02/1986, págs. 2548-2549 - Alterada pelas Resoluções n. 11, de 1986, n. 05, de 1987, e n. 237, de 1997. Disponível: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acesso em: 05 de set. 2014.
- CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T., (Orgs.). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CRUZ, R. de C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- GOMES, N. G. U. **A dupla dimensão do espaço**: Rio Quente e suas redes. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2013.
- REJOWSKI, M. Turismo e pesquisa científica: Pensamento internacional x Situação Brasileira. 5 ed. Campinas: Papirus, 2002.
- RIO QUENTE (Goiás). Lei Complementar nº 007, de 10 de Dezembro de 2007. Institui o Código Municipal do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente – SIMMA, para a administração do uso dos recursos ambientais, proteção da qualidade do meio ambiente, do controle das fontes poluidoras e da ordenação do solo do território do Município de Rio Quente, de forma a garantir o desenvolvimento ambientalmente sustentável.
- RIO QUENTE (Goiás). Lei nº 437, de 20 de junho de 2006. Institui o Código de Posturas do município de Rio Quente.
- RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SANCHEZ, L. H. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de texto, 2008. WWF. Turismo Responsável: Manual para Políticas Públicas. Brasília, DF: WWF, 2004. Disponível: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/et000024.pdf> Acesso em 17 de out. 2014.

7

CAPÍTULO

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS EM TUPACIGUARA (MG)

Soares de Moura, Valquíria ^{1*}; Mendes Ferreira, Idelvone ²

¹ Universidade Federal de Goiás Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - RC/UFG Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – NEPSA-CNPq/UFG

² Universidade Federal de Goiás (UFG) Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia - RC/UFG Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – NEPSA-CNPq/UFG

* email: valquiriamoura.ufg@gmail.com

RESUMO

Visando solucionar a questão do lixo, tem-se que os programas de coleta seletiva podem ser considerados como uma das possíveis soluções, visto que preconiza a reutilização de diversos materiais como papéis, vidros, plásticos e metais, entre outros. Nesse contexto, o município de Tupaciguara, localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro, conta com a implantação de um Programa de Coleta Seletiva, gerido pela Prefeitura Municipal, com gestão e logística da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o qual visa estruturar a coleta, separação e a destinação dos resíduos sólidos para a reciclagem, bem como promover a inclusão socioproductiva dos catadores através de uma

Associação dos Catadores de Material Reciclável de Tupaciguara - ASCAMAT e Cooperativa de Reciclagem. Neste sentido, o principal objetivo deste trabalho pauta-se em analisar o funcionamento do Programa de Coleta Seletiva realizado em Tupaciguara (MG) por meio da Associação de Catadores. A metodologia empregada é a elaboração de referencial teórico como suporte às análises a serem realizadas; a prática de trabalhos de campo na sede da Associação e Cooperativa e população humana do Município para conhecimento da realidade das mesmas, bem como a busca de informações na Prefeitura Municipal de Tupaciguara e demais Órgãos Públicos vinculados ao Programa, necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: Coleta Seletiva de Lixo. Município de Tupaciguara (MG). Reciclagem.

1. INTRODUÇÃO

O surgimento dos descartáveis, tanto de origem orgânica quanto inorgânica, associados ao modelo de autoconsumo da sociedade consumista, vem ocasionando um aumento excessivo do lixo, que na linguagem técnica significa sinônimo de resíduos sob estado sólido ou semilíquido, produzido pelo homem. O que fazer com a grande quantidade de resíduos produzidos diariamente se tornou um dos problemas mais discutidos entre a população humana e ambientalistas na atualidade, pois sua geração cresce de maneira equivalente ao aumento do consumo.

Em função disso, com o intuito de preservar o ambiente e melhorar a qualidade de vida das populações envolvidas, o Poder Público e a sociedade humana organizada, buscam alternativas práticas para tentar resolver esse dilema. Como exemplo é possível citar os programas de coleta seletiva e reciclagem, os quais vêm sendo considerados uma das possíveis soluções de tratamento ou redução dos resíduos sólidos, visto que esta prática possibilita reutilizar materiais como papéis, vidros, plásticos, metais, entre uma diversidade de outros tipos de bens recicláveis.

A reciclagem tem sido a ação que desperta maior interesse por parte da população humana, pois além de possibilitar benefícios ambientais como a economia de matérias-primas não renováveis, economia de energia nos processos produtivos e aumento da vida útil dos aterros sanitários, ela estimula o desenvolvimento de uma maior consciência ambiental por parte dos indivíduos que do processo participa, instigando assim os Órgãos Públicos a adotar também Programas de Educação Ambiental, uma base fundamental para a sustentabilidade dessas ações.

Diante do exposto, a cidade de Tupaciguara (MG) não se torna uma exceção, pois a cada ano que passa sua taxa de urbanização, considerando o período desde sua formação urbanística, cresce de forma significativa. Isso acontece, principalmente nos últimos anos, devido à instalação do Distrito Industrial na Cidade contendo importantes empreendimentos econômicos tais como a Vegas Plastic, Tuplast, Briqfeno, Axis Aerospace dentre outros, especialmente no setor agroindustrial; nos setores de educação; bem como de prestações de serviços que, conseqüentemente acabam favorecendo a vinda de migrantes de diferentes partes do país, resultando assim no aumento da geração de resíduos sólidos urbanos, aos quais devem ser descartados e depositados em lugares apropriados.

Considerando o fato de que o Programa de Coleta Seletiva em Tupaciguara (MG) trata-se de um projeto recente, visto que foi criado no ano de 2013 e

executado apenas a partir do ano de 2014, é possível que não haja muitos estudos aprofundados e suficientes a cerca do tema e sobre as condições ambientais referentes à Cidade, desta forma é que se deu a intenção de contribuir com o mesmo procurando entender a satisfação da população humana atendida pelo Programa.

A Cidade pesquisada foi escolhida não só pela afinidade devido minha origem e residência em sua área urbana, mas por observar de perto o comportamento dos moradores quanto à educação e cuidados ambientais, suas necessidades e, principalmente, o posicionamento do Poder Público no que diz respeito aos problemas referentes à qualidade de vida da população humana, obediência aos requisitos legais normativos e condicionantes dos órgãos ambientais. Vale ressaltar que a importância deste projeto justifica-se por uma problemática inserida em um contexto nacional, não apenas local ou regional, que é o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos, mais especificamente os recicláveis, por parte dos programas de coleta seletiva como contribuição ao ambiente e sociedades dele dependentes.

Portanto, o presente trabalho busca compreender, por meio de pesquisa teórica, documental e de campo, a dinâmica de funcionamento do Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem na cidade de Tupaciguara (MG) desde sua implantação no ano de 2013, a partir de sua gestão e logística que competem à Secretaria de Meio Ambiente em conjunto com a Associação dos Catadores de Material Reciclável de Tupaciguara (ASCAMAT).

2. CARACTERÍSTICAS E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA

O município de Tupaciguara (MG) situa-se ao norte do Triângulo Mineiro e também pertence à Mesorregião do Alto Paranaíba, conforme pode ser visualizado na Figura 1, no Estado de Minas Gerais.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Município abrange uma área de 1.824 km² e possui uma população humana, estimada até o ano de 2010, de 24.188 habitantes, dos quais 22.042 residem na área urbana e 2.146 na zona rural.

Conforme dados históricos do IBGE (2010), a região onde se encontra o atual Município de Tupaciguara era habitada primitivamente pelos índios Caiapós e foi atravessada em 1722 pela Bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva - o Anhanguera. Para proteger-se dos ataques dos aborígenes, Anhanguera edificou dezoito aldeamentos em sua rota, alojando nelas índios de varias

tribos, principalmente Bororos, oriundos de Mato Grosso. Desbravada assim a região, dando início a colonização, com a divisão das terras em Sesmarias.

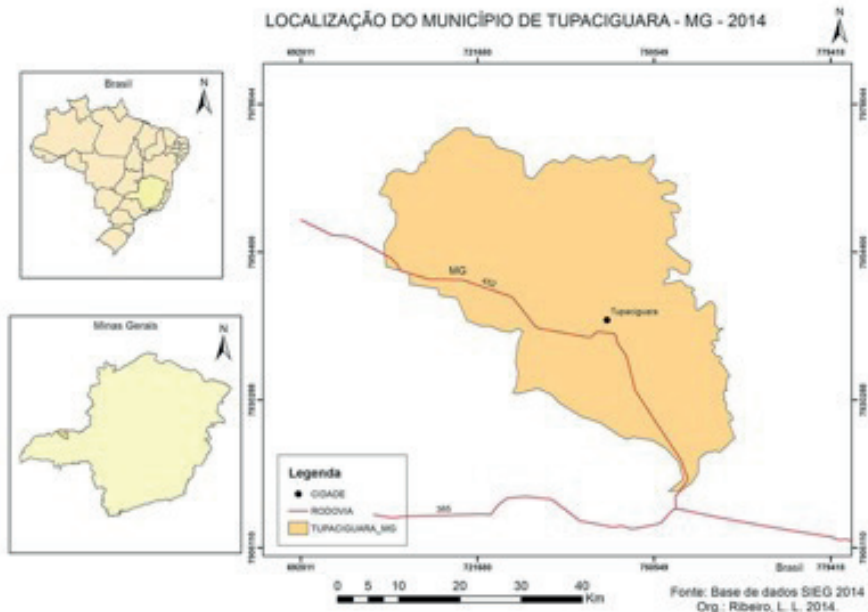


Figura 1- Localização geográfica do município de Tupaciguara (MG) - 2014.

Organização técnica: MOURA, V. S. de. (2014). Organização Cartográfica: RIBEIRO, L. L. (2014).

De 1841 a 1842, graças aos esforços de D. Maria Teixeira, devota de Nossa Senhora da Abadia, foi construída uma pequena capela no local, então pertencente a Paróquia de Monte Alegre, por esse motivo, a povoação que se formava em torno da Capela passou a ser chamada de "Abadia do Monte Alegre" ou "Abadia do Bom Sucesso", adotando posteriormente o topônimo de origem indígena Tupaciguara, a qual significa "Terra da Mãe de Deus" (IBGE, 2010).

Segundo Canuto e Vlach (2004), na década de 1920 o lugarejo deu um impulso em seu desenvolvimento. Até a metade do século XX, a economia do Município baseou-se na criação de gado e no cultivo do arroz, visto que estas atividades não implicavam em grandes investimentos e não necessitavam de muita mão de obra. Sendo então, os principais produtos, aqueles advindos da agricultura e pecuária, tais como embalagens de agrotóxicos, ração animal, resíduos de plantações, dentre outros.

Ao contrário das atividades rurais, as industriais e as atividades de serviços diversificaram-se pouco devido a vários fatores, dentre os quais, a baixa

densidade demográfica da cidade, a falta de mão-de-obra qualificada e o fato de a atividade mais importante para a economia do Município continuar sendo a agropecuária.

O município de Tupaciguara produz, em grande escala, soja e leite. Observa-se também que o rendimento da cana-de-açúcar e tomate é significativo, visto que atualmente encontra-se no Município uma grande Usina de cana-de-açúcar denominada Aroeira, a qual se tornou um fator dominante na economia do Município e favoreceu o aumento populacional humano com a chegada de migrantes de diversas partes.

3. GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: ALGUMAS DISCUSSÕES A CONSIDERAR.

De acordo com Santos (2007), o desenvolvimento para o conforto e o bem-estar humano, produzidos a partir da Revolução Industrial, levou à intensificação do material descartável, ocasionando um aumento da quantidade de resíduos gerados e não utilizados pelo homem. Muitos destes provocam a contaminação do meio ambiente e ocasionam riscos à saúde humana, principalmente nas áreas urbanas que não levaram em consideração a necessidade de adequação, e de locais específicos, para depósito e tratamento dos resíduos sólidos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) por meio da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) divulgou que 99,96% dos municípios brasileiros têm serviços de manejo de Resíduos Sólidos, mas 50,75% deles dispõem seus resíduos em vazadouros; 22,54% em aterros controlados e 27,68% em aterros sanitários. Estes dados apontaram que 3,79% dos municípios têm unidade de compostagem de resíduos orgânicos; 11,56% têm unidade de triagem de resíduos recicláveis e 0,61% têm unidade de tratamento por incineração.

Essa prática do descarte inadequado têm provocado sérios danos à saúde pública e ao ambiente, associando-se ao triste quadro socioambiental de um grande número de famílias que, excluídas socialmente, sobrevivem dos “lixões” de onde retiram o sustento a partir da comercialização dos materiais recicláveis.

De acordo com o Manual de Gerenciamento de Resíduos (2006), os aterros sanitários são a única estrutura que atende completamente a legislação, pois se trata de uma obra de engenharia que possui sistema de impermeabilização inferior, captação e tratamento do chorume (líquido poluente gerado pela decomposição do lixo), gestão adequada dos resíduos e, além disso, possui menores gastos com a implantação, operação e encerramento dos mesmos. De

acordo com Santos (2007) o aterro sanitário de resíduos sólidos:

Consiste na técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza os princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou a intervalos menores se for necessário (SANTOS, 2007, p. 5).

Conforme Santos (2007, p. 18), a Organização Mundial da Saúde - OMS definiu o lixo como “[...] qualquer material que seu proprietário não deseja mais e que não possui valor comercial”. Essa citação reflete um pensamento incorreto e desatualizado sobre o lixo pois, atualmente resíduo é tratado como sinônimo de matéria-prima, conforme pode-se verificar no Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (2008) desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM:

Há de se destacar, no entanto, a relatividade da característica inservível do lixo, pois aquilo que já não apresenta nenhuma serventia para quem o descarta, para outro pode se tornar matéria-prima para um novo produto ou processo. Nesse sentido, a ideia do reaproveitamento do lixo é um convite à reflexão do próprio conceito clássico de resíduos sólidos. É como se o lixo pudesse ser conceituado como tal somente quando da inexistência de mais alguém para reivindicar uma nova utilização dos elementos então descartados (IBAM, 2008, p. 25).

Nesse sentido, Gomes (1989) aponta que os resíduos sólidos são classificados de acordo com seus diferentes graus de biodegradabilidade, tais como: facilmente degradáveis - materiais de origem biogênica; moderadamente degradáveis - papel, papelão e outros produtos celulósicos; dificilmente degradáveis - trapos, couro (tratado), borracha e madeira; não degradáveis - vidros, metal e plásticos.

De acordo com o Manual de Gerenciamento de Resíduos (2006) desenvolver e implantar um Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) é fundamental para qualquer órgão que deseja maximizar as oportunidades e reduzir custos e riscos associados à gestão de resíduos sólidos.

Os mesmos preceitos da implantação de qualquer sistema de gestão devem ser aplicados no caso de um PGR, o qual deve assegurar que todos os

resíduos serão gerenciados de forma apropriada e segura, desde a geração até a destinação final. Isso significa adotar os passos apresentados na Figura 2.



Figura 2- Passos para uma política de resíduos.

Fonte: Manual de Gerenciamento de Resíduos/ Biblioteca SEBRAE (2006).

Nesse contexto, Maroun (2006) apresenta as definições dos “3Rs”, na ordem em que os mesmos devem ser considerados:

- Redução da geração na fonte: implantação de procedimentos que priorizam a não geração dos resíduos. Estas ações podem variar da implantação de novas rotinas operacionais a alterações tecnológicas no processo produtivo.
- Reutilização de resíduos: neste caso, o resíduo é reaproveitado sem que haja modificação na sua estrutura. Um exemplo é a utilização dos dois lados de uma folha de papel.
- Reciclagem de resíduos: no caso da reciclagem, há um beneficiamento no resíduo para que o mesmo seja utilizado em outro (ou até no mesmo) processo. Como exemplo nota-se na reciclagem de latinhas de alumínio, as quais, passam por um processo de beneficiamento, para que o alumínio seja reaproveitado no processo (MAROUN, 2006, p. 13).

Alguns dos grandes desafios deste milênio referem-se ao que fazer e qual a destinação da enorme quantidade de resíduos produzidos, visto que o aumento da produção de lixo ocorre de forma ameaçadora, sendo considerado algo a ser superado no que tange a degradação do ambiente. Nesse sentido, o poder

público e a própria população humana buscam possíveis soluções, como a criação de programas de coleta seletiva e reciclagem.

Santos (2007) considera que o termo “reciclagem” designa o processo de transformação dos materiais recicláveis em outros produtos, por intervenção da ação industrial. Para isso, a coleta seletiva e inclusive o processo da Educação Ambiental é de fundamental importância para que a reciclagem, a reutilização e a própria compostagem (separação pós-coleta) possam ser efetuadas.

A coleta seletiva consiste na separação dos materiais recicláveis (denominados secos, como papéis, plásticos, metais, vidros, etc.) da matéria orgânica (denominados úmidos, como sobras de alimentos, frutas, legumes, etc.) nas próprias fontes geradoras: residências, escolas, escritórios e outros estabelecimentos. Esta prática facilita a reciclagem porque os materiais estarão limpos e, conseqüentemente, com maior potencial de reaproveitamento (SANTOS, 2007, p. 26).

Nesse sentido, Santos (2007) define que para implantar um processo de coleta seletiva ou coleta diferenciada faz-se necessário levar a população humana a tomar consciência de que o material reciclável não é propriamente lixo, devendo, portanto, ser acondicionado de forma segregada; promover e oferecer condições para que essa população possa descartar seletivamente papéis, plásticos, vidros e metais, instalando recipientes identificados nas praças e estabelecimentos públicos e efetuando a coleta com regularidade; implantar um centro de triagem para separação, classificação e armazenamento destes materiais até a sua reutilização e/ou comercialização; promover estudo de mercado para conhecer a viabilidade de comercialização dos materiais recicláveis; prever o recolhimento dos resíduos orgânicos, os quais poderão ser aproveitados para gerar energia, gás ou adubo orgânico.

Adamns (2006) conclui que para compreender o processo da reciclagem é importante "reciclar" o conceito de lixo, deixando de enxergá-lo como algo sujo e inútil em sua totalidade, passando a perceber que o lixo é fonte de riqueza. Esta é uma ação simples e de grande valor para os catadores de lixo, o ambiente e as futuras gerações.

De acordo com a União Brasileira para a Qualidade - UBQ (2004), numa apuração de dados realizada pela Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), em conjunto com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (ABRALATAS), foi possível verificar que o Brasil recicla menos de 5% de seus resíduos, sendo que esse percentual é de 40% nos EUA e na Europa.

Apesar de o Brasil não estar na lista dos países mais preocupados com o desperdício, a UBQ (2004) ainda considera que o Brasil é campeão na reciclagem de papelão e de latas de alumínio, pois reciclou 89% de todas as latas de alumínio vendidas em 2003, e no caso do papelão a reciclagem foi de 72%, enquanto que na Europa esse percentual foi de 65%, deixando a desejar no que diz respeito à reciclagem de outros materiais, como exemplo, cita-se os 21% de plástico e os 38% de vidro e de papel. Ainda assim, o Brasil destaca-se como líder mundial em reciclagem de latas de alumínio, pelo terceiro ano consecutivo, considerando as nações onde esta atividade não é obrigatória por Lei.

A reciclagem proporciona inúmeros benefícios às sociedades, à economia e ao ambiente. Como exemplo, é possível citar as garrafas plásticas de refrigerantes transformadas em tecido para fazer calça jeans; as toneladas de plásticos reciclados que contribuem com a economia de petróleo, e que depois de reciclados ainda podem virar carpetes, mangueiras, cordas, entre outros produtos do gênero; e ainda, uma tonelada de papéis reciclados que poupam 22 árvores, consomem 71% a menos de energia elétrica deixando de poluir o ar em 74% ao fabricá-lo, assim como diversos tipos de papéis podem ser reciclados sete vezes ou mais (ADAMNS, 2006, p. 02).

Alguns programas de coleta seletiva e reciclagem já implantados por cooperativas de outras cidades e que estão dando certo, podem servir de exemplo, como é o caso da cidade de Curitiba (PR). De acordo com Susin (2007), foi a primeira cidade a implantar o Sistema de Coleta de Lixo Seletivo no Brasil, no ano de 1989. Hoje o programa atinge 100% da Cidade, que tem uma produção de 2,2 toneladas de lixo seco por dia. O autor ainda revela que desse total, 550 toneladas são separadas, equivalente a 70% da população humana que contribui com a coleta seletiva. O lixo reciclável é coletado em todos os bairros da Capital Paranaense e diariamente enchem 42 caminhões, mas essa quantia não representa a totalidade do material que é separado nas casas, comércio e empresas, pois na Cidade existem muitos catadores de lixo reciclável e através de acordo com lojas e condomínios coletam o material. Além da coleta seletiva, a Capital Paranaense faz uma coleta específica para lixo tóxico domiciliar, como pilhas, baterias e remédios. O lixo comum é destinado ao aterro sanitário, que também recebe os resíduos de mais 14 municípios da Região Metropolitana.

De acordo com Garcia (2011), Caxias do Sul (RS) se tornou cidade modelo para todo Brasil no que diz respeito à reciclagem de lixo, pois, produz cerca de 410 toneladas diárias de lixo doméstico, esse volume é recolhido pela Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul - CODECA, de segunda a

sábado levando os resíduos para os Aterros Sanitários e para Associações de Reciclagem. O trabalho envolve 260 funcionários com 29 caminhões, sendo 4 para a coleta mecanizada de resíduos orgânicos, 18 para a coleta manual de orgânicos e 7 para resíduos seletivos. Os próprios moradores da Cidade se propuseram a manter um espaço urbano mais limpo, separando e levando todo lixo doméstico até os contêineres de reciclagem que ficam espalhados estrategicamente por toda Cidade.

Em Porto Alegre (RS) a coleta é feita em circuitos percorridos por 18 caminhões, no sistema também porta a porta, que coletam semanalmente os materiais previamente separados pela população humana. Cada bairro é atendido uma vez por semana e a renda média mensal dos catadores que trabalham nas usinas varia de 2 a 3 salários mínimos (RIBEIRO; LIMA, 2000).

Em Belo Horizonte (MG), a coleta seletiva, iniciada em 1993, faz parte do Programa de Manejo Diferenciado de Resíduos Sólidos, que engloba os recicláveis, a matéria orgânica gerada pelo setor de alimentação e as atividades de poda e capina, e o reaproveitamento do entulho da construção civil. O êxito do Programa de Belo Horizonte pode ser atribuído à distribuição descentralizada das atividades e sua estrutura integrada, com a articulação entre as diversas instâncias municipais, coordenadas por um Comitê Gestor (GRIMBERG; BLAUTH, 1998, p. 78).

Conforme Moura (2012), em Ituiutaba o Programa de Coleta Seletiva foi implantado no ano de 2000 e em 2003, passou a operar em sistema cooperativista sendo assim denominado, Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba – COOPERCICLA. Atualmente a coleta seletiva atende toda a Cidade, mas devido ao aumento da demanda, os novos bairros não são atendidos completamente. Inicialmente a COOPERCICLA contava com 22 cooperados, já em 2011 contava com 39 cooperados diretos e para o recolhimento dos materiais recicláveis, alugam da Prefeitura Municipal três caminhões que percorrem a Cidade de segunda a sexta-feira fazendo a coleta diariamente.

É importante ressaltar ainda quanto à importância da Cooperativa para a Cidade no que diz respeito à inclusão social, pois no início da coleta seletiva a Superintendência de Água e Esgotos (SAE) fez um trabalho de seleção, juntamente com assistentes sociais, o qual contemplou inicialmente pessoas que trabalhavam no antigo lixão da Cidade, assistindo catadores que atuavam nas ruas, albergados, alcoólatras, dependentes químicos e portadores de necessidades especiais, sem oportunidades do mercado formal de trabalho (MOURA, 2012, p. 35).

Em Uberlândia (MG), de acordo com dados apresentados pela Prefeitura Municipal (2014), foi implantada em 2011 a coleta seletiva bairro a bairro, e

quase dois anos após o lançamento desta iniciativa, 15 bairros integrados foram beneficiados. Isso representa uma abrangência de mais de 35% da população humana de Uberlândia. Antes do programa se efetivar em uma nova região, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos realiza visitas de casa em casa para explicar o funcionamento aos moradores. Nos dias específicos para cada bairro, os ecocaminhões, ao passar pelas vias, emitem um sinal sonoro para lembrar que é dia de coleta. Em 2012, a média de recolhimentos de resíduos foi de 160 toneladas por mês, são materiais que deixam de ser jogados no Aterro Sanitário e foram encaminhados para associações e cooperativas de catadores e recicladores. Neste quesito, Uberlândia também se inclui num índice ainda pequeno, mas de destaque no cenário nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), apenas 14,8% das cidades no Brasil com Coleta Seletiva tem parceria com as associações cooperativas.

Além da economia gerada pela reciclagem, a coleta seletiva colabora com a preservação do ambiente, ao diminuir a quantidade de lixo que chega aos aterros sanitários, minimizando os impactos causados pelos resíduos sólidos.

Dessa maneira, muitas pessoas são beneficiadas com a coleta seletiva e reciclagem, principalmente os catadores, pois apesar de terem um papel muito importante em todo esse processo, alguns deles ainda reconhecem a sua contribuição ambiental, buscando além do salário/remuneração a sua inclusão social.

4. RESULTADOS ESPERADOS

As considerações finais deve ser uma das ultimas etapas apresentada pelo pesquisador, para que o leitor possa compreender o que foi trabalhado no decorrer da pesquisa, possibilitando uma visão clara e objetiva do assunto abordado, segundo uma metodologia proposta. É o momento da pesquisa em que são expostos e discutidos os resultados relevantes alcançados pelo pesquisador.

Como o trabalho encontra-se em andamento, até o presente momento, os resultados alcançados dizem respeito ao levantamento bibliográfico e visitas iniciais a campo para percepção da realidade local e suas influencias no contexto dos indivíduos envolvidos no processo. Nessa etapa, percebe-se que o Programa de Coleta Seletiva implantado esta em fase de adaptações, visto que são menos de dois anos de funcionamento, visto que é um processo lento de assimilação pelos moradores da Cidade.

Para tanto, está sendo averiguados variáveis que se farão importantes no

decorrer da pesquisa no que diz respeito ao gerenciamento da Cooperativa de Reciclagem e Associação de Catadores de materiais recicláveis de Tupaciguara (MG); se existe programas de Educação Ambiental eficiente como base fundamental da relação socioambiental sendo aplicados; análise e discussão do Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem; satisfação e conhecimento das pessoas atendidas quanto ao Programa.

Assim, espera-se que a pesquisa em curso possa contribuir de forma significativa para a cidade de Tupaciguara (MG) e seus moradores, em detrimento de possíveis melhorias em seu Programa de Coleta Seletiva que venham a ser pontuadas no desenvolvimento da mesma em benefício da evolução positiva socioambiental. Essa é nossa meta maior.

Title: Policy Management of Solid Waste Recycling in Tupaciguara (MG) Since the Year 2010

Abstract

The selective collection programs are considered as a possible solution to the garbage problem, since advocates the reuse of various materials such as paper, glass, plastics and metals, among others. The municipality of Tupaciguara, located in the middle region of Triangulo Mineiro, includes the implementation of a Selective Collection Program, managed by the City, with management and logistics Municipal Secretariat of Environment, which aims to facilitate the collection, separation and disposal of solid waste for recycling, and promote socio-productive inclusion of waste pickers organized into an Association of Collectors of Recyclable Material Tupaciguara - ASCAMAT and Cooperative recycling. In this sense, the main objective of this work is guided in analyzing the operation of the Selective Collection Program held in Tupaciguara (MG) through its Association of Collectors convening the same. The methodology employed is the elaboration of theoretical framework to support the analysis to be performed; the practice of fieldwork at the Cooperative Association and thirst for knowledge of the reality of these as well as seeking information on Tupaciguara Municipal Government and other public bodies linked to the Program needed to develop the survey. As the work is in progress, to date, the results relate to the literature survey and initial visits to the field for perception of local realities and their influences in the context of the individuals involved.

Keywords: Waste Recycling. Municipality of Tupaciguara (MG). Recycling.

REFERÊNCIAS

- ADAMNS, B. G. **Reciclando Conceitos**. In: Revista Educação Ambiental em Ação, 2006. Disponível em: < <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=463&class=05>>. Acesso em: 25 dez. 2012.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LATAS. **Reciclagem de latas de alumínio**. Disponível em: <<http://www.abralatas.org.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8.419: **Apresentação de Projetos de Aterros Sanitários de Resíduos Sólidos Urbanos**: procedimentos. Rio de Janeiro, 1985. 9 p.
- CANUTO, A. F. A.; VLACH, V. R. F. **Poder local e territorialidades na cidade de Tupaciguara (MG):** uma introdução. In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos – Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a Geografia no século XXI, 2004, Goiânia (GO). VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004. CD-ROM.
- GARCIA, M. **Caxias do Sul: cidade modelo em reciclagem de lixo**. Revisado em fev. 2011. Disponível em: <<http://www.giramundos.com/site/?p=1546>>. Acesso em: 26 nov. 2012.
- GOMES, L. P. **Estudo da caracterização física e da biodegradabilidade dos resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários**. 1989. 178 f. Dissertação (Mestrado em Hidráulica e Saneamento) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- GRIMBERG, E.; BLAUTH, P. **Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores**. São Paulo: POLIS, 1998. 103 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM/ SEDU, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística Populacional Municipal 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística Populacional Municipal 2010**. Tupaciguara: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=317020&search=mi nas-gerais|tupaciguara|infograficos-historico>>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.
- LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).
- MAROUN, C. A. **Manual de Gerenciamento de Resíduos: guia de procedimentos passo a passo**. 2 ed. Rio de Janeiro: GMA, 2006.
- MOURA, V. S. O Programa de Coleta Seletiva em Ituiutaba (MG). In: **Revista Eletrônica Boletim de Geografia**, Maringá, v.30, n. 3, p. 41 - 53, Ago./ Set. 2012.
- RIBEIRO, T. F.; LIMA, S. C. Coleta Seletiva de Lixo Domiciliar – Estudo de Caos. **Caminhos de Geografia – Revista Online**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, p. 50-69, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10067/5938>>. Acesso em: 26 nov. 2012.
- SANTOS, F. C. **A Logística Reversa de Resíduos Sólidos em Ituiutaba: do diagnóstico à elaboração de um modelo pró-ativo**. 2007. 184f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/sites/ig.ufu.br/files/>>

Anexos/Bookpage/Anexos_FlavioCosta.pdf> Acesso em: 25 nov. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICROREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA. **Dados sobre coleta seletiva de Tupaciguara, 2014.** Disponível em: <<http://www.amvapmg.org.br/1/tupaciguara-se-prepara-para-implantar-coleta-seletiva-do-lixo/>> Acesso em: 20 de setembro de 2014.

SUSIN, R.; PIRES, F. **Primeira Cidade Brasileira com Coleta Seletiva de Lixo.** Revisão out. 2007. Disponível em: <http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/OLvs/Primeira_Cidade_Brasileira_Com_Coleta_Seletiva_De_Lixo>. Acesso em: 16 dez. 2012.

UNIÃO BRASILEIRA DE QUALIDADE. **Dados sobre reciclagem, 2004.** Disponível em: <<http://www.setorreciclagem.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=28>>. Acesso em 25 nov. 2012.

8

CAPÍTULO

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE GEOGRAFIA E BIOLOGIA

Assis, Aiany Ruth Silva de ^{1*}; Chaves, Manoel Rodrigues

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão. Departamento de Geografia – Geografia e Ordenamento do Território
Professor Doutor do Instituto de Geografia, Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão. Departamento de Geografia – Geografia e Ordenamento do Território

* email: aianyassis@yahoo.com.br

RESUMO

A questão ambiental impõe às sociedades buscar novas formas de pensar e agir, encontrar novos caminhos que garantam a sustentabilidade ecológica. Atualmente, atravessa-se um período de intensas transformações do ambiente e o homem é o principal responsável pelo processo de modificação do ambiente. Os conhecimentos em Geografia e Biologia referente à Educação Ambiental (EA) propõem o desenvolvimento de posturas e valores pertinentes às relações entre os seres humanos entre eles e o ambiente. O objeto da pesquisa será o Colégio Estadual Dr Vasco dos Reis Gonçalves em Urutaí (GO) com os alunos da 3ª série do Ensino Médio dos períodos matutino e noturno, dessa

forma, pretende-se discutir as contribuições do ensino de Geografia e Biologia em relação à possibilidade de trabalhar com a EA. A metodologia utilizada consta de pesquisa teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa teórica baseia-se também em revisões bibliográficas, busca-se na literatura informações disponíveis e relevantes sobre a temática abordada, na observação dos fatos tal como ocorre na realidade. A pesquisa documental consta da leitura de documentos da escola como o Projeto Político Pedagógico, Planos de aula dos professores de Geografia e Biologia do 3ª série do Ensino Médio através do SIAP (Sistema de Apoio ao Professor) e outros documentos que contribuem para a realização do trabalho. O método de coleta de dados utilizado foi realizado com base em entrevistas de grupo focal com participação de 26 alunos e através de questionários com a participação de 32 alunos. O questionário foi estruturado com doze perguntas, sendo sete subjetivas e cinco questões objetivas, duas delas eram totalmente fechadas e em três perguntas foi pedido para marcar e justificá-las. A entrevista de grupo focal contou com nove perguntas relacionadas às questões ambientais e relacionadas às questões do questionário.

Palavras-chave: educação ambiental; ensino de Geografia; ensino de Biologia

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DE BIOLOGIA

A Biologia enquanto ciência unificada surgiu no início do século XIX. Antes disso existiram os botânicos que se dedicavam a estudar as plantas não como cientistas envolvidos em selecionar e classificar as espécies descobertas. Suas pesquisas eram realizadas como caráter de colecionar as espécies de plantas de determinada região.

Nessa vertente, não se pode deixar de fazer referência a um importante pesquisador, Alexander Humboldt, geógrafo naturalista que no ano de 1800 chegava a América do Sul e dedicou suas pesquisas à área da botânica, especificamente na elaboração de uma geografia botânica. Sobre Humboldt, Alves (2005) faz algumas considerações.

[...] característica que também esteve presente nos escritos de Humboldt, na medida em que sua principal preocupação, quando observava a natureza, era com a estética. Tal atitude é percebida em vários momentos de sua obra, principalmente quando descreve os elementos da paisagem, interpretando-os de uma maneira extremamente poética [...]. Humboldt foi o primeiro na Geografia a realizar um trabalho de campo sistemático, no qual propunha uma observação minuciosa dos elementos da paisagem, buscando na sua contemplação fazer a ligação do particular com o que pode ser encontrado de mais geral, ou seja, preocupando-se constantemente em deslocar-se da individualidade dos lugares ou dos fenômenos para a universalidade. (ALVES, 2005, p. 69-74)

As considerações do autor deixam clara a importância de Humboldt para as ciências geográficas e biológicas a partir de sua observação e constante experimentação. A palavra biologia significa estudo da vida. Foi em 1801 e 1802 que Jean Baptiste Lamarck, evolucionista francês introduziu o termo biologia. De acordo com Ferreira (2007, p. 37) “[...] ainda que ignorado em seus dias na parte que mais valorizava em sua obra e mesmo refutado pela biologia atual, Lamarck foi causador de debates e controvérsias estimulantes e férteis entre a minoria de evolucionistas que viriam a ascender no final do século XIX”.

A Biologia se unificou com Charles Darwin, evolucionista britânico que marcou a história da evolução, pois, através dos conceitos dos caracteres descobertos por Lamarck, Darwin aperfeiçoou as teorias de Lamarck e descobriu que esses caracteres são transmitidos de geração para geração, que

mais tarde descobriram serem essas características são hereditárias. O livro *A Origem das Espécies* de 1859 explica a diversidade de espécies na natureza, resalta as transformações sofridas de uma espécie para outra. Tendo em vista a grande variabilidade genética, Darwin (2006) explica.

[...] uma grande variabilidade – termo onde sempre são incluídas as diferenças individuais – será evidentemente favorável à ação da Seleção Natural. Um grande número de indivíduos, apresentando maiores possibilidades de variações vantajosas num determinado tempo, compensará uma menor variabilidade em cada indivíduo e será, acredito, um elemento muito importante para o sucesso. (DARWIN, 2006, p. 339)

Darwin explica que os organismos vivos produzem grande quantidade de unidades reprodutivas e que na maioria das espécies, o número de indivíduos permanece mais ou menos constante. Os organismos de uma população original apresentam variações físicas e comportamentais, essas variações podem ser transmitidas aos descendentes.

A seleção natural é uma teoria darwinista muito aceita que deixa evidente que o ambiente seleciona as espécies. As espécies que não se adaptarem a determinadas condições oferecidas pelo ambiente deixam de existir. A teoria deixa claro que a natureza contribui para o aprimoramento das espécies ao longo das gerações, a partir da adaptação da espécie a um determinado ambiente.

O processo histórico da Biologia contribui para a compreensão dos conceitos biológicos de ambiente e dos ecossistemas terrestres, que precisam estar em equilíbrio dinâmico. A conservação dos ecossistemas para a sobrevivência dos seres vivos e as ações antrópicas degradantes trazem consequências para a espécie humana, para as outras espécies, enfim para todo o ambiente.

Torna-se importante considerar a historicidade das questões ambientais, evidenciar o surgimento da Educação Ambiental, o que permite compreender a significação humana no ambiente, ampliar as percepções do senso comum e os preconceitos, visões limitadas com as quais muitas vezes as pessoas possuem em relação à natureza.

O homem não se considera inferior à natureza, por isso apropria dos recursos naturais por se considerar num patamar superior à natureza (visão antropocêntrica). O homem enxerga a natureza como um bem inesgotável e por isso causa desequilíbrios nos ecossistemas. Com essa mesma visão Duvoisin (2002, p. 91) resalta que “[...] à medida que o ser humano foi se distanciando

da natureza e passou a encará-la como uma gama de recursos disponíveis, começaram a surgir os problemas socioambientais ameaçando a sobrevivência do nosso planeta”.

A Educação Ambiental é uma proposta que altera a educação como a conhecemos, com práticas pedagógicas que contemplem a transmissão de conhecimentos em Ecologia. Importantes para a compreensão dos problemas relacionados com a interação dos seres vivos com o ambiente e envolver os alunos nas discussões sobre a questão ambiental. Odum (1988) esclarece que o conceito de ecologia

[...] é um campo reconhecidamente distinto da ciência desde 1900. A expressão deriva do grego oikos (casa) e logos (estudo). Assim, a ecologia seria o estudo do “ambiente da casa” e isso “inclui todos os organismos contidos nela e todos os processos funcionais que a tornam habitáveis”. (ODUM, 1988, p. 1)

Tendo em vista esses aspectos, a Biologia é uma disciplina que busca enfocar as questões ambientais, por se preocupar com a ação dos seres vivos e em particular o homem nos ecossistemas, uma vez que a destruição dos ecossistemas prejudica as cadeias alimentares e assim prejudica o ambiente.

Para que os alunos desenvolvam as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, o ensino de Biologia enquanto ciência da vida contribui com a sociedade ao mesmo tempo em que favorece a aquisição do saber ambiental. Reigota (1999) esclarece que,

[...] um dos principais equívocos em relação à educação ambiental escolar é vê-la como um substituto do ensino das disciplinas tradicionais, como Biologia e Ciências. O conteúdo dessas disciplinas permite que vários aspectos do meio ambiente sejam abordados, mas sua prática pedagógica mais tradicional procura transmitir conteúdos científicos ou, na sua versão mais moderna, construir conceitos científicos específicos dessas disciplinas, como se a transmissão e/ou construção de conhecimentos científicos si só fossem suficientes para que a educação ambiental se realizasse. (REIGOTA, 1999, p. 81)

Conhecer os princípios ambientais não se restringe ao estudo da natureza in loco, trata-se de levantar os problemas de um dado local. A partir da leitura desta realidade levar em consideração a contribuição da Biologia, com

o propósito de diminuir os problemas diagnosticados e propor melhorias. Somente conhecendo o problema tem-se a possibilidade de contorná-los.

O ensino Biologia aliado a Educação Ambiental proporciona conhecimentos referentes às questões ambientais, dando suporte para que os alunos se tornem sensibilizados com os problemas ambientais, permite auto-questionamento que vão além da redução do desperdício de recursos naturais. Sobre as maneiras de interpretar a EA na esfera pedagógica, Carvalho (2012) comenta.

[...] as trilhas interpretativas de inspiração naturalista ilustram muito adequadamente o entendimento de EA como difusão de conhecimento da Biologia ou de Ciências. Embora se chamem interpretativas, tais trilhas, em sua concepção pedagógica, poderiam antes ser denominadas explicativas. Não se trata aqui de negar a importância do conhecimento e das explicações biológicas na EA, mas de alertar para o risco de reduzir o ato educativo a um repasse de informações provenientes das ciências naturais, sem correlacionar esse conhecimento com a complexidade das questões ambientais que o circundam e o constituem. (CARVALHO, 2012, p. 81)

O educar ambientalmente é uma iniciativa educativa que vai além das responsabilidades individuais. O trabalho em conjunto precisa ser estabelecido nas escolas para a formação de cidadãos de forma inalienável e para que consiga desvelar a realidade. O ensino de Biologia necessita buscar por uma metodologia calcada nas abordagens interdisciplinares das disciplinas científicas para produzir identidades individuais e coletivas no espaço escolar. Valerias (2003) comenta a respeito da EA e a contribuição da Biologia.

[...] torna-se difícil fazer um corte no processo histórico e definir com precisão o início da Educação Ambiental como uma nova concepção educacional, no entanto afirmarmos que a Biologia tem sido um apoio inicial, [...] as diferentes reuniões que marcam a evolução da EA e das inúmeras experiências locais e individuais, nos permite estabelecer as etapas pelas quais foi evoluindo historicamente esta disciplina. (VALERIAS, 2003, p. 155)

Para uma melhor compreensão da questão ambiental, seus conceitos e seus problemas, o ensino de Biologia possibilita a compreensão do funcionamento dos ecossistemas terrestres e cada vez mais o homem utiliza dos conhecimentos

biológicos para melhorar as relações dos seres vivos com a natureza. Rezende et al (2013) explicam a relação do ensino de Biologia à EA.

[...] a EA pode ser uma importante aliada para a Biologia no processo formativo de compreensão da vida, do Meio Ambiente como um conjunto das inter-relações entre o mundo natural e o mundo social. Acreditamos em uma possível relação de compartilhamento de saberes e princípios entre a Biologia e a EA, mas, sobretudo, reconhecemos que não apenas os conhecimentos biológicos são necessários ao trabalho da EA. (REZENDE, et al, 2013, p. 214)

A metodologia do ensino de Biologia contribui para a fundamentação dos princípios da EA. O conhecimento não pode ser fragmentado, mas precisa dos conceitos que são essenciais para uma sólida fundamentação teórica. Nesse sentido, cada professor pode buscar alternativas para inovar suas práticas pedagógicas para que a EA conquiste um lugar de destaque no cenário educativo.

Nessa perspectiva Reigota e Tamoio (2011, p. 17) consideram que “[...] as práticas pedagógicas ainda permanecem restritas a ações isoladas de alguns professores, que realizam atividades que mesmo de relevância, na maioria das vezes, não são capazes de apreender os objetivos educacionais”. Perandré (2007) contribui a respeito dos propósitos da EA.

[...] a finalidade da EA é restabelecer a complexa interação entre sociedade e natureza. A ecologia e outras ciências correlatas influenciaram grande parte do conhecimento existente sobre o meio ambiente. Assim, o que era suficiente para satisfazer às necessidades do passado passou a ser insuficiente para embasar a tomada de decisões na organização ambiental da época. (PERANDRÉ, 2007, p. 32)

Os conceitos biológicos são muitos, o que deve ter em mente é o objetivo de cuidados com a natureza, o cuidar do ambiente. É importante a assimilação dos conceitos biológicos pelos alunos e inserir esses conceitos em seu cotidiano. A Biologia proporciona condições de reconhecimento dos elementos que compõem o ambiente, investigarem as raízes dos problemas ambientais de maneira a avaliar os fenômenos antrópicos sob a natureza e a mudança do estado de equilíbrio do ecossistema natural.

Pode-se observar ainda falando sobre conceitos biológicos que se usa o

conceito ecossistema como sinônimo de ambiente. O ecossistema refere-se às condições com aspectos físicos e biológicos que represente determinado ecossistema. Cada ecossistema possui fatores vivos e não-vivos característicos. Assim, de acordo com Guimarães (2010) faz-se importante a formação dos professores, uma vez que

[...] é importante que a biologia ande de mãos dadas com as novas ciências da complexidade que nos ensinam a procurar padrões globais em vez de especificidades reducionistas. A formação do professor de biologia deve perceber a importância e relevância dessa abordagem complexa para dar conta de entender a complexidade dos problemas ambientais atuais. (GUIMARÃES, 2010, p. 106)

Nesse viés, o autor considera a complexidade dos seres vivos. Os professores de Biologia têm papel preponderante na educação para o ambiente, não sendo os únicos responsáveis na transmissão da prática ambiental, mas a responsabilidade precisa ser dividida com os professores das ciências afins, para desenvolver a competência dos educandos e contextualizar os conhecimentos.

Na perspectiva da Educação Ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Biologia trazem todos os conteúdos contextualizados para que os alunos relacionem enquanto seres integrantes da natureza e compreenda a relação dos outros seres vivos com a mesma. Como estratégias do ensino de Biologia, Brasil (2000, p. 13) sugere que “[...] utilizar elementos e conhecimentos científicos e tecnológicos para diagnosticar e equacionar questões sociais e ambientais”.

A Biologia permite a compreensão da natureza viva, valorização da vida em sua diversidade. Foca conteúdos referentes à temática ambiental questões relacionadas à poluição ambiental, interações dos seres vivos com o ambiente.

Para Brasil (2000, p. 15) “[...] o ambiente, que é produto das interações entre fatores abióticos e seres vivos, pode ser apresentado num primeiro plano e é a partir dessas interações que se pode conhecer cada organismo em particular e reconhecê-lo no ambiente e não vice-versa”. Todas as questões referentes ao conhecimento do ambiente favorecem a compreensão da dimensão espaço-temporal do estabelecimento de ecossistemas.

Para a assimilação dos conteúdos referentes às questões ambientais que os PCNs trazem, faz-se necessário a diversificação de metodologias por parte do professor que precisa esclarecer conceitos, estimular a investigação

pelos alunos para que o conhecimento seja satisfatório. Os PCNs propõem soluções para os problemas do cotidiano e relaciona as diversas disciplinas na compreensão dos processos biológicos.

De acordo com Pedrini (2000, p. 15) “[...] a EA é considerada como saber construído socialmente e caracteristicamente multidisciplinar na estrutura, interdisciplinar na linguagem e transdisciplinar na ação não pode ser área profissional específica de nenhuma especialidade do conhecimento humano”. A EA é uma dimensão da educação que promove a transformação das pessoas e dessa forma contribui para a prática social através da aquisição de novos hábitos por parte dos educandos. Sobre a interdisciplinaridade, assim, Fazenda (1993) faz importantes considerações.

[...] a atitude interdisciplinar não está na junção de conteúdos, nem na junção de métodos; muito menos na junção de disciplinas, nem na criação de novos conteúdos produtos dessas funções; a atitude interdisciplinar está contida nas pessoas que pensam o projeto educativo. (FAZENDA, 1993, p. 64)

Os professores de Biologia precisam se aproximar com outras áreas do conhecimento no sentido de tornar a temática ambiental em evidência permanente, tendo sempre a intenção didática em manter o caráter interdisciplinar do saber ambiental. Nessa perspectiva, Guimarães (2010) comenta que

[...] o saber ambiental complexo, ou a incorporação dessa dimensão na formação crítica dos professores de Biologia possa inscrever-se dentro da (re) significação da vida (objeto de estudo da própria biologia) e possa contribuir com a reconstrução do mundo atual. (GUIMARÃES, 2010, p. 58)

Diante do exposto, a sociedade moderna precisa ser alicerçada, estruturada de acordo com as mudanças da realidade social e construir um caminho sólido que conduza a uma nova concepção de mundo.

2. GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Geografia moderna tem como um dos pais Alexander Humboldt, geógrafo que trouxe contribuições importantes para as várias áreas do conhecimento como a Biologia. Humboldt teve várias influências das correntes iluministas de August

Comte. Sobre a influência iluminista, Dagnino (2008, p. 70) comenta que “[...] Humboldt se apresenta como um cientista sensível e atento às teorizações de Kant de várias formas. Com relação a este caminho intermediário que torna as idéias kantianas tão dúbias, Humboldt propôs saídas bastante interessantes”.

As ideias iluministas contribuíram com Humboldt no processo de percepção do mundo durante as pesquisas de campo. Em seus estudos, o pesquisador procurou compreender e fazer descrições da natureza. Nessa linha de raciocínio, para Ricotta (2003, p. 59) Humboldt dizia que “[...] o que nomeio como descrição física do mundo não pretende alcançar uma categoria de uma ciência racional da natureza; é a apreciação reflexiva dos fenômenos dados através da empiria, tomados como fenômenos do todo da natureza”.

Diante do exposto, pode-se considerar que a Geografia contribui na perspectiva ambiental e vem sendo trabalhada na vertente socioambiental, na relação homem-natureza. Segundo Klein (2002, p. 126), “[...] o ensino em equipe é um poderoso mecanismo de preparação dos professores e uma forma importante de revitalização intelectual por meio do aprendizado em colaboração.” Em pesquisa realizada com os professores de Geografia sobre Educação Ambiental Bortolozzi e Perez Filho (2012) assinalam que:

[...] predomina então um acompanhamento próprio dos meios de difusão do sistema de comunicação social, ou seja, meios de comunicação de massa, sendo que o sistema de educação formal deixa a desejar resultando na própria falta de consciência ambiental e na inadequada formação acadêmica, apresentadas pela maioria dos professores pesquisados, pois eles não estão acompanhando a questão ambiental pelos mecanismos que deveriam ser próprios da educação em todos os níveis, principalmente pela difusão, por exemplo, por meio de textos, livros paradidáticos, cursos, palestras, simpósios, encontros e congressos. Mais grave ainda torna-se o quadro, ao considerar-se que na imprensa escrita e falada predominam, principalmente na TV, os temas amplos envolvendo meio ambiente, ecologia, equilíbrio ecológico, extinção de espécies que, raramente apresentando uma abordagem socioambiental, eliminam a explicação sobre as causas dos problemas. (BORTOLOZZI; PEREZ FILHO, 2012, p. 52)

Nesse viés de estudo da Geografia com a questão ambiental, considera-se as dificuldades que os professores enfrentam para transmitir a problemática ambiental compatível com a realidade. Os enfoques dados pelos professores

devem partir dos problemas locais e abranger também os problemas ambientais globais.

Nesse sentido, os educadores ambientais desempenham um importante papel na sociedade enquanto formadores de opiniões por serem detentores de propostas pedagógicas, percepção da complexidade ambiental e das relações sociais humanas sob os diferentes aspectos culturais. Assim, Leff (2001a) discute que

[...] a complexidade da problemática ambiental implica uma revolução do pensamento, uma mudança de mentalidade, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas, para se construir um novo saber, uma nova racionalidade que orientem a construção de um mundo de sustentabilidade, de equidade, de democracia [...]. Aprender a aprender a complexidade ambiental implica uma nova compreensão do mundo que problematiza os conhecimentos e saberes arraigados em cosmologias, mitologias, ideologias, teorias e saberes práticos que se encontram nos alicerces da civilização moderna, no sangue de cada cultura, no rosto de cada pessoa. (LEFF, 2001a, p. 196)

Ocorre que o debate sobre a problemática ambiental proporciona a formação de alguns preconceitos e a veiculação de algumas imagens distorcidas sobre as questões relativas ao ambiente em consequência do processo decisório sobre a apropriação e o uso dos recursos naturais de forma ecologicamente correta. Nesse viés, Leff (2001b, p. 49) relata que “[...] a destruição ecológica e o esgotamento dos recursos não são problemas gerados por processos naturais, mas determinados pelas formas sociais e pelos padrões tecnológicos de apropriação e exploração econômica da natureza”.

É pertinente sublinhar que a adoção dessas ações prejudica o desenvolvimento econômico e interfere na manutenção da vida de futuras gerações, ainda incita a adoção de novos posicionamentos no que se refere à proteção e conservação ambiental. Layrargues (2001) discute a realidade e o processo de reflexão sobre os problemas ambientais, afirmando que:

[...] a estratégia da resolução dos problemas ambientais locais como metodologia da educação ambiental permite que dois tipos de abordagens possam ser realizadas: ela pode ser considerada tanto como um tema-gerador de onde se irradia uma concepção pedagógica comprometida com a compreensão e transformação

da realidade; ou como uma atividade-fim, que visa unicamente a resolução pontual daquele problema ambiental abordado. (LAYRARGUES, 2001, p. 134)

As concepções mudam em função da problemática ambiental existentes em cada localidade frente às concepções de ambiente. É preciso identificar os problemas decorrentes da relação sociedade e natureza para que sejam feitas intervenções para procurar minimizar os problemas diagnosticados. Nesse viés, Carvalho (2012, p. 51) ressalta que “[...] a EA é herdeira direta do debate ecológico e está entre as alternativas que visam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente”.

Os cuidados com o ambiente envolvem a preservação da vida, uma questão que requer reflexão e atitudes, merece o envolvimento dos educadores e outros atores sociais que reconheça que a natureza abriga o homem e essa relação necessita ser equilibrada. De acordo com Suertegaray (2006, p. 27) “[...] a questão ambiental pertinente também à geografia, não é sua exclusividade. Sua complexidade exige conjunção de olhares, dialógica e a superação da análise de objetos puros (específicos)”.

Para que a transmissão de conhecimentos seja satisfatória e alcance bons resultados, os professores precisam trabalhar com esses conteúdos na teoria e na prática, considerando a relação conflituosa entre homem e natureza. Toledo (2003) explica a relação dos professores de Geografia com a Educação Ambiental.

[...] se por um lado, os profissionais de Geografia possuem incisivas e substanciais contribuições e participação de projeção histórica, na análise da questão ambiental e na formulação de um consistente projeto necessariamente transdisciplinar, sobre Educação Ambiental, por outro lado, as instituições acadêmicas geográficas brasileiras, [...] não possuem cursos específicos com o rótulo Educação Ambiental. (TOLEDO, 2003, p. 127)

Ao ressaltar o enfoque geográfico na Educação Ambiental, Bispo (2012, p. 53) considera que “[...] a educação geográfica tem uma contribuição importante na educação ambiental, na sensibilização dos alunos sobre o impacto do seu próprio comportamento, e suas atitudes, e é uma ciência que possui uma identidade marcante”.

A questão ambiental possui importante atuação das ciências sociais como a Geografia, por considerar o homem como agente e ser afetado pelas alterações

no ambiente. A EA é uma questão ampla que merece ser abordada de forma interdisciplinar para obter melhores resultados no ambiente escolar e fora dele. Nunes; Silva (2011) afirmam sobre a contribuição do ensino de Geografia.

[...] a Geografia permite o conhecimento da realidade social, econômica, cultural e ambiental. Portanto, a contribuição da Geografia é fundamental, para que o aluno enquanto indivíduo da sociedade possa compreender e desenvolver uma consciência crítica sobre a problemática ambiental. (NUNES; SILVA, 2011, p. 21)

A escola é um espaço, categoria geográfica que segundo Cruz (2012, p. 3) “[...] emergiu a partir do processo de solidificação da Geografia, como uma disciplina científica, exigindo assim, a construção de um sistema de categorias e conceitos particulares, com o objetivo de formular um conhecimento acerca dos fenômenos geográficos estudados”.

A categoria espaço é a mais discutida nas ciências geográficas por formar o todo. É formado pelo conjunto das coisas e a sociedade que modificam e o transformam continuamente, não deve considerá-lo apenas como objeto e sim uma instância da sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos consideram conscientes da responsabilidade que têm com o meio ambiente, mas mesmo assim apresentam práticas incorretas com relação ao meio ambiente. Eles consideram que há relação entre Geografia e Biologia no conteúdo referente aos ecossistemas, conteúdo trabalhado pelos professores das duas disciplinas, como averiguado nos planos de aula dos professores da 3ª série do Ensino Médio. As respostas dos alunos refletem a superficialidade de conhecimentos relacionados à Educação Ambiental e os referentes às questões ambientais.

A aproximação da escola com a comunidade é ineficiente no que se refere às questões ambientais. As mudanças precisam acontecer a partir da disseminação de conhecimentos sobre o cenário ambiental tendo em vista as reais necessidades de envolvimento e participação da sociedade em projetos promovidos pela escola.

As disciplinas responsáveis pela disseminação dessa questão, a Geografia e a Biologia não caminham juntas na escola. Precisa-se estabelecer diálogos entre

as duas disciplinas para que exista o fortalecimento da Educação Ambiental na escola, buscar condições para que sejam efetivados o cumprimento dessa questão no PPP da escola, ou seja, inserir a temática ambiental e mais especificamente, a Educação Ambiental na teoria e na prática.

Todos os alunos citaram algum aspecto da Educação Ambiental na escola que refletem na falta de formação dos professores voltada para essa área influenciam no comportamento dos alunos. Os temas ambientais abstratos e amplos demais fogem da realidade perceptível dos alunos que estão concluindo a educação básica e partindo para o ensino superior e/ou para o mercado de trabalho, esses fatores dificultam a mudança de comportamentos relacionados à conservação ambiental por parte dos alunos.

Precisa-se evidenciar que para acontecer o desenvolvimento da Educação Ambiental é necessário mudanças de posturas práticas que precisam estar aliado à teoria, mesmo frente às dificuldades de encontrar materiais pedagógicos na área ambiental nas escolas públicas. Nota-se que em nenhum momento os sujeitos citaram a participação dos professores na preparação de atividades pedagógicas, por nenhum dos entrevistados.

Com relação aos projetos realizados na escola, não foram evidenciados nenhum projeto ou discussões voltados à Educação Ambiental. A temática não está presente na prática pedagógica, verificado através dos planos de aula dos professores da 3ª série do Ensino Médio e através do PPP da escola. A Educação Ambiental não está vinculada aos conteúdos com aderência à questão ambiental. Pressupõe-se uma modificação na prática pedagógica, ao proporcionar atividades interdisciplinares ou a integração do conhecimento por meio de projetos que deve perpassar as disciplinas de Geografia e Biologia e envolver toda escola na proposta ambiental.

Os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários e com as entrevistas permite-nos tecer algumas considerações sobre as concepções que tem os sujeitos que participaram deste trabalho. As respostas dos discentes encontram subsídios no ensino formal e também refletem conhecimentos que surgem espontaneamente, adquiridos através do ensino informal, conceitos e valores que eles trazem de casa ou a partir do convívio em sociedade. Salienta-se que os resultados encontrados com os três grupos de alunos, 3ª “A”, 3ª “B” e 3ª “EJA” foram muito próximos.

Title: Environmental Education And The Contributions Of The Teaching Of Geography And Biology

Abstract

Environmental issues require companies to seek new ways of thinking and acting, finding new ways that ensure the ecological sustainability. Currently experiencing a period of intense transformation of the environment and man is primarily responsible for the modification of environment. Knowledge in Geography and Biology related to Environmental Education (EE) propose the development of attitudes and relevant to the relationship between humans and the environment among them values. The object of the research will be the State College Dr Vasco Gonçalves dos Reis in Urutaí (GO) with students in the 3rd grade of high school the morning and evening periods, thus we intend to discuss the contributions of the teaching of Geography and Biology relative the possibility of working with EA. The methodology consists of theoretical research, desk research and field research. The theoretical research is also based on literature review, we seek to literature available and relevant information about the topic discussed in the observation of facts as occurs in reality. The desk research included reading school documents as the Political Pedagogical Project, lesson plans for teachers of Geography and Biology of the 3rd year of high school through the SIAP (System for Teaching and Learning) and other documents that contribute to the achievement of work. The method of data collection used was based on focus group with the participation of 26 students and through questionnaires with the participation of 32 students. The questionnaire consisted of twelve questions, seven subjective and five objective questions, two of which were totally closed and three questions were asked to select and justify them. The focus group interview included nine questions related to environmental issues and related questions in the questionnaire.

Keywords: environmental education; Geography teaching; Teaching of Biology.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. E. L. **A obra de Humboldt e sua provável influência sobre a antropologia de Franz Boas**. GEOUSP - Espaço e Tempo, n.18, São Paulo (SP), 2005, p. 69-74.
- BISPO, M. A. **A concepção de natureza na Geografia e a relação com a Educação Ambiental**. Revista Terceiro Incluído: Transdisciplinaridade e Educação Ambiental, v. 2, n. 1, Goiânia (GO), 2012, p. 49-53.
- BORTOLOZZI, A.; PEREZ FILHO, A. Diagnóstico da educação ambiental no ensino de geografia. In: BISPO, M. A. **A concepção de natureza na Geografia e a relação com a Educação Ambiental**, v. 2, n. 1, 2012, p. 52.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **terceiro e quarto ciclos**: apresentação dos temas transversais, Brasília (DF): MEC/SEF, 1998, p.195.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais — Ensino Médio. **Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**, Brasília (DF): MEC/SEF, 2000, 75p.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2012, 255p.
- CRUZ, C. R. da. **O espaço geográfico como categoria essencial para a constituição de uma cidadania ativa**: contribuições de Paulo Freire e Milton Santos. IX ANPED SUL, Pelotas (RS), 2012, p. 3.
- DAGNINO, R. de S. **A Geografia de Alexander Von Humboldt: diálogos entre arte e complexidade**. Revista Caminhos da Geografia, v. 9, n. 26, Uberlândia (MG), 2008, p. 70.
- DARWIN, C. On the origin of species by means of natural selection or the preservation of favoured races in the struggle of life. In: CARMO, V. A. do; MARTINS, L. A. P. **Charles Darwin, Alfred Russel Wallace e a seleção natural: um estudo comparativo**. Revista Filosofia e História da Biologia, v.1, Campinas (SP), 2006, p. 339.
- FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 2. ed. São Paulo (SP): Loyola, 1993, 119p.
- FERREIRA, M. A. **Transformismo e extinção: de Lamarck a Darwin**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2007, p. 37.
- GUIMARÃES, S. S. M. **O saber ambiental na formação de professores de Biologia**. Tese de doutorado do Programa de pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Araraquara (SP), 2010, p. 58-106.
- KLEIN, J. T. Ensino interdisciplinar: didática e teoria. Tradução de Inara Luiza Matim. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.) **Didática e interdisciplinaridade**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2002, p. 126.
- LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (org). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2001, p. 1-134.
- LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo (SP): Cortez, 2001a, p. 196.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001b, p. 49-134.
- NUNES, F. G.; SILVA, S. R. da. **Geografia e Educação Ambiental: reflexões a partir das concepções e práticas de professores da rede Estadual de Dourados (MS)**. Revista Boletim Gaúcho de Geografia, n. 26, Porto Alegre (RS), 2011, p. 21.
- ODUM, E. P. **Ecologia**. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro (RJ), 1988, 434p.

- PEDRINI, A. de G. (Org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. 3. ed: Petrópolis (RJ): Vozes, 2000, p. 15.
- PERANDRÉ, E. L. C. **As concepções de ensino dos (as) professores (as) e a aprendizagem dos (as) alunos (as) sobre Educação Ambiental no Ensino Médio: o caso de uma Escola Estadual**. Dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande (MS), 2007, 192p.
- REIGOTA, M. A floresta e a escola: por uma Educação Ambiental pós-moderna. São Paulo (SP): Cortez, 1999, 167p.
- REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. In: NUNES, F. G.; SILVA, S. R. da. **Geografia e Educação Ambiental: reflexões a partir das concepções e práticas dos professores da rede estadual de Dourados (MS)**. Revista Boletim Goiano de Geografia, BGG n. 36, Porto Alegre (RS), 2011, p. 17.
- REZENDE, I. M. N. de, et al. **Educação Ambiental e Fisiologia Humana: compreensões e práticas de professores de biologia**. Alexandria - Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, v. 6, n.3, 2013, p. 214.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Questão ambiental: produção e subordinação da natureza. In: SILVA, J. B. da. et al. **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo (SP): Annablume, 2006, p. 27.
- TAMAIÓ, I. O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental. In: NUNES, F. G.; SILVA, S. R. da. **Geografia e Educação Ambiental: reflexões a partir das concepções e práticas dos professores da rede estadual de Dourados (MS)**. Revista Boletim Goiano de Geografia, BGG n. 36, Porto Alegre (RS), 2011, p. 17.
- TOLEDO, G. S. de. Educação Ambiental nos cursos de graduação. In: SANTOS, J. E. dos; SATO, M. **A contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. 2. ed., São Carlos (SP): RiMa, 2003, p. 127.
- VALERIAS, N. Contribuições da Biologia ao desenvolvimento da Educação Ambiental. In: SANTOS, J. E. dos; SATO, M. **A contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. 2. ed., São Carlos (SP): RiMa, 2003, p. 155.

9

CAPÍTULO

ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE NO PARQUE DO SABIÁ NA CIDADE DE UBERLÂNDIA (MG)

Melo, Cristiane Aparecida Silva Moura ¹; Orlando, Paulo Henrique Kingma ²;

¹ Mestranda em geografia da UFG – Regional Catalão

² Professor Doutor do Programa de Pós graduação em Geografia da UFG – Regional Catalão

* email: crisapa3179@gmail.com.br

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa sobre as questões que tangem a necessidade de que exista um planejamento urbano com infraestrutura voltada para a criação de áreas verdes que no trabalho faz referência ao parque do Sabiá, primeiro parque urbano criado na cidade de Uberlândia (MG). Assim o objetivo deste é realizar a análise da infraestrutura do parque do Sabiá verificando se a mesma é acessível para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida. Para a composição do trabalho foi realizada um levantamento bibliográfico em materiais já publicados que tratam da temática bem como a lei nº 10.098 de Dezembro de 2000 de acessibilidade, nº 12.587

de Janeiro de 2012 e a norma técnica 9.050 de 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Ainda foram realizados trabalhos de campo para observar se os aspectos estruturais do Parque do Sabiá estão em conformidade às normas citadas.

Palavras-chave: Acessibilidade; mobilidade, parque do Sabiá

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o processo de urbanização provocou várias modificações na organização das atividades no espaço. Dentre essas modificações ocorreram o êxodo rural e os inchaços dos espaços urbanos. Assim esses inchaços urbanos acarretaram em uma nova dinâmica no espaço urbano e como consequência ocorre os impactos ambientais de forma desordenada e sem a menor preocupação com a preservação e conservação do meio ambiente.

No Brasil o processo de urbanização foi intensificado a partir da década de 1960 com a ampliação dos parques industriais das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, cidades brasileiras que se desenvolveram mais rapidamente, pois na primeira havia um grande acúmulo de capital devido a cultura do café enquanto a segunda até esta década foi a capital do país. Como resultado desses fatores ocorreu um intenso processo de urbanização nestas duas cidades.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população urbana no Brasil na década de 1960 era de 45,5%, na década seguinte (1970) esse número era 55,9%, enquanto no ano 2010 esse número subiu para 84%.

A partir disso verifica-se que a população urbana cresceu e junto com ela a necessidade de novas moradias. A parcela do solo nas proximidades do centro urbano possuía uma maior valorização fruto do processo de especulação imobiliária, por este motivo as pessoas que chegavam as grandes cidades procuravam as áreas mais periféricas da malha urbana, devido aos menores preços dos imóveis e dos aluguéis.

Em decorrência do alto valor da reprodução de vida nas capitais, o interior do Brasil com destaque par a região sudeste passa sofrer um intenso processo de urbanização o que acarretou em um processo de interiorização do país e com a cidade de Uberlândia (MG), não foi diferente segundo dados do IBGE (2010) esta cidade é a segunda maior cidade do estado de Minas Gerais. Isso se deve ao fato que no início do século XX a cidade de Uberlândia (MG) servia como passagem de tropeiros que transportavam mercadorias do estado de São Paulo para o de Goiás e a partir da década de 1910 com a implantação da estrada de ferro Mogiana, que levou ao desenvolvimento da cidade, consolidando-a como um grande centro logístico.

O rápido crescimento da cidade de Uberlândia (MG) acarretou em uma infraestrutura inadequada à locomoção de pessoas com mobilidade reduzida e deficientes, em várias regiões da cidade. Isso é resultado da falta de políticas públicas eficientes que solucionem os problemas relacionados a mobilidade e

acessibilidade urbana em locais públicos e privados.

Apesar de em muitas regiões a infraestrutura ser inadequada, a região central da cidade de Uberlândia (MG) é tida como referência no que tange acessibilidade, já que boa parte das calçadas possuem rampas de acesso, há presença de faixas de pedestre, possui uma sinalização vertical e horizontal, porém há uma série de obstáculos na calçada. Em relação ao restante da cidade a prefeitura municipal se preocupa com o transporte dos deficientes. Na última licitação para o transporte público, há exigência de ônibus dotados de rampas para facilitar o acesso das pessoas com deficiência na periferia, além de ofertar o transporte porta a porta para as pessoas com mobilidade reduzida e deficientes físicos.

Isso é resultado de um processo histórico de reivindicações da população sensível a causa juntamente com os deficientes físicos e das pessoas com mobilidade reduzida que lutaram pelo direito de locomoção e acessibilidade dentro da malha urbana da cidade de Uberlândia (MG) além da inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

Em decorrência da necessidade das pessoas em trabalhar, estudar e desenvolver outras atividades é necessário que elas tenham momentos de lazer voltados para o contato com a natureza, a fim de obter um momento de tranquilidade e sair do cotidiano urbano. Assim no lugar o cidadão expressa o seu modo de vida nele o homem convive com uma constante pressão devido à poluição sonora, atmosférica, ao trânsito intenso. Para isso foi criado o parque do Sabiá.

Em detrimento disto o parque do Sabiá na cidade de Uberlândia (MG) foi criado como um local para que as pessoas tenham momentos de lazer e prazer no que tange o contato com a natureza e ao divertimento. Porém muitas das pessoas frequentam as áreas do parque possuem mobilidade reduzida ou algum tipo de deficiência.

A partir disso o trabalho propõe realizar o estudo da acessibilidade do parque do Sabiá na cidade de Uberlândia (MG) a análise será da infraestrutura, observando as barreiras físicas e naturais que prejudicam o acesso a esses, observando se eles estão atendendo as leis federais nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 e a nº 12.587 de janeiro de 2012, além das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas 9.050.

2. DESENVOLVIMENTO

Para a criação do parque foi criada a decreto municipal nº 1.925 de 28 de junho de 1971, porém a sua construção foi iniciada em 1977.

O Parque do Sabiá segundo dados da Prefeitura Municipal de Uberlândia, foi criado pelo decreto municipal nº 1.925 de 28 de junho de 1971, porém a sua construção foi iniciada em 1977, foi o primeiro a ser criado na cidade com o intuito de ser uma área de lazer para a população Uberlandense (pessoas nascidas no município de Uberlândia) e Uberlandina (pessoas nascidas em outros municípios que migraram para Uberlândia). Para a sua administração foi criada a FUTEL (Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer) através da lei municipal 2.759.

O Parque possui uma área verde com bioma característico do Cerrado Stricto Senso com 35.000 m² bem conservados, na qual são distribuídas mesas com bancos de concreto, nas quais a população pode utilizar para a socialização com as demais pessoas, bem como observar a natureza. Dentro do parque ainda há as trilhas ecológicas para a visita da fauna e dos mananciais de água.

Possui uma boa rede hidrográfica composta por três nascentes que dão origem ao microbacia do Jataí (canalizado na Avenida Doutor Anselmo Alves), abastecendo as sete represas dentro do parque. Estas nascentes dão origem a um lago artificial que possui um criatório de peixes, há ainda duas piscinas que são abertas aos visitantes.

Há um zoológico composto por vários animais característicos da fauna do cerrado com exceção de casal de leões, um aquário, ambos abertos a visita pública. Há um deck na represa com peixes ornamentais.

No parque do Sabiá existe um horto municipal, um viveiro, com mudas de espécies arbóreas da flora do cerrado e plantas ornamentais que são utilizadas pela prefeitura para a arborização da cidade, bem como o embelezamento de praças e locais públicos elas também são distribuídas a população.

Há ainda uma pista de cooper de 5.100 metros de extensão, quadras poliesportivas, campos de futebol de grama, uma quadra de areia, equipamentos para a prática de exercícios físicos. Um parque infantil com diversos brinquedos que são divididos por faixa etária sendo a maior de 10 anos de idade. Há banheiros, vestiários, lanchonetes, dentre outros equipamentos que fazem parte do mobiliário urbano.

No local há o desenvolvimento de atividades relacionadas à educação ambiental, o parque recebe a visita de escolas públicas e privadas, universidades federais e privadas, conta também com uma sala com animais da fauna do

cerrado empalhados, biblioteca com materiais pertinentes a flora e fauna característica do cerrado.

No ano de 2010 na gestão do ex-prefeito Odelmo Leão o parque passa por um processo de revitalização o qual reformou áreas já existentes e criou novas como o recanto do Sabiá, as academias populares dispostas na pista de cooper. A proposta disso é que a área de lazer se tornasse acessível a toda a população. A figura 1 demonstra uma visão da área do Parque do Sabiá.



Figura 1: Vista da área do parque

Fonte: MENDES, L. F. O.

Assim para a análise da infraestrutura foi criada um quadro que atendesse as deficiências dos idosos, cadeirantes, surdos e cegos, ela foi confeccionada atendendo os requisitos da lei nº 10.098 de acessibilidade e a NBR 9.050. O intuito do quadro é que ele atenda os parâmetros necessários para que a infraestrutura do parque que passou por um processo de revitalização atenda as necessidades de todos os visitantes.

Partindo desse quadro foram selecionados os pontos de interesse dos visitantes, ou seja, foram selecionadas 4 áreas utilizada pelos usuários e visitantes (recanto do Sabiá, zoológico, mundo da criança e deck dos peixes) áreas de lazer que serão expostos juntamente com a análise da sua infra estrutura.

Quadro 1: Parâmetros de acessibilidade

PARAMÊTROS DE ACESSIBILIDADE	CADEIRANTE	IDOSO	SURDO MUDO	DEFICIENTE
Altura do bebedouro de 0,73 metro para uso sentado sem copo	X			
Altura do bebedouro de 0,90 metro para uso sentado com copo	X			
Altura do bebedouro de 1,00 - 1,20 metro para uso em pé		X	X	X
Área para manobra de 180° - 1,50 x 1,20 metro	X			
Área para manobra de 360° - 1,50 x 1,50 metro	X			
Área para manobra de 90° 1,20 x 1,20 metro	X			
Ausência de degraus	X			X
Barras de apoio de 3 a 4,5 cm de diâmetro		X	X	X
Barras de apoio de 3 a 4,5 cm de diâmetro nos sanitários	X	X		X
Faixa livre na calçada de 1,20 metros	X	X	X	X
Presença de elevador para passar de um piso ao outro	X	X		X
Piso liso sem degraus	X			X
Piso tátil				X
Quantidade de sanitários adaptáveis no mínimo 1	X	X	X	X
Rampas de acesso de 3° a 5°	X	X	X	X
Rebaixamento da calçada	X		X	X
Sanitários em rotas acessíveis	X	X	X	X
Sinalização em braile				X
Sinalização sonora				X
Sinalização visual			X	

Fonte: NBR 9050, lei nº 10.098. Org. MELO, C. A. S. M.

RECANTO DO SABIÁ

O espaço possui um jardim. É bem arborizado, na entrada há uma rampa para o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e uma escada (ambas possuem barras de apoio dentro dos padrões da NBR 9050) gerando duas opções para o visitante acessar o local. Na sequência é possível visualizar uma série de mesas com bancos. Há a disponibilidade de acesso a rede de internet wi-fi gratuita. Na entrada também é possível visualizar uma pequena cascata. O piso do local é confeccionado em paralelepípedo. Nas proximidades há o recanto do atendimento e algumas lanchonetes que não possuem rampas de acesso, sendo possível acessar somente através de degraus ou escadas. A figura 2 mostram a infraestrutura do espaço.



Figura 2: Infraestrutura do Recanto do Sabiá

Fonte: MELO, C. S. A. M., 2014.

No espaço ainda há as lanchonetes que vendem bebidas e alimentos, as mesmas possuem uma boa estrutura com grande espaço para o atendimento dos visitantes, porém o acesso ao local é difícil, pois há degraus para o acesso do local.

O importante é a acessibilidade que o espaço possui, pois é composto por aparelhos adaptados para os cadeirantes e demais pessoas com deficiência preocupando com a parcela da população detentora de mobilidade reduzida.

ZOOLÓGICO

Possui piso de paralepípedo que é irregular o que dificulta o deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida e deficientes. Há placas de sinalização das espécies. Os viveiros onde ficam os animais expostos para visitação possuem uma barra de proteção que dá distancia entre o visitante e o viveiro. A figura 3 demonstra a infraestrutura.



Figura 3: Infraestrutura do zoológico

Fonte: MELO, C. S. A. M., 2014

Através da análise do espaço é possível verificar que o mesmo não fornecesse nenhum tipo de acessibilidade, visto que não existe um piso regular e rampas de acesso o que facilita a mobilidade do visitante.

MUNDO DA CRIANÇA

O espaço foi construído a fim de promover a recreação e o lazer de crianças até 10 anos de idade. A utilização é aberta todos os dias da semana para mães e pais que levam os seus filhos, para momentos de diversão e convívio com outras crianças.

A área é composta por vários tipos de brinquedos que foram confeccionados utilizando como matérias primas aço, madeira, pneus e borracha. Fato que diminuiu o valor dos custos. Além dos brinquedos há dispostas mesas com

bancos de cimento que ficam sobre o paralelepípedo. As figuras 4 e 5 retratam a localização dos brinquedos e a disposição das mesas.



Figura 4: Disposição dos brinquedos

Fonte: MELO, C. S. A. M., 2014.



Figura 5: Disposição das mesas e acesso ao Mundo da Criança

Fonte: MELO, C. S. A. M., 2014.

Sobre as figuras acima é possível averiguar que os brinquedos ficam sobre uma área de gramado, a qual dificulta o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes, com destaque para o segundo citado, pois de forma alguma é possível que estas pessoas se desloquem de um lugar ao outro, dificultando a sua mobilidade.

Também não há piso tátil, sinalização sonora e visual, tornando difícil a

identificação de informações básicas incluindo o nome do espaço para a sua identificação. Há apenas uma fachada no formato de castelo.

Há bebedouros confeccionados de cimento com azulejos que dão acabamento cada um com duas torneiras que variam de 50 a 90 centímetros sem o recuo para o encaixe de uma cadeira de rodas. Além de estarem distribuídos no espaço com presença de grama, o que dificulta a mobilidade.

Outro agravante são os banheiros, separados em feminino e masculino, que não possui uma passarela com piso tátil e que dê acesso a cadeirantes. Em tese possui um sanitário adaptado, porém não possui barras de apoio e o espaço de 1,20 x 1,20 metro que permitiria a um cadeirante realizar uma manobra de 90°. Não possui lavatórios adequados para o mesmo, e inclusive sem presença de torneiras.

Cabe ressaltar que no espaço onde estão inseridos os brinquedos, há dificuldades em adaptar o espaço para o uso de deficientes, visto a necessidade que os estes fiquem dispostos em piso de areia e grama.

DECK RECANTO DOS PEIXES

Através da análise do espaço é possível verificar que para o acesso ao espaço há um rebaixamento de calçada deteriorado necessitando de reparos, a porta de entrada possui largura que atende as regras da NBR 9050, o piso do Deck foi confeccionado em madeira estando o mesmo bem conservado. E existe um guarda corpo que dá proteção aos usuários do lugar. A figura 6 mostra parte da área física.



Figura 6: Área física do deck

Fonte: MELO, C. S. A. M., 2014.

De uma forma geral o espaço é acessível tanto para os deficientes quanto as pessoas com mobilidade reduzida.

3. CONCLUSÃO

Em uma análise geral da infraestrutura do parque do Sabiá que foi o primeiro a ser criado na malha urbana cidade de Uberlândia (MG) nota-se que é um espaço bem consolidado. É o mais frequentado pela população uberlandense por oferecer várias atividades de lazer.

Passou por um processo de revitalização no ano de 2010 que reformulou várias áreas do parque além da criação de outras em uma análise geral possui áreas acessíveis aos deficientes físicos, embora ainda deixe a desejar como no zoológico que é de difícil acesso dos cadeirantes. Enquanto o recanto do Sabiá e o deck dos peixes possuem uma acessibilidade quase adequada, isso em decorrência do piso irregular. O mundo da criança fica a desejar no que tange a acessibilidade devido as calçadas com os degraus mais altos.

Dentre outras questões ainda há o que melhorar na infraestrutura do parque como a padronização dos pisos, construção de rampas de acesso nas calçadas, construção bebedouros acessíveis, desta forma os espaços destinados à observação da natureza e descanso passam a ser acessíveis para as pessoas que os frequentam.

Title: Accessibility And Mobility In The Park Sabiá In Uberlândia (Mg)

Abstract

This work is the result of a research on the issues that concern the necessity that there is an urban planning with infrastructure aimed at creating green areas that work makes reference to the Sabia first urban park created in the city of Uberlândia (MG) park . Thus the aim of this is to perform the analysis of the Sabia park infrastructure checking if it is accessible for the disabled and people with reduced mobility. For the composition of the work in a literature already published materials that deal with the topic as well as Law No. 10,098 of December 2000 Accessibility, No. 12.587 of January 2012 and the technical standard 9050, 2004, the Brazilian Association of Standards was held techniques - ABNT. Although field work was carried out to see whether the structural aspects of the Park Sabia conform to the standards listed.

Keywords: Accessibility; mobility; park Sabia

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 01 de Janeiro de 2014.
- _____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm >. Acesso em: 01 de Janeiro de 2014.
- _____. **Norma Brasileira ABNT NBR 9050**. Disponível em < http://www.uberlandia.mg.gov.br/midia/documentos/planejamento_urbano/norma_abnt_acess.pdf>. Acesso em: 15 de Dezembro de 2012.
- CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. SENAC2. São Paulo: 007
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Tradução Caetano, A. Paz e terá. Rio de Janeiro: 1983.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Ática. São Paulo: 1989.
- DUARTE, Fabio. **Planejamento Urbano**. 20ª ed. Ibpex. Curitiba: 2007.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 28 de Maio de 2014.
- Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <<http://www.ibdd.org.br>>. Acesso em 28 de Maio de 2014.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução FRIAS, R. E. Centauro. São Paulo: 2001.
- LIMA, Samuel do Carmo.; ROSA, Roberto.; FELTRAN FILHO. Mapeamento do uso do solo no município de Uberlândia-MG, através de imagens TM/LANDSAT. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.1, n.2, p.127 - 145, 1989.
- LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços**. EDUFU. Uberlândia:2010.
- MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – planejamento urbano no Brasil**. In: org. ARANTES, Otília. VAINER, Carlos.; , MARICATO, Ermínia. A cidade de pensamento único. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro: 2000.
- _____. **Habitação e cidade**. 2ed. Atual. São Paulo: 1997.
- MOTA, Suetônio. **Urbanização e Meio Ambiente**. ABES. Rio de Janeiro: 1999.
- NISS, Pedro Henrique Távora.; NISS, Luciana Toledo Távora. **Pessoas Portadoras de Deficiência no Direito Brasileiro**. Juarez de Oliveira. São Paulo: 2003.
- Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Cartilha de acessibilidade**. Disponível em < http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/2982.pdf>. Acesso em: 02 de Outubro de 2013.
- _____. **Decreto municipal 1925**. Criação do Parque do Sabiá. Disponível em < <http://www.uberlandia.mg.gov.br> >. Acesso em: 10 de Outubro de 2013.
- _____. **Decreto nº 11.666, de 11 de maio de 2009**. Disponível em < <http://www.uberlandia.mg.gov.br/procura.php?cx=015560453420260481102%3Ai3i8zzyxk&cof=FORID%3A11&ie=UTF-8&q=decreto+11666>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2013.
- Decreto nº 11.768, de 23 de julho de 2009. Disponível em < <http://www.uberlandia.mg.gov.br/procura.php?cx=015560453420260481102%3Ai3i8zzyxk&cof=FORID%3A11&ie=UTF-8&q=decreto+11768>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2013.

_____. **FUTEL**. Disponível em < http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/6019.pdf >. Acesso em: 10 de Outubro de 2013.

_____. **Lei 1.925 de 28 de junho de 1971**. Criação do Parque do Sabiá. Disponível em < <http://www.uberlandia.mg.gov.br> >. Acesso em: 10 de Outubro de 2013.

_____. **Parques Municipais de Uberlândia**. Disponível em < <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=secretariasOrgaos&s=51&pg=147> >. Acesso em: 02 de Janeiro de 2013.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade? 3. ed. São Paulo: brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5 ed. São Paulo: Editora USP, 2005.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico metodológicos da Geografia. 6 ed. Editora USP. São Paulo: 2008.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 10ed. Record. Rio de Janeiro-São Paulo: 2008

SOARES, Beatriz Ribeiro. et al. Uberlândia (MG): leituras geográficas de uma cidade média em transição. In: **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Tandil e Uberlândia. Org. ELIAS, D., SPOSITO, M. E. B., SOARES, B. R. Expressão Popular. São Paulo: 2010. p. 157 – 280.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 8ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro: 2011.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. E.P.U. São Paulo: 2001.

10

CAPÍTULO

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL URBANA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO DAS LAJES EM UBERABA (MG), PERÍODO DE 1994 A 2014

Da Silva Rodrigues, Juliana Paula ^{1*}; Mendes Ferreira, Idelvone ²

¹ Universidade Federal de Goiás – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Regional Catalão; Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – NEPSA/CNPq

² Universidade Federal de Goiás - Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Regional Catalão. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais -NEPSA/CNPq

* e-mail: julianna_paula@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre os resultados das primeiras análises referentes à pesquisa de mestrado com o intuito de avaliar os aspectos ambientais como geologia, geomorfologia, tipos de solos e fitofisionomias, relacionando com a expansão urbana, no interior da Bacia do Córrego das Lajes em Uberaba (MG). Pesquisa esta que visa propor a partir desta avaliação, parâmetros norteadores que possam subsidiar a ocupação da área de forma a propiciar uma maior qualidade ambiental urbana neste espaço. Em relação à metodologia, foi realizada a revisão bibliográfica e documental referente ao tema da pesquisa e a área de estudo, assim como análise de material cartográfico.

As análises demonstraram que a ocupação e a expansão urbana em Uberaba têm sido realizadas sem a devida preocupação com os aspectos físicos e socioambientais na área da bacia hidrográfica na qual a mesma está inserida, proporcionando consequentes impactos ambientais que trazem transtornos à população humana e paisagens locais, dentre eles, as enchentes e contaminações diversas da água escoada. Tudo isso tem influencia na qualidade ambiental urbana e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população humana, o que será analisado nas etapas seguintes da pesquisa.

Palavras-chave: Qualidade ambiental urbana; Córrego das Lajes; Uberaba (MG).

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais, nos estudos ambientais, estão sendo realizadas pesquisas com o intuito de possibilitar um desenvolvimento humano com uso dos recursos naturais, mas sem que haja uma perda destes, ou seja, uma análise do que pode ser utilizado e do que deve ser preservado - o chamado uso racional. Nesse contexto, um dos ramos das pesquisas ambientais que tem se destacado são os estudos ambientais em áreas urbanas. Com o aumento da migração de pessoas do campo para as cidades, associado ao pouco ou nenhum planejamento, tem-se como consequência um crescimento urbano desordenado, com a ocupação de locais inapropriados, causando impactos ambientais e sociais urbanos, muitas vezes irreversíveis.

As transformações que ocorrem no território nacional, com ênfase para o ambiente de Cerrado, principalmente aquelas decorrentes da década de 1980, em função do aumento das migrações das zonas rurais para as zonas urbanas, provocadas pela modernização agrícola, mecanização rural e a implementação de novas tecnologias acompanhadas dos avanços tecnológicos das indústrias e serviços, constituíram-se nos principais elementos transformadores das paisagens neste contexto. Entre os reflexos dessas transformações está o intenso crescimento das taxas de urbanização do País.

O rápido e desordenado crescimento urbano e o grande incremento populacional humano pressionou de tal forma o meio físico urbano que vários processos degradacionais estão desencadeando reações danosas aos sistemas nos quais estão inseridos os centros urbanos, principalmente as áreas urbanas menos planificadas.

Como consequências dessa ocupação desordenada do meio urbano, os impactos ambientais que se podem observar são: a retirada da vegetação natural, a ocupação de áreas com riscos de deslizamentos, o uso e ocupação desordenada do solo, o aumento das áreas urbanas impermeabilizadas, ampliação das taxas de escoamento superficial com geração de processos erosivos nas encostas, assoreamento dos rios e as enchentes nas áreas urbanas, entre outras formas de degradação/impactos.

Esse forte crescimento populacional humano, associado ao pouco ou inexistente planejamento urbano, trouxeram grandes implicações na qualidade de vida dos espaços urbanos. Nesse contexto, a cidade de Uberaba (MG), na qual ocorreu uma ocupação desordenada no entorno do Córrego das Lajes, tem sofrido diversos impactos ambientais urbanos provenientes dessa ocupação sem o devido planejamento. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar resultados iniciais referentes à pesquisa de mestrado, que tem

intuito de avaliar os aspectos socioambientais, abrangendo os aspectos físicos tais como: geologia, geomorfologia, tipo de solo e fitofisionomias, além dos impactos para a população humana correlata, relacionando com a expansão urbana, as tendências à ocupação a partir da análise do Plano Diretor Urbano no interior da Bacia do Córrego das Lajes e, propondo a partir desta avaliação, possíveis parâmetros norteadores que possam subsidiar a ocupação, de forma a propiciar uma maior qualidade ambiental urbana neste espaço.

2. CARACTERÍSTICAS E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

A cidade de Uberaba encontra-se no Estado de Minas Gerais, mais precisamente no Triângulo Mineiro, e está equidistante, num raio de 500 km, das principais cidades do País e a 481 Km da capital do Estado, Belo Horizonte. Sua posição geográfica é 19°45'27" Latitude Sul e 47°55'36" Longitude Oeste de GWT. Tem como municípios limítrofes: Uberlândia e Indianópolis (ao norte), Nova Ponte e Sacramento (a leste), Conquista, Delta, Água Comprida (ao sul) e Conceição das Alagoas e Veríssimo (a oeste). (PMU, 2009)

Segundo dados da PMU (Prefeitura Municipal de Uberaba) (2009) área superficial do Município é de 4.540,51 km² correspondente acerca de 0,6% da área total do Estado de Minas Gerais, com um o perímetro urbano da Sede



Figura 1- Localização da Bacia do Córrego das Lajes - Uberaba (MG).

Organização: SILVA, R. T. S. (2012).

Municipal possuindo 256 km², abrigando uma população humana total de 296.000 habitantes (IBGE, 2010).

A área de estudo da presente pesquisa compreende a Bacia Hidrográfica do Córrego das Lajes, na qual se encontra a cidade de Uberaba (MG), como mostra a Figura 1.

Essa bacia hidrográfica possui área de 26,38 km², sendo afluente da margem esquerda do Rio Uberaba e está densamente ocupada pela população humana, já ultrapassado pela mancha urbana do Município os limites da bacia hidrográfica.

3. METODOLOGIA

O arcabouço metodológico fundamenta-se nos princípios técnico-científicos, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica, incluindo livros, artigos, teses e dissertações, com objetivo de buscar sustentação teórico-conceitual sobre análise da qualidade ambiental, impactos ambientais em áreas urbanas, assim como o que já está pesquisado referente à Bacia Hidrográfica do Córrego das Lajes na cidade de Uberaba (MG). Esta constitui uma etapa que prosseguirá durante toda a pesquisa, buscando sempre aprofundar nos temas referentes aos estudos ambientais e consequentes impactos sociais decorrentes dos processos de ocupação, sistemas ambientais urbanos, bacia hidrográfica, teoria geossistêmica, entre outros estudos.

A metodologia de análise pauta-se nos diferentes estudos, como: Beltrame (1995), que propõe estudo em bacias hidrográficas; Bertrand (1972), a partir de sua análise da paisagem; Tricart (1977), com a teoria dos meios ecodinâmicos; Guerra (2010; 2012), com os estudos ambientais, mais precisamente os realizados em áreas urbanas; Nucci (2001), Braga (2003), Borja (1997), que propõem índices para avaliação da qualidade ambiental urbana, entre outros estudiosos.

De modo geral, a metodologia de análise teórica, utilizada no presente trabalho, foi à teoria geossistêmica, uma vez que esta permite uma análise integrada da paisagem. Sendo assim, a paisagem foi analisada como base na teoria dos meios ecodinâmicos de Tricart (1977) e Christofollett (1999) com suas contribuições através da teoria sistêmica nos estudos ambientais. Nesse sentido, a paisagem foi entendida como a resultante dos diversos elementos que a compõe, tendo seu equilíbrio regulado pelos fluxos de matéria e energia, com perturbações antrópicas.

Sucessivamente estão sendo realizados levantamentos documentais na

Prefeitura Municipal de Uberaba e outros órgãos, com intuito de se conhecer como se dá o planejamento urbano e se há uma preocupação com a qualidade ambiental, através da análise do Plano Diretor da Cidade, leis municipais, EIA – RIMA do Projeto Água Viva. No Arquivo Público Municipal, com o intuito de obter dados históricos referentes à ocupação e desenvolvimento da Cidade. No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantamento de dados que ajudam na caracterização socioambiental e urbanística de Uberaba. E a realização de trabalhos de campo na área da pesquisa com o intuito de se fazer uma análise da sua atual situação.

Devido ao curto tempo para a realização da pesquisa, opta-se, num primeiro momento, por utilizar os parâmetros relacionados aos diferentes usos do solo (que permitem analisar presença de áreas verdes/fitofisionomias e áreas edificadas) e, posteriormente, serão avaliados os aspectos e parâmetros que são utilizados na pesquisa, a partir das análises do uso e ocupação do solo. Os trabalhos de campo contribuirão para a etapa posterior da pesquisa, juntamente com a análise de imagens de satélites e técnicas de geoprocessamento, que constitui na compilação desses dados e a elaboração de diversos documentos cartográficos temáticos. O Software específico de geoprocessamento utilizado na elaboração desses documentos será o ArcGIS® e outros correlatos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados iniciais da pesquisa, uma vez que a mesma encontra-se em andamento, podem-se destacar os primeiros resultados referentes às análises bibliográficas e documentais, assim como análise de material cartográfico e trabalhos de campo. Após as análises, foi possível constatar que a bacia encontra-se, em grande parte, ocupada pela área urbana da cidade de Uberaba, com os consequentes impactos socioambientais.

Conforme afirma Carvalho (2004), no processo histórico de crescimento urbano, o Córrego das Lajes vem tendo suas águas e de seus afluentes, utilizadas em diversos momentos e de diferentes formas. As primeiras moradias da Cidade foram sendo construídas nas proximidades do Córrego, o que facilitava o abastecimento. Portanto, desde o início de sua formação, a Cidade vem se expandindo à área da Bacia Hidrográfica do Córrego, conforme pode ser observado na Figura 2.

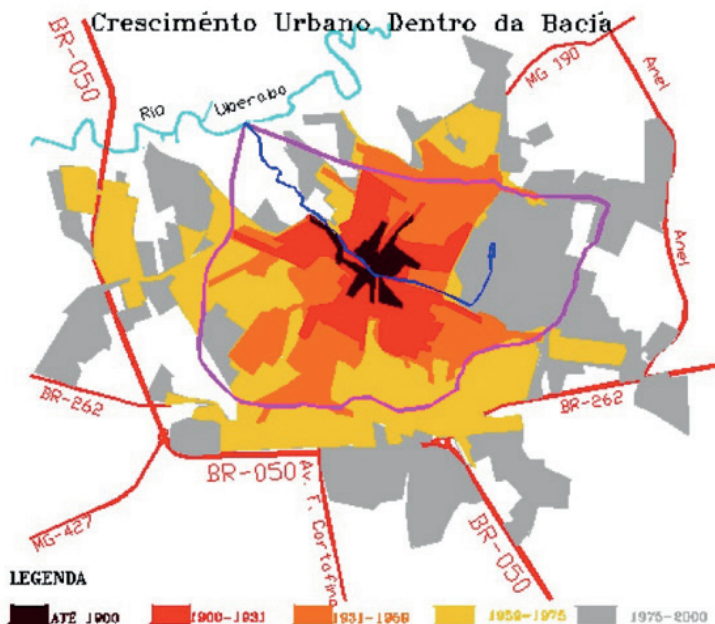


Figura 2- Crescimento urbano no interior da Bacia do Córrego das Lajes em Uberaba (MG).

Fonte: SOUZA, 2008

Na Tabela 1 é possível observar com se deu a evolução dos perímetros máximos das ocupações urbanas, na cidade de Uberaba, tanto no interior como exterior da Bacia do Córrego das Lajes.

Tabela 1- Expansão Urbana de Uberaba (MG) 1822 a 2000.

PERÍODO	NA BACIA CÓRREGO DAS LAJES	FORA DA BACIA CÓRREGO DAS LAJES
1822 A 1922	Partes altas e planas do seu interior	-
1922 A 1959	Partes altas e planas disponíveis da região mediana	Primeiras casas no Alto da Boa Vista
1959 A 1970	Partes lindeiras aos talwegues e altos ainda disponíveis	Residências urbanas e loteamentos
1970 A 1995	Concentração e valorização dos imóveis localizadas aos talwegues com a presença das avenidas baixas canalizadas	Extrapolação da Cidade e de sua infraestrutura aos Bairros fora da Bacia
1995 A 2000	Ocupação de mais 70% da Bacia restando, apenas, a área baixa próximo ao Rio Uberaba.	Vários loteamentos novos exclusivamente, fora da Bacia

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba (Aerofotogramétricos dos anos 1959/1975/1984)

Com a urbanização, o Córrego das Lajes e seus afluentes foram canalizados em galerias retificadas de concretos com altas declividades, sobre as quais foi construído o sistema viário da Cidade. As obras de canalização do Córrego das Lajes começaram na década de 1930, com intuito de modificar a situação do curso de água na área central da Cidade, pois este corria a céu aberto, segundo Carvalho (2004).

Após a canalização do Córrego, a área urbana vem sofrendo com os inúmeros casos de enchentes no centro da Cidade. Segundo a PMU (2009) a área da Bacia Hidrográfica do Córrego das Lajes possui formato aproximadamente circular com encostas íngremes, associada à alta taxa de impermeabilização solo, o que torna mais rápida a drenagem das chuvas para o Curso principal, fazendo com que os picos de vazões nas sub-bacias sejam praticamente simultâneos, sobrecarregando a drenagem principal, provocando impactos diversos.

Considerando ainda a crescente urbanização da Cidade, sobretudo próxima a área dos canais de primeira ordem e as áreas de cabeceiras do Córrego, que vem aumentando nos últimos anos devido à implantação de loteamentos, tem-se ainda mais degradação ambiental.

Rodrigues e Campos (2013), em pesquisas sobre uma das nascentes do referido Córrego, afirmam que a alta taxa de impermeabilização do solo, em seu entorno, proveniente da expansão urbana, faz com que se tenha um aumento do escoamento superficial em detrimento da infiltração. Os processos erosivos são intensificados devido o escoamento superficial, tendo como consequência a diminuição da infiltração e uma perda no abastecimento de água no lençol subterrâneo, uma vez que a área de recarga foi diminuída, além dos aspectos da contaminação do aquífero superficial, bem como a eliminação das diferentes fitofisnomias primárias de Cerrado.

5. CONSIDERAÇÕES

Apesar de a pesquisa estar em andamento, com base nas análises conceituais iniciais, é possível constatar que a ocupação e a expansão urbana em Uberaba têm sido realizadas sem a devida preocupação com os aspectos físicos na área da Bacia Hidrográfica na qual a mesma está inserida. Com isso têm-se consequentes impactos ambientais, sociais e culturais, provocando transtornos à população humana e demais biota, bem como dificuldades para a Administração Pública, como é o caso das enchentes. O que influencia na qualidade ambiental urbana e, consequentemente, na qualidade de vida da população humana envolvida será analisado nas etapas seguintes da pesquisa.

Title: Evaluation of Environmental Quality in Urban Watershed Stream Lajes in Uberaba (MG), in the period 1994 to 2014

Abstract

This paper aims to discuss the results of the first analyzes of the master's research that aims to assess the environmental aspects (ie, physical aspects such as geology, geomorphology, soil type, relating to urban sprawl, trends in occupancy from the analysis of the urban Master Plan) inside the Lajes Air Stream basin in Uberaba (MG) and propose from this evaluation, guiding parameters subsidy occupation, in order to provide greater urban environmental quality in this space. Regarding the methodology literature review and documentary research on the topic and the study area was carried out, as well as analysis of cartographic material. Analysis showed that the occupation and urban sprawl in Uberaba have been performed without due concern for the physical, social and environmental aspects of the watershed in which it is embedded. With it have become consequential environmental impacts that cause problems to the population, including, flooding and contamination of several water drained. What influences on urban environmental quality and therefore the quality of life of the population, which will be analyzed in the following steps of the research.

Keywords: Urban environmental quality; Stream Lajes; Uberaba (MG)

REFERÊNCIAS

- BELTRAME, A. V. **Diagnóstico do meio físico de bacias hidrográficas: modelo e aplicação**. Florianópolis: UFSC, 1995. 112 p.
- BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia física- esboço metodológico**. In: Caderno de Ciências da Terra. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, São Paulo. 1972.
- BORJA, P. C. **Avaliação da qualidade ambiental urbana: uma contribuição metodológica**. 1997. 254 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1997.
- BOTELHO, R. G. M. Planejamento ambiental em microbacia hidrográfica. In: GUERRA, A. J. T. et. al. **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 6ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 340 p.
- BRAGA, T. M. **Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.
- CAMPOS, C. A. A.; RODRIGUES, J. P. S.; NEVES, S.A. Condicionantes Hidromorfodinâmicos nas cabeceiras do Córrego das Lajes - Uberaba- MG- Brasil. In: Anais 6 **Coloquio Geográfico sobre América Latina**, 2012, Las Nuevas configuraciones territoriales latino americanas desde una perspectiva geográfica, Paraná Provincia de Entre Ríos, 2012.
- CANHOLI, A. P. **Drenagem urbana e controle de enchentes**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.
- CARVALHO, R. M. B. de. **Vida e morte de um córrego: a história da expansão urbana de Uberaba, MG e do córrego das Lages**. 2004. 303 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2004.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1979.
- CHRISTOFOLETTI, A. Caracterização do sistema ambiental. In: _____ **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blucher, p. 35-50 . 1999.
- COELHO NETO, A. L. Hidrologia de Encosta na Interface com a Geomorfologia. In: CUNHA, S.B; GUERRA, A.J.T (Orgs.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- COELHO NETTO, A. L. Evolução de Cabeceiras de Drenagem no Médio Vale do Rio Paraíba do Sul (SP/RJ): a Formação e o Crescimento da Rede de Canais sob Controle Estrutural. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Ano 4, n 2. 2003.
- CUNHA, S. B. Bacias Hidrográficas. In: CUNHA, S. B. GUERRA, A. J. T. (Org.) **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 229-272, 1998.
- GUERRA, A. J. T. (Org.). **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- GUERRA, A. J. T; MARÇAL, M. D. S. **Geomorfologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- IBGE. **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766>. Acesso em: 15 de outubro. 2012.
- NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001. 236p.
- OLIVEIRA, H. C. M. de. **Em busca de uma proposição metodológica para os estudos das cidades médias: reflexões a partir de Uberlândia (MG)**. 2008. 364 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2008.
- PENTEADO, M. M. **Fundamentos de geomorfologia**. 3ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. **Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental dos reforços nos canais centrais da macrodrenagem urbana do centro da cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.** Uberaba: PMU. Dezembro de 2009.

SIMÕES, S. J. C. A dinâmica dos sistemas e a caracterização de geoindicadores. In: **Indicadores ambientais.** Sorocaba: s.n., 1997.

SOUZA, J. S. **Áreas de preservação permanente urbanas:** mapeamento, diagnósticos, índices de qualidade ambiental e influência no escoamento superficial: estudo de caso: Bacia do Córrego das Lajes, Uberaba – MG. 2008. 187f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós- Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2008.

TRICART, J. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1997.

A REALIDADE DAS ESCOLAS DE CATALÃO (GO) NA A INTERFACE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Guimarães, Rosiane Correa ¹; Rosa, Odelfa ² *

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFG/CAC. Membro do grupo de pesquisa: Dinâmica dos Ambientes, Planejamento e Gestão Ambiental (GEDAP/CNPq) CAC/UFG

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFG/CAC. Membro do grupo de pesquisa: Dinâmica dos Ambientes, Planejamento e Gestão Ambiental (GEDAP/CNPq) CAC/UFG

* email: rosyguimaraes_97@hotmail.com

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo principal compreender o papel da Geografia na prática da Educação Ambiental (EA) a partir da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para Temas Transversais, com ênfase no 5º ano do Ensino Fundamental, nas escolas do município de Catalão (GO). Para isso, foi realizada revisão bibliográfica sobre ensino de Geografia, processo de ensino e aprendizagem e EA. O estudo encontra-se em andamento, portanto os resultados são preliminares. Será realizada ainda, pesquisa de campo nas escolas escolhidas a fim de conhecer a realidade da EA nesses espaços. Mais do que ações minimalistas sobre o meio ambiente, a EA incentiva a mudança de

comportamentos e atitudes ante a problemática ambiental que assola todo o planeta. Ademais, a EA é o desenvolvimento de novas posturas e da capacidade crítica para analisar o papel da sociedade em relação aos desafios de se construir um ambiente coletivo saudável para as atuais e futuras gerações.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Geografia; Ensino Fundamental

1. INTRODUÇÃO

A Geografia tem como objeto central de estudo a compreensão do espaço geográfico, que é resultado das relações humanas entre si. Compreender os espaços é assimilar as diferentes formas do homem habitá-lo e transformá-lo. Existe afinidade entre a Geografia e as temáticas ambientais, pois esta ciência tem como objetivo a compreensão do espaço através do uso e apropriação da natureza. Dessa forma, surgiu a necessidade de investigar como a Educação Ambiental (EA) é trabalhada nas escolas do município de Catalão (GO) e como é a formação docente, principalmente a do professor de Geografia, no que se refere às problemáticas ambientais postas em discussão nas aulas ministradas.

A pesquisa tem como objetivo compreender o papel da Geografia na prática da EA a partir da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para Temas Transversais, com ênfase no 5º Ano do Ensino Fundamental, nas escolas do município de Catalão (GO). Para isso, foram selecionadas a Escola Municipal “Dep. Wilson da Paixão” no espaço urbano e a Escola Municipal “Santa Inês”, na área rural.

A variedade de recursos didático-pedagógicos hoje existentes exige dos professores novas metodologias de ensino a fim de proporcionar aos alunos um processo de ensino e aprendizagem mais eficiente e significativo. A escola é, nesse sentido, um ambiente de mediação pedagógica que promove a igualdade de acesso aos diferentes meios de comunicação, estimula e prepara os alunos para conviverem em sociedade. Dessa forma, os professores precisam estar preparados para atuar na sala de aula de forma a contribuir para a formação dos alunos e prepara-los para que possam agir de forma ativa e propositiva na sociedade em que vivem.

Quanto à metodologia a ser empregada, foi realizado levantamento bibliográfico sobre: ensino de Geografia, processo de ensino e aprendizagem e EA. Além disso, consultas em órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Geografia e de Temas Transversais e demais trabalhos que explorem a temática. Também será feita pesquisa empírica às escolas escolhidas, empregando o método qualitativo, com vistas a analisar seus Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) e, assim, reunir o máximo de informações possíveis.

Além disso, aplicaremos roteiros de entrevistas para os professores das turmas do 5º Ano do Ensino Fundamental das respectivas escolas. Também será realizada uma atividade prática com os alunos dessas turmas. Nela, será solicitado que eles desenhem o que entendem por ambiente. Posteriormente será

feita a análise do material coletado. Espera-se com isso, chegar à compreensão da importância da Geografia para as práticas de EA.

A formação docente contribui para iniciativas que motivem os alunos e tornem a aprendizagem de Geografia mais significativa. Garantir uma aula prazerosa significa criar condições de participação de todos os membros da comunidade escolar, em todas as suas limitações e potencialidades. Nessa perspectiva, a EA aparece como forma de unir diferentes áreas do conhecimento, contemplando a proposta dos PCN, tanto de Geografia quanto de Temas Transversais, que estimulam a interação entre os saberes e a construção de uma visão holística e integrada do ambiente e dos problemas ambientais.

Mais do que ações minimalistas sobre o ambiente, a EA, em seu sentido amplo, incentiva a mudança de comportamentos e atitudes ante a problemática ambiental que assola todo o planeta. Ademais, a EA é o desenvolvimento de novas posturas e da capacidade crítica para analisar o papel da sociedade em relação aos desafios de se construir um ambiente coletivo saudável para as atuais e futuras gerações.

2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) E OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

A Geografia é a ciência que estuda, entre outros assuntos, o espaço geográfico, oferecendo subsídios para que se possa compreender a atuação do homem na sociedade, a apropriação do espaço, bem como a relação homem-natureza em toda a sua complexidade, o que contribui para a formação do cidadão. O ensino de Geografia oferece condições para o reconhecimento do aluno como agente ativo no espaço em que estuda, no qual será necessário considerar aspectos físicos, humanos, econômicos, culturais e ambientais (CAVALCANTI, 2002, p. 14).

Enquanto disciplina, a Geografia possibilita entender as transformações no mundo de forma articulada, partindo do local para compreender o global ou vice-versa. O conhecimento, a partir da realidade do aluno, é resultado das ações do indivíduo e do social. Segundo Straforini (2008, p. 23) “o ensino de Geografia para crianças é uma possibilidade da formação do cidadão através de um posicionamento crítico em relação às desigualdades sociais identificadas na realidade concreta das crianças”. É mais fácil construir o conhecimento a partir do que o aluno vive, desse modo o bairro ou a cidade ganham outro sentido e ele se vê inserido naquilo que estuda, isto é, se enxerga como participante ativo na construção do espaço geográfico.

Segundo os PCN para o ensino de Geografia, é importante levar em conta as categorias geográficas a serem estudadas no Ensino Fundamental. Embora o espaço geográfico seja o foco principal, as categorias lugar, paisagem, espaço e território devem ser objetos de estudo, considerando a relação próxima dos alunos com estes conceitos.

Por Educação Ambiental (EA) entendem-se “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, 1999). O artigo 225 da Constituição Federal a define como atitudes de universidades, escolas e outras instituições, através das quais se busca conscientização para as questões ambientais.

A Lei 9.795/99 – Lei da Educação Ambiental – dispõe sobre a EA como um

processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política. (BRASIL, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, 1999).

Segundo o artigo 2º da referida lei “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, 1999). A ideia é, nesse sentido, promover uma educação em que o ser humano se veja como parte do ambiente, ou seja, como agente ativo no processo de apropriação e destruição dos recursos naturais. Assim, no Ensino Fundamental, ao tratarem da EA, os alunos começam a compreender todo esse processo e, a partir disso, podem desenvolver uma consciência ambiental realmente comprometida e preocupada com a realidade atual.

Nos PCN de Temas Transversais, a EA é vista como um processo participativo que envolve a escola, a comunidade e a família. No ensino, quem se dispõe a trabalhar a EA é considerado educador ambiental. Muitas vezes não

é somente o professor o responsável por isso, podendo ser qualquer indivíduo da sociedade. Entretanto, espera-se que quem se comprometa a trabalhar com EA tenha no mínimo, uma formação básica que contemple seus objetivos. Para que se possa atuar de forma mais eficaz e realmente dentro do que a EA propõe.

O ensino de Geografia no Ensino Fundamental constitui um ciclo, um processo contínuo de aprendizagem e assimilação de conteúdos de maneira paulatina, de acordo com o desenvolvimento cognitivo dos alunos e com a compreensão de conceitos que o professor, como mediador do processo ensino e aprendizagem, introduz e agrega à medida que percebe retorno dos alunos.

A Geografia desperta nos alunos a consciência de mundo, a curiosidade e a imaginação. A fim de alcançar esses objetivos, o professor precisa lançar mão de todos os recursos possíveis. Para promover a ampliação do conhecimento dos alunos a respeito de temas cuja relevância é de inquestionável valor para a sociedade atual, os materiais didáticos são fundamentais no trabalho docente. O professor pode basear sua atuação em recursos e materiais que possibilitem a promoção da EA, criando situações que permitam aos alunos o progresso em suas aprendizagens sobre o mundo e sobre sua própria vida.

Há diversas formas de introduzir a temática ambiental no currículo, a saber: teatro, trabalhos de campo, atividades lúdicas, projetos interdisciplinares, entre outras. Ao adotar, por exemplo, as atividades em projetos, o professor, além de promover a EA, verifica a necessidade de um currículo integrado e que agregue outras disciplinas em um objetivo final. Além disso, cria ambiente propício para trazer para a realidade escolar o estudo de problemas do cotidiano dos alunos. Segundo Sato (2004)

O professor deve inserir a dimensão ambiental dentro do contexto local, sempre construindo modelos através da realidade e pelas experiências dos próprios alunos [...] técnicas como jogos, atividades fora da sala de aula, simulações, teatros ou produções de materiais pedagógicos são fortemente recomendadas para o desenvolvimento da EA, pois possibilitam trazer para as salas de aula situações reais que muitas vezes são impossíveis de ser vivenciadas. Além disso, essas atividades possibilitam que os alunos sejam avaliados por suas atitudes, seus comportamentos ou suas atuações participativas. (SATO, 2004, p. 29).

Os PCN de Geografia apontam para formação de cidadãos com pensamento crítico e conscientes do seu papel na sociedade.

A Geografia na proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais tem um tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço [...] (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p.15).

O desafio da EA está em associar propostas teóricas com atividades práticas a fim de formar “cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 187). Para isso, é necessária a capacitação e atualização dos professores, bem como a elaboração e construção de materiais de apoio para nortear o trabalho.

Ademais, muitas vezes é preciso que o professor busque auxílio em outras áreas do conhecimento, com o objetivo de compreender de forma aprofundada a complexidade da questão ambiental. A escola é um ambiente que propicia a formação de cidadãos críticos e participativos. Compõe-se, assim, um espaço para troca de experiências e práticas pedagógicas que visam a construção da cidadania através de práticas educacionais que objetivam compreender a realidade e intervir nela por meio de atitudes de responsabilidade e participação política.

Para isso, os PCN de Temas Transversais podem contribuir, considerando que não são disciplinas específicas, portanto precisam entrar no currículo regular dentro das disciplinas já existentes, de preferência estabelecendo a transversalidade, pois são conteúdos inerentes a várias áreas, o que permite um trabalho educativo bastante abrangente.

Por estarem imbricados nos diversos campos do conhecimento e em função da sua complexidade, não é possível que os temas sejam compreendidos por uma única área, de forma isolada e estanque. Recomenda-se que sejam trabalhados de forma contínua e integrada com as disciplinas regulares. Dessa forma, o professor introduz conteúdos dos Temas Transversais sem ter que alterar o programa curricular das disciplinas, sendo necessário somente que ele explique as relações entre eles e os articule de acordo com os objetivos da aula.

Ao fim do Ensino Fundamental os alunos devem ser capazes de, entre outras coisas, se enxergar como integrantes da natureza, analisar situações ambientais de modo crítico, ter posturas construtivas e sustentáveis,

compreender os problemas ambientais que afetam todos nós. Desse modo, todos temos responsabilidades em preservar um ambiente saudável.

O ambiente é de vital importância para a sociedade, considerando os aspectos físicos, biológicos e o modo como o homem se apropria dos recursos naturais para a satisfação de suas necessidades. A mudança na mentalidade perpassa pela busca de novos valores e atitudes no sentido de transformar a relação homem-meio que está posta. Pensar em soluções para o meio ambiente do planeta se tornou indispensável a todas as nações e isso envolve um novo jeito de pensar e agir, como também uma mudança de comportamentos e atitudes frente à natureza. É claro o papel da educação nesse processo e na formação de cidadãos comprometidos e responsáveis com o futuro do ambiente para as novas gerações.

A questão ambiental exige novas posturas e atitudes no desenvolvimento de habilidades para compreensão de que o ambiente é uma construção humana, logo a sociedade está intimamente ligada às questões ambientais. Objetiva-se, então, que os alunos desenvolvam a criticidade frente à indústria do consumo e o senso de responsabilidade no uso racional dos bens e dos recursos naturais. Nesse sentido, a educação tem posição de destaque na construção de uma sociedade realmente comprometida com o ambiente.

A escola tem que buscar coerência entre o que é ensinado e o que é feito. Assim, os professores precisam desenvolver sua capacidade crítica, apoiando sua prática em atitudes pautadas na construção de cidadania e autonomia. Por esse viés, é importante que a escola promova momentos em que essas atitudes podem ser praticadas. Com isso, pequenas ações contribuem para o desenvolvimento da participação coletiva na resolução dos problemas ambientais.

De acordo com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)

A educação ambiental deve se pautar por uma abordagem sistêmica, capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea. Essa abordagem deve reconhecer o conjunto das inter-relações e as múltiplas determinações dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos (PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2005, p. 35)

Nessa perspectiva, o ensino de Geografia tem importância evidente, dada a sua intimidade com a temática ambiental, uma vez que a compreensão da complexa interação homem-meio exige uma visão holística e crítica da realidade, como algo dinâmico e em constante mutação.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se baseia na abordagem qualitativa, cuja análise da realidade exige considerar o contexto histórico-social e espaço-temporal dos sujeitos. De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 163), “as pesquisas qualitativas são multimetodológicas [...]. Entretanto, observação, entrevista e análise de documentos são os mais utilizados [...]”. Sendo assim, serão utilizadas a observação nas escolas e aplicação de roteiros de entrevistas com os sujeitos.

Essa pesquisa tem a finalidade de verificar como são trabalhados os conteúdos de Educação Ambiental (EA) no 5º Ano do Ensino Fundamental, bem como a conscientização dos sujeitos enquanto cidadãos ativos na construção da sociedade. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico sobre: ensino de Geografia, processo de ensino e aprendizagem e EA. Posteriormente, leituras em livros, teses, dissertações, artigos, revistas, sites, entre outras fontes que tratam sobre a temática.

Na etapa seguinte, foram feitos fichamentos e resumos dos textos, a fim de selecionar, organizar e sistematizar as informações. Segundo Antunes (1996), esta “é uma forma de guardar o essencial de um texto” (ANTUNES, 1996, p. 40). Na mesma linha de pensamento, Weg (2006) considera que ao fazer o fichamento o autor reflete sobre o assunto em estudo, o que possibilita e facilita o estabelecimento do diálogo entre os autores e as diversas teorias.

Foram levantadas informações para a caracterização da área da pesquisa: as escolas escolhidas – Escola Municipal Santa Inês e Escola Municipal Dep. Wison da Paixão, no município de Catalão (GO). Foram obtidas informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Agência Catalão) para o levantamento de dados dos censos demográficos referentes ao município e na Secretaria Municipal de Educação para obtenção de informações sobre a realidade das referidas escolas, como: estrutura física, número de professores e de alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Temas Transversais sobre EA também foram analisados e relacionados com a prática na sala de aula, no Ensino Fundamental, com foco nas turmas de 5º ano, sendo alvo de análises e reflexões referentes à capacidade de promover a criticidade do pensar geográfico dos alunos.

A pesquisa de campo se encontra em andamento, portanto ainda não apresenta resultados. O trabalho de campo é de muita importância para uma pesquisa, pois possibilita reunir dados e informações que permitem a contextualização do estudo teórico à realidade pesquisada. De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), a pesquisa de campo proporciona o

confronto de informações obtidas em outras metodologias, facilitando a seleção daquilo que realmente interessa ao pesquisador.

A presente pesquisa propõe a realização do trabalho de campo nas duas escolas supracitadas. A escolha destas se deve a critérios pré-estabelecidos, como a localização geográfica, pois uma se encontra na periferia (Escola Municipal “Dep. Wilson da Paixão”) e a outra na área rural (Escola Municipal “Santa Inês”), e também pelo fato de atenderem a públicos com diversas características socioeconômicas e culturais.

Com esses procedimentos espera-se compreender como a Geografia e a EA podem colaborar na construção de conhecimentos, atitudes e valores frente à interação sociedade-natureza, em busca de criar e manter o ambiente saudável.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Parte-se do pressuposto de que há dificuldades enfrentadas pelos professores no tocante à incorporação da Educação Ambiental (EA) no currículo, posto que estudos do ambiente é um tema transversal, portanto inerente às diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, faz-se necessário investigar quais as práticas docentes com vistas a contemplar o que é proposto nos PCN para a EA no 5º ano do Ensino Fundamental, em escolas municipais de Catalão (GO).

Como dito, a EA pode ocorrer em ambientes formais – escolas e universidades – e em espaços não formais – praças, clubes, parques – entre outras instituições

[...] que ofereçam formação ambiental, cognitiva e competência técnica, possibilitando desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam observar, compreender, utilizar e, fundamentalmente, analisar, o acelerado desenvolvimento econômico da sociedade, bem como suas conseqüências ambientais (FRANGE E VASCONCELLOS, 2004, p. 73).

A EA contribui para a tomada de consciência frente à problemática ambiental atual, na qual o esgotamento dos recursos naturais essenciais para a vida no planeta exige mudanças no modo de vida, a fim de criar condições para construção de uma sociedade justa e sustentável.

A escola é um ambiente plural voltado para propiciar o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais ao exercício da cidadania. Os Temas Transversais – ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, saúde e educação

sexual – são uma forma de flexibilizar os currículos, dando oportunidade de adequar o conteúdo à realidade de cada localidade. Vale ressaltar que além de conteúdos, são valores, procedimentos e concepções acerca de variados assuntos. Desta feita, a transversalidade permite a articulação de diversas áreas, superando a visão fragmentada das disciplinas.

Parafrazeando Freire (2000), a escola não muda a sociedade, mas pode ser um espaço de construção de conhecimentos e habilidades que vão permitir aos atores sociais – sociedade, escola, comunidade – a intervenção com mais responsabilidade no meio em que vivem. Os conteúdos trabalhados visam a compreensão da realidade, contribuindo para a reflexão crítica, para o desenvolvimento da autonomia e para participação ativa nos desafios da sociedade, a fim de transformá-la.

Nessa perspectiva, a EA colabora para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, com consciência para problematizar questões socioambientais que demonstram preocupação e interesse pela vida e pela sociedade. Ao desenvolver essa postura crítica com atitudes e valores, os alunos podem identificar informações relevantes entre aquelas comumente veiculadas na mídia, por sua vez superficiais ou distorcidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado anteriormente, o estudo está em andamento, sendo assim, temos apenas, considerações preliminares. Espera-se com o trabalho de campo, compreender como é a realidade da Educação Ambiental (EA) nas escolas do município, uma vez que são muitas as abordagens da temática ambiental, considerando a própria formação e atuação dos professores.

Não existe uma EA urbana e outra rural, o que há são diferenças quanto à sua realização na área urbana e na área rural, adequando as propostas a cada público e realidade correspondente, pois os problemas ambientais atingem a todos independentemente das fronteiras geográficas. Dessa forma, estima-se que ela contribua para a mudança de atitudes e posturas para a ampliação da consciência individual para a coletiva, por sua vez comprometida com a qualidade do ambiente como um todo.

Title: The Schools' Reality In Catalão (Go) In Interface Geography And Environmental Education In 5th Year Of Elementary Education

Abstract

This research mainly aims at understanding the importance of Geography in the practice of environmental education from the proposed Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) for Temas Transversais, with emphasis on the 5th year of elementary education, the schools of the city of Catalão (GO). For this literature review was performed on Geography teaching, teaching and learning and environmental education (EE). The study is in progress, so the results are preliminary. Will be held later, field research in selected schools in order to know the reality of these spaces EE. More than minimalist actions on the environment, EE encourages behavior change and attitudes toward environmental problems devastate the entire planet. Moreover, the EE is the development of new attitudes and critical skills to analysis the society's role in relation to the challenges of building a healthy collective environment for present and future generations.

Keywords: Environmental Education; Geography; Elementary Education.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualificativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002 p. 147-176.
- BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. 2ed. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2010.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, Ministério da Educação. **Programa nacional de educação ambiental**. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102 p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília; MEC/SEF. 1997. p. 71-110.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia**. Brasília; MEC/SEF. 1998. 156 p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos Temas Transversais**. Brasília; MEC/SEF. 1997. 146 p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CAVALCANTI, L. de S. **Geografia e práticas de ensino**. Alternativa, 2002. 127 p.
- FRANGE, L. B. P.; VASCONCELLOS, L. G. F. (Org.) **Oficina de desenho urbano: desenhando e construindo a cidade no cerrado**. 2. ed. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Proex, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 148 p.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989. 148 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=520510&search=goias|catalogo>
Acesso em 05 maio 2013.
- LOUREIRO, D. G. **Educação ambiental no ensino fundamental: um estudo da prática pedagógica em uma escola municipal de Palmas (TO)**. Dissertação Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. 91 p.
- PEDRINI, A. de G. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2000, 269 p.
- SATO, M. et al. **Educação Ambiental: pesquisas e desafios**. São Carlos: Artmed, 2005. 232 p.
- SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima Editora, 2004. 66 p.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985. 88 p.
- SEGURA, D. de S. B. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade à consciência crítica**. São Paulo: Annablume, 2001. 214 p.
- STRAFORINI, R. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. 2. ed. São

Paulo: Anablume, 2008. p. 45-95.

WEG, R. M. **Fichamento**. São Paulo: Paulistana, 2006. 67 p. (Coleção aprenda a fazer).

12

CAPÍTULO

RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE TRÊS RANCHOS E PRIVATIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO NO ENTORNO DO LAGO

Torres, Claudia Ferreira ^{1*}; Orlando, Paulo Henrique Kingma ²

¹ Mestranda em Geografia/PPG/UFG/CAC/Membro do NEPSA/UFG/RC.

² Professor/Orientador/PPG/UFG/CAC/Membro do NEPSA/UFG/RC.

* email: claudiafortes@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho constitui de estudos preliminares acerca do município de Três Ranchos (GO) que se caracterizou como localidade turística a partir da formação do lago artificial, originado da construção da Usina Hidrelétrica de Emborcação pela Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) no Rio Paranaíba no início da década de 1980. O intuito deste trabalho é identificar o processo de Reconfiguração Espacial da Cidade de Três Ranchos (GO) após o surgimento do lago em específico a ocupação de suas margens de forma privatista. Para desenvolver a atividade turística, houve a construção de grandes empreendimentos no local e a ocorrência de usos competitivos pelo recurso

hídrico (o Lago) por parte da população residente e esses empreendimentos. Busca-se com essa pesquisa contextualizar historicamente esse processo por meio de pesquisa teórica. Posteriormente, caracterizar o uso desse território através de mapeamento no intuito de identificar os atores sociais envolvidos nesse rearranjo espacial. Em uma última etapa, serão aplicados questionários e entrevistas com moradores, turistas, poder público possibilitando assim o melhor entendimento da realidade local e contribuição no processo de planejamento.

Palavras-chave: Três Ranchos, Território, Planejamento

1. INTRODUÇÃO

Nos diversos destinos turísticos existentes no Brasil, o país necessita planejar o espaço turístico para melhor utilizá-lo ambientalmente e socialmente. Neste planejamento, deve haver a preocupação com o tipo de turismo que irá ser desenvolvido e as implicações que o turismo irá ocasionar ao meio natural, bem como oferecer possibilidades de desenvolvimento preocupado com a questão social dos sujeitos do local. Afinal, é preciso compreender que essa atividade gera deslocamentos humanos e cria espaços diferenciados: áreas de deslocamento, áreas emissoras e áreas receptoras de pessoas, ocasionando impactos tanto negativos como positivos.

Ao desenvolver a atividade turística em qualquer local, é necessária a implantação de algumas alternativas que visam à integração econômica e social, principalmente pela grande procura das pessoas pelos ambientes naturais e culturais, marcando uma volta do homem ao contato com o simples designando, assim, os espaços como municípios turísticos ou como municípios de grande potencial turístico.

Nesta concepção o município de Três Ranchos localizado no Sudeste do Estado de Goiás que dista 291 km de Goiânia, adquiriu sua função turística devido ao represamento das águas do Rio Paranaíba pelas Centrais Elétricas de Goiás (CEMIG) no início da década de 1980. Da construção dessa barragem formou-se o lago artificial conhecido como Lago Azul colocando o município dentro do panorama Regional de local turístico. A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de discutir como foi e têm sido ocupadas na atualidade as margens deste lago próximo ao sítio urbano.

Assim, para a realização e o alcance dos objetivos estabelecidos, é necessário o levantamento, por meio de uma pesquisa teórica, do caráter turístico que o município de Três Ranchos adquiriu com o represamento das águas do Rio Paranaíba. Isso será feito a partir de alguns trabalhos produzidos, projetos, estudos de oferta turística já realizada no município e dados da secretaria de turismo. Posteriormente, será feita a identificação e caracterização por meio de mapeamento do uso e ocupação as margens do lago no intuito de compreender quem são os atores sociais responsáveis pela apropriação desse espaço. Desta forma, a pesquisa se justifica pela ausência de estudo do local envolvendo essa temática, pelo trabalho desenvolvido na cidade enquanto profissional da educação e a intenção de contribuir através da pesquisa o melhor entendimento da realidade local, nos processos decisórios e de gestão.

2. PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL COMO PRÁTICA PARA UMA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DEMOCRÁTICA

Historicamente são grandes os conflitos advindos da relação que o homem estabelece com a natureza para produção de suas necessidades. Tais conflitos envolvem vários setores da sociedade. Nessa situação, há que se destacar a participação do Estado ora intervindo de forma incisiva tolhendo práticas insustentáveis, ora intervindo como mantenedor das mesmas. Desta feita, discorrer sobre as transformações - sejam elas de ordem social, espacial ou ambiental - de um lugar não se faz sem uma busca na história, uma vez que esta permitirá a averiguação da realidade existente.

Relevância há no papel de diversos campos do conhecimento para dar conta dessa busca, principalmente no que tange ao planejamento urbano, que não se restringe a uma única disciplina, mas ao conhecimento e metodologias de áreas distintas, haja vista que, para se construir o urbano, é necessária a utilização de diferentes habilidades no intuito de planejar e gerir uma cidade que ofereça melhores condições de vida para todos (DUARTE, 2007).

Isso porque, à medida que alterações ocorrem, sejam elas de qualquer ordem, podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos indivíduos inseridos em um local. Ao considerarmos a velocidade das transformações das sociedades e o seu processo de desenvolvimento ao longo do tempo histórico vamos entender quais demandas foram responsáveis por provocarem a valorização ou mesmo a desvalorização de determinado espaço. Nesse sentido, Sposito (1988) considera em seu estudo que o espaço é um processo histórico, resultado de transformações sociais. Nas reflexões feitas pela autora a origem do urbano decorre tanto do processo social quanto do político, mas foram as condições naturais (geográficas) em determinado momento histórico que orientaram a ocupação e o uso dos recursos existentes. Tomando como parâmetro as cidades europeias, a autora menciona que essas são as bases das cidades da atualidade. Assim, com o desenvolvimento do modelo de produção capitalista a terra se torna mercadoria, ou seja, seu acesso depende da compra, venda ou aluguel, denotando o papel do Estado e seu descaso ao não fiscalizar, regulamentar ou mesmo elaborar planos de ocupação do espaço público. Com relação ao Estado, Sposito (1988, p. 56) aponta que “[...] Ele próprio passou a ser um especulador, vendendo muitos terrenos públicos para pagar suas dívidas. A classe dominante aproveitou para realizar seus investimentos imobiliários.”

Para Sposito (1988, p. 56), “A cidade, o bairro, a casa iam sendo assim determinados pelos interesses do lucro”. A partir disso, a autora discorre sobre

a separação social dentro do espaço urbano. Essa separação é decorrente do desenvolvimento do capitalismo monopolista que distancia as chances de trabalhadores que recebem salários diferentes terem condições mínimas de vida, como acesso a equipamentos e serviços urbanos e infraestrutura adequada. Esses são destinados a lugares na cidade onde reside uma população de maior poder aquisitivo. Dessa forma, todo processo de ocupação, organização e situação desordenada das cidades historicamente apontado nesta obra em nada se diferencia daquele vivenciado pelas cidades na atualidade. Questiona-se se o planejamento ou sua ausência não são intencionais, pois não se pode contrariar os interesses específicos de determinados segmentos sociais. Como consequência da “ausência” de planejamento há que se ressaltar a questão ambiental, pois, ao se produzir e consumir o espaço urbano, há intensa degradação, resultando em danos incalculáveis.

Considerando-se a importância do planejamento urbano, Duarte (2007, p. 22) o define “[...] como um conjunto de medidas tomadas para que sejam atingidos os objetivos desejados, tendo em vista recursos disponíveis e os fatores externos que podem influir nesse processo.”

Para esse autor, o sucesso do planejamento depende do conhecimento dos objetivos e dos recursos existentes, buscando responder a uma pergunta básica: *para quê?* Sem esse questionamento em mente de nada adiantaria se ter abundância de dados, profissionais, metodologias e instrumentos de excelente qualidade. O planejamento depende da análise de um contexto e de um conjunto de etapas que são: diagnóstico, prognóstico, propostas e gestão. Para Duarte (2007), o diagnóstico é a análise da situação existente e tem como parte integrante o inventário, que é a coleta e a organização de dados sobre determinada área geográfica e determinado assunto. A coleta de dados não é o passo inicial do planejamento, mas a pergunta *para quê?* Ao respondê-la, já estão contidas as bases analíticas que devem ser utilizadas. Na etapa do diagnóstico é importante o conhecimento seguro da cidade e como ela chegou à situação atual para, posteriormente, buscar soluções, alternativas, ou seja, um prognóstico (uma previsão do que poderá ser), se mantidas as condições atuais.

Sobre isso, Duarte (2007) explica:

Sendo assim, o que podemos fazer para que os prognósticos positivos de fato se realizem e para evitar que ocorram os negativos? O que fazer para mudar o destino em alguns aspectos? Esse processo considera que daqui a 5, 10, ou 20 anos a cidade deverá estar assim, ou seja, de acordo com o que atualmente está sendo planejado (DUARTE, 2007, p. 29).

A etapa subsequente do processo de planejamento consiste na elaboração de um conjunto de propostas que intervenha na situação atual, visando à melhoria da qualidade de vida da população. Determinadas características do município podem ser alteradas para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico, mesmo que nas etapas do diagnóstico e prognóstico isso não seja observado. Desse modo, Duarte (2007) explica que a cidade de Curitiba hoje é exemplo de planejamento urbano, com seus parques, que são visitados por turistas e moradores da cidade diariamente, o que não ocorria no passado por se acreditar ser a cidade muito fria. O Governo local percebeu que não era o frio que impedia a população de visitar os parques, mas a ausência desses lugares. Diante disso, percebe-se que cabe à gestão urbana organizar e assegurar o bom funcionamento da cidade atendendo às demandas e necessidades da população no intuito de garantir sua qualidade de vida. Para concretizar isso é fundamental a participação da sociedade civil organizada. Um boa forma de atingir esse objetivo é a participação dos munícipes nos planos diretores assumindo a corresponsabilidade pela elaboração dos planos urbanos (DUARTE, 2007).

A garantia da participação no plano diretor é determinada pela Lei Federal nº 10.257/2001, conhecida pelo nome de *Estatuto da Cidade*, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988 e que trata da política urbana. Além disso, essa lei orienta que o plano diretor seja revisto a cada 10 anos devido às alterações ocorridas na dinâmica urbana. Da mesma forma, é definido que o referido plano seja realizado em cidades com mais de 20 mil habitantes, em municípios turísticos ou aqueles que forem acometidos por empreendimentos passíveis de causar impactos (DUARTE, 2007).

Quanto ao *Estatuto da Cidade*, Duarte (2007, p. 93) esclarece que ele: “[...] introduziu a obrigatoriedade de participação da população em diferentes etapas de sua elaboração, em audiências públicas, além da publicidade e acesso aos documentos de qualquer interessado, conforme art. 40 § 4, capítulos I, II, e III.”

Mesmo sendo um instrumento ordenativo do planejamento urbano, há nas cidades o desrespeito ao plano diretor, principalmente no que diz respeito às áreas de ocupação acelerada, que deveriam estar protegidas devido à importância ambiental que possuem (por exemplo: mananciais utilizados para o abastecimento da população). Ou seja, há nos espaços urbanos uma ocupação desordenada dos territórios.

Assim, qualquer que seja a escala dos espaços urbanos, eles são resultado das relações sociais e capitalistas com o território. Nesse sentido, Smith (1988, p. 200) explica que “[...] o próprio mercado imobiliário competitivo ou, antes, sua integração numa economia mais ampla, conduz igual e espontaneamente à desordem.”

Sobre o conceito de território, vejamos essa passagem colocada por Haesbaert (2012):

Partindo de um ponto de vista mais pragmático, poderíamos afirmar que questões ligadas ao controle, “ordenamento” e gestão do espaço, onde se inserem também as chamadas questões ambientais, têm sido cada vez centrais para alimentar este debate. Elas nos ajudam, de certa forma, a repensar o conceito de território. A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2012, p. 76. Destaques do autor).

A partir dessas reflexões é possível pensar que, seja qual for o tamanho da cidade, há sempre dificuldades em se gerir esse espaço, pois é pouco provável que ele esteja isento de possuir problemas urbanos, afinal, à medida que ocorre o crescimento das cidades há a dificuldade em se ofertar serviços ou até mesmo oferecê-los com qualidade à população. A causa deste fato deriva da insuficiência de recursos, normalmente oriundos da má arrecadação de impostos, ou do uso incorreto de verbas públicas, como desperdícios de materiais e recursos humanos em obras públicas, o que gera desconforto ou conflitos de interesse em uma cidade. As demandas sociais (moradia, saúde, transporte, educação, emprego, lazer) não são pensadas pela própria sociedade, aumentando a precarização das condições de vida nas cidades. Os espaços urbanos não são planejados para as pessoas, mas para o capital. Ele que determina quais áreas serão priorizadas pelos serviços públicos. Ressaltamos que a distribuição desses serviços de maneira equilibrada e justa garantiria um convívio saudável entre os cidadãos.

Para Camargo (2009), “A concepção capitalista de ordem traça assim uma única verdade e reproduz no espaço suas perspectivas de mais-valia. Nesse contexto, o planejamento-gestão torna-se um instrumento do capital [...]” (CAMARGO, 2009, p. 22).

Camargo (2009) aponta que, entre os vários significados da palavra ordem existentes no Dicionário Aurélio, encontra-se aquele que indica disposição permanente de meios para se obter um determinado fim. Para ele “[...] ordenar significa pôr em ordem, dispor, determinar por ordem, mandar – controlar”. (CAMARGO, 2009, p. 23).

Para o autor, quando se diz ordenamento da sociedade na atualidade isso significa o mesmo que dizer: a organização espacial das formas geográficas de acordo com o interesse do planejador (CAMARGO, 2009). O planejamento/gestão do território está ligado mais a uma questão de ideologia do que a uma questão econômica, alterando-se as paisagens geográficas para atender à reprodução do capital. Com a anuência do Estado as formas de poder se articulam buscando atingir seus objetivos.

Nesse sentido, o espaço dentro da lógica capitalista que visa cada vez mais a obtenção de lucros vai sendo determinado, como observa Camargo (2009), por um ordenamento intencional, impulsionado por um modelo de crescimento Mundial que muitas vezes prioriza os interesses de grandes grupos organizacionais, desrespeitando os interesses locais e gerando desordem. Para ele, as variáveis combinadas diferenciam territórios e lugares, desse modo, cada período técnico direciona e organiza paisagens geográficas conferindo diferentes funcionalidades ao território.

Em suma, Camargo (2009) explica que:

Governos locais que direcionam infra-estrutura para determinados locais e que nitidamente se esquecem de outros lugares dentro de seu território podem em um Estado democrático suportar a pressão popular? À medida que o capital diminui as distâncias implantando o meio técnico e o científico nas paisagens, também se verifica um novo patamar de dimensões que alertam as populações de seus limites e de suas possibilidades pela simples comparação de paisagens (CAMARGO, 2009, p. 43).

Assim, por serem resultado do desenvolvimento do capitalismo, as cidades apresentam problemas distintos que carecem de um olhar mais atento, tanto dos governantes como da sociedade. Há espaços com extremo desenvolvimento desigual, carentes de políticas públicas de Estado, de ações de organismos públicos, de instituições de ensino e pesquisa, ONGs, empresas privadas e até mesmo de uma sociedade civil organizada. Esses setores necessitam realizar ações que promovam o desenvolvimento integrado no qual centro e periferia possam usufruir de serviços públicos com qualidade. É urgente a atenção a

um planejamento que auxilie a recuperação ambiental e que esteja embasado nos princípios da sustentabilidade, além disso, deve-se demonstrar mais rigor na concessão e fiscalização de licenciamentos ambientais, além de promover a melhor participação da sociedade oferecendo subsídios para que a mesma possa ativamente colaborar nesse processo.

Deste modo, destacamos que a sociedade possui papel fundamental no referido processo. É ela que, politizada e ambientalmente educada, possibilitará definir interesses e prioridades sobre o que é uso e direito social de todos, bem como sobre quais as atividades humanas são responsáveis por degradar o meio ambiente.

O ideal seria que a execução do planejamento urbano e seu gerenciamento fossem feitos de maneira desinteressada, considerando os direitos sociais expressos na constituição: emprego, segurança, saúde, educação ou cultura, e que as necessidades de qualquer morador da cidade fossem exercidos. Importante pensar dentro desse plano urbano que cada um destes aspectos gera impactos ao meio ambiente e foram muito negligenciados no decorrer do tempo histórico. Ou seja, só há pouco é que se entendeu que qualquer obra ou intervenção ocasionada no meio gera impactos (negativos) diretos ao ambiente, não só a ele, mas também à saúde, havendo, portanto, a necessidade de infraestrutura e gestão adequada. Nessa perspectiva, é função dos planos diretores estabelecer diretrizes para o desenvolvimento equilibrado dos municípios. Os planos são objeto de debate em audiências públicas, sendo questionados pela população (direito esse garantido por Lei) e, posteriormente, aprovados pelas câmaras municipais. Nesse sentido, o planejamento urbano tenta abarcar a dimensão econômica, social, ambiental, de infraestrutura, gerencial e territorial (DUARTE, 2007).

No que se refere à dimensão econômica, essa estaria ligada à criação de projetos visando ao desenvolvimento dos setores econômicos e às possíveis mudanças de funções econômicas na dinâmica urbana, bem como à criação de programas para geração de postos de trabalho, permitindo que os munícipes sejam empregados em locais que não seja o poder público local. Ou seja, oferecer condições para que a iniciativa privada venha se instalar nesses municípios e crie postos de trabalho. Quanto à dimensão infraestrutural, o foco é criar obras, serviços públicos e de transporte para atender ao coletivo favorecendo inclusive a instalação de empresas privadas na tentativa de estimular o desenvolvimento econômico local. Quanto à dimensão social esta é bastante ampla envolvendo diversos aspectos internos, como saúde, educação, lazer, segurança, moradia entre outros. Em relação ao aspecto habitacional cabe ao planejamento direcionar territorialmente as ocupações pensando não apenas na localização

destas, mas a infraestrutura e nos equipamentos urbanos necessários, de modo a promover um convívio harmônico entre os cidadãos. Outro aspecto importante é preservação e existência de áreas verdes. A dimensão ambiental deve estar intrinsecamente ligada a todas as outras dimensões dentro do planejamento urbano, assim como a gerencial (administração, finanças, governo, comunicação e fazenda) e a territorial (DUARTE, 2007).

Dessa forma, as preocupações com as questões sociais e ambientais devem caminhar juntas, haja vista que no decorrer do tempo histórico são muitos os impactos que a sociedade promove no espaço, causando interferência no ambiente e uma reorganização no mesmo.

Conforme Filho (2010 apud ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010. Destaques do autor):

Diante da complexidade e heterogeneidade dos interesses envolvidos, a resolução dos conflitos ambientais requer uma condução compartilhada no processo de gestão. Essa preocupação está explicitada na Constituição (art. 225) quando esta determina que cabe ao poder público e à coletividade o dever de proteger e preservar o ambiente para as futuras gerações.(FILHO, 2010, p.352)

Para Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos ambientais territoriais que ocorrem em grupos que dependem do meio e que foram desterritorializados pelo processo de apropriação do espaço, geram a perda da memória, da base material e simbólica e da identidade com os lugares. Para os autores, “o território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 25).

O conceito de desterritorialização apresentado por Haesbaert (2012) se relaciona à concepção de território adotada na pesquisa. Conforme Haesbaert (2012, p. 35): “Dependendo da concepção de território muda, consequentemente, a nossa definição de desterritorialização.” Nesse sentido, o autor considera que há a necessidade de se discutir linhas teórico-conceituais do uso dessa expressão, sem a preocupação de trazer um conceito para tal problemática no intuito de discorrer sobre a amplitude desse conceito que perpassa não só a ciência Geográfica, mas diversas áreas do conhecimento.

Para Raffestin (1993) o território é constituído pelas formas nas paisagens mais a vida que os anima, compondo um sistema complexo que se desenvolve constantemente; enquanto que o espaço geográfico é edificado socialmente por

um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, sendo, também, a categoria de análise geográfica.

De acordo com Santos (1999):

Essa intencionalidade é mercantil, mas não raro é, também, simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1999, p. 173).

A rapidez dessas transformações que reorganizam um espaço de acordo com as questões mercadológicas dificulta a relação que as pessoas possam manter com esse lugar, pois as retira deste espaço e as condiciona a outra realidade que não aquela com a qual elas estavam acostumadas. O que predomina são fatores econômicos e políticos, que demandam, algumas vezes, de recursos públicos para manutenção de infraestrutura de apoio às obras e à realização de interesses minoritários.

Assim, essa situação de banimento que separa o homem do ambiente acaba por criar certa ausência de identificação com os lugares devido à situação imposta pelo modelo capitalista, em que existem espaços de segregação, de paisagens diferenciadas criadas com o intuito de gerar renda, atrair pessoas e repelir outras, demonstrando como o homem se relaciona com a natureza de acordo com sua necessidade e poder. Contribuindo com essa reflexão, Haesbaert (2012) esclarece que:

Entretanto como iremos construir novas identificações, novas territorializações e “amar tudo o que existe”, num mundo de crescente e abominável desigualdade, exclusão, segregação, violência e insegurança? Sem dúvida, seria redundante lembrar, para poder “amar tudo o que existe” e construir territórios efetivamente – o que significa, sobretudo, “afetivamente” – apropriados, é necessário, primeiro, acabar com toda exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria “natureza” (HAESBAERT, 2012, p. 369-370. Destaques do autor).

Compreender o valor da natureza não se faz sem se entender o papel que transformações tecnológicas possuem na atualidade. O ambiente se tornou objeto de extremo valor mediante a produção de novas necessidades. Essas mudanças promoveram no homem contemporâneo a visão de que a natureza deve ser preservada. Ao se retirar aquilo que supostamente se considera como recurso necessário destinado à supressão de nossas necessidades e o progresso, deve-se pensar na continuidade e manutenção dos recursos. Com esse propósito, devem-se considerar diferentes metodologias e conhecimentos na tentativa de se elaborar propostas com soluções para problemas que ainda carecem de uma longa discussão.

2.1 REORDENAMENTO TERRITORIAL EM TRÊS RANCHOS COM A IMPLANTAÇÃO DA USINA DE EMBORCAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Considerando o referencial teórico adotado entende-se que, com anuência do poder público criou-se em Três Ranchos territórios diferenciados que, construídos no decorrer do tempo histórico, denotam relações de poder existentes neste local. De acordo com Borges (1997) houve o incentivo da prefeitura para a construção de casas de veraneio e meios de hospedagem luxuosos a beira do lago o que acabou dificultando o acesso público ao lago por parte da população de baixa renda seja ela moradora ou visitante. Ainda conforme esse autor muitos destes proprietários deixaram de consumir os produtos locais, pois traziam seus produtos da cidade de origem. Outro problema ressaltado em seu estudo foi o desrespeito à natureza devido o impacto ocasionado pela ocupação desordenada das margens do lago.

Assim, ao desenvolver a atividade turística em qualquer local, é necessária a implantação de algumas alternativas que visam à integração econômica e social e ambiental. Deve ser responsabilidade dos grandes empreendimentos de se fazer estudos para avaliar os impactos socioambientais que estes causarão elaborando diagnóstico ambiental com estudo da dinâmica de ocupação e uso da terra, mapeamento e caracterização de áreas de preservação permanente (APP), elaborar planos de recuperação de áreas degradadas (PRAD), gerenciar conflitos de processos ambientais, entre outros. O executivo deve ter mais empenho na preservação e proteção ambiental, não permitindo investimento público nessas áreas.

Nesse sentido, MELO (2008) afirma que, na década de 1990, a cidade de Três Ranchos foi beneficiada com a implantação de projetos governamentais que visavam à dinamização do turismo para destacar-se como localidade turística.

Assim foram implantados, nos estados da federação, pelo Ministério do Meio Ambiente, o Programa de Execução Descentralizada (PED). No entanto, outros investimentos já haviam sido iniciados desde a década de 1980.

Borges (1997), consultor responsável pelo *Diagnóstico da Oferta Turística* em Três Ranchos (uma das etapas do referido PED), chega à conclusão de que a atividade turística neste local ocorreu de forma inesperada em um local que não estava preparado para as mudanças ocorridas durante a implantação de uma nova atividade. Neste estudo, são mencionados os graves problemas existentes no município desde a ocupação desordenada por parte das construções a violação de normas Federais e Estaduais em áreas lacustres, as mudanças no âmbito social, econômico e cultural ainda presentes, a ausência de projetos que se preocupem com a questão ambiental que envolva a sociedade como um todo e a desmotivação da população frente à situação em que o município se encontra devido a baixo fluxo de turistas.

Além disso, deve-se considerando a natureza como parte integrante do processo de desenvolvimento social, repensar como o lago no decorrer do tempo histórico originado para atender a demanda capitalista, foi fator determinante na ocupação do município de Três Ranchos e quais consequências para o meio natural isso trouxe. O lago tornou-se um atrativo, dele dependia e depende boa parte das atividades recreativas realizadas no local.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi repensar as formas de ocupação do município de Três Ranchos e suas consequências socioambientais. O município é caracterizado aqui como localidade turística por possuir o lago artificial originado do represamento das águas do rio Paranaíba. Assim, devido à bela paisagem formada nesta região de cerrado, houve a construção de grandes empreendimentos e a ocorrência de usos competitivos pelo recurso hídrico por parte da população e os grandes empreendimentos. Faz-se urgência de políticas públicas que possam mitigar os efeitos ocorridas neste espaço com a construção do lago e a ocupação desordenada.

Essa reflexão foi realizada baseada nos estudos desenvolvidos do lugar, a literatura pertinente e em específico um estudo feito denominado *diagnóstico de oferta turística* no ano de 1997, pelo consultor Marcos Martins Borges. Deste período até o momento atual poucos estudos sobre a temática ambiental foram realizados e o município sofre com as consequências dessas alterações. Dessa forma o município vai aos poucos perdendo os turistas que visitavam o local

ou os recebem nos momentos em que o lago tem sua cota d'água aumentada nos períodos de chuva e nestes os problemas continuam momentaneamente escondidos.

Assim, vê-se que a ocupação desordenada na cidade de Três Ranchos em específico nas áreas limítrofes ao lago gerou uma série de efeitos negativos (sociais e ambientais) como mencionado no decorrer deste texto. Desta forma é importante ressaltar que o município ao se transformar em local turístico, passa também a ser de interesse daqueles que favorecidos financeiramente puderam adquirir suas propriedades em seu entorno ocasionando a partir deste instante, conflitos territoriais entre a população residente, a população visitante, bem como o poder público local que possui grandes entraves na atualidade para ministrar tal situação. Assim, na atualidade, esses problemas originados do processo de ocupação desordenada dessas áreas acabaram por limitar o acesso da população local ao lago e, ao mesmo tempo, delegá-las ao descaso dos responsáveis pelo lago em recuperar áreas que estão em condições de extrema vulnerabilidade e imensamente degradadas pelo processo erosivo decorrente da flutuação do lago. Na tentativa de mitigar tais aspectos negativos justifica-se a realização dessa pesquisa através da metodologia caracterizar por meio de mapeamento esses empreendimentos identificando-os e posteriormente através da pesquisa de campo ainda não concluída oferecer informações que venha auxiliar no planejamento e gestão local melhorando assim a qualidade de vida da população.

Title: Reconfigure Space City Of Três Ranchos And Privatization And Occupation In The Vicinity Of Lake

Abstract

The present work constitutes a preliminary study about the Três Ranchos (GO) which was characterized as a tourist resort from the formation of the artificial lake, originated from the construction of the Hydroelectric Power Station by the Capsizing of Minas Gerais (Cemig) in Rio Parnaíba in early 1980. The aim of this work is to identify the process of reconfiguration Space City Ranchos (GO) after the appearance of the lake in particular the occupation of their margins of private benefit. To develop tourism, was the construction of large projects on the site and the occurrence of competing uses for water resources (Lake) by the resident population and these ventures. Search this research with historically contextualize this process through theoretical research. Subsequently, to characterize the use of this territory through mapping in order to identify the actors involved in a rearrangement. In a last step, will be applied questionnaires and interviews with residents, tourists, government thus enabling a better understanding of the local reality and contribution in the planning process.

Keywords: Three Ranches, Territory, Planning.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Flávio Gomes de; PEREIRA, Luiz Firmino Martins. O papel da distribuição e da gestão dos recursos hídricos no ordenamento territorial brasileiro. In: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (org.). **Ordenamento territorial:** coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 85-113.
- BORGES, M. M. **Projeto criação de quatro pólos irradiadores de desenvolvimento do ecoturismo:** microrregional diagnóstico da oferta turística subgerência município de Três Ranchos, 1997. 45 p.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (org.). **Ordenamento territorial:** coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.p. 21-60.
- DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano.** Curitiba: Ibpex, 2007. 177 p.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396 p.
- MELO, N. A. de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- RAFFESTIN, Claude. 1993(1980). **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** espaço e tempo: razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucited, 1999.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 1988. 80p.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual:** natureza, capital e a produção do espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TRICART, Jean. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro: IBGE; Dir. Técnica - SUPREN, 1977. 91 p.
- ZHOURI, Andréa.; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 484p.

13

CAPÍTULO

SETOR SUCROENERGÉTICO E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM FRUTAL (MG)

Oliveira, Elvisley Rodrigues de ^{1*}; Mendes, Estevane de Paula Pontes ²

¹ Mestrando em Geografia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão e bolsista CAPES. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (Nepsa/CNPq).

² Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás/RegionalCatalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (Nepsa/CNPq).

* email:elvisley.rodrigues@gmail.com

RESUMO

A atividade canvieira está presente no território brasileiro desde a colonização até os dias atuais. O processo de territorialização do cultivo da cana-de-açúcar não foi homogêneo ao longo da história, e sim foi se apropriando e transformando algumas regiões de forma gradativa por meio de políticas de incentivo do governo federal. O presente trabalho busca compreender as transformações espaciais a partir da territorialização do setor sucroenergético no município de Frutal (MG), mais precisamente sobre a modernização da agricultura por meio do meio técnico científico. Para tanto, faz-se necessária a análise de algumas nuances, a saber: programas de incentivo como criação do Instituto do Açúcar

e do Álcool (IAA); Proálcool; a crise do petróleo e o processo de expansão da lavoura canavieira pelas regiões do Brasil, com enfoque na Microrregião e no Município estudado. A pesquisa assentou-se em revisões bibliográficas acerca dos temas: processo de territorialização da cana-de-açúcar, modernização da agricultura, políticas e subsídios ofertados pelo Estado, bem como na expansão do agronegócio para o Cerrado.

Palavras-chave: Setor sucroenergético; Proálcool; IAA Frutal (MG)

Oliveira, Elvisley Rodrigues de; Mendes, Estevane de Paula Pontes; "SETOR SUCROENERGÉTICO E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS EM FRUTAL (MG)", p. 207-227 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap13

1. INTRODUÇÃO

A busca por fontes de energia diversificadas propiciou, ao longo do século XX, importantes programas e subsídios de nível federal para suprir a demanda gerada pela crise do petróleo na década de 1970. O Brasil, desde seu período colonial, obteve por meio do cultivo da cana-de-açúcar, voltado para a produção de açúcar, importante fonte de renda. Esse setor, a princípio, territorializou-se na região nordeste do País e, por ser altamente rentável, expandiu-se para outros estados. Foi a partir da década de 1930, com a criação o Instituto de Açúcar e Alcool (IAA), que o governo passa a ter maior controle da produção de açúcar.

A crise do petróleo e a modernização da agricultura contribuíram significativamente com a expansão da atividade canavieira até a territorialização na Mesorregião do Triângulo Mineiro, com a intervenção estatal, com os subsídios e com a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), voltado para incentivar a produção de álcool, a fim de enfrentar a crise do petróleo. Assim, o cultivo da cana-de-açúcar ganha força e “novos” territórios.

A partir do início do século XXI, com o projeto de aumentar o consumo de álcool/etanol combustível, desenvolvem-se parcerias com a indústria automobilística, devido à produção de carros com motores *flex*, que funcionam a álcool e a gasolina, além do aumento da mistura do álcool na gasolina, gerando, assim, a demanda de outras áreas a terem o cultivo de cana-de-açúcar. É nesse contexto que se insere o município de Frutal (MG), que, a partir do ano de 2005, recebe novos investimentos da agroindústria canavieira, a qual contribuirá para uma nova dinâmica econômica, espacial e demográfica.

Com isso, apresenta-se uma reflexão acerca das políticas públicas voltadas para a manutenção, expansão e perpetuação do setor sucroenergético, desde o período colonial e ao longo do século XX, sendo o Estado o principal financiador dessa atividade econômica, por meio de subsídios para a construção de novas agroindústrias sucroenergéticas, da construção de rodovias e do incentivo ao consumo do etanol. Assim, objetiva-se compreender quais foram os programas de incentivo e como estes contribuíram para a atividade canavieira territorializar-se no Centro-Sul do Brasil, região de maior produção de açúcar e álcool do País. Pretende-se, também, analisar as transformações ocasionadas no município de Frutal (MG), por meio da territorialização do setor sucroenergético, a partir de meados da década de 2000.

2. POLÍTICAS DE REGULAÇÃO DA ECONOMIA CANAVIEIRA NO SÉCULO XX

Desde o século XVI houve diferentes períodos e processos de reestruturação das políticas e ações do governo para o aprimoramento da atividade canavieira no Brasil. Para entender a formação da agroindústria sucroalcooleira, é preciso analisar as modificações estruturais do País em relação a este setor e à formação dos capitais de incentivo para o mesmo.

A implantação do cultivo canavieiro na região Nordeste, nos estados de Pernambuco e Bahia, durante o período colonial e ao longo dos séculos, quase não apresentou melhorias e avanços nas técnicas e no modo de produzir, permanecendo assim o atraso tecnológico na produção do açúcar. O trabalho utilizado era escravo, com bases no sistema patriarcal e com apenas uma variedade de cana-de-açúcar. É o que aponta Andrade (1994):

no período colonial foi mantido o sistema patriarcal e não houve grandes transformações tecnológicas, dominando, na agricultura, uma mesma variedade de cana, a crioula; do ponto de vista industrial, o banguê movido à água ou a tração animal – bois e éguas – produziria o açúcar mascavo para exportação. (ANDRADE, 1994, p. 18).

Ao longo dos séculos, a lavoura canavieira se manteve de forma quase que inalterada por ser uma atividade altamente rentável. Dessa forma, os senhores de engenho não revertiam parte dos lucros em modernização dos engenhos centrais. O cenário permaneceu inalterado até o produto brasileiro perder mercado para outros produtores de açúcar, como as Antilhas. Isso se deu por conta de uma crise oriunda do custo da produção e da má qualidade do produto (escuro), o que fez o governo financiar a implantação de modernas fábricas e engenhos centrais (ANDRADE, 1994).

No setor canavieiro, as pequenas fábricas não conseguiram resistir às variações da economia do mercado externo, vindo a fechar ou a se unir em associações com outros usineiros para disputar o mercado interno. Associada a essa crise financeira, enfrentada pela economia mundial, estava a falta de organização, de gerenciamento e planejamento dos proprietários e, também, a falta de manutenção e troca dos equipamentos. Nesse contexto, de acordo com Andrade (1994),

a grande quantidade de fábricas de pequeno porte, a falta de estruturas modernas, a deterioração da maquinaria sem que houvesse uma competente substituição, além da queda constante dos preços do açúcar no mercado internacional e do mau gerenciamento dos empresários, foram fatores que levaram as pequenas usinas a crises constantes e, os usineiros, a se organizarem em associações regionais para disputar o mercado interno em crescimento (ANDRADE, 1994, p. 38).

O século XX é marcado por vários acontecimentos no cenário econômico, canavieiro e político do País. Nesse sentido, o governo brasileiro elaborou alguns programas voltados para o setor da agroindústria, em especial, ao canavieiro. Essa atividade sempre esteve ligada ao poder público e defendido por ele – o que ocorre desde o período colonial. Para Andrade (1994, p. 221), “[...] toda uma legislação protegia o senhor de engenho contra quem quer que pusesse em risco a sua atividade econômica, desde as classes ditas inferiores – indígenas e negros escravos – até os próprios credores, que não podiam executar os seus débitos”.

A década de 1920 ficou caracterizada por uma crise econômica de escala global, a crise de 1929, provocada pela queda da bolsa de valores nos Estados Unidos da América (EUA). Tal crise foi sentida em vários países, principalmente, nos que tinham a maior parcela de sua economia voltada para a exportação de produtos primários. O Brasil foi um dos países atingidos. Nesse período, um dos principais produtos que o País exportava era o açúcar e, com a retração das exportações, foi ocasionado o aumento do estoque de açúcar nos engenhos.

Foi neste contexto que o governo federal adotou medidas intervencionistas. Uma das formas de regularizar o excedente de açúcar era direcionar a matéria-prima usada na produção deste produto para outro produto. É a partir desse momento que o álcool anidro passará a ser produzido em larga escala, sendo comercializado no mercado brasileiro, como álcool carburante. O álcool, subproduto da cana, começou a ser comercializado a partir de 1920 como alternativa de maior rentabilidade e também como combustível; “[...] só nos anos 1930 é que passariam a produzir o álcool anidro.” (ANDRADE, 1994, p. 38). No ano de 1931, o governo federal promoveu incentivos à industrialização do álcool-motor, já que o álcool utilizado para o comércio era o hidratado.

Os dispositivos básicos do incentivo criado pelo governo para o consumo do álcool motor assim foram:

[...] o governo federal lançou o decreto nº 19.717, de 20/02/1931,

que estabelecia no geral os seguintes dispositivos básicos:

1. o importador de gasolina deveria adicionar à mesma 5% de álcool de procedência nacional;
2. nos automóveis de propriedades ou a serviço da União, dos Estados e dos Municípios, era obrigatório o consumo de combustível com pelo menos 10% de álcool;
3. até 31/03/1932, todo instrumental necessário a montagem de usinas para o fabrico e redestilação do álcool anidro estava isento de impostos e taxas de importação. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 12).

No mesmo ano de 1932, o governo federal criou a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CPDA), com o objetivo de orientar o setor canavieiro, pois, em razão dos reflexos da crise, era necessário conter a queda nos preços, organizar o excedente de açúcar produzido e, também, incentivar a produção de álcool motor. No entanto, a política da CPDA não gerou resultados significativos por conta da falta de estrutura e tecnologia. A queda nos preços continuou.

Em 1933, foi criado o Instituto do Alcool e Açúcar (IAA), que promoveria várias mudanças no setor canavieiro. O IAA foi criado “[...] com o objetivo de dirigir, intervir, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool do país.” (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 14). Esse órgão passou a estimular a modernização das áreas industriais do setor açucareiro.

A construção de destilarias e o subsídio na compra de maquinários para as usinas em funcionamento, objetivando a produção de álcool, foram políticas voltadas para combater a crise financeira em escala mundial, sentida também na agricultura brasileira, especialmente, no setor canavieiro. Tais medidas estatais foram adotadas para sanar a crise deste setor da economia e ter o controle da produção nacional, além de estabelecer cotas de produção para as empresas e usinas, limitando a instalação de novas fábricas (ANDRADE, 1994).

Como se pode observar, o século XX foi decisivo para a reestruturação do setor sucroalcooleiro no Brasil. Sendo as primeiras décadas marcadas por desajustes entre o mercado interno e mercado externo. Houve diversos acordos no cenário internacional que tentaram expandir as exportações do açúcar. Essas estratégias transformaram o setor canavieiro, devido à diversificação de produção e à modernização de técnicas e políticas econômicas que, de certa forma, deram novos rumos à atividade canavieira.

O incentivo à produção de álcool com programas do IAA ampliou a valorização do parque alcooleiro com a redução de oferta de petróleo causada com o período de guerra. É o que aponta Bray et al. (2000):

Neste contexto ampliou-se a valorização do parque alcooleiro com a diminuição de derivados de petróleo no mercado nacional o álcool anidro carburante passou a ganhar, naquele momento, uma função de produto altamente estratégico para o País. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 19).

O aumento do consumo de álcool, por meio de programas e incentivos do IAA, elevou para 20% o teor de mistura do álcool na gasolina em 1941, o que determinou a expansão do parque alcooleiro e da lavoura canavieira para áreas não tradicionais com o cultivo da lavoura canavieira na região Centro-Sul. Ampliou-se a tendência do deslocamento da hegemonia açucareira.

A década de 1950 caracterizou-se como a fase do crescimento e expansão da agroindústria canavieira no País mediante a demanda interna de álcool e açúcar. Agrega-se a essa nova dinâmica o processo de industrialização e urbanização do Brasil, bem como o processo de modernização da agricultura. O aumento do consumo interno levou os dirigentes do IAA a elevar a produção nacional. Já na década de 1960, o setor foi impulsionado pelo desenvolvimento da exportação de açúcar, ocasionado pela demanda de outros mercados internacionais, sobretudo, os Estados Unidos, que bloqueou o acordo comercial com Cuba, principal fornecedor de açúcar para o mercado Americano.

Por meio da política de regulação do IAA, o Estado consolida e (re)especializa a lavoura canavieira no Centro-Sul, principalmente, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná e em Minas Gerais. Esse processo se efetivou com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que contribuiu para a expansão da lavoura canavieira e modernizou os engenhos centrais, transformando-os em usinas sucroenergéticas, além do incentivo e das pesquisas voltadas para o aumento da produtividade via desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar, assunto discutido a seguir.

3. PROÁLCOOL E EXPANSÃO CANAVIEIRA

A intervenção do Estado brasileiro, subsidiando a agricultura por meio de programas, se fez presente desde o Brasil Colônia, doando terras via Capitâneas Hereditárias, Sesmarias, Lei de Terras, até que no século XX, já com uma longa tradição na produção voltada para atender o mercado externo, cria-se programas para aumentar a oferta de mercadorias, no caso o açúcar. Todavia, foi com o Proálcool que consolidou o projeto de expansão da lavoura canavieira para outros estados brasileiros. Vale ressaltar que esse

período também foi marcado pela apropriação do Cerrado, utilizando-o para a produção agrícola.

Sendo assim, objetiva-se analisar as contribuições do Proálcool para a expansão da cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil tornando essa região como maior polo produtor de açúcar e álcool. O uso de álcool como combustível surgiu como alternativa para a crise que o mercado açucareiro atravessou na década de 1970. Ocasionalmente pela baixa dos preços do açúcar no mercado internacional e também pela crise do petróleo, cujo preço do barril sofreu significativo aumento no preço. Por ser um produto de uso em escala mundial e muito consumido pelos países desenvolvidos, deflagrou-se a crise de abastecimento, inclusive no Brasil.

Para sanar o conflito no comércio do açúcar e no abastecimento de petróleo, o governo federal criou, no ano de 1975, o Proálcool, com o objetivo de aumentar a produção de álcool e, dessa forma, substituir a gasolina.

O PROÁLCOOL é um programa federal [...]. O seu objetivo foi de aumentar a produção de safras agro-energéticas e a capacidade industrial de transformação, visando à obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim incrementar o uso no setor químico. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 55-56).

Com a crise na exportação de açúcar e um alto volume estocado, o que gerou prejuízos para a elite açucareira, o Estado viu-se obrigado a criar mecanismos para amenizar a situação e, assim, como já havia veículos automotores funcionando com o álcool associado com uma crise do petróleo, a saída foi incentivar a produção de álcool e de automóveis que utilizaria o produto como combustível. Dessa maneira, Thomaz Junior (2002) corrobora com o assunto abordado afirmando que,

o programa foi lançado e estrategicamente construído com o propósito de se produzir uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo, num período de ascensão dos preços internacionais do produto e de queda acentuada das cotações do açúcar. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 76).

Para alcançar as demandas, foram dirigidos vários incentivos financeiros para o setor. E essa evolução se deu em três fases, sendo a primeira entre 1975 e 1979, a segunda entre 1980 e 1985 e a terceira de 1985 a 1990.

A primeira etapa do Proálcool, iniciada entre 1975 a 1979, caracteriza-se a partir da utilização direta da cana para a produção do álcool, pois esse era um subproduto do açúcar. Foram destinados créditos subsidiados concedidos para a construção de destilarias anexas e autônomas no País, o que fomentou um crescimento na produção de álcool em virtude da ampliação instalada no sentido de atender à primeira etapa do programa (BRAY et al., 2000).

Outro choque do petróleo, em 1979, marcou a segunda etapa do Proálcool (1980 a 1985), período em que o governo federal manteve a política de liberação de créditos subsidiados voltada para atingir a meta de produção estipulada na fase anterior. Para conseguir o crédito, o governo fez exigências, como liberar créditos somente para construção de usinas com capacidade de produção superior a 60 mil litros diários, o que caracterizou a concentração de renda nas mãos de poucos empresários do açúcar, formando um monopólio capitalista açucareiro.

Com a prosperidade do Proálcool, houve o fortalecimento da indústria nacional voltada ao ramo açucareiro produzindo e fornecendo equipamentos para instalações de grande capacidade produtiva das novas destilarias autônomas instaladas, conforme aponta Bray et al. (2000). O estado de São Paulo foi privilegiado com as políticas do Proálcool, já que recebeu boa parte do capital investido, o que repercutiu na formação de um grande parque da agroindústria canavieira e na elevação da produção de açúcar e álcool, crescente desde a década de 1950. Houve ainda o fortalecimento dos novos estados produtores de álcool: Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, formando assim, a hegemonia do setor no eixo Centro-Sul.

No período que compreende o terceiro momento do Proálcool (1985-1990) uma série de mudanças surgiu no aporte financeiro ofertado pelo programa caracterizado pelo corte dos financiamentos e subsídios para a instalação de novas usinas (THOMAZ JÚNIOR, 2002; BRAY, 2000). Os cortes no orçamento, ofertado ao setor pelo Estado, atingiu o Instituto de Açúcar e Álcool (IAA), o que causou sua extinção em 1990, influenciando a indústria automobilística, já que a redução na oferta de álcool no mercado nacional causou desconfianças na indústria automobilística e ocasionou a queda na produção de automóveis movidos a álcool.

[...] com a crise de abastecimento no fim da década de 1980, o consumidor passou a desconfiar da capacidade do setor em suprir a demanda de álcool. Assim, houve uma grande queda na comercialização de veículos a álcool, face ao desinteresse da indústria automobilística na atualização dos modelos comercializados. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 79).

A inversão na produção do álcool para o açúcar que causou queda na oferta desse produto no mercado nacional deu-se pelo aumento na cotação dos preços do açúcar no mercado internacional, o que fez com que a cana-de-açúcar plantada fosse destinada para produzir açúcar. Sem a intervenção do IAA, o Estado deixou de controlar e mediar as ações do açúcar no cenário internacional, permitindo as próprias usinas a negociar e exportar diretamente sua produção (BRAY et al., 2000).

Em linhas gerais, o Proálcool foi um programa relevante para a economia brasileira. Foram medidas inovadoras em vários segmentos: oferta de crédito subsidiado para a expansão das áreas de lavoura canavieiras, para a implantação de novas destilarias de grande porte; colocação do álcool como alternativa de combustível nacional em face da crise do petróleo; incentivo estatal às indústrias automobilísticas para a produção de carros movidos a álcool; produção de equipamentos e máquinas voltadas para o setor de açúcar e álcool.

Em suma, foi um programa direcionado para os interesses públicos e privados e que contribuiu para a formação do capitalismo monopolista. Dessa forma, as ações do Estado, com a inserção de capital nacional, juntamente com capital privado e, também, internacional, foram responsáveis pela continuidade desse cultivo, de origem colonial, até os dias atuais.

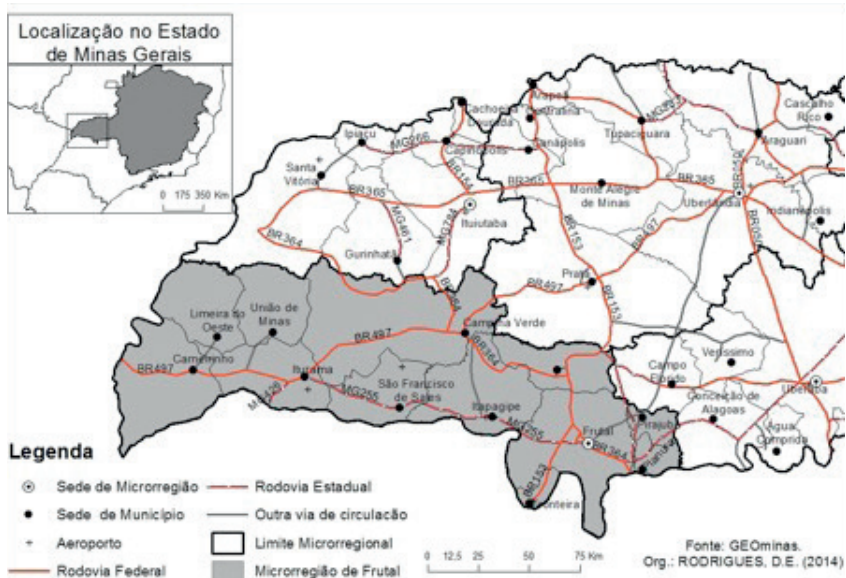
As políticas direcionadas para a atividade canvieira ao longo do século XX contribuiu para o desenvolvimento técnico e instalação de fábricas mais eficientes construídas no estado de São Paulo, melhoramento das estradas construídas com dinheiro público, desenvolvimento em pesquisa de novas variedades de cana e avanços técnicos científicos na produção de adubos químicos e inseticidas, o que proporcionou o aumento da produção e expansão da lavoura canvieira.

É a partir dessa reflexão, acerca do papel do Estado como financiador da atividade canvieira no Brasil, que se objetiva compreender a dinâmica que o município de Frutal (MG) apresenta, desde a década de 1990, para a territorialização do setor sucroenergético, a partir do ano 2007, e como os desdobramentos sociais, espaciais, econômicos e territoriais tornaram-se mais visíveis, conforme é apresentado na próxima seção.

4. O SETOR SUCROENERGÉTICO E OS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS EM FRUTAL (MG)

Com a difusão do Proálcool, a atividade econômica açucareira passa a exercer papel de relevada importância na economia brasileira. A partir da década de 1990, Minas Gerais, figura-se entre os maiores produtores de açúcar e álcool do País. A maior concentração da lavoura canavieira está localizada nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudeste de Minas, sendo estas, atualmente, as principais regiões produtoras de cana-de-açúcar do Estado mineiro.

O município de Frutal (MG) localiza-se na Mesorregião do Triângulo Mineiro, sendo sede da sua Microrregião de mesmo nome. O Município faz divisa com o estado de São Paulo, importante centro econômico e comercial, exercendo influência na Microrregião devido à sua proximidade dos centros mais desenvolvidos, como São José do Rio Preto (SP), que dista a 120km. Os municípios mineiros mais desenvolvidos e próximos de Frutal (MG) são: Uberaba (MG), a 140km, e Uberlândia (MG), a 170km; sendo o Município dotado de importantes rodovias federais, como as BRs 153 e 364, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico.



Mapa 1 - Rodovias na Mesorregião do Triângulo Mineiro Alto Paranaíba: 2014.

Fonte: COMPANHIA DE GEOPROCESSAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - GEOMINAS, (2014). Cartografia: Rodrigues, D. E. (2014).

A presença da agricultura como atividade econômica, faz-se presente no município de Frutal (MG) desde sua formação espacial, ocorrida no início do século XIX, o que assegurava o abastecimento dos viajantes que transitavam pela localidade em busca das regiões de explorações aurífera. Contribuindo, assim, para impulsionar seu crescimento demográfico.

As características geográficas são especificidades que não se repetem em outro ambiente de modo idêntico, por isso a importância de evidenciar a Geografia do Município, cujos fatores, como os elementos naturais, interferem e contribuem para a territorialização do setor sucroenergético em meados da primeira década do século XXI.

. O Município apresenta uma topografia composta por relevo plano com suaves ondulações, sobreposto ao domínio morfoclimático do Cerrado. Sua geomorfologia integra o planalto da Bacia Sedimentar do Paraná. Originam-se desta estrutura os solos conhecidos como latossolos, que predominam os tipos, latossolo vermelho-escuro e o latossolo vermelho-amarelo, distinguindo-se pela quantidade de ferro em sua composição, além da presença do latossolo roxo.

As propícias propriedades físicas do solo ocorrem em frações onde o relevo é favorável a mecanização da colheita da cana-de-açúcar. O clima do Município predominante é o Tropical, resultando em duas estações bem definidas, sendo o inverno seco e a verão chuvoso com temperatura média anual de 25,0°C.

As características econômicas do Município, desde a sua gênese, definem-se pelas atividades agropecuárias; a criação de gado leiteiro e a produção de alguns gêneros alimentícios para a subsistência, como o cultivo de arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar (utilizada para a produção de rapadura e para a alimentação dos animais), olaria e produção de gêneros derivados do leite. A produção de leite foi umas das principais e mais significativas atividades econômicas de Frutal (MG), conforme mostra os dados da produção municipal.



Gráfico 1- Produção de leite (em mil litros) município de Frutal (MG) (1974 2012).

Fonte - Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2014). Org. Oliveira, E. R. (2014).

Observa-se que a produção de leite no início da década de 1970 tem um volume de 5.936 litros, já na década de 1980 há um expressivo aumento, com um volume de 29.038, ou seja, um crescimento de quase 500%. Houve algumas oscilações, mas o que predomina é o crescimento contínuo desde o ano de 1974 até o ano de 2012, sendo o volume da produção neste período de 49.850 litros de leite, um crescimento aproximadamente dez vezes referente ao volume inicial.

Interessante destacar que a produção de leite mantinha seu desenvolvimento contínuo desde o ano de 1974 com grandes volumes produzidos, mas no período de 2005 a 2012, houve uma redução de mais de 10 mil litros de leite, conforme apresenta a tabela 1.

Tabela 1 - Município de Frutal (MG): produção de leite (2005–2012).

PRODUÇÃO DE LEITE (MIL LITROS)		
2005	2010	2012
59.364	47.319	49.850

Fonte - Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2014). Org.: Oliveira, E. R. (2014).

Cabe ressaltar que a tecnologia, como a ordenha mecanizada, contribuiu muito para o aumento da produtividade leiteira, juntamente com o melhoramento genético dos bovinos. Para produzir essa quantidade significativa de leite, o Município conta com um significativo rebanho de bovinos

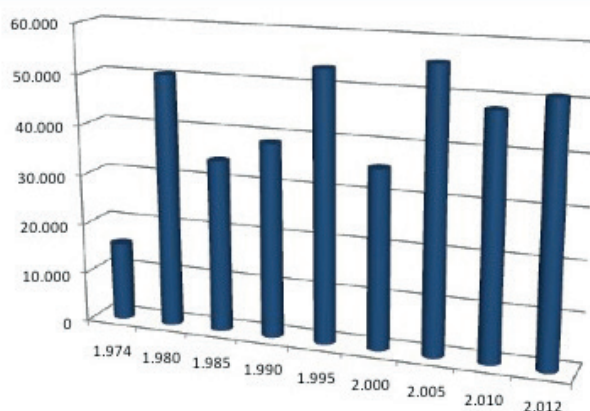


Gráfico 2- Município de Frutal (MG): vacas ordenhadas (1974–2012)

Fonte - Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2014). Org.: Oliveira, E. R. (2014).

Frutal (MG), além de manter a atividade leiteira, cultiva a tradição da criação de bovinos, atividade que também cresceu ao longo das décadas, como se pode constatar no gráfico 3.

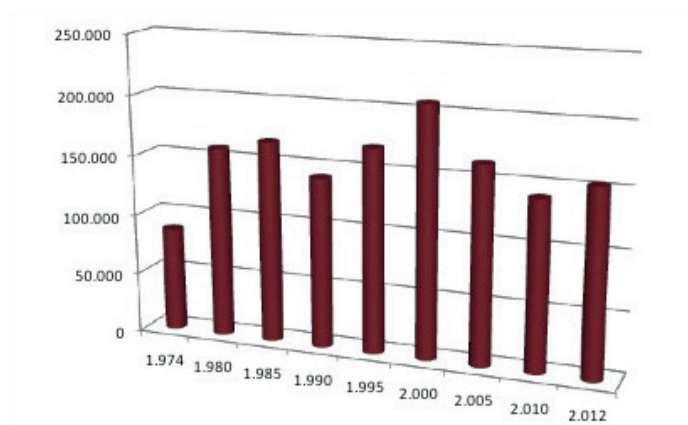


Gráfico 3 - Município de Frutal (MG): Rebanho de bovinos (1974–2012)

Fonte - Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2014). Org. Oliveira, E. R. (2014).

A permanência da pecuária no Município está associada à outra atividade ligada à comercialização de gados: os leilões de gado. Frutal (MG) conta com 04 estabelecimentos destinados a realizações de eventos agropecuários, sendo eles o Leiloboi, situado no trevo do anel viário no entroncamento da BR-364; o Trevo Leilões, situado no trevo do entroncamento do anel viário com a MG-255; a Cruzeta Leilões, situado no cruzamento da MG-255 com a BR-153 e o Boi de Ouro Leilões no perímetro urbano, na Avenida Presidente Juscelino Kubtschek (JK).

Dessa forma, o Município, no século XXI, exerce atividades econômicas que estão presentes desde a sua gênese. Cabe destacar que a atividade leiteira, mesmo havendo queda em sua produção, ainda é significativa no volume de produção. Lavouras como soja, milho, abacaxi, laranja, manga, borracha (látex coagulado) e cana-de-açúcar são permanentes e temporárias que complementam a economia do Município.

Quadro 1- Produção agrícola de Frutal (MG), área colhida em ha (1990-2012).

PRODUTOS AGRÍCOLAS	ÁREA PLANTADA (HECTARES)					
	1990	1995	2000	2005	2010	2012
ARROZ	955	440	400	33	100	100
ABACAXI	1.794	5.087	4.200	1.600	1.900	2.100
AMENDOIM	2.045	40	50	1.500	450	500
FEIJÃO	1.820	1.860	2.400	2.400	—	—
CANA-DE-AÇÚCAR	1.900	3.750	3.600	8.228	30.689	49.000
LARANJA	6.469	7.438	3.000	6.500	6.500	8.100
LÁTEX	—	22	710	728	850	—
MANDIOCA	160	—	50	—	—	—
MANGA	—	113	37	—	141	170
MILHO	6.236	3.500	5.980	3.000	3.000	4.500
SOJA	9.970	9.000	12.500	30.000	9.000	10.000
SORGO	—	200	3.260	3.800	400	1.900
ÁREA TOTAL (HA)	28.819	29.817	34.021	54.389	52.278	77.280

Fonte - Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2014). Org.: Oliveira, E. R., (2014).

Nota-se que alguns cultivos como arroz, amendoim, feijão, látex, mandioca e milho diminuiram o tamanho da área cultivada e outros deixaram de ser plantados, como é o caso do feijão, da mandioca e do látex. Enquanto o cultivo de soja, a partir do ano de 2005, reduziu de área plantada, a cana-de-açúcar deu um salto no crescimento da área cultivada, para entender o que ocorrera nesse período, basta observar queda no cultivo da soja e crescimento na área cultivada com cana-de-açúcar. Sendo assim, pode-se associar a redução da área

cultivada de soja de 300% originada na crise que o setor enfrentou no ano de 2005 com a Ferrugem Asiática.

Esse fenômeno se repete em outros municípios da MRG de Frutal (MG), dentro da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais e também em outros municípios de estados vizinhos como é o caso de Goiatuba (GO), região onde houve redução no tamanho da área plantada pela soja a partir do ano de 2004/2005. Nesse mesmo período, houve um crescimento da área cultivada pela cana-de-açúcar, ocorrendo assim a substituição de cultivos, de acordo com Costa (2013). Dessa forma, nota-se que a economia do Município está inserida dentro de uma lógica global, e que o mercado se adapta as exigências externas, ou seja, o que o mercado externo necessita.

O abacaxi e a laranja foram relevantes na formação socioeconômica da cidade, com uma significativa oferta de empregos, o que contribuiu para o desenvolvimento do Município. Observa-se que desde a década de 1990 há uma expansão da área cultivada no Município o que conseqüentemente contribui para o crescimento demográfico de Frutal (MG), sendo que a colheita de laranja e abacaxi demanda por mão de obra e isso contribui para que haja oferta de empregos em Frutal (MG), tanto nas lavouras quanto no comércio local.

Na segunda metade do século XX, Frutal (MG) somava uma população de 30.737 na década de 1970; em 1980, 34.273; em 1990, 41.424; em 2000, 46.566; e no último censo, em 2010, 53.466 e para o ano de 2014 a população estimada é de 57.269 (IBGE, 2014), conforme o Gráfico 4.

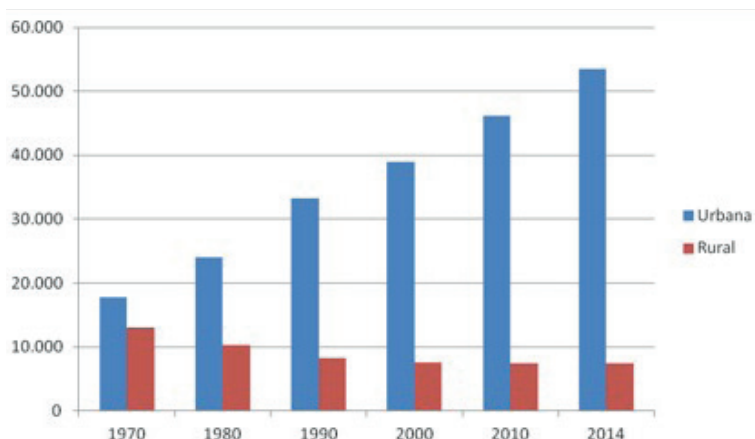


Gráfico 4 - Evolução demográfica do Município de Frutal (MG), urbana e rural (1970-2014).

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2014 Org. Oliveira, E. R. (2014).

Outra atividade que tem contribuído com o crescimento econômico de Frutal (MG) é o cultivo da cana-de-açúcar que, a partir de 1990, vem aumentando gradativamente o tamanho da área cultivada. A partir de meados da primeira década do século XXI, o Município recebeu a implantação de duas usinas sucroenergéticas, sendo elas: a Usina Frutal, instalada em 2006, com início das atividades no ano seguinte e que fora adquirida pelo grupo Bunge; e a Usina Cerradão, do Grupo Queiroz de Queiroz e da Usina Moema S.A, instalada em 2007 e que iniciou as atividades em 2009. Juntas, essas usinas empregam cerca de 2.500 colaboradores, dos quais 70% são residentes no Município (SILVA, 2012).

As atividades relacionadas ao campo contribuem decisivamente para o desenvolvimento do comércio e da prestação de serviço local. Sabe-se que, com a territorialização do setor sucroenergético, outros setores econômicos ligados a essas atividades se instalaram no Município para atender à demanda originada por esse segmento.

O que se observa é que em Frutal (MG) tem ocorrido um crescimento econômico e social desde a década de 1990, mas foi a partir do ano 2006 que houve uma nova dinâmica econômica que provocou mudanças em todos os setores: habitação, educacional, instalação de indústrias e o fomento do segmento de prestação de serviços em geral. O Município recebeu duas universidades, sendo uma Estadual, o campus da Universidade do estado de Minas Gerais (UEMG), tendo os seguintes cursos de ensino superior ofertados: Administração, Comunicação Social, Direito, Geografia, Sistemas de Informação, Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Produção Sucroalcooleira; e a Faculdade Frutal (FAF) com os seguintes cursos ofertados, Administração, Nutrição, Pedagogia e Serviço Social o que também contribuiu para o crescimento e desenvolvimento econômico, social e espacial do Município, sendo que Frutal (MG) exerce dentro de sua Microrregião referência comercial e educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos apontamentos referentes à atividade econômica da cana-de-açúcar, cabe ressaltar que, desde o Brasil Colônia, a ação do Estado se faz presente na instalação, na expansão e na manutenção, garantindo a perpetuação do setor canavieiro na economia brasileira.

Ao longo do século XX, observa-se que, em função da crise na oferta de petróleo, os países dependentes desta fonte de energia buscaram alternativas ante ao cenário daquele período. Assim, por meio de pesquisas desenvolvidas

desde a década de 1920 e dos programas criados como o IAA e o Proálcool, o Brasil obtém uma fonte alternativa de combustível, ou seja, o álcool fabricado da cana-de-açúcar, reduzindo, desse modo, a dependência de petróleo.

Por meio de subsídios do governo brasileiro e dos programas voltados para esse setor da economia, a atividade canavieira expande-se por várias Unidades da Federação, promovendo, conjuntamente, transformações espaciais nos municípios onde a lavoura canavieira instalava-se. É nessa perspectiva que se insere o município de Frutal no Triângulo Mineiro que, a partir de meados da década de 2000, passa a sofrer alterações em suas estruturas econômica, espacial e social.

Acredita-se que um dos motivos dessa nova dinâmica, presente no Município, relaciona-se à territorialização do setor sucroenergético, uma vez que, no referido período, houve outros empreendimentos, por exemplo, a instalação de duas universidades.

Title: SUGAR-ENERGETIC SECTOR AND SPATIAL TRANSFORMATIONS IN FRUTAL (MG)

Abstract

The sugarcane industry has been present in Brazil since colonization to the present day. The process of territorialization of the cultivation of cane sugar was not homogeneous throughout history, was appropriating and transforming some areas gradually through political incentives from the federal government. This paper seeks to understand the spatial transformations from the territorialization of the sugarcane industry in the municipality of Frutal (MG), from the modernization of agriculture through scientific technical means. For this it is necessary to analyze some nuances such as creating incentive programs like the Institute of Sugar and Alcohol (IAA), Proálcool, the oil crisis, and the process of expansion of sugarcane production by regions of Brazil, with focus on micro-region and the Municipality of study. The research was based on literature reviews on the topics, process of territorialization of cane sugar, modernization of agriculture, policies and subsidies offered by the state and the expansion of agribusiness for the Cerrado.

Keywords: Sugarcane industry; Proálcool; IAA; Frutal (MG).

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2002. p. 147-176.
- ANDRADE, M. C, de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**. Marília: UNESP, 2000. 104p.
- BUNDE, A. **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás**. 2011. 208f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, UFG. Catalão, 2011.
- CASTRO, I. E; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia, conceito e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA, R. H, da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012.
- FERLINI, V. L. A. **A civilização do açúcar, séculos XVI a XVIII**. Brasiliense, São Paulo, 1992, 8. ed. 96 p.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. Cia Editora Nacional. São Paulo, 1998
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codigo=312710>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)**. Uberlândia. EDUFU, 2005. 358 p.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo. Contexto. 2007.
- PAULA, A. F. Desbravadores do Carmo de Frutal. Uberaba, MG. 2004. 592 p.
- RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SANTOS, J. C. **Dos canaviais à “Etanolatria”**: o (re)ordenamento do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. 2009. 375 f.: Il. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia 2009.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SILVA, A. R. P. **As transformações socioespaciais de Frutal - MG**. 2012, 172 f. il, Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.
- SILVA, W. F. **O avanço do setor sucroenergético no Cerrado: os impactos da expansão**

canavieira na dinâmica socioespacial de Jataí GO, 2011, 218f. il, Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Goiás- Campus Jataí, 2011.

SOUZA, A. G. **A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal - MG.** 2012, 186, f. il, Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. 388 p.

14

CAPÍTULO

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO)

Bernardes Silva, Gabriela *; de Paula Pontes Mendes, Estevane ²

¹Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (GO)

* email: gabrielabernardes@outlook.com

RESUMO

A agricultura familiar caracteriza as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar. Sendo assim, a produção familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde há relações com o espaço e com as dinâmicas do sistema de trabalho, no vínculo entre a família e seu entorno sociocultural. A família é ao mesmo tempo, unidade de produção e consumo. Assim, por ser o trabalho organizado a partir da e para a família, torna-se fundamental compreender os espaços ocupados pelas mulheres na agricultura familiar. Houve várias transformações no espaço agrário brasileiro devido à modernização no campo, por volta dos anos 70, então o trabalho da mulher

surge com o intuito de contribuir na propriedade. O conceito de gênero explica comportamentos de mulheres e homens, com o intuito de compreender parte dos problemas/dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida política. No Brasil, o conceito de gênero começou a ser utilizado no final da década de 1980 e início da década de 1990, por pesquisadores com influências feministas. Na Geografia, a principal preocupação dos estudos de gênero é o espaço, pois procuram trabalhar o tema de forma a demonstrar como a mulher, através do seu trabalho, produz e reproduz o espaço. Assim, tem-se discutido as relações de gênero na agricultura familiar e a importância das mulheres na reprodução da família e do espaço do qual fazem parte. Com base nisso, este trabalho tem com o objetivo mostrar a contribuição que a mulher vem desenvolvendo na agricultura familiar, na comunidade Ribeirão, em Catalão (GO).

Palavras-chave: Agricultura familiar; Gênero; Comunidade Ribeirão

Bernardes Silva, Gabriela; de Paula Pontes Mendes, Estevane; "AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO)", p. 228-240 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap14

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se caracteriza pelo controle da família sobre os meios de produção (terra, mão-de-obra, instrumentos de trabalho) e, ao mesmo tempo, é a principal responsável pela efetivação do processo de trabalho. Ou seja, a produção familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde há relações com o espaço e com as dinâmicas do sistema de trabalho, no vínculo entre a família e seu entorno sociocultural.

A mulher agricultora assume várias funções dentro da família, como cuidar dos afazeres domésticos, cuidar dos filhos, cuidar da horta e dos pequenos animais, sendo assim, um trabalho secundário em relação ao trabalho masculino. Diante dessas considerações, neste projeto de pesquisa busca-se compreender as dinâmicas de produção e as atividades desenvolvidas pelas mulheres e sua importância para a reprodução da família, na Comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO).

Será usado o conceito de gênero, pois explica comportamentos de mulheres e homens, e nos faz compreender parte dos problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, vida política, sexual, e reprodutiva na família. No Brasil, o conceito de gênero foi utilizado no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, pelos pesquisadores, com influências feministas. Assim, no final da década de 1980 a palavra gênero começa a ser utilizada em trabalhos acadêmicos (dissertações, artigos e etc.).

Na Geografia, o objetivo do gênero, em primeiro lugar, é o espaço, pois procura trabalhar o tema de forma a demonstrar como a mulher através do seu trabalho produz e reproduz o espaço, no caso na comunidade rural que iremos trabalhar. A Comunidade Ribeirão, no município de Catalão (GO), foi escolhida pelo fato de que há predomínio da mão de obra familiar, sendo que os próprios membros da família desempenham as atividades na propriedade.

Esse estudo tem como finalidade conhecer melhor a realidade da agricultura familiar, através da produção, e as atividades desenvolvidas pelas mulheres; como suas funções podem ser reconhecidas e valorizadas pela sociedade através da produção e reprodução.

O interesse pessoal por essa temática ocorreu pelos estudos que já vem sendo realizados no Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq), no qual faço parte desde fevereiro de 2013. Os projetos desenvolvidos pelo núcleo são referentes ao rural no âmbito regional, que possibilita a oportunidade de conhecer melhor a realidade da agricultura familiar e em especial enfatizar a mulher e suas contribuições.

Para a realização do mesmo serão feitas: a) revisão teórico-conceitual

sobre agricultura familiar, relações de gênero nas comunidades rurais; e b) pesquisa empírica na comunidade Ribeirão, Catalão (GO). Será entrevistado um percentual significativo, ou seja, 60% do total de mulheres na comunidade para que haja uma amostra representativa. Para a realização do mesmo foi feita uma revisão da literatura pertinente ao assunto. Assim, foram consultadas as obras de Blum (2001), Caume (1997), Cordeiro (2003); Mendes (2005), Mesquita (2013), Lamarche (1993), Louro (1997); Scott (1993), entre outros.

2. AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar caracteriza as relações entre a terra, o trabalho e a família. Sendo assim, cada integrante da família desempenha um papel importante dentro da propriedade. A mulher assume vários papéis dentro da família, e é nesse contexto que analisaremos quais são as atividades desenvolvidas pelas mulheres dentro da Comunidade Ribeirão em Catalão (GO).

A associação entre família, produção e trabalho tem consequências importantes para a forma como ela age econômica e socialmente. Sendo assim, é um sistema cuja produção e consumo é voltado para diferentes estratégias de reprodução dos grupos familiares, e as relações de trabalho são organizadas a partir dos seus diferentes membros, utilizando a mão de obra da família. Já a contratação de trabalho assalariado ocorre de forma ocasional.

Um dos conceitos importantes que utilizamos para entender a organização do trabalho na agricultura familiar é o da divisão sexual do trabalho. Segundo Kergoat (2002), a divisão sexual do trabalho é organizada a partir de dois princípios: o da separação – há uma divisão clara do que é trabalho de homem e trabalho de mulher; e o da hierarquia – o trabalho do homem tem mais valor do que o trabalho da mulher. Entretanto, as modalidades concretas da divisão sexual do trabalho variam no tempo e no espaço.

O conceito de gênero surge com o objetivo de caracterizar as diferenças entre homens e mulheres, e de acentuar o caráter social dessas distinções baseadas no sexo. A opção por trabalhar com esse conceito é devido a sua importância para a compreensão das relações de poder que são desenvolvidas social e culturalmente entre os sexos, nesse caso, entre agricultoras e agricultores familiares na Comunidade Ribeirão, Catalão (GO).

Na agricultura familiar, associada à divisão sexual há também uma divisão etária. Homens e mulheres, de acordo com a idade e o ciclo de vida familiar,

ocupam posições diferenciadas na produção dos grupos domésticos. Estas posições são pautadas por relações de poder, hierarquias, conflitos. A verdade é que a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar é fortemente adversa às mulheres.

É grande a presença feminina na agricultura, entretanto, há um enorme contingente de mulheres que não recebe nenhum rendimento pelo seu trabalho. Podemos destacar a pesquisa de Cordeiro (2003) como exemplo, que com o objetivo de compreender a noção de trabalho feminino na agricultura familiar presente nas pautas de negociação da Marcha das Margaridas, indicam que cerca de 60% das mulheres que se declararam ocupadas no setor rural concentravam-se nas categorias de trabalho na produção para o próprio consumo e trabalho não remunerado.

A divisão sexual nos permite entender as relações entre homens e mulheres com as práticas cotidianas, ou seja, nos hábitos de cada sujeito. Bourdieu (2007) afirma que:

A divisão entre os sexos parece estar 'na ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivando nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2007, p. 17).

Essa situação é um indicador do lugar que o trabalho feminino ocupa na agricultura familiar. As mulheres trabalham, mas não recebem rendimento monetário, e têm pouco acesso à terra, tecnologia, crédito e assistência técnica. Além disso, o trabalho que elas realizam é pouco valorizado socialmente. Ainda predomina a visão de que os homens são quem de fato trabalha; as mulheres apenas ajudam. Por muitos anos, as mulheres não possuíam sequer documentos civis e trabalhistas, e, quando possuíam, eram enquadradas neles como domésticas e do lar. Mesquita (2013) diz que:

No meio rural, essa situação é mais evidente comparada ao meio urbano, pois as relações de gênero marcadas pela divisão sexual do trabalho, sendo passadas de geração em geração, ainda se encontram naturalizadas no viver de vida de muitas famílias agricultoras. E mesmo nas situações em que homens e mulheres

realizam trabalhos semelhantes, estes obtêm reconhecimentos distintos, de acordo com os papéis sociais que lhes são atribuídos. Geralmente, os papéis dos homens são mais valorizados e recompensados que os das mulheres. Nessa divisão do trabalho, prevalece uma desvalorização da capacidade feminina em relação ao masculino. (MESQUITA, 2013, p. 71).

Em algumas comunidades rurais estudadas como, Mendes (2005) e Mesquita (2013) salienta-se que há várias diferenças entre as famílias, como socioculturais e econômicas. E está claro que o lugar que a mulher ocupa no processo produtivo é considerado sempre em segundo lugar, tanto pelos homens como pelas mulheres. Sendo assim, a família agrícola acredita que a mulher atua na condição de “ajudante”, porém essa ajuda, como, cuidar dos afazeres domésticos, cuidar da horta, preparo de suínos, fazer o queijo e, o requeijão, contribui na renda da família agricultora.

Mesquita (2013), ao analisar o papel das mulheres na comunidade Rancharia em Campo Alegre de Goiás, salienta que a principal fonte de renda é do leite e a tarefa de lidar com o gado é vista como masculina. Assim, não só o homem é considerado como responsável pela família, mas a mulher tem participação para a família também.

Mendes (2005), ao analisar as características socioeconômicas da produção rural familiar das comunidades Coqueiro, Morro Agudo/Cisterna, Ribeirão e Mata Preta, município de Catalão (GO) no período de 2003 a 2005, salienta que em algumas unidades familiares a produção de vários alimentos como a farinha de mandioca, polvilho, farinha de milho, conservas, licores de frutas da estação, doces em calda e pedaços, geleias de mocotó, queijos, requeijão e várias quitandas são comercializados nas feiras locais e em outras cidades próximas, junto com as hortaliças, aves e ovos.

As feiras livres são lugares onde os produtores familiares frequentam e as utilizam como espaço para a comercialização de seus produtos, nem sempre vendem exclusivamente aquilo que produzem em sua terra. Muitos deles, além de comercializarem os produtos do trabalho familiar acabam expandindo a variedade dos produtos que comercializam, havendo casos em que o produtor durante a semana trabalha na lavoura e cuida do gado e, no dia de realização da feira, monta uma barraca onde vende o que produziu com o trabalho familiar e também o que foi comprado de camponeses que não costumam usar as feiras livres para vender seus produtos.

Segundo Dourado (2013), uma característica marcante das feiras livres e em especial a Feira Camponesa realizada no bairro Ipanema em Catalão

(GO) é a presença da mulher, que assume papel de destaque. Participação essa, indicadora de mudanças no papel da mulher na divisão do trabalho na unidade camponesa. Trata-se de uma nova perspectiva para as mulheres que ficavam ocupadas e submetidas aos trabalhos “menos importantes” na unidade familiar para assumir destaque na busca pelo sustento da família

Sobre a participação feminina nas feiras livres, Guimarães e Mesquita (2009) destacam que:

No campesinato as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental, já que são parte da mão-de-obra familiar, cuidando, primeiramente, dos filhos, e da casa, juntando-se aos demais membros para o trabalho na produção agrícola, pecuária e artesanal apoiada pelas necessidades de autossuficiência/autoconsumo e, por outro lado, venda de seus excedentes para obter recursos necessários a compra de produtos e serviços que não produzem, isto é, relacionando se com o espaço público. (GUIMARÃES; MESQUITA, 2009, p. 2).

O trabalho e a presença da mulher no meio rural têm um papel importante para a vida das famílias agricultoras. Ele garante a sobrevivência e a reprodução da família e, contribui com a renda familiar. Tedesco (1999) expõe que o trabalho feminino é visto além de sua contribuição para o bem-estar da família, pois é expressivo o esforço que fazem para encontrar formas de gerar rendas adicionais para o núcleo familiar, aumentando, assim, sua carga de trabalho. Assim, vê-se a necessidade da valorização do trabalho feminino.

3. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA

Catalão é um município brasileiro do estado de Goiás. Sua população, segundo estimativas do IBGE 2013, é de 94.896 habitantes e seu PIB, em 2008, é de mais de 4,248 bilhões de reais, colocando o município com a terceira a maior economia de Goiás. Possui uma área aproximadamente de 3778 km². A microrregião de Catalão é composta de onze municípios. Também dá o nome ao distrito sede do município (os outros dois são Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde) (IBGE – 2013).

O município de Catalão possui duas feições de relevo: os planaltos ondulados a oeste e uma área de chapada a nordeste. Sua vegetação quase

que exclusivamente no complexo dos Cerrados: vegetação de Cerrado típico, campo Cerrado, Cerradão, Veredas. Sua economia baseia-se na Agropecuária como a soja, milho, trigo, arroz, feijão e mandioca.

A indústria Mitsubishi que produz automóvel é umas das maiores empresas instalada em Catalão. A economia do município está assentada nos segmentos minero metal mecânico, sedia o Distrito Mineral Industrial (DIMIC) de propriedade do Governo Estadual. Outra empresa instalada no Distrito é a John Deere, uma dos maiores fabricantes mundiais de equipamentos agrícolas e de construção do mundo.

O município possui, ainda, algumas das maiores jazidas mineral do Estado de Goiás, com depósitos de argila refratária (caulim), Brita (basalto), Fosfato, Nióbio, Titânio, Turfa, Vermiculita, Urânio, Tório, Estrôncio e terras raras (Lantânio, Cério, Praseodímio, Neodímio, Samário, Európio, Gadolínio, Érbio, Ítrio, Itérbio, Lutécio e Térbio). Todavia, apenas alguns desses minérios são explorados, como é o caso do nióbio (explorado pelo Anglo American – Mineração Catalão), do fosfato (explorado e industrializado pela Vale Fertilizantes e Anglo American – Copebrás).

3.1 CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE RIBEIRÃO

A comunidade Ribeirão está situada no município de Catalão, a aproximadamente 10 quilômetros da sede municipal (Figura 1). Com uma área de aproximadamente 7400 ha, faz divisa, ao sul, com a sede do município. Dá-se também acesso pela BR-050, situada ao sudeste da Comunidade e pela GO-330, sendo esta a rodovia estadual que liga o município a capital do estado, Goiânia. Limita-se ainda com as comunidades Coqueiros, Morro Agudo-Olaria, Tambiocó e as duas rodovias referidas acima. Há, também, a bacia do Ribeirão Samambaia que é o principal manancial de abastecimento público do município de Catalão.

Segundo Guimarães (2010), a produção agropecuária na Comunidade se baseia nas produções de hortaliças, grãos e animais, como bovinos, suínos e aves, tendo a atividade leiteira predominando nas propriedades pesquisadas. Como foi dito anteriormente, a proximidade à sede do município facilita a comercialização de hortaliças, animais e os produtos oriundos da produção caseira, como farinha, polvilho, queijos, doces e rapadura, os quais são vendidos no comércio local e também nas feiras livres e, especialmente, na feira organizada pelo Movimento Camponês Popular (MCP), no bairro Ipanema. (GUIMARÃES, 2010).

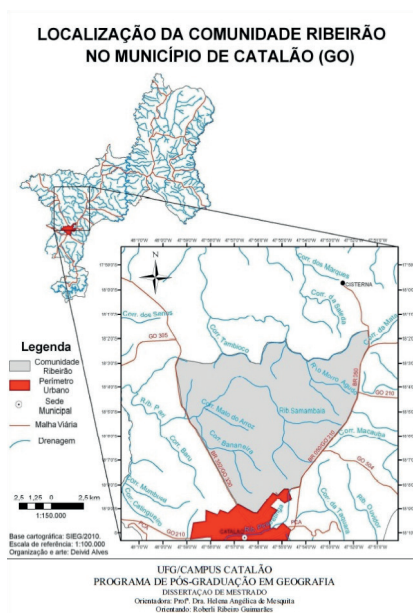


Figura 1 – Localização da comunidade Ribeirão, no município de Catalão (GO) – 2010
 Fonte: Guimarães (2010).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que um(a) agricultor(a) familiar é todo aquele(a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda e busca se reproduzir social e economicamente através da força do trabalho familiar.

A divisão sexual do trabalho nos mostra que homens e mulheres, de acordo com a idade e o ciclo de vida familiar, ocupam posições diferenciadas na produção dos grupos domésticos. Estas posições são pautadas por relações de poder, de hierarquia e por conflitos. Esta divisão do trabalho na agricultura familiar é fortemente adversa às mulheres. Sabe-se que é grande a presença feminina na agricultura, entretanto, há um enorme contingente de mulheres que não recebe nenhuma remuneração pelo seu trabalho, que na presente pesquisa, são os afazeres domésticos.

Podemos concluir que a valorização do trabalho da mulher no meio rural também é uma forma de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar. Para que isso ocorra há a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem transformar as relações de gênero. Exemplo disso foi o comportamento constatado na própria Comunidade pesquisada, na qual os homens (chefes de família) valorizam o trabalho das esposas e juntos administram a renda da família.

Title: GENDER RELATIONSHIPS IN FAMILY AGRICULTURE: THE RIBEIRÃO COMMUNITY AT CATALÃO (GO)

Abstract

Family farming characterizes rural production units, structured in family work. Thus, the household production corresponds to a unit of agricultural production where there are relations with the space and the dynamics of the labor system, the bond between the family and their sociocultural environment. The family is at the same time, unit of production and consumption, thus being the organized labor and from the family, it becomes crucial to understand occupied by women in family farming spaces. There were several changes in the Brazilian agricultural space due to modernization in the field, around the age of 70, then the woman's work emerges in order to contribute to the property. The concept of gender explains behaviors of women and men, in order to understand some of the problems / difficulties that women face in the workplace, in politics. In Brazil, the concept of gender was first used in the late 1980s and early 1990s, by researchers with feminist influences. In Geography, the main concern of gender studies is space, they try to work the theme to demonstrate how women, through their work, produces and reproduces space. Thus, we have discussed gender relations in family farming and the importance of women in the family and reproduction of space to which they belong. On this basis, this paper has aimed to show that the contribution comes developing women in family farming, in Ribeirão community in Catalão (GO).

Keywords: Family farming; gender; Ribeirão community.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).
- ALVES-MAZZOTTI, A. J, GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais; pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2-ed. São Paulo, Pioneira: p. 147-177, 1999.
- ANDRÉ, I. M. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. Finisterra, Lisboa, v.25, n. 50, p. 331-348, 1990. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1990-50/50_04.pdf>. Acesso em: 05 de outubro. 2013.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p 315, 1989.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 5 - ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 160 p, 2007.
- BLUM, R. **Agricultura familiar**: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, p. 57-104, 2001.
- BUBER, M. **Sobre comunidade**. Tradução Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 141 p, 1987.
- CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 71 p, 1997.
- CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1 - ed. São Paulo: Outras Expressões, 144 p, 2012.
- CORDEIRO, R de L. M. **Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva**. UFPE, 2003, 13 p.
- ESTEVAM, L. A. A Agricultura tradicional em Goiás. In: PEREIRA, A. A. (Org.). **Agricultura de Goiás: análise e dinâmica**. Goiânia: UCG, p - 737-746, 2014.
- GUIMARÃES, R. R. As estratégias de resistência camponesa: o Movimento Camponês Popular na comunidade Ribeirão em Catalão (GO). 166 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO) 2010.
- GUIMARÃES, R. R; MESQUITA, H. A. Feira camponesa: instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em Catalão (GO). In: **Anais... XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, São Paulo, p - 1-15, 2009.
- _____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17 - ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 176 p.
- KERGOAT, D. **A relação social de sexo**: da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**, Campinas, UNICAMP, v.13, 2002.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, v. 1, 1993. (Coleção Repertórios).
- LOURO, G. L.** Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas)

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás:** as comunidades rurais no **Terra, trabalho e família** município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MESQUITA, L. A. P. de. **O papel das mulheres na agricultura familiar:** a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 135 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO) 2013.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar:** processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 204 p.

ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23 (Supl.1), p. 1-58, 1993. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1159>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3 - ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

TEDESCO, J. C. **Racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331p.

15

CAPÍTULO

AGRICULTORES FAMILIARES E REPRODUÇÃO SOCIAL: as comunidades Cruzeiros dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO)

Silva, Juniele Martins ^{1*}; Mendes, Estevane de Paula Pontes ²

¹ Doutoranda em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/UFG/CNPq)

² Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/UFG/CNPq)

* email: junielemartins@yahoo.com.br

RESUMO

Os estudos sobre agricultura familiar no Brasil tiveram maior enfoque a partir da década de 1990. A emergência da expressão deve-se a duas esferas: a) no campo político condicionado aos embates dos movimentos sociais e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e b) por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos. Essas unidades de produção são entendidas como um segmento em que a propriedade e o trabalho estão ligados à família, e, esses possuem aspectos culturais próprios atravessados de geração a geração, formando suas identidades territoriais. Nesse sentido, examinaram-se as principais características da produção familiar, com ênfase na perspectiva de

sucessão hereditária e do patrimônio sociocultural das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO). Para a realização desta pesquisa foi efetuada uma revisão da literatura pertinente à temática, pesquisa documental e pesquisa de campo. Esses produtores lançam mão de estratégias produtivas e culturais que contribuem para a sua produção/reprodução. Todavia, verifica-se nessas comunidades o processo em curso de envelhecimento da população, ‘masculinização’ e migração dos jovens. Essas tendências podem comprometer a sucessão hereditária dessas unidades de produção.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Sucessão hereditária; Comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)

Silva, Juniele Martins; Mendes, Estevane de Paula Pontes; "AGRICULTORES FAMILIARES E REPRODUÇÃO SOCIAL: as comunidades Cruzeros dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO)", p. 241-255 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap15

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é entendida como o segmento em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Os agricultores familiares possuem, ainda, uma identidade territorial formada em bases materiais/objetivas e imateriais/subjetivas e constituída a partir das relações estabelecidas com o território e com a cultura. Essa relação envolve valores, tradições, crenças e costumes.

A agricultura familiar no Brasil apresenta diversidades e diferenciações regionais, o que torna importantes os estudos e as análises de localidades específicas para a compreensão da organização e reprodução desse segmento. Nesse sentido, analisaram-se as principais discussões sobre a agricultura familiar, dando ênfase nas perspectivas da sucessão hereditária e do patrimônio sociocultural das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, no município de Catalão, Estado de Goiás.

Esta discussão é resultado da pesquisa intitulada “Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO)”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (nível Mestrado), da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, concluída em 2011. Soma-se a isso a experiência adquirida no desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA, CNPq), Regional Catalão/Universidade Federal de Goiás, o que justifica a realização desse estudo.

A escolha das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas se deu, principalmente, pelas características internas das unidades produtivas, como o uso da mão de obra predominantemente familiar, o tamanho das propriedades (área média em torno de 46,33ha), os rendimentos (a maioria entre 1 e 3 salários mínimos), a multiplicidade de mecanismos e a diversidade de competências, o que resulta em estratégias de reprodução dessas famílias. Salienta-se que a comunidade Cruzeiro dos Martírios fez parte da minha infância, como sujeito atuante e participante da realidade local (habitei de 1985 a 2002 na comunidade, cerca de 17 anos). Constituí minha identidade na Comunidade e, ainda, possuo um sentimento de pertencimento com o lugar, além dos laços de amizade e de parentesco lá estabelecidos. Quanto à escolha da comunidade Paulistas, esta deve-se aos aspectos econômicos e socioculturais semelhantes aos da comunidade Cruzeiro dos Martírios, como também pela proximidade (50km) entre elas, o fatores que ampliam o universo da pesquisa e permite enriquecer a análise.

O estudo pautou-se na pesquisa teórica sobre: a) agricultura familiar; b) sucessão hereditária; c) migrações; d) envelhecimento; e e) masculinização. A pesquisa de campo foi feita em 2010 e 2011 nas comunidades Cruzeiro dos Martírios (74 sedes/residências) e Paulistas (34 sedes/residências). As entrevistas foram realizadas junto aos chefes de famílias e/ou seus cônjuges, sendo aplicados um total de 15 roteiros de entrevista na Cruzeiro dos Martírios e 11 na Paulistas, o que representa respectivamente uma amostra de 20,27% e 32,35%.

As comunidades rurais estão localizadas na parte Nordeste do município. Martírios está aproximadamente 90km da sede municipal e 20km do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde. Seu acesso dá-se pela BR-050, no sentido Catalão (GO) - Brasília (DF). A Paulistas fica aproximadamente a 150km da sede municipal; seu acesso dá-se pela BR-050 e situa-se à margem direita do rio São Marcos (Figura 1).

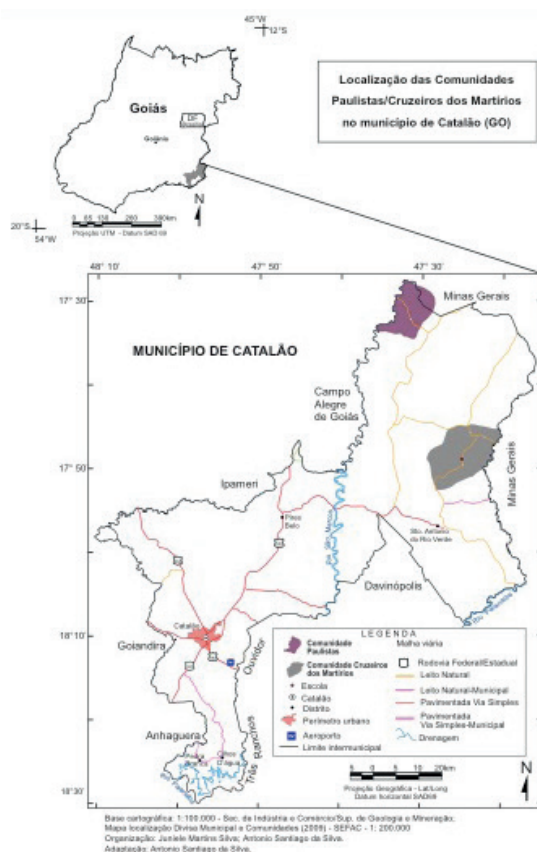


Figura 1 - Localização das comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, município de Catalão (GO) - 2010.

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio e Superintendência de Geologia e Mineralogia.

Nas comunidades rurais estudadas, as famílias encontram-se fortemente ligadas através dos laços de consanguinidade, de parentesco e de amizade, associados com a terra e com os vínculos territoriais, com sentimentos partilhados e crenças comuns. As relações mais profundas e intensas podem ser expressas pelo afeto e solidariedade. Assim, os agricultores familiares veem na comunidade e na relação com a terra, não apenas um modo de produzir, mas também um modo de viver. Isso estabelece uma identidade cultural, e de pertencimento, que conduz a uma valorização da particularidade e das diferenciações regionais e étnicas.

Para facilitar a discussão proposta, o texto encontra-se dividido nas seguintes subseções: “Agricultura familiar: a interdependência entre terra, trabalho e família”, “A sucessão hereditária: envelhecimento da população, composição das famílias, migração dos jovens e ‘masculinização’”.

2. AGRICULTURA FAMILIAR: A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA

A agricultura familiar caracteriza-se pela relação entre terra, trabalho e família e apresenta uma série de especificidades e diferenciação regional/local, que asseguram sua inserção e reprodução na sociedade contemporânea. Trata-se de um segmento que possui uma relação de pertencimento com o território através de seus costumes, valores, práticas, saberes e crenças.

No Brasil, as pesquisas sobre a produção familiar na agricultura foram retomadas a partir da década de 1990. São vários os estudos no campo da Sociologia, da Economia, da Antropologia e da Geografia, os quais têm ressaltado a importância econômica, cultural e política da agricultura familiar.

Os enfoques destas pesquisas, geralmente, são: a) importância da agricultura familiar na produção de gêneros alimentícios básicos, que garantem o consumo familiar e a reprodução da própria família; b) formas de produção/reprodução na sociedade contemporânea; c) dificuldades de reprodução do patrimônio sociocultural; e d) práticas culturais, com ênfase nos laços de parentesco, vizinhança, solidariedade, tradições, valores e costumes.

A agricultura familiar apresenta uma capacidade de adaptação às novas circunstâncias da sociedade. Sua inserção ao mercado dá-se em meio às várias dificuldades enfrentadas para manterem-se na atividade agrícola. E suas estratégias de reprodução resultam da multiplicidade de mecanismos e da diversidade de competências.

Os agricultores familiares enfrentam as dificuldades por meio das condições

e instrumentos que possuem e aprenderam a usar ao longo de suas vidas. A respeito disso, Wanderley (2001, p. 35, grifos da autora) pondera que “[...] os agricultores familiares modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar a partir de sua experiência.”

No que se refere à sua integração e adaptação na agricultura moderna, Tedesco (2001) avalia que estas unidades agrícolas passaram a adotar diferentes tipos de estratégias para enfrentar os desafios. Para o autor,

[...] o agricultor familiar adota estratégias e aciona formas de racionalidades possíveis, enfrenta os desafios com as condições objetivas e os instrumentos que lhe são possíveis e ao seu alcance, dentre os quais a dimensão da historicidade que lhe é inerente e a incipiente participação nas políticas públicas. (TEDESCO, 2001, p. 13).

Uma das principais estratégias adotadas pelos pequenos agricultores é a diversificação das atividades, de tal forma, esta se constitui em uma de suas características mais importantes. Esta diversificação destina-se não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, como também visa assegurar o consumo familiar.

A reprodução da agricultura familiar no Brasil é um processo dinâmico sujeito às transformações e adaptações no âmbito da sociedade, considerada em toda sua diversidade e complexidade. O modo como os agricultores utilizam e/ou operacionalizam os recursos produtivos e suas relações com os mercados, deve ser considerado não apenas em concordância com as variáveis estruturais (terra, capital e trabalho), mas também com uma série de fatores sociais, econômicos, demográficos e culturais.

O entendimento das características da agricultura familiar perpassa pela relação propriedade, trabalho e família. Deve-se considerar que essa combinação assume no tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais. Assim, esse arranjo permite dar ao segmento certo sentido de particularidade e, do mesmo modo, a construção de tipologias, mesmo na diversidade e na diferenciação.

3. A SUCESSÃO HEREDITÁRIA: COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS, MIGRAÇÃO DOS JOVENS, 'MASCULINIZAÇÃO' E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

A temática envolvendo a reprodução social da agricultura familiar tem se destacado nas pesquisas voltadas para o rural brasileiro. Isso pode ser atribuído aos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com predomínio de jovens e de mulheres. Como respostas a essa tendência têm-se o envelhecimento e a masculinização da população rural, e, conseqüentemente, os problemas referentes à sucessão dos estabelecimentos rurais.

A agricultura familiar vem enfrentando vários problemas, como demanda irregular do mercado, alto preço de insumos, baixos preços de seus produtos, desvalorização de sua cultura, baixo nível de escolaridade, baixa renda, envelhecimento da população, migração dos jovens, moradias precárias, precariedade nos acessos/estradas, falta de lazer, dificuldades no acesso à assistência médica hospitalar, entre outros. Quanto ao sistema de financiamentos e assistência técnica, estes são quase inexistentes nas comunidades. Supõe-se que esses impasses têm contribuído para a migração de jovens e de famílias para as cidades.

Diante disso, verifica-se nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas que a idade dos produtores rurais está acima de cinquenta anos. Nessas comunidades, a média de idade dos homens é de 56,83 anos e das mulheres 54,64 anos (Tabela 1). Em ambas as comunidades foi verificado o envelhecimento da população, responsável por favorecer o elevado índice de aposentadorias (36,05%). Esse envelhecimento da população do meio rural é consequência das relações com o modo de vida urbano. Nota-se que desde os conteúdos dos livros didáticos, o vestuário até a alimentação contribuem para a valorização da cultura urbana.

Tabela 1 - Média de idade dos homens e mulheres: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

COMUNIDADE	IDADE DO HOMEM	IDADE DA MULHER
CRUZEIRO DOS MARTÍRIOS	56,14	52,53
PAULISTAS	57,09	56,75
MÉDIA	56,83	54,64

Fonte: Pesquisa de campo (2010, 2011). Org.: Silva (2011).

Outro fator importante sobre o meio urbano é a atração que ele exerce, principalmente, nos jovens que migram para as cidades em busca de emprego e de estudos. Nessa perspectiva, Camarano e Abramovay (1999), ao analisarem o êxodo rural, o envelhecimento e a ‘masculinização’ da população rural no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1990, advertem que no fluxo migratório rural está ocorrendo um “rejuvenescimento”, ou seja, a maior saída de jovens.

Em ambas as comunidades o tamanho médio das famílias (pessoas) é baixo. Na comunidade Cruzeiro dos Martírios é de 2,86 e na Paulistas é de 2,36. Assim, pode-se inferir que a disponibilidade de mão de obra destinada às atividades mais emergenciais no rural é escassa. Para Caume (2005), a insuficiência de mão de obra constitui um fator limitante à execução do processo produtivo e às possibilidades de sucesso da exploração. Essa realidade pode ser atribuída à redução da taxa de fecundidade e à migração para outras áreas, geralmente para as cidades. Pode-se observar, nesse contínuo, que tem sido uma tendência a permanência de apenas o chefe e a esposa nas propriedades.

Supõe-se que a diminuição dos jovens no meio rural e, conseqüentemente nas comunidades estudadas, pode ser associada à queda da taxa de fecundidade. Sobre o assunto, Moreira (1998), ao discutir o envelhecimento da população brasileira, diz que uma das mais significativas mudanças demográficas, observadas no Brasil nos últimos decênios do século XXI, foi à redução dos níveis de fecundidade nacional, verificada em todas as classes sociais e regiões do país.

Nas comunidades em estudo, o número médio de filhos por família é de 2,94. A maioria (2,74) dos filhos possui idade superior a 12 anos. Os filhos com idade inferior a 12 anos representam apenas 0,2 (Tabela 2). Observa-se, ainda, que na comunidade Paulistas não há nenhum filho com idade inferior a 12 anos. Esses dados indicam o número reduzido de crianças no meio rural.

Tabela 2 - Média de filhos por família: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

COMUNIDADE	NÚMERO DE FILHOS	FILHOS < 12 ANOS	FILHOS > 12 ANOS
CRUZEIRO DOS MARTÍRIOS	3,53	0,4	3,13
PAULISTAS	2,36	-	2,36
MÉDIA	2,94	0,2	2,74

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Silva (2011).

Na comunidade Cruzeiro dos Martírios, os filhos que possuem menos de 12 anos residem com os pais. Em relação aos filhos acima de 12 anos,

aproximadamente 0,27 moram com os pais nos estabelecimentos, 1,33 residem no meio rural e 1,53 vivem no meio urbano. Na Paulistas, apenas, 0,09 dos filhos acima de 12 anos residem com os pais, enquanto 2,27 migraram para o meio urbano (Tabela 3). Esses dados apontam que a migração para as cidades tem sido elevada em ambas as comunidades, representando uma média 1,9. Os jovens procuram as cidades, principalmente, em busca de emprego e estudo. De modo geral, a cidade mais procurada é Catalão (GO).

As dificuldades encontradas pelos jovens, quanto ao acesso à terra, justifica o desestímulo para a continuidade destes no campo. Abramovay (2001), ao discutir os impasses sociais da sucessão hereditária no oeste de Santa Catarina, aponta que o grande desafio está em estabelecer políticas de acesso à terra que permitam transmitir estas propriedades para aqueles jovens que desejam continuar na profissão de agricultor.

Tabela 3 - Local que residem os filhos > 12 anos: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

COMUNIDADE	FILHOS > 12 ANOS	COM OS PAIS	MEIO RURAL	MEIO URBANO
CRUZEIRO DOS MARTÍRIOS	3,13	0,27	1,33	1,53
PAULISTAS	2,36	0,09	-	2,27
MÉDIA	2,74	0,18	0,66	1,9

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Silva (2011).

Os jovens desejam uma independência financeira através do trabalho remunerado, o que, na maioria das situações, não acontece quando eles trabalham na propriedade com seus pais, além de não conseguirem trabalho regular fora de seus estabelecimentos. É comum os pais disponibilizarem parte da propriedade para os filhos, mas qualquer concessão de terra do pai para o filho pode comprometer a estabilidade da família, devido o tamanho da propriedade. Acrescenta-se a dificuldade de obtenção de terra, de conhecimento técnico e acesso de políticas públicas para o segmento.

A insuficiência dos serviços de saúde, educação e lazer são outros fatores decisivos para a migração dos jovens para a cidade. Eles veem na cidade a oportunidade de continuarem e/ou concluírem seus estudos e, conseqüentemente, inserirem-se no mercado de trabalho com atividades menos desgastantes e remuneradas.

A partir dos dados obtidos com a pesquisa, pressupõe-se que a sucessão do patrimônio nessas comunidades está comprometida, porque os filhos, frente

às dificuldades, não mostram interesse e/ou não tem condições em permanecer nas propriedades. Assim, a terra e o patrimônio sociocultural transmitido de geração a geração encontra-se ameaçado. Abramovay et al. (2001) denomina esse fenômeno de “crise de reprodução social”. De modo geral, isso implica na incorporação gradativa das unidades familiares de produção pelas grandes propriedades.

Muitos estabelecimentos, nas comunidades estudadas, poderão não ter sucessor e, assim, inviabilizar sua continuidade. Para Spanevello e Lago (2008), a agricultura familiar é marcada por determinadas características e especificidades que diferem estes agricultores de outras categorias sociais. Desse modo, principalmente quanto à continuidade da profissão paterna, o surgimento de uma nova geração de agricultores acontece no interior dos próprios estabelecimentos, através da socialização no trabalho e no modo de vida. Nesse sentido, a continuidade dos estabelecimentos familiares depende da permanência dos filhos e da vontade de herdar o patrimônio familiar.

As discussões que tratam da sucessão hereditária dos estabelecimentos rurais, além de sublinharem o envelhecimento da população, a migração, e a falta de políticas públicas, realçam a ‘masculinização’ da população rural. Para Abramovay (2001, p. 16), “[...] ao envelhecimento acopla-se, mais recentemente, um severo processo de masculinização da juventude [...]”

Nas comunidades rurais, a migração seletiva (maior saída das moças do que dos rapazes) favorece a ‘masculinização’ no meio rural, uma vez que o número de homens que permanecem é maior em relação ao de mulheres. Esse processo, conseqüentemente, dificulta a constituição de novas famílias. A Tabela 4 mostra o número superior de pessoas do sexo masculino nas comunidades, em que a média é de 55,58%, enquanto o número de mulheres representa uma média de 44,40%.

Tabela 4 - População do sexo masculino e feminino em %: comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas, Catalão (GO) - 2011.

COMUNIDADE	NÚMERO DE HOMENS	NUMERO DE MULHERES
CRUZEIRO DOS MARTÍRIOS	53,48	46,51
PAULISTAS	57,69	42,30
MÉDIA	55,58	44,40

Fonte: Pesquisa de campo (2010 e 2011). Org.: Silva (2011).

Camarano e Abramovay (1999) ponderam algumas hipóteses para explicar o maior índice migratório de mulheres em relação aos homens: a) as migrações estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano e o predomínio de moças vincula-se à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residências; b) o caráter seletivo das migrações está ligado às dinâmicas intrafamiliares, em que as moças têm uma carga de trabalho intensa, no interior das unidades de produção familiares, sem qualquer contrapartida ou valorização de seu trabalho que lhes indiquem horizontes atrativos para sua permanência no campo; e c) a melhor formação educacional que as moças recebem, já com vistas a projetos futuros fora da agricultura, estes motivados pela própria família.

O envelhecimento da população é decorrente da migração dos jovens para as cidades em busca de emprego e estudo, como também em função da queda da taxa de fecundidade. Deve-se enfatizar, ainda, a ‘masculinização’ dos jovens como resultado da maior migração de jovens do sexo feminino. Nesse sentido, supõe-se o comprometimento da sucessão hereditária nas unidades familiares de produção, como mostram Camarano e Abramovay (1999) e Abramovay (2001).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na agricultura familiar prevalece uma interdependência entre os fatores terra, trabalho e família. Destacam-se aspectos peculiares quanto aos seus costumes, tradições e hábitos, formados especialmente pela religiosidade. E, ainda, as relações de parentesco, reciprocidade e solidariedade que são estabelecidas nas comunidades e territórios. Tais aspectos constituem o patrimônio sociocultural, transmitido de geração a geração. A produção é outra característica relevante desse grupo, sendo destinada, principalmente, para o consumo familiar e o excedente é comercializado.

No que tange o tamanho das propriedades, verifica-se que na maioria (73,32%) dos agricultores da comunidade Cruzeiros dos Martírios a área média das explorações pesquisadas é em torno de 46,33ha, enquanto na comunidade Paulistas essa média é superior (154,45ha). Constatou-se que a diferença entre o tamanho das propriedades não garantem melhores rendimentos entre os produtores das comunidades Paulistas e Cruzeiro dos Martírios. Essa situação pode ser creditada às condições naturais dos solos e à falta de políticas públicas (federal, estadual e municipal) direcionadas ao setor. A renda mensal das famílias nas comunidades, é em média entre 1 e 2 salários mínimos, o que representa

40% na comunidade Martírios e 54,54% na Paulistas.

A inserção dessas famílias rurais na economia de mercado tem promovido o envelhecimento da população, a ‘masculinização’ e a migração dos jovens para as áreas urbanas. A média de idade dos produtores nas comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas é considerada elevada (56,83 anos). O caráter seletivo das migrações refere-se à maior saída das moças em relação aos rapazes, favorecendo a ‘masculinização’ no meio rural. Por isso, o número de homens que permanecem no campo é maior em relação ao de mulheres, o que dificulta a constituição de novas famílias. E, como resultado desse processo, tem-se o comprometimento da sucessão hereditária.

A migração dos jovens para o meio urbano dá-se pela oportunidade de independência financeira, posto que não conseguem obtê-la na unidade familiar. Acrescenta-se a isso a busca pelo estudo/qualificação e lazer. Logo, a urbanização e a industrialização devem ser consideradas nesse contexto.

A partir desses pressupostos, acredita-se que o futuro dessas comunidades rurais esteja comprometido. A maioria dos filhos dos produtores não tem condições em assumir a sucessão, o que prejudica a sucessão do patrimônio sociocultural. Essa realidade favorece a incorporação gradativa das pequenas propriedades pelas grandes. Nesse sentido, enfatiza-se a necessidade do envolvimento do Estado, de políticas públicas e órgãos voltados para as necessidades desse segmento de produtores na ruralidade brasileira.

Title: Family Farmers And Social Reproduction: The Communities Cruzeiro Dos Martírios And Paulistas In Municipality Of Catalão (Go)

Abstract

The studies about familiar agriculture in Brazil had more focus from the decade of 1990. The emergence of expression is due to two spheres: the political field, conditioned to the conflicts of social movements and establishment of the National Program of Invigoration of the Familiar Agriculture (PRONAF); and b) by means of some academic studies. These production units are understood as a segment in which the property and work are linked to the family, and these have particular and cultural aspects crossed from generation to generation, forming their territorial identities. In that sense, the main characteristics of family production have been examined, with emphasis on the perspective of hereditary succession and socio-cultural patrimony of Cruzeiro dos Martírios and Paulistas Communities in Catalão (GO). To conduct this study, a review of pertinent literature about the thematic, documental research and field research were made. These producers use productive and cultural strategies that contribute to their production/reproduction. However, the ongoing process of aging of the population, 'masculinization' and migration of the young people appears in these communities. These tendencies can compromise the hereditary succession of these production units.

Keywords: Familiar agriculture. Hereditary succession. Cruzeiro dos Martírios and Paulistas Communities, Catalão (GO).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. 104 p.
- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura**. Florianópolis: Epagri, 2001. 120 p.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).
- BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, p. 57-104, 2001.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/6_brumer_e_anjos_12.pdf>. Acesso em: 14 set. 2012.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 1-28 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2011.
- CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).
- FAO/INCRA, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: o resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036**. 2. versão, 1996.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, v. 1-2, 1993. (Coleção Repertórios).
- MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- MOREIRA, M. de M. O envelhecimento da população brasileira: intensidade, feminização e dependência. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 79-93, 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n.1_1998/vol15_n1_1998_5artigo_79_94.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2011.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254 p.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**, 2008. Disponível em: <<http://simposio.cpac.embrapa.br/palestras/painel10/palestrapainel10sergio.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2010.
- SILVA, J. M. **Agricultura familiar e territorialidade: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO)**. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão, 2011.
- SPANEVELLO, R, M.; LAGO, A. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46,

2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos...** Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/329.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

VENÂNCIO, M. **Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, p. 21-55, 2001.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília: UNB, 1990, p. 11-73. Disponível em: <<http://www.tempobrasileiro.com.br/antropo.htm>>. Acesso em: 25 abr. 210.

16

CAPÍTULO

AGRICULTURA FAMILIAR E IDENTIDADE TERRITORIAL: a comunidade rural Olhos D'água no município de Catalão (GO)

NAVES, Laila ^{1*}; MENDES, Estevane de Paula Pontes ²

¹ Geógrafa pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq)

² Geógrafa, Professora da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq)

* email: laila.snaves@gmail.com

RESUMO

Na agricultura familiar os produtores são proprietários dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo e ainda possuem um sentimento de pertencimento com a propriedade onde vivem, trabalham, tem sua religiosidade. O presente estudo tem por objetivo compreender as principais discussões sobre a agricultura familiar e a identidade cultural, ressaltando o comportamento sociocultural, econômico e organizacional da comunidade Olhos D'água no município de Catalão (GO). Para efetivação da pesquisa foi realizada uma revisão da literatura sobre a temática agricultura familiar e identidade territorial. A pesquisa empírica foi realizada em dez de

2010, sendo aplicado um total de 10 roteiros de entrevistas. Apesar da sucessão do patrimônio sociocultural estar ameaçado devido à migração dos filhos dos pequenos produtores para a cidade em busca de melhores condições de vida a sua identidade não está ameaçada, pois, a raiz dos filhos dos produtores está no campo. Assim, os filhos que moram na cidade auxiliam os pais na limpeza dos pastos, além de visitarem os pais sempre que necessário, e ainda participam dos terços e das festas na comunidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Identidade territorial; Comunidade Olhos D'água, Catalão (GO)

NAVES, Laila; MENDES, Estevane de Paula Pontes; "AGRICULTURA FAMILIAR E IDENTIDADE TERRITORIAL: a comunidade rural Olhos D'água no município de Catalão (GO)", p. 256-274 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap16

1. INTRODUÇÃO

Na agricultura familiar os produtores são proprietários dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo e ainda possuem um sentimento de pertencimento com a propriedade onde vivem, trabalham e têm sua religiosidade. Salienta-se que os agricultores familiares têm a sua identidade cultural fundamentadas nas tradições, religiosidade e nos costumes. Comumente os antepassados dos agricultores familiares viveram no mesmo lugar carregado de simbologia e de significados.

As discussões a cerca da agricultura familiar tiveram maior enfoque a partir da década de 1990. Com a modernização da agricultura em curso agravaram as condições de inserção no mercado e de reprodução do agricultor familiar, sendo assim, através da ampliação do setor mercantil de alimentos não seria viável investir em pequenas propriedades, pois, os incentivos em créditos foram direcionados para as grandes propriedades.

Os agricultores familiares do município de Catalão (GO) vivem no lugar onde estabelecem suas relações de trabalho, suas relações de poder e sua religiosidade que são uma das dimensões construtoras de identidade. A ênfase do estudo assenta-se no fato da agricultura familiar no Brasil apresenta diversidade e diferenciações regionais, o que torna relevante as pesquisas e as análises de áreas específicas para a compreensão da organização e reprodução desse segmento. É importante ressaltar que os agricultores familiares possuem uma identidade cultural, fundamentadas nos valores, tradições, religiosidade, festividade, vizinhança e parentesco. Nesse contexto, propõe-se compreender as principais discussões sobre a agricultura familiar e a identidade cultural, ressaltando o comportamento sociocultural, econômico e organizacional da comunidade Olhos D'água no município de Catalão (GO).

Para a efetivação da pesquisa foi realizada uma revisão de literatura, utilizando obras que discutem as temáticas: agricultura familiar, identidade e cultura. Foram analisados os aspectos teóricos e os dados empíricos de trabalhos que exploram a realidade dos produtores familiares do município de Catalão (GO). A pesquisa empírica foi realizada na comunidade Olhos d'água, no município de Catalão (GO), em 2010. Foi aplicados um total de 10 roteiros de entrevista. Esta comunidade dista aproximadamente 60km da Sede do Município e 11km do Distrito de Santo Antônio do Rio Verde. É importante destacar que a principal via de acesso á essa Comunidade é a BR-050 até o Distrito de Pires Belo, e seguindo pela GO-506 e que a referida Comunidade conta hoje com cerca de 15 sedes residenciais.

2. DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO TERMO AGRICULTURA FAMILIAR NA CONTEMPORANEIDADE E OS ASPECTOS FORMADORES DAS IDENTIDADES

A agricultura familiar caracteriza-se através da relação entre terra, trabalho e família. O trabalho dos agricultores familiares é realizado pela família e quando necessário é contratado os trabalhadores temporários. Os agricultores familiares caracterizam pelas relações de solidariedade entre os parentes, amigos e vizinhos.

Com base nisso, a unidade de produção familiar pode ser compreendida através de uma forte relação entre terra trabalho e família. Cada família é detentora da terra, dos instrumentos de trabalho e de um conjunto de técnicas para a administração do patrimônio, que pode ser passado de geração a geração. A força de trabalho empregada na terra é geralmente composta pelos próprios membros das famílias e, de acordo com a necessidade, por trabalhadores temporários (LAMARCHE, 1993).

Nessa perspectiva, a definição da agricultura familiar segundo Abramovay (1992) ressalta três traços básicos: a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial; e, c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família. Desse modo, a agricultura familiar possui relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança. O autor analisou que as relações de parentesco ou mesmo a solidariedade dos vizinhos demonstra que os produtores ajudam uns aos outros. É importante destacar que esse tipo de relação está desprovida de qualquer lógica capitalista, isto é, o produtor que recebeu o auxílio retribui em outra oportunidade o serviço prestado.

De acordo com Mendes (2005), as principais características das unidades familiares de produção rural são: a) centralização dos meios de produção; b) os proprietários asseguram diretamente a gestão e o trabalho; c) é dada ênfase na diversificação da produção de gêneros alimentícios e na multiplicidade de atividades; d) a produção é voltada tanto para o autoconsumo quanto para o mercado consumidor; e) há uma valorização dos recursos naturais e culturais; f) o trabalho assalariado complementar é utilizado somente quando necessário; g) associação de rendimentos agrícolas e não agrícolas; h) as estratégias de reprodução são imediatamente subordinadas às condições externas de mercado; i) a área total é menor ou igual a quatro módulos fiscais de terra, que são quantificados de acordo com a legislação em vigor, ou no máximo seis módulos, quando se trata de pecuária familiar.

Com o processo de modernização do campo os agricultores familiares

tiveram dificuldades de inserir-se aos mercados e isso agravou a situação do pequeno produtor tanto no aspecto econômico quanto organizacional, visto que, a modernização do campo trouxe consigo modificações no próprio núcleo familiar. Entretanto, o agricultor familiar tem criado estratégias que o possibilita permanecer no campo e dele tirar seu sustento. As estratégias familiares são um conjunto de técnicas que o pequeno produtor utiliza para se manter no campo. Para Brumer et al. (1993),

[...] as estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração. Poder-se-ia dizer, simplificando, que o grande desafio dos agricultores brasileiros consiste em garantir um espaço aos numerosos ‘herdeiros’, um lugar de trabalho (muitas vezes a própria exploração familiar), sem que isso se torne técnica e economicamente inviável. (BRUMER et al. 1993, p. 205, grifo do autor).

Corroborando com o autor as estratégias podem ser definidas como um conjunto de ações racionais, em que cada membro da família tem à necessidade de assegurar, ao mesmo tempo, a própria reprodução e a do grupo, tendo sempre a consciência dos mecanismos que podem proporcionar tais objetivos, como a tradição, e a vinculação ao processo moderno de viver e produzir (LAMARCHE 1998; PERTINARI 2007).

A reprodução do modo de vida dessas famílias está ligada às estratégias por elas adotadas. Essas estratégias familiares consistem em assegurar que as novas gerações consigam se manter no campo (BRUMER et al. 1993). Para estes autores, cada família busca estratégias para garantir sua própria sobrevivência no campo e enfrentar o desafio de dar a seus herdeiros um local de trabalho na propriedade, de maneira que esse seja economicamente viável.

Cabe analisar, que a principal estratégia adotada pelos agricultores familiares é a diversificação das atividades, assim eles comercializam produtos, e utilizam para o consumo familiar. Parte do princípio, que o trabalho realizado pelos agricultores familiares é um conjunto de técnicas de trabalho que os pequenos produtores aprenderam com seus pais e avós para permanecerem no território onde constituem suas identidades territoriais.

Dessa forma, o patrimônio sociocultural, ou seja, as técnicas de trabalho e produção passadas de geração em geração, estão vinculadas à construção das identidades dos produtores rurais, e a constituição delas é influenciada pelas instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias

personais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (CASTELLS, 2008).

A formação das identidades está relacionada com a vivência dos indivíduos que trabalham com a terra e que possuem crenças, costumes e religiosidade. O conceito de identidade também está vinculado às relações subjetivas dos indivíduos e dos grupos que possuem sentimento de pertencimento com o lugar de vivência. Os aspectos que formam as identidades dos indivíduos estão ligados aos sentimentos que eles sentem pelo lugar de refúgio, e como também, pelos objetos presentes nos lugares de memória.

Os indivíduos possuem sensações e emoções ao relacionar uns com outros, pois, vivem juntos e trabalham juntos, analisa-se que a construção das identidades também está vinculada às tradições, à religiosidade, e aos símbolos. É importante elencar que o conceito de identidade é estabelecido relacionalmente e contrastivamente.

Cherlotti e Pessôa (2010) abordam que a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial, na qual a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado as análises sobre a produção do espaço, das paisagens e territorialidades.

Analisa-se que a construção das identidades está ligada ao conceito de subjetividade que permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade (WOODWARD, 2009).

Nessa linha de análise, a construção da identidade também está relacionada à vivência, ao lugar onde os indivíduos se refugiam à religiosidade. Isto é, ela é carregada de caracteres subjetivos e objetivos.

Desse modo, o conceito de identidade está vinculado à existência de um indivíduo, bem como, o reconhecimento mútuo entre eles e a solidariedade interna do grupo. Os atores sociais partilham o mesmo lugar onde são perpetuadas as memórias coletivas das identidades no espaço simbólico. Salienta-se que

[...] a construção de uma identidade passa pela consideração de uma herança e pela preservação de um patrimônio sócio-histórico, e se a capacidade de recordar, preservar e perpetuar um passado faz parte de um sentimento identitário, este último encontra um local de expressão privilegiada nos “lugares de memória” (LÉ BOSSÉ, 2004, p. 168, grifo do autor).

Portanto os lugares de memória são carregados de símbolos e de subjetividades. O território identitário passa a ser considerado como o local de práticas ativas e atuais, por intermédio dos quais se vivenciam as identidades, e não somente um ritual simbólico. As práticas literárias e artísticas, as paisagens, passam a fazer parte integrante de uma territorialidade simbólica através da qual, os grupos afirmam e reivindicam sua identidade política e cultural em relação com seu próprio lugar (LÉ BOSSÉ, 2004). O lugar é sede das identidades, onde os indivíduos conversam, partilham das mesmas crenças, possuem sentimento de pertencimento com o local de vivência.

3. AS TRADIÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS: A COMUNIDADE OLHOS D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)

A Comunidade possui indivíduos que se identificam uns com os outros. De acordo com Park (1973) um indivíduo só é membro de uma comunidade na medida em que participa da vida comum. Esse autor vai avançar em relação aos conceitos anteriores ao observar as interações comunicativas mediadas por dispositivos simbólicos, como a linguagem. Assim, os aspectos simbólicos (valores, costumes e identidades) aparecem como fator relevante na compreensão de comunidade. Pondera-se que quando os indivíduos vivem em comunidade e possui uma relação com a natureza e com a terra, e com a religião, eles partilham as mesmas ideias, participam das festas, rezam juntos, constituem suas identidades coletivas.

Os produtores rurais da comunidade Olhos D'água possuem um forte laço de pertencimento com o local onde vivem. Nessa perspectiva, Tedesco (1999, p. 88, grifo do autor) afirma que “[...] a comunidade sempre funcionou como uma reciprocidade social, familiar e de vida religiosa, ‘um lugar de encontro’, uma forma de compensação aos desencontros, isolamentos, sofrimentos e individuações cotidianas.”

O Senhor P. C. da Silva (informação verbal, Catalão (GO), dez. 2010) não soube dizer com exatidão quando surgiu a comunidade Olhos D'água, o que faz acreditar que a mesma surgiu antes de 1900, mesmo período que ocorreu o aparecimento de outras comunidades no município de Catalão (GO). As primeiras famílias pioneiras chegaram às demais comunidades da região no fim do século XIX, cuja migração foi favorecida pela construção da rede ferroviária.

O nome da comunidade Olhos D'água originou-se devido antigamente chover muito, e minava água em vários pontos da área, os ditos “olhos d'águas”. A Comunidade é formada por pequenos produtores, que apresentam mão de obra predominantemente familiar. Suas atividades econômicas são voltadas para produção leiteira. Possuem uma forte ligação com a religiosidade, com o território onde vivem, possuem laços de parentesco, amizade e solidariedade com os vizinhos.

As relações de amizade e vizinhança das famílias antigas é um traço marcante na Comunidade Olhos D'água. A origem das famílias mais antigas e tradicionais da região que o Sr. P. C. da Silva (informação verbal, Catalão (GO), dez. 2010) se recordam eram as de Candido, Silva, João Lopes e Fernando Safatle. O tamanho das famílias variava entre nove e treze filhos. O casal que tivesse um filho era porque a mulher tinha algum problema ou o casal morria cedo. Nessa época os partos eram realizados por parteiras que moravam na região.

Nesse sentido, o fato das famílias rurais mais antigas serem numerosas refletia no tamanho das residências. As habitações rurais eram geralmente grandes, com janelas de madeira, o que permitia uma boa ventilação, o piso era de chão batido. Os estabelecimentos eram divididos em sala, (copa geralmente eram ligadas aos quartos) e, varanda na saída da sala. A cozinha era bem espaçosa para receber as visitas, sendo que algumas residências apresentavam paiol, que serviam de depósito para carnes de porco em conserva na manteiga ou para carnes de sol salgadas que eram guardadas em caixotes protegidos com palhas secas de milho ou de bananeira. Essas casas eram construídas com tijolos de adobe e com madeira (palhas secas produzidos com barro misturados com capim picado). Nessa época a iluminação das casas era feita por candeia de ferro ou a lamparina que era usada pelas famílias mais ricas (MENDES, 2005).

A educação era mais rigorosa apreendiam desde cedo as tarefas domésticas. A divisão do trabalho se dava da seguinte forma: os pais geralmente cuidavam do gado, do plantio e do cultivo. Já as mães cuidavam das atividades domésticas e outros serviços, como fabricação da farinha e do polvilho, manutenção da horta. Algumas mulheres ajudavam os homens. Outro papel importante das mães era o de costurar para família, elas faziam as roupas de cama, lençóis, cobertas de algodão.

Antigamente os filhos começavam a ajudar os pais com oito a dez anos de idade, as filhas auxiliavam as mães, na busca de água nos córregos ajudavam descaroçando o algodão, apreendiam a costurar. Já os filhos apreendiam a tirar leite, apartar as vacas, na limpeza de pasto. Sobre o assunto, Andrade (2008) coloca que o trabalho das crianças servia como ferramenta na construção de

costumes ligados aos significados do trabalho no modo de vida rural, isto é, como pressuposto da formação cultural de pessoas honestas, dignas e de boa índole.

Um fato relevante na comunidade Olhos D'água é que não havia agregados. Segundo Sr. P. C. da Silva (informação verbal, Catalão/GO, dez. 2010) quem trabalhava na propriedade era só a família, responsável pelos serviços da propriedade. Ele coloca que, como os vizinhos são unidos quando havia muito serviço eles faziam o mutirão.

Na região, a prática de troca de dia de serviço é muito comum. Esse tipo de serviço ocorre quando o produtor necessita ir há cidade, assim, ele pedia seu vizinho para apartar as vacas. Nessa perspectiva, os produtores rurais da comunidade Olhos D'água possuem laços de amizade e solidariedade. Sobre o assunto Candido (1979) coloca que a “troca de serviço” se dá quando um vizinho é requisitado para auxiliar o outro, e fica seu devedor de uma parcela de tempo igual a que recebeu, podendo requerer quando julgar conveniente, pois o cômputo de semelhante serviço se faz rigorosamente, como se fosse dívida monetária.

Há práticas de realizações de mutirões com menos intensidade que ainda ocorrem geralmente aos sábados. Essa atividade ocorre quando o proprietário geralmente encontra-se com serviço atrasado e convida os amigos, parentes e vizinhos para auxiliá-lo na limpeza de rego d'água construção de cerca, para plantar arroz, na colheita, para abater pasto, e no final do dia o proprietário fazia uma festa com música e dança, A esposa preparava um café da manhã reforçado e, posteriormente, fazia o almoço, e servia o lanche à tarde. O último mutirão que ocorreu na Comunidade foi em 2009. Foi realizado pela Associação dos Pequenos Produtores da comunidade Olhos D'água (APROAGRI) e reuniu cerca de 15 pessoas. A APROAGRI quer continuar a realizar o mutirão porque é uma atividade que auxilia todos os produtores da comunidade Olhos d'Água.

Na comunidade Olhos d'água o mutirão era realizado por 50 a 60 famílias de produtoras chegando em média a 100 pessoas. Havia também o mutirão das mulheres onde reuniam de 10 a 30 mulheres denominadas fiandeiras e as tecedeiras para fiar isto é, fazer os fios de algodão e, posteriormente, reuniam-se novamente para tecer o tecido de algodão. As fiandeiras cantavam músicas típicas do mutirão. A Sra. D. M. da. S. (informação verbal, Catalão/GO, dez. 2010) recordou de alguns versos da música: “[...] *fia, fia, fia, minha rodinha vamo acabá com esse algodão para poupar essa preguiça de quem tá fazendo mutirão [...]*”

Ela aborda que as mulheres ficavam ‘bravas’ devido o conteúdo da música, mas era muito divertido elas bebiam pinga, conversavam, lembravam o

passado. Quando sua mãe era viva ela tinha vontade de continuar a realizar o mutirão das fiandeiras mais a quantidade das mulheres que sabiam fiar na comunidade reduziu significativamente, pois as fiandeiras eram mais idosas e com o tempo elas faleceram e as sucessoras, ou seja, suas filhas não tiveram interesse de continuar a tradição, estas achavam mais fácil comprar a coberta pronta na cidade. Assim, a chegada do capitalismo no campo facilitou o fim da tradição das fiandeiras na comunidade Olhos D'Água.

Nesse sentido, o mutirão associa o trabalho coletivo e a solidariedade dos produtores rurais ligado também ao serviço e a festa, afetividade com os vizinhos. Corroborando com autor, Candido (1998) afirma que

[...] o mutirão não é propriamente um socorro, um ato de salvação ou um movimento piedoso; é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola. (CANDIDO, 1998, p. 69).

Há também a traição, que era realizada de surpresa por amigos, parentes e vizinhos quando o produtor não tinham condições para fazer a convocação para executar a surpresa. Esta atividade é diferenciada do mutirão devido à primeira ocorrer quando o produtor está sobrecarregado de serviço ou por motivo de doença. Os amigos percebendo que o produtor necessita de ajuda faz a surpresa, a sua esposa geralmente fica sabendo com antecedência. Assim, prepara os biscoitos, o almoço (MENDES, 2005). De acordo com Candido (1998, p. 69) “[...] traição é uma terminologia regional utilizada para significar o caráter de surpresa da demão/mutirão.” Percebe-se que na traição o beneficiário dos serviços não efetuava o convite, ele era surpreendido.

Para Mendes (2005), o mutirão e a traição ocorrem com bem menos frequência atualmente. Segundo Martins Silva (2008), embora essas práticas já tenham sido comuns na comunidade Cruzeiro dos Martírios, contando com a participação de cerca de 20 a 30 pessoas, hoje a traição e o mutirão inexitem nessa comunidade. Entretanto, elas ainda são praticadas, mas com pouca expressão, nas Comunidades Olhos D'água, Mata Preta, Morro Agudo/Cisterna, Ribeirão, Custódia e São Domingos no município de Catalão (GO) (VENÂNCIO, 2008).

Nas Comunidades Olhos D'água e São Domingos, segundo Venâncio (2008), foi constatado que a traição, em tempos passados chegava a reunir até 100 pessoas, hoje, nas raras vezes que ela é praticada, limita-se à participação de 10 e 15 pessoas. Na comunidade Olhos D'água o mutirão também chegava

reunir até 100 pessoas, atualmente quando ocorre há participação de 15 a 20 pessoas.

Nesse contexto, os aspectos culturais dos produtores rurais da comunidade Olhos D'água em Catalão (GO) são estudados com base em fatores, como as relações familiares e as formas de trabalho. Destacam-se nessa comunidade as tradições religiosas, os laços de amizade e de vizinhança. Andrade (2008), ao pesquisar aspectos da religiosidade na Comunidade Rural Tenda do Moreno, no município de Uberlândia (MG), diz que a análise da maneira como a religiosidade influencia o cotidiano dos moradores do meio rural é de grande importância, visto que eles estabelecem uma espécie de código de conduta, permeados pela idéia da obrigação para com a religião. A religiosidade e a solidariedade dos moradores da comunidade Olhos D'água são características relevantes, pois, são duas dimensões construtoras das identidades. Elas são construídas através das relações de solidariedade e de união nos terços, nas festas. Portanto o lugar de vivência é carregado de elementos materiais/objetivos e imateriais/subjetivos que contribuem para constituição identitária dos indivíduos.

Essa influência da religião no modo de vida do produtor familiar é também observada nas comunidades rurais Coqueiro, Mata Preta, Ribeirão, Morro Agudo/Cisterna, Olhos D'água do município de Catalão (GO), onde as festas de roça estão entre as mais conhecidas manifestações culturais e de religiosidade (MENDES, 2008). De maneira geral, as festas são consideradas como uma forma de romper com a rotina, após muito tempo de trabalho. Essas festividades constituem também um elemento de sociabilidade entre as famílias e vizinhos e, conforme afirma Candido (1999), são os meios usados pelos produtores para agradecer aos santos pela fartura alcançada no ano.

Para Martins Silva (2011) as Festas são expressões religiosas importantes para os moradores das Comunidades. As festas religiosas, como fenômeno cultural, têm sido redescobertas e revitalizadas como um campo fértil de investigação histórica, transcendendo sua visibilidade e revelando crenças e vivências demarcadas por um tempo e uma identidade coletiva. É um momento de celebração da vida, o rompimento do ritmo monótono do cotidiano, o que permite ao sujeito experimentar afetos e emoções. Caracterizam-se como um momento do cotidiano marcado pelas intensidades e complexidades das relações ali expressas através de símbolos e ritos peculiares.

As festas de roça no município de Catalão (GO) são geralmente organizadas pelos próprios moradores. Suas origens costumam estar associadas à devoção de algum morador, que iniciava rezas de terços em louvor a um santo em nome de alguma graça alcançada. Inicialmente, a participação era de poucas pessoas, com o passar do tempo o número de participantes aumentou gradativamente,

de tal maneira que foi necessário encontrar locais mais apropriados para essa atividade, o que resultou na construção de capelas. As festas de roça constituem, além do caráter religioso, uma manifestação social, uma forma de reunir e rever parentes e amigos das regiões circunvizinhas (MENDES, 2005).

Na comunidade Olhos, D'água a religião predominante é a católica. O terço iniciou através de uma mulher natural do Estado do Paraná que mudou-se para Comunidade em meados da década de 1990. Os Santos Homenageados são: São Sebastião (20 de Janeiro), Nossa Senhora da Abadia (20 agosto) e Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro). Através das festas, as famílias tiveram oportunidade de realizarem a reza do terço (Reza típica da religião Católica, que é composto pelas seguintes orações: Credo, Pai-Nosso, Ave-Marias, Glória, 1º e 2º Mistérios e Salve Rainha) para os santos e era um momento de diversão e confraternização dos amigos e vizinhos da região.

Na Comunidade Olhos D'água, o Santo mais Festejado é São Sebastião. Assim tanto na referida Comunidade como na Comunidade São Domingos, estudada por Venâncio (2008), sendo São Sebastião o Padroeiro. De acordo com Venâncio (2008), a adoração ao santo é justificada pela sua representatividade na luta contra a peste, a fome e a guerra. Assim, todos os criadores de gado e produtores de alimentos entregam sua produção à proteção de São Sebastião.

Atualmente, na Comunidade Olhos D'água ocorre o terço cantado em Louvor a São Sebastião que, geralmente ocorre no final de semana mais próximo do dia 20 de janeiro, entretanto o dia correto é dia 20 do mesmo mês, devido ser um final de semana mais apropriado para a reza. No início da reza é realizada a procissão próxima ao Centro Comunitário, a qual é carregada de símbolo, como por exemplo, a imagem de São Sebastião, uma cruz, o mastro, isto é uma bandeira com a imagem de São Sebastião. É tradição o preparo de doces de leite, doce de mamão, doce de mamão com leite, doce de figo, doces cristalizados, e café que são servidas após o terço.

No terço em Louvor a São Sebastião, havia dois casais responsáveis pela organização, porém os moradores da Comunidade também auxiliam, na realização do terço. A responsabilidade de organizar o terço é a cada ano feito para outros casais da comunidade. Em 2001, esta reza foi realizada pelo conselho da Igreja Católica, formado por moradores da Comunidade. Assim o lucro da festa passou a ser destinado para a igreja, representada pela Paróquia Mãe de Deus. Na reza de São Sebastião dois casais são escolhidos para a entrega da coroa, eles fazem uma promessa para o Santo, e no outro ano geralmente eles ficam responsáveis de fazer os doces. Outro fator importante culturalmente é a reza do terço em Louvor a São Sebastião que acontece todo último domingo do mês, geralmente o terço é cantado. Nesse contexto, o lugar dos produtores

rurais da comunidade Olhos d'água é um espaço que contém símbolos notados no terço de São Sebastião, através da qual, as identidades são formadas, e estão abertas a reconstruções.

Os produtores rurais fazem promessas para São Sebastião pedindo proteção para a criação de bovinos, suínos, galináceos e para as plantações de milho. Nesse sentido a promessa é a relação mutua entre os indivíduos e os santos. Cumprindo a promessa, acreditam que o santo fará o mesmo retribuindo-lhe com o benefício do pedido (MARTINS SILVA, 2012).

Na Comunidade Olhos D'água ocorre a festa em homenagem a Nossa Senhora da Abadia, que semelhante a comunidade Anta Gorda era realizada por casais e passou a ser realizada pelo conselho. O ciclo de festas de roça ocorre em junho na Comunidade Anta Gorda e em julho na Comunidade Olhos D'água, são homenageados respectivamente os santos São Sebastião e Nossa Senhora da Abadia.

Na Comunidade São Domingos, estudada por Venâncio (2008), a festa em Louvor a Nossa Senhora da Abadia foi extinta desde a década de 1960, pois não encontrou mais pessoas interessadas em fazê-la. Já na comunidade Olhos D'água, a festa tradicional continua sendo executada geralmente no mês de agosto. A festa de São Sebastião já data 130 anos e é realizada anualmente. Essa festa não acontece no dia de São Sebastião (20 de janeiro), varia de maio a agosto, sendo que cada festeiro a prepara conforme a data mais propícia. Para Venâncio (2008) a festa é dividida em dois momentos: a partir das 19h, é realizado o terço cantado e a adoração a São Sebastião. A partir das 21h, acontece o momento de lazer, com danças, leilões, alimentação, que se estende pela madrugada toda.

A festa de Nossa Senhora da Abadia data de mais de 60 anos que é feita na Comunidade Olhos D'água. Atualmente recebe em média de 300 a 400 pessoas da cidade de Catalão e dos Distritos de Santo Antônio do Rio Verde e Pires Belo e região circunvizinha. Geralmente são três dias de reza, fé e diversão. Ela inicia geralmente no dia 14 de agosto. A festa é constituída inicialmente pelo terço, posteriormente pelo Forro (uma mistura de músicas caipiras) através da qual é tocada uma sessão de música (30 minutos) e em seguida (20 minutos) de leilão. Desse modo, a presente festa é uma manifestação cultural, onde através da religiosidade e da solidariedade dos produtores rurais, a identidade cultural é preservada.

Outra manifestação cultural é a reza de Todos os Santos, que ocorria na Comunidade Anta Gorda e atualmente é realizada na comunidade Olhos D'água, a mesma acontece para agradecer a chuva e/ou pedir para que chova. Essa reza, geralmente, é feita no dia 1 de novembro, é constituída

pela reza do terço e, posteriormente, é oferecido quitandas. A reza de todos os Santos foi interrompida durante 30 anos voltou a ser realizada em 1991. Isso ocorreu devido a um período de insuficiente de precipitação enfrentado pela Comunidade, o que levou os moradores voltarem a realizá-la, para pedir mais chuva. A reza de todos os Santos é para os produtores da Comunidade e, geralmente, os moradores da Comunidade Anta Gorda também, assim o número de produtores que participam da festa é em média é 30 a 40 pessoas.

Nesse contexto os produtores da Comunidade Olhos d'água argumentam que a reza em homenagem a Todos os Santos restringem aos moradores da Comunidade, pois, é considerado uma tradição, e um ato de fé, e devoção, aos Santos. Os produtores rurais afirmam que não convidam os moradores da cidade de Catalão (GO) para não perder as raízes da reza de Todos os Santos. Eles buscam nos Santos a solução para as dificuldades do cotidiano, marcando presença na vida dos produtores rurais. Assim, os Santos são vistos como divindade que protegem os produtores e a Comunidade contra os males.

A Festa dos Produtores Rurais é também chamada de “Festa do Peão”, sendo realizada pela Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Olhos D'água. Essa festa é realizada desde 2003. Tal manifestação cultural é composta de rodeios, leilões, forró (música caipira), a mesma acontece no final de agosto. A Festa do Peão recebe centenas de pessoas por dia (cerca de 300 a 400), dentre elas recebe indivíduos de Catalão (GO), Santo Antônio do Rio Verde e Pires Belo e região.

Essas festas caracterizam-se como um momento de confraternização entre as comunidades. Os produtores se divertem e ao mesmo tempo, preservam suas tradições, é um momento de procissão, reza, promessa e diversão. Sobre o assunto, Venâncio (2008), coloca que as festas sofreram transformações, mas mesmo assim, os produtores preservam os laços comunitários e a religiosidade.

Outra importante festa é a Novena de São Sebastião. As Comunidades São Domingos e Cruzeiro dos Martírios têm São Sebastião como padroeiro. De acordo com Martins Silva (2008), essa festa é realizada na Comunidade Cruzeiro dos Martírios anualmente, entre os dias 17 e 20 de janeiro, diferentemente do que ocorre na Comunidade São Domingos, onde, conforme Venâncio (2008), não há uma data estabelecida para a sua realização. Atualmente, essa festa recebe centenas de participantes por dia, em 2007 houve uma participação estimada de 400 a 500 pessoas (VENÂNCIO, 2008).

Outra festa muito conhecida na região de Catalão (GO) é a Encomenda das Almas, realizada na Comunidade Mata Preta há mais de cem anos, acontece nos três últimos dias da Semana Santa, entre as 20h e 01h (MENDES, 2008). É vedada a participação de mulheres e crianças, assim como é proibido a qualquer

morador abrir portas ou janelas para ver o ritual. De acordo com a pesquisa de Mendes (2008), os antigos ‘encomendadores’ de almas da região da Mata Preta contam que as pessoas que abriam as portas, para ver e/ou acompanhar os rezadores, viam almas vestidas de branco acompanhando a procissão, fazendo com que os curiosos voltassem assustados para suas casas.

Nestas Comunidades do município de Catalão (GO) (Coqueiro, Mata Preta, Ribeirão e Morro Agudo/Cisterna, São Domingos, Cruzeiro dos Martírios e Olhos D’água) são visíveis as relações de parentesco, vizinhança, amizade e compadrio. As relações de parentesco assumem um papel importante na preservação do modo de vida do produtor familiar

Desse modo, a identidade e o pertencimento dos moradores da Comunidade Olhos D’água e das demais Comunidades rurais Coqueiro, Mata Preta, Ribeirão e Morro Agudo/Cisterna, São Domingos e Cruzeiro dos Martírios no município de Catalão (GO) são construídos por manifestações religiosas, laços de vizinhança, de parentesco e de amizade. Mesmo através das transformações ocorridas, as famílias da Comunidade Rural Olhos D’água do município de Catalão (GO) asseguram a reprodução do patrimônio cultural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização da agricultura favoreceu os grandes empresários, em contrapartida, os pequenos produtores enfrentaram diversas dificuldades dentre elas a falta de investimentos por parte do Estado. Mesmo enfrentando dificuldades os produtores têm criado estratégias produtivas para permanecer no campo e dele tirar o seu sustento. As estratégias é um conjunto de técnicas tradicionais de trabalho e produção que seus antepassados transmitiram para os produtores continuarem no lugar de vivência. Nesse segmento os produtores lançam mão de várias estratégias produtivas. Nesse contexto, as identidades foram construídas através do patrimônio sócio cultural e também a religiosidade é outra dimensão formadora das identidades dos produtores familiares da Comunidade Olhos D’água.

Parte do princípio, que as identidades dos agricultores familiares são formadas nos lugares de memória carregados de símbolos e subjetividades, pois foram nesses lugares que seus antepassados, trabalharam, conversaram e rezaram. As tradições religiosas é uma das características dos produtores rurais da Comunidade Olhos D’água. Nas rezas os agricultores são solidários, isto é uns auxiliam os outros para fazer os doces e biscoitos para

os terços e as festas. Nesse sentido, as relações de amizade, solidariedade e parentesco prevalecem na Comunidade.

Nas diferentes Comunidades Rurais no município de Catalão (GO) os produtores tem conseguido manter as manifestações religiosas mesmo diante das dificuldades. Na Comunidade Olhos D'água o Terço em Louvor a São Sebastião, a Reza em Louvor a Todos os Santos e a Festa de Nossa Senhora da Abadia, são manifestações religiosas tradicionais, constituída por signos e devoção aos santos e símbolos.

Apesar da sucessão do patrimônio sociocultural estar ameaçado devido à migração dos filhos dos pequenos produtores para a cidade em busca de melhores condições de vida a sua identidade não esta ameaçada, pois, as raízes dos filhos dos produtores estão no campo. Assim, os filhos que moram na cidade auxiliam os pais na limpeza dos pastos, além de visitarem os pais sempre que necessário, e ainda participam dos terços e das festas na Comunidade.

Title: FAMILY FARM TERRITORIAL LAND IDENTITY: the rural community Eyeswater in the municipality of Catalão (GO)

Abstract

In the family farm producers own the means of production and takes the job in establishing productive and still have a sense of belonging to the property where they live, work, have their religiosity. This study aims to understand the main discussions on family farming and cultural identity, emphasizing the behavior sociocultural, economic and community organizational Eyes water in the municipality of Catalão (GO). To execute the research was carried out a literature review on the topic family farming and local identity. The empirical research was conducted in Dec 2010, and applied a total of 10 interview scripts. Despite. The succession of socio-cultural heritage under threat due to the migration of the sons of small farmers to the city in search of better living conditions to their identity is not threatened, because the roots of the sons of farmers are in the field. Thus, the children who live in the city assist parents in cleaning the pastures, besides visiting parents whenever necessary, and still participate thirds of partie.

Keywords: Family farming. Territorial identity. Community of Olhos D'água, Catalão (GO).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p. (Estudos Rurais, 12).
- ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.
- BRANDENBURG, A. Colonos: subserviência e Autonomia. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998. p. 288.
- BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**. Tradução Ângela M. M. Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 179-234. (Coleção Repertórios).
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998. 284 p.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura, v. 2).
- CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. **Reterritorialização e identidade territorial: os camponeses construindo novas territorialidades na fronteira Brasil/Uruguai**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/custom?q=cache:7bxPynnk3esJ:egal2009.easyplanners.info/area06/6057_Cervo_Chelotti_Marcelo.pdf+tradi%C3%A7%C3%A3o+camponesa&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&client=pub-7149744994785345>. Acesso em: 7 abr. 2010.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. (Coleção Repertórios).
- LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural — algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 157-179. (Geografia Cultural).
- MARTINS SILVA, J. **A agricultura familiar em Goiás: a Comunidade Cruzeiro dos Martírios no município de Catalão**. 2008. 83f. Trabalho Final de Curso (Graduação em Geografia) - Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2008.
- MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294f. Tese (Doutorado em Geografia) — Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.
- VENÂNCIO, M. **Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

17

CAPÍTULO

A INFLUÊNCIA DO MERCADO IMOBILIÁRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ITUIUTABA (MG)

Chaves, Luciana Domingues ¹; Vieira Neto, José ²

¹ Geógrafa. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão; Bolsista CAPES; Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais -NEPSA/CNPQ

² Geógrafo. Professor Dr. do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão; Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais -NEPSA/CNPQ

* email: lucianachavesitba@gmail.com

RESUMO

Desde algumas décadas as discussões acerca da produção do espaço urbano têm ganhando cada vez mais notoriedade no âmbito acadêmico acarretando o aprofundamento dos debates teóricos e a realização de estudos empíricos frente às constantes transformações que vivenciamos cotidianamente nas cidades. Assim, este artigo foi escrito para proporcionar uma visão genérica da Dissertação intitulada “Produção do espaço urbano: a influência do mercado imobiliário em Ituiutaba (MG) no período de 2000 a 2014”, que se encontra em desenvolvimento no âmbito do de Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, cujo objetivo consiste

em compreender a relação entre produção do espaço urbano, dinâmica socioeconômica e a expansão do mercado imobiliário na cidade de Ituiutaba(MG) no período de 2000 a 2014.

Palavras-chave: Produção de Espaço Urbano, Mercado Imobiliário; Ituiutaba

Chaves, Luciana Domingues; Vieira Neto, José; "A INFLUÊNCIA DO MERCADO IMOBILIÁRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ITUIUTABA (MG)", p. 275-287 . In: Seminário de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap17

1. INTRODUÇÃO

Os estudos urbanos em torno do papel do mercado imobiliário e do poder público tem ganhado na última década suma importância para a compreensão da produção do espaço urbano. Acredita-se que isto decorre do momento econômico atual que o Brasil se encontra, destacando-se no estímulo ao consumo, aumento de subsídios ao crédito e financiamentos e, eventos esportivos como Copa do Mundo de 2014 e, Jogos Olímpicos de 2016. Assim, a discussão que colocará na pesquisa remete-se ao espaço urbano, mais especificamente ao seu processo de produção.

Fruto de um processo dinâmico, o espaço urbano é resultado das atuações dos diversos agentes que atuam neste, segundo anseios e necessidades próprias, o que, por consequência, acarretam práticas que o (re)produzem de modo desigual. Considerando-se tais pressupostos objetiva-se, na pesquisa em desenvolvimento, compreender a relação entre produção do espaço urbano, dinâmica socioeconômica e a expansão do mercado imobiliário na cidade de Ituiutaba(MG) no período de 2000 a 2014. Nossa abordagem esta pautada na (re)produção recente Desta, destaca-se um processo marcado pela atuação pela atuação do capital imobiliário e, os investimentos no setor habitacional subsidiados tanto pelos Governos Federal e Estadual, como pela iniciativa privada.

Para atingir o objetivo proposto pela pesquisa, serão realizados os seguintes procedimentos metodológicos: **a)** pesquisa teórica sobre as temáticas, urbano, cidade, produção do espaço urbano, planejamento urbano e mercado imobiliário, bem como da cidade de Ituiutaba, perpassando pela ótica de autores como Barretos (2012), Carlos (2008; 2013), Corrêa (2005 e 2013), Rolnik (2012), Villaça (2001), Chaves (1998; 2014), Lourenço (2005), Guimarães (1990 e 2010), Ferreira (2013), Mateus (2013), entre outros que se apresente de fundamental primazia para o trabalho; **b)** pesquisa documental junto Biblioteca Municipal Senador Camilo Chaves; Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI); Galeria de Antiguidades de Ituiutaba; Base de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística entre outros, com a finalidade de realizar levantamentos bibliográfico, fotográfico, cartográficos, de dados e, de informações sobre a área de estudo, englobando aspectos demográficos, social e econômico; bem como do mercado imobiliário para o recorte temporal estabelecido; **c)** pesquisa de campo com a finalidade de fazer observações empíricas e registro fotográfico, de forma a analisar o tipo de uso e ocupação predominante nos diferentes setores da cidade, os quais propicia a produção desigual do espaço urbano.

Cabe reforçar que a pesquisa está em andamento e por esse motivo não serão apresentados resultados concretos.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Ituiutaba, recorte espacial deste estudo, é sede de município localizado na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, mais especificamente na Microrregião de Ituiutaba (figura 1).

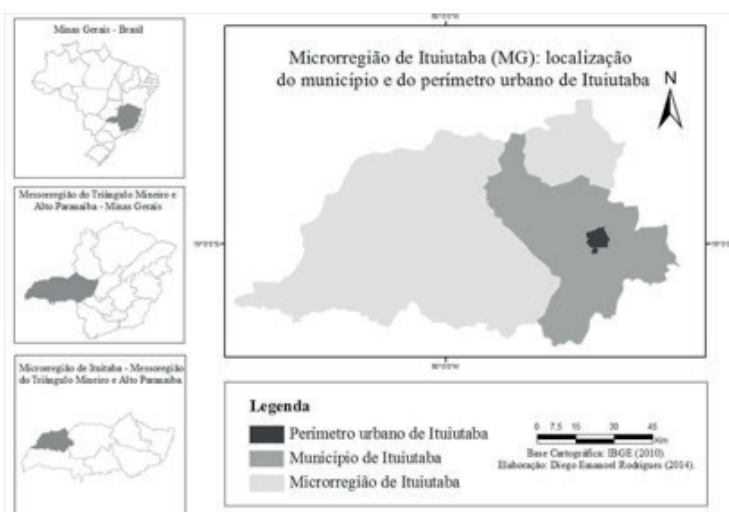


Figura 1. Microrregião de Ituiutaba (MG): localização do município e do perímetro urbano de Ituiutaba, 2014

Em linhas gerais, do ponto de vista econômico, nas décadas de 1960/70 a rizicultura atinge seu ápice e se consolida no cenário econômico do município de Ituiutaba. Assim, com base no capital originado pelo arroz,

[...] a cidade começou a melhor equipar-se com serviços de água, energia elétrica, comércio e serviços diversificados, expansão de loteamentos urbanos e novas atividades, que iria beneficiar a população, que crescia vertiginosamente nesse período [...] As mudanças no espaço urbano ocorreram paralelamente às do espaço rural: “levas” de trabalhadores nordestinos chegaram ao município de Ituiutaba e tornaram-se agentes transformadores do

campo, responsabilizados pelas roças de arroz, milho e feijão [...] O Capital investido no campo teve retorno na cidade de modo gradual: cresceu o número de habitantes, residências e casas de comércios, serviços e indústrias ligadas à atividade agrícola (OLIVEIRA, 2003, p.16-17; 64).

Neste panorama de transformações há uma inversão dos dados em relação aos aspectos populacionais evidenciando-se maior número de pessoas vivendo na área urbana do município conforme demonstrado na tabela 1. Fato que culminou com os projetos governamentais desenvolvidos para a área do Cerrado, os quais desenvolveram o campo (grandes propriedades), propiciando o êxodo rural devido à mecanização do meio rural. Neste contexto, como nos aponta Oliveira (2003), houve a expansão de novos loteamentos urbanos, bem como emergiu novas atividades nos diferentes setores da economia para contemplar a população que crescia notoriamente neste período em Ituiutaba.

Tabela 1. Ituiutaba (MG): dinâmica da população total, e percentual da população urbana e rural (1950-2010)

ANO	TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA (%)	POPULAÇÃO RURAL (%)
1950	53.240	10.113	43.127	19,00	81,00
1960	68.218	30.698	37.520	45,00	55,00
1970	64.528	46.784	17.744	72,50	27,50
1980	74.247	65.153	9.094	87,75	12,25
1991	84.577	78.205	6.372	92,46	7,54
2000	89.091	83.853	5.238	94,12	5,88
2010	97.171	93.125	4.046	96,00	4,00

Fonte: Censos Demográficos – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Org.: CHAVES, Luciana Domingues, 2013.

Na primeira década de 2010, Ituiutaba passou por um processo marcado pela atuação do capital e do poder público no espaço urbano, os quais propiciaram significativas transformações na paisagem urbana, sobretudo através de investimentos e lançamento de novos produtos imobiliários bastantes elucidativos na reestruturação da cidade. A título de exemplo, citam-se os investimentos subsidiados pelos governos federal e estadual, no setor da moradia popular, os quais redesenharam os limites urbanos.

3. ALGUNS APONTAMENTOS

Desde algumas décadas as discussões acerca da produção do espaço urbano têm ganhando cada vez mais notoriedade no âmbito acadêmico acarretando o aprofundamento dos debates teóricos e a realização de estudos empíricos frente às constantes transformações que vivenciamos cotidianamente nas cidades. Sobre este tema, Corrêa (2005, p. 11), importante pesquisador do espaço urbano, destaca esse como sendo simultaneamente “fragmentado, articulado, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas” e, portanto, trata-se de “um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engrenadas por agentes que produzem e consomem espaço”. Trata-se de um processo conflituoso, pois a disparidade de interesses dos diversos agentes induz sua produção de forma desigual.

Corroborando-se em Corrêa (2013), Pinheiro (2011, p.37) contribui nesta discussão quando chama atenção para o fato de que “no contexto da acumulação de capital, a estruturação/organização do espaço urbano advém da relação de um conjunto de forças originadas por agentes produtores do espaço que atuam de forma particular às suas intencionalidades”. Esses agentes atuam de forma diferenciada e de acordo com seus interesses, apropriando-se do espaço, gerando um processo de reorganização constante deste, ou seja, um ininterrupto processo de reprodução.

Em relação, aos agentes produtores do espaço urbano, é indispensável esclarecer que na pesquisa em desenvolvimento, considera-se a proposição de Corrêa (2005), na qual estes são a) os proprietários dos meios de produção; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado e; e) os grupos sociais excluídos. Embora a ação de todos eles se dê conjuntamente no espaço urbano, nos ateremos nesse texto à ação dos promotores imobiliários, tendo em vista o objetivo geral do trabalho em andamento.

De acordo com Corrêa (2005), por promotores imobiliários, entende-se um conjunto de agentes que realizam parcialmente ou totalmente as seguintes operações: (a) incorporação; (b) financiamento; (c) estudo técnico; (d) construção ou produção física do imóvel e; (e) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro.

A incorporação, é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído são definidos na incorporação, assim como as decisões de

quem vai construí-lo, a propaganda e a venda das unidades (CORRÊA, 2005, p.19).

Fica, evidente que a incorporação articula os demais agentes supracitados, uma vez que, pode compreender desde, a aquisição da terra até a venda do imóvel para o consumidor final. Barreto (2012) esclarece que a atividade empresarial de incorporação imobiliária é exercida pelo incorporador (pessoa física ou jurídica) o qual mobiliza fatores de produção necessários para a construção e a oferta das unidades imobiliárias no mercado. Para Franco; Gondo (1991) a figura do incorporador é aquele que com discernimento próprio financia, ou obtém o financiamento da obra; procura e efetiva a compra de terrenos aptos ao desenvolvimento de empreendimentos imobiliários; idealiza por intermédio do estudo técnico o projeto de edificação, levando-o à aprovação pelas autoridades competentes; constrói a estrutura física do imóvel ou contrata firmas especializadas, sob sua supervisão e comercializa os imóveis ou delega por meio de imobiliária de imóveis a negociação com o comprador final.

É fora de dúvida que a atuação dos promotores imobiliários está diretamente ligada à valorização diferencial das áreas no interior do tecido urbano. De acordo com Campos (2011), ao selecionar determinadas frações do espaço urbano para a implementação de empreendimentos (residencial, comercial) os promotores imobiliários conduzem o processo de formação dos sobrelucros de localização, a qual se torna conjuntamente com outros fatores (investimentos públicos/privados, infraestrutura) determinante no valor da terra urbana.

Villaça (2001), importante pesquisador do espaço intraurbano, chama atenção para o fato da terra urbana, permitir maior ou menor valorização pelo acesso que sua localização, propicia a todo sistema urbano, a toda a cidade. Usa como exemplo os lotes não edificados, os quais tem seu valor aumentando tanto por investimentos privados e/ou públicos; infraestrutura em seu entorno quanto por sua localização. Com base nisso traz-se uma breve reflexão sobre a cidade de Ituiutaba, objeto de pesquisa do trabalho, nos últimos dez anos Esta ampliou a valorização da terra não edificada. Consolidado como o período referencial de grandes modificações em seu contexto urbano, o ano de 2005 marca a desconcentração dos valores mais elevados de lotes não edificados do setor central para o setor sudeste, mais especificamente para um bairro até então visto como periférico, tendo em vista sua infraestrutura precária. Logo, após a especulação e confirmação da implantação da Unidade Superior de Ensino, Universidade Federal de Uberlândia-Campus Pontal no presente bairro, os proprietários das áreas circunvizinhas ao local previsto para sua construção incorporaram expectativas de aumento do preço de seu(s) lote(s)

não edificado(s). Movimento valorativo verificado nos anúncios do principal classificado de circulação local e regional, que contempla a oferta das principais imobiliárias da cidade. Assim, tem-se no ano 2000 um terreno de 500m², vendido por R\$1.000,00, parcelado em 11 prestação, em contrapartida, um terreno de 312,5m² era ofertado por R\$4.000,00 no ano de 2005. Observa-se a inserção da lógica capitalista da especulação imobiliária, e, por conseguinte a valorização e elevação dos preços dos terrenos, mediante a melhoria de sua localização.

Outra contribuição importante é oferecida por Santos (2007), esse revela toda importância da localização bem como da acessibilidade, ou seja, não se trata de pagar a terra urbana, mas por sua localização. Estudos realizados por Carlos (2013) reforça a localização como ponto de partida para a determinação do preço do solo urbano, atrelada a outros fatores como acesso dos lugares ditos privilegiados; acesso infraestrutura básica (sistemas de serviços urbanos, transporte e comunicação); privacidade e, secundariamente, os fatores vinculados às características físicas como relevo, dimensões da área, tende a auferir lucro no valor da terra, como também pode causar queda nos preços, devido ausência parcial e/ou total dos mesmos.

Mellazo (1993), em seu estudo sobre mercado imobiliário, o qual se constitui locus de negociação de imóveis edificados e não edificados, acrescenta que o conjunto de fatores (localização, de áreas dotadas de infraestrutura, facilidade de acesso, equipamentos de usos coletivos, presenças de áreas verdes entre outras) é que distingue qualitativamente uma parcela do solo, dando-lhe certo valor e diferenciando-o em relação à aglomeração na qual se insere.

A partir dessas concepções é possível afirmar que a cidade é produzida não como um todo, ou seja, homogênea, mas como partes que se formam em tempos diferentes. Sobre o assunto Barbosa (2005), em sua pesquisa acerca da produção do espaço urbano e transformações urbanas pontua que a atuação e interesses dos agentes produtores do espaço urbano, manifestam a divisão social do espaço. Enquanto algumas áreas são ditas como espaços rápidos, resultado do conjunto de fatores (infraestrutura, acesso a equipamentos de usos coletivos entre outros) que obtêm outras desprovidas de tais bens configura-se como espaços lentos. Trata-se do processo de valorização/desvalorização da terra urbana que, conseqüentemente mostra as desigualdades e a segregação urbana que o preço desta origina, isto é, deixa transparecer as diferenças de classes existentes nas cidades.

Sobre o assunto, Rolnik (2012), ao falar sobre a questão da segregação urbana, acrescenta que a cidade se assemelha a um quebra-cabeça, onde cada indivíduo conhece seu lugar, mas se sente como um estranho nos demais. Esse

fato leva-nos a concluir que a ocupação do espaço urbano se dá de forma seletiva, na qual a diferenciação das classes sociais, condicionada pela renda reproduz a divisão social e econômica deste espaço. Para a autora, além das classes/grupos sociais existe outro elemento relevante na determinação de ocupação do solo urbano, a intervenção do Estado. “Quando falamos em regiões nobres e regiões pobres, nos referimos a espaços equipados com o que há de mais moderno em matéria de serviços urbanos e espaços onde o Estado investe pouquíssimo na implantação destes mesmos equipamentos” (ROLNIK, 2012, p. 58).

Diante dos argumentos de Rolnik (2012) considera-se que ao determinar a instalação do conjunto de infraestrutura e equipamentos coletivos, o Estado interfere diretamente e/ou indiretamente na orientação do uso do solo do espaço urbano, bem como em sua valorização/desvalorização. Pinheiros (2011), em sua pesquisa sobre reprodução do capital e metamorfoses espaciais, acrescenta que além de interferir na forma de ocupação do solo urbano, o Estado interfere no mercado imobiliário, por intermédio do investimento em infraestrutura em um espaço desvalorizado, cria novas oportunidades de incorporação imobiliária. Assim, os investimentos sociais são transformados em instrumentos de valorização das terras urbanas, ao mesmo tempo em que, pode anexar novas áreas (industrial, comercial, residência) ao espaço urbano, de modo a propiciar oscilações no mercado imobiliário devido às mudanças contínuas do tecido urbano.

Sobre o crescimento do mercado imobiliário nacional, Filho (2014) destaca que a partir da segunda metade da última década, o mercado imobiliário tem apontado crescimento vertiginoso devido a fatores como: a) maior oferta de crédito, tanto para o incorporador, como para o consumidor final; b) aumento da renda familiar; c) redução da taxa básica de juros, adotada pelo Banco Central; d) tentativa do Governo Federal em erradicar o déficit habitacional por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O Programa Federal Habitacional Minha Casa Minha Vida, estruturado na política de alavancar o mercado imobiliário, foi lançado pela Lei nº11.977 de julho de 2009, com o objetivo de construir um milhão de novas moradias e, criar mecanismo de incentivo à produção e aquisição dessas novas unidades habitacionais. Nessa dinâmica recente habitacional, Ituiutaba se destaca no cenário regional como uma das cidades que conseguiu significativos investimentos na habitação, foram nove conjuntos habitacionais, de diferentes tamanhos e localizados em diferentes setores/bairro da cidade, os quais condicionaram sua expansão horizontal, redesenhando o urbano como um mosaico de espaços da inclusão e da exclusão social.

Para fechar esse texto sem, contudo, concluir a análise e as discussões aponta-se que ao analisar a dinâmica da produção do espaço urbano e a atuação dos seus agentes produtores, é possível apreender como a sociedade intrínseca ao capital se apropria deste espaço conforme suas especificidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme versado na seção introdução, o objetivo proposto para o estudo consiste em compreender a relação entre produção do espaço urbano, dinâmica socioeconômica e a expansão do mercado imobiliário na cidade de Ituiutaba (MG) no período de 2000 a 2014. Para tanto, será realizado o tripé: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental e, c) pesquisa de campo.

No presente artigo não se apresenta resultados conclusivos, uma vez, que a pesquisa está em andamento, entretanto, por intermédio dos procedimentos metodológicos visa-se a confirmação ou refutação da seguinte hipótese, com a construção da Unidade Superior de Ensino, bem como, dos investimentos no setor habitacional a produção do espaço urbano da cidade de Ituiutaba nos últimos dez anos deu-se sob a lógica da valorização de imóveis; na seletividade de investimentos privados nos segmentos comercial e residencial e no aumento do preço da terra não edificada.

Por fim, mas não menos importante, destaca-se que com a realização da pesquisa busca-se contribuir para o entendimento da dinâmica local, fornecendo desde modo alguns fundamentos para estudos posteriores.

Title: The Influence Of The Market Real Estate In The Production Of Urban Space In Ituiutaba (Mg)

Abstract

Since some decades the discussions on the production of urban space are gaining increasingly notoriety in the academic sphere, causing the deepening of theoretical debates and conducting empirical studies in the face of constant changes that we experience daily in cities. Thus, this article was written to provide a general overview of the dissertation entitled "Production of urban space: the influence of the housing market in Ituiutaba (MG) in the period 2000-2014", which is under development within the Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, whose goal is to understand the relationship between urban space production, socio-economic dynamics and the expansion of the real estate market in the city of Ituiutaba (MG) in the period 2000-2014.

Keywords: Production of Urban Space. Real Estate Market. Ituiutaba(MG).

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Tainah Ramos. **Incorporação imobiliária e o código de defesa do consumidor: a responsabilidade do fornecedor pelo vício e fato do produto.** 2012. 63f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2012.
- CAMPOS, Paola Rogedo. O preço da terra urbana e moradia de baixo custo. In: Mendonça, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (orgs.). **Estado e Capital Imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro.** Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 63-79.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** 1 ed., 1 reimp. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 9 ed., 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2013. (Coleção Repensando a Geografia).
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática social urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 1ed., 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2013. p. 53-73.
- CHAVES, Camilo. **Caiapônia: romance da terra e do homem do Brasil Central.** 3ed. Ituiutaba: [s.n], 1998.
- CHAVES, Luciana Domingues. **Produção do espaço urbano e mercado imobiliário: um estudo de caso de Ituiutaba – MG.** 2014. 81f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 1ed., 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2013. p. 41-51.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 1ed., 2 reimp. São Paulo:

Contexto, 2013. p. 41-51.

FERREIRA, Leilaine de Fátima. **Programa Minha Casa Minha Vida em Ituiutaba (MG):** uma análise dos conjuntos habitacionais Bunitis, Canaã I e Canaã II. 2013. 90f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013.

FILHO, Hyltom Pinto de Castro. **Breve estudo sobre a atividade de incorporação imobiliária.** 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/18539/breve-estudo-sobre-a-atividade-de-incorporacao-imobiliaria>. Acesso em 02/11/2014.

FRANCO, João Nascimento; GONDO, Niske. **Incorporações Imobiliárias.** 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro:** integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: EDUFU, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Infra-estrutura pública e movimento de capitais:** a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. 1990. 224f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas:** escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005.

MATEUS, Renato. **A dinâmica da agricultura no cerrado:** do apogeu do arroz à modernização do campo na região de Ituiutaba (MG) – 1946-1974. 2013. 84f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013.

MELLAZO, Everaldo. **Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intra-urbanas:** o caso de Presidente Prudente – SP. 1993. 141f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. **Ituiutaba (MG) na rede urbana tijuicana:** (re)configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000. 2003. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PINHEIRO, Mariana de Vasconcelos. **Reprodução do capital e metamorfoses espaciais:** um estudo da verticalização de Ponta Negra, Natal/RN. 2011. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** 4 edª. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

18

CAPÍTULO

POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL: AS MORADIAS POPULARES E A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA

Nunes, Luciana Meira dos Santos ^{1*}; Mendes, Estevane de Paula Pontes ²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

² Prof.^a Dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão

* email: lucianameira1@hotmail.com

RESUMO

As questões referentes à moradia são essenciais no debate sobre a transformação do espaço urbano brasileiro. A demanda habitacional das classes sociais menos favorecidas economicamente movimenta ações políticas e aquece o mercado imobiliário associado aos programas habitacionais. O objetivo específico deste trabalho é analisar o desenvolvimento das políticas habitacionais como formas de promover a transformação do espaço e concomitantemente perpetuar a segregação social e residencial nas cidades, especificamente na Região Administrativa de São Sebastião no Distrito Federal. Justifica-se esse debate para compreender os mecanismos

criados por meio dos programas habitacionais para distinguir as pessoas que podem adquirir um imóvel em um lugar que ofereça infraestrutura básica e assim ter garantido seu direito à moradia digna, preconizado pelo Estatuto da Cidade, em diferentes localidades do espaço urbano. A organização do território de uma cidade depende de estudos e de políticas que tenham por finalidade proteger o meio ambiente e oferecer qualidade de vida para população residente. Tarefa árdua para uma população humana que está em constante crescimento. Contudo, além da necessidade de planejar, há outra questão se faz presente no ordenamento territorial: a vontade política. Pode-se dizer que ordenar o território envolve ações teóricas e práticas. Com isso tem-se por um lado os estudos, pareceres técnicos, relatórios e documentos que organizam uma certa região, configurando a parte teórica. Por outro lado, há os interesses políticos, os interesses capitalistas, as necessidades da população, enfim, essa é a parte prática.

Palavras-chave: moradia; políticas habitacionais; Distrito Federal

1. A QUESTÃO DA MORADIA E UM BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

As questões que envolvem a complexidade do direito à moradia requerem a compreensão sobre os aspectos geográficos como demografia, crescimento urbano, planejamento, política públicas e economia. Todas essas questões estão interligadas no processo de construção, venda e habitação da população brasileira. Sobre a transformação do espaço, a sociedade humana vive o ápice da produção habitacional no Brasil, produção essa destinada para todas classes sociais, as quais estão em processo de ascensão social ocasionadas dentre outros fatores, pelo próprio crescimento urbano. A produção habitacional possui um histórico de avanços e retrocessos na política brasileira, conforme será apresentado.

Para Borges (2013), a entrada do Estado Brasileiro nas questões referentes à habitação ocorreu no final do século XIX, a partir de um ponto de vista eminentemente sanitarista. Com o intuito de enfrentar a propagação de doenças e epidemias nas grandes cidades, que se adensavam fortemente. Assim, segundo Bonduki (1998), uma das principais vertentes de ação do Estado foi justamente a promoção da atuação de médicos nos interiores das casas da população humana de baixa renda, em especial nas regiões centrais do País. Essa ação tinha como objetivo promover o controle sanitário das habitações. Paralelamente a esta ação, ocorrem iniciativas regulatória.

Exemplo dessas iniciativas, de acordo com Bonduki (1998), são os Códigos Sanitários e os de Posturas, que entre outras definições de padrões, tratam do estabelecimento de parâmetros para a construção de moradias operárias. Por décadas, como aponta Borges (2013), não existiu nessas abordagens qualquer ação de promoção de habitação, e sim a abordagem da habitação popular como espaço patológico, a ser tratado do ponto de vista da salubridade. A ideia de “beneficiários” da política de habitação evidentemente não existiu sob esse ponto de vista, segundo Bonduki:

A questão da provisão habitacional é colocada pela primeira vez durante a ditadura Vargas, quando Estado e setores técnicos passam a discutir a superação das condições precárias de moradia de aluguel, tendo como pressuposto a conquista da casa própria. Com raras exceções favoráveis a mecanismos que tratam a provisão de moradia pelo Estado como um serviço público, como a construção de habitações de aluguel, a posição adotada por técnicos e pelo

Estado foi pela produção de moradia popular como casa própria. (BONDUKI, 1998, p. 45).

De acordo com o histórico da política habitacional, elaborado pela Caixa Econômica Federal (2011), a primeira iniciativa brasileira de criação de uma política habitacional de abrangência nacional, com objetivos e metas definidos, fontes de recursos permanentes e mecanismos próprios de financiamento ocorreu em 1964, com a edição da Lei nº 4.380/1964. Esta Lei instituiu o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e a correção monetária nos Contratos Imobiliários de Interesse Social. A partir de então, o Governo Federal passou a ter as atribuições de formular a Política Nacional de Habitação e coordenar as ações públicas e privadas para estimular a construção e o financiamento para aquisição de habitações de interesse social.

A política habitacional executada pelo BNH teve por objetivo viabilizar o acesso à moradia aos diferentes estratos sociais, com foco nas famílias de baixa renda. Foi financiada com recursos do SFH provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Ainda, de acordo com a Caixa Econômica Federal (CEF, 2012), a crise econômica no final dos anos 1970 provocou aumento da inflação, desemprego, queda dos níveis salariais, o que gerou um forte desequilíbrio no SFH em decorrência das seguidas alterações nas regras de correção monetária. Tal cenário resultou na extinção do BNH, pelo Decreto – Lei 2.291/86, de novembro de 1986, cujas funções foram redistribuídas por vários órgãos do governo.

Coube a Caixa Econômica Federal (CEF) a administração do passivo, do ativo, do pessoal e dos bens do BNH, bem como a operação do FGTS, assumindo, desde então a condição de maior executor das políticas habitacionais do Governo Federal. Neste contexto há na atualidade o desenvolvimento do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, o qual terá suas diretrizes analisadas a seguir.

Para Moreira (2013), o Governo que iniciou-se em 2003 representa um marco na Política Urbana Brasileira. Realmente é visível o aumento das construções de habitações em vários municípios brasileiros. Observa-se no Distrito Federal, especificamente, as obras de prédios destinados à moradia tanto pelas Empresas privadas como obras associadas com as políticas habitacionais. A construção civil está tendo um crescimento elevado, principalmente devido as construções de habitações. O crescimento populacional e o processo de urbanização em si têm promovido a expansão desse setor. Sobre esse fato, Moreira (2013), aponta:

A reorganização da estrutura institucional gestora dessa política, a alteração no foco de atendimento e o significativo aumento dos recursos caracterizam, principalmente, o período do governo Lula, o que se estende ao início do Governo Dilma. Ainda que se tenha avançado pouco em problemas centrais da política urbana, como a questão fundiária, a política habitacional viabilizou a produção de moradias em volume expressivo, principalmente se consideramos as décadas anteriores de baixíssimo investimento nessa área. (MOREIRA, 2013, p.21-22).

É notório que a moradia tem tido papel de destaque nas políticas públicas, e que tem sido um dos problemas urbanos que mais receberam investimentos por parte dos Governos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Vale destacar que o fato de todas as pessoas necessitarem de moradia, faz de cada família um demandante em potencial no mercado de habitação, isso também justifica o crescimento do mercado imobiliário na atualidade. Como Moreira (2013) descreve, independentemente do nível de renda, todos precisam de moradia e o alto preço da habitação torna sua comercialização dependente de esquemas de financiamento de longo prazo.

A durabilidade elevada desse bem faz com que políticas habitacionais antigas influenciem no atual estado do mercado. Logo, o atual estágio das políticas voltadas para a construção de moradias é fruto de políticas antigas que não atendiam ao crescimento populacional e a expansão da cidade como um todo. A seguir são apontados fatores interligados com a demanda habitacional no Brasil, a política pública federal no setor de habitações e a relação com o mercado imobiliário.

1.1 O MERCADO IMOBILIÁRIO E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS

Os fatores que englobam a produção e transformação do espaço geográfico estão associados, principalmente, com a busca e a necessidade por moradia. Questões sociais, econômicas, territoriais e políticas são determinantes para ocupação ordenada ou não da população nas cidades. Alguns fatores como crescimento demográfico, ocupação irregular do solo, falta de políticas públicas e de fiscalização, ocorrem em todas as regiões do Brasil, e se acentuam em cidades maiores, como no Distrito Federal, onde se localiza o objeto de pesquisa.

A pressão populacional nos centros urbanos, a crise econômica, o desemprego e o alto custo do solo urbano associados à ausência de política habitacional, segundo a Caixa Econômica Federal (2011), foram alguns dos

fatores que forçaram as famílias de menor renda a buscar por conta própria alternativas precárias de moradia. Este processo acelerou a favelização, a ocupação irregular da periferia e de áreas de risco, configurando, desta forma, os atuais problemas urbanos brasileiros.

A habitação, segundo Moreira (2013), possui várias características peculiares, dentre as quais pode-se destacar: necessidade básica; custo elevado; durabilidade; heterogeneidade; imobilidade; mercado reduzido em face do tamanho do estoque; custo de transações e mercado segmentado (os mercados habitacionais de baixa e alta renda apresentam características distintas). Assim, a necessidade por moradia fica associada ao mercado capitalista, pois as pessoas necessitam e conseqüentemente investem sua renda em imóvel, o que por sua vez move o mercado imobiliário. Por isso Moreira também afirma que a indústria da construção civil para fins habitacionais responde por parte significativa do Produto Interno Bruto (PIB) e da geração de emprego da economia.

Sobre a política habitacional a partir do Governo Federal de 2003 a 2010, Moreira (2013) explica que precisamente em 2003 inaugurou-se um novo período da política federal para a habitação. Segundo o autor, o período ainda em curso, com o Governo do período de 2011 a 2014, é marcado pela formulação de uma agenda política com temas sociais. A criação do Ministério das Cidades definiu a responsabilidade de elaborar, de maneira participativa e federativa, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o que inclui a nova política para o setor da habitação, em particular da Habitação de Interesse Social (HIS), como será explicitado posteriormente.

Segundo a Caixa Econômica Federal (2011) a situação começa a mudar a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades e a aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004, assim as políticas habitacionais ganharam impulso no Brasil, que propôs uma visão ampliada e integrada das questões de desenvolvimento urbano das cidades. A CEF (2011) explica que a Política Nacional de Habitação é viabilizada por meio do Sistema Nacional de Habitação e também pelo Desenvolvimento Institucional, Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento, Plano Nacional da Habitação (PLANAB) e pela regulamentação do Estatuto das Cidades.

O Sistema Nacional de Habitação (SNH), articula ações integradas nos níveis federais, estaduais e municipais, e divide-se em dois sistemas: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), voltado à população com renda entre 0 a 5 SM - salários mínimos e em Sistema de Habitação de Mercado (SHM), que atende, principalmente, às classes de renda entre 5 a 10 SM.

Os Programas do Sistema de Habitação de Interesse Social contemplam ações de urbanização de favelas, realocação de famílias em áreas de risco,

alagados, cortiços, e outros. Já o Sistema de Habitação de Mercado atende à população com renda mais alta por meio de construtoras e incorporadoras que atuam como agentes promotores. Também pode atender a segmentos de baixa renda (mercado popular), desde que sem a contrapartida do poder público. Desse modo, segundo a Caixa (2011):

Cabe a Caixa a execução das ações do programa relativas a habitação, saneamento e infraestrutura urbana. Trata-se de um novo conceito de investimento em infraestrutura no Brasil que visa “romper barreiras e superar limites”, por ser um indutor de transformações das cidades, que busca esgotar, com investimentos, o déficit de saneamento, da habitação e de urbanização nas favelas. Em 2009, foram contratados R\$ 41,8 bilhões dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, dos quais 83,9% foram direcionados a obras de habitação. (CAIXA, 2011).

Ainda de acordo com o estudo elaborado pela Caixa Econômica Federal (2011), em relação à crise financeira internacional de 2008, o Governo tomou várias medidas para manter o ritmo do crescimento econômico do País, estimulando o setor da construção civil e neste contexto foi concebido o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) operado pela CEF, que segundo a própria instituição, representa um marco na política de acesso à moradia, articulando ações do Governo Federal em parceria com os Estados, Municípios e iniciativa privada.

Especificadamente, segundo Moreira (2013), quanto ao Programa Minha Casa, Minha Vida pode-se dizer que ele consiste em uma ação de cunho habitacional, lançado pelo Governo Federal em março de 2009 (Medida Provisória nº 459/2009, de março de 2009, convertida na Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009), cuja meta era realizar a construção de um milhão de moradias, sanando cerca de 15,0% do déficit habitacional do país.

As metas do programa são audaciosas, e segundo a Caixa Econômica Federal (2012), o programa federal “Minha Casa, Minha Vida” tem como objetivos:

- a) Redução significativa do déficit habitacional crônico brasileiro;
- b) Favorecimento da regularização fundiária urbana;
- c) Criação de fonte de demanda de capital e trabalho como medida anticíclica frente aos impactos sofridos pelo país devido à crise mundial de 2008;
- d) Aumento do investimento na construção civil.

O programa de grandes dimensões gerou por parte do governo esforços que estão sendo geridos pelo Ministério das Cidades e a operacionalização é feita pela Caixa Econômica Federal. Moreira (2013) explica que o programa incorpora a aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados como empreendimentos habitacionais em regime de condomínios ou loteamento, constituídos de apartamentos ou casas, que depois de concluídos, são alienados às famílias de baixa renda espalhadas por todo país. A execução das obras dos empreendimentos é realizada por construtoras devidamente habilitadas e contratadas pela Caixa Econômica Federal, e estas que se responsabilizam pela entrega dos imóveis dentro dos prazos estipulados, prontos para moradia e legalizados.

Os investimentos do Governo Federal na segunda etapa do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV2) são quase nove vezes maiores que o programa original, lançado em março de 2009. Segundo Moreira (2013), no MCMV2, o Governo está investindo R\$ 278,2 bilhões de 2011 a 2014, contra R\$ 34 bilhões da primeira versão do Programa. O PMCMV promove a construção de novas unidades habitacionais voltadas às camadas da população com menor renda, concedendo subsídios, principalmente para a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos.

De acordo com Moreira (2013), na segunda fase, o PMCMV pretende construir dois milhões de moradias até 2014. A faixa de renda das famílias beneficiadas também foi reduzida, pois na primeira versão do projeto, o objetivo era atender famílias com rendimentos de até R\$ 1.530,00 mensais, enquanto agora o Governo irá priorizar 60% das casas para famílias com renda de até R\$ 1.395,00 mensais. O Quadro 1 aponta dados do programa habitacional no Distrito Federal, diferenciando a Região Administrativa do empreendimento, a faixa salarial familiar, a situação das obras e os preços dos imóveis.

Quadro 1 – Preços dos imóveis e renda necessária para aquisição de imóveis pelo Programa Habitacional Morar Bem do Distrito Federal (2013)

EMPREENDIMENTO NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS	FAIXA SALARIAL FAMILIAR MENSAL	SITUAÇÃO ATUAL	PREÇO
PARANOÁ – PARANOÁ PARQUE	DE 0 A R\$1.600,00	OBRA JÁ INICIADA	R\$ 65.000,00 – APART DE 2 Q
RECANTO DAS EMAS	DE 0 A R\$1.600,00	LICITAÇÃO CONCLUÍDA	R\$ 58.316,53 – APART DE 2 Q
RIACHO FUNDO II (3ª ETAPA)	DE 0 A R\$1.600,00	LICITAÇÃO CONCLUÍDA	R\$ 63.503,31 – APART DE 2 Q
RIACHO FUNDO II – PARQUE DO RIACHO	DE R\$ 1.600,00 A R\$ 3.275,00	OBRA JÁ INICIADA	R\$ 74.985,00 – APART. DE 2 Q R\$ 84.983,00 – APART. DE 3 Q
SANTA MARIA	DE R\$ 1.600,00 A R\$ 8.136,00	OBRA JÁ INICIADA	R\$ 96.451,73 – APART. DE 2 Q
SÃO SEBASTIÃO – JARDINS MANGUEIRAL	DE R\$ 2.488,00 A R\$ 8.136,00	EM OBRAS	R\$ 131.016,17 – CASA DE 2 Q R\$ 156.651,88 – CASA DE 3 Q R\$ 116.065,41 – APART DE 2Q
GAMA	DE R\$ 1.600,00 A R\$ 8.136,00	LICITAÇÃO CONCLUÍDA	R\$ 111.746,42 – APART DE 2Q R\$ 138.218,02 – APART DE 3Q
SAMAMBAIA	DE R\$ 1.600,00 A R\$ 8.136,00	OBRA JÁ INICIADA	R\$ 107.450,00 – APART DE 2Q R\$ 133.300,00 – APART DE 3Q
SOBRADINHO	DE R\$ 1.600,00 A R\$ 8.136,00	LICITAÇÃO CONCLUÍDA	R\$ 116.000,00 – APART DE 2Q
ITAPOÃ – ITAPOÃ PARQUE	DE R\$ 0 A R\$ 3.275,00	LICITAÇÃO CONCLUÍDA	R\$ 76.000,00 – APART D 2 Q R\$ 83.219,00 – APART DE 3 Q
PLANALTINA – MESTRE D'ARMAS	DE 0 A R\$ 1.600,00	EDITAL EM ELABORAÇÃO	R\$ 76.000,00 – APART DE 2 Q
RECANTO DAS EMAS – VARGEM DA BENÇÃO	DE 0 A R\$ 3.275,00	LICITAÇÃO CONCLUÍDA	R\$ 75.992,40 – APART DE 2 Q R\$ 83.065,76 – APART DE 3 Q

Fonte: www.morarbem.df.gov.br (2013) Org.: Nunes, L. M. dos S. (2014)

Observa-se pelo Quadro 1 que em todas as Regiões Administrativas contempladas pelo Programa Habitacional Morar Bem, do Governo do Distrito Federal, as unidades habitacionais ofertadas são em apartamentos. A única região que dispõe de apartamentos e casas é em São Sebastião, no Jardins Mangueiral. Também a renda mensal bruta familiar exigida é maior do que para aquisição do imóvel em qualquer outra Região Administrativa. Ressalta-

se que as qualidades do empreendimento são melhores no que se refere ao planejamento, à infraestrutura paisagística do Bairro, áreas para prática de lazer e cultura, espaços para futuras instalações de equipamentos de serviços também se destacam.

A produção de imóveis residenciais hoje impulsiona a economia e proporciona oportunidades de desenvolvimento para o país. As obras geram milhares de empregos e representam uma significativa contribuição para o aquecimento da economia. Apesar da segregação residencial promovida pelas faixas de renda, há como exemplo o bairro Jardins Mangueiral, que desde o início das obras empregaram uma quantidade significativa de trabalhadores que são moradores da Região Administrativa de São Sebastião, gerando efeitos benéficos para população local.

Dentre as várias medidas que podem impulsionar a expansão econômica de um país, o financiamento imobiliário tem um papel de destaque, segundo Moreira (2013). Ele explica que os volumes de recursos direcionados a essa modalidade de crédito impulsionam a indústria da construção civil, que por sua vez, é formada por uma cadeia produtiva a montante e a jusante geradora de produção, emprego e renda.

As transformações socioeconômicas ocorridas na sociedade interferem diretamente na quantidade e na qualidade das habitações necessárias para atender os anseios da população brasileira. Nas últimas décadas, o Brasil tem apresentado grandes transformações no aspecto habitacional. De acordo com o estudo da CEF (2011), três fatores se destacam como causas dessas mudanças: a emigração da área rural para as cidades, o envelhecimento da população e modificações nas configurações familiares. Estes fatores foram determinantes para a urbanização acelerada e desordenada das cidades.

Hoje existe uma grande concentração de domicílios nas grandes metrópoles, locais onde os trabalhadores buscam melhores condições de vida associando mais acesso aos empregos e melhores condições de moradia. Mas o processo de urbanização no Brasil e especificamente no DF, local da pesquisa, pressiona a expansão das grandes metrópoles em direção à periferia.

Nesse processo de urbanização e necessidade por moradia, o conceito de habitação apropriada, digna, segura e confortável pode ser diferenciado em cada região. Porém, considera-se universal o desejo de uma família ou indivíduo possuir um imóvel próprio. Esta busca pela habitação molda o mercado de acordo com as especificidades locais.

O bem habitação conforme o estudo da CEF (2011) pode ser compreendido como unidade residencial e possui características particulares que fazem com que a dinâmica do mercado habitacional seja bastante distinta em relação a

maioria dos demais mercados. O estoque de residências é bastante heterogêneo. Mesmo considerando-se apenas uma única tipologia, não existe no mercado um imóvel exatamente igual ao outro. A heterogeneidade do “bem habitação” atribui a cada unidade habitacional um preço diferente, que depende das características de localização no espaço urbano e também da sua singularidade, observada em relação às características espaciais e estruturais.

Sobre esse fato apontado, pode-se associar que os imóveis urbano, agregam valores ou são desvalorizados relacionando, por exemplo, com a distância do imóvel e deste em relação ao centro da cidade, a proximidade com veículos de transporte público, a proximidade com o comércio local, com a avenida principal da cidade, com os equipamentos públicos, enfim da localização do imóvel. Interfere na valorização as características e a qualidade dos materiais utilizados na construção, a mão-de-obra, a estrutura física da obra. No caso de prédios, há a diferenciação dos valores conforme o andar onde é o imóvel, quanto mais alto, mais elevado preço do imóvel. Enfim, diversos fatores influenciam nos valores diferenciados para os imóveis.

Outro fator que diferencia os valores dos imóveis são os tipos de moradias, no bairro Jardins Mangueiral há prédios, todos com apartamentos de 2 quartos, e casas, que por sua vez se dividem em casas de 2 quartos e casas de 3 quartos. Cada tipo de imóvel tem preços diferenciados. Além das diferenças dos valores induzidos pelas características físicas do imóvel, o valor pago pelo comprador varia de acordo com a renda familiar, pois como o programa habitacional faz parte do Programa Minha Casa, Minha Vida, a renda familiar é que determina se a compra terá subsídio do Governo e a porcentagem a ser adquirida no subsídio ou se a compra será apenas com recursos próprios.

Segundo informações da CEF (2011), desde que sejam fornecidas condições compatíveis com o perfil socioeconômico, as unidades residenciais geralmente são produzidas pela iniciativa privada de forma independente, mas principalmente, associada a programas de governo. O custo elevado da produção, aliado ao alto preço da terra urbana dificulta a conquista de um domicílio digno e seguro para a população de menor renda. Desta forma as políticas públicas habitacionais são fundamentais para facilitar o acesso à moradia. Assim, é importante um aprofundamento conceitual que represente a configuração econômico-social e espacial da carência habitacional no Brasil.

Segundo Garcia e Castelo (2006) o déficit habitacional se refere às carências habitacionais de uma determinada sociedade não restritas à falta de moradias, inclui também as más condições das unidades habitacionais existentes. O déficit habitacional é uma fotografia que mostra o excesso de população que necessita de habitações. Ou seja, é o excedente entre a demanda e oferta de um bem de caráter social.

A Fundação João Pinheiro produziu o estudo mais difundido no Brasil a respeito do tema que foi adotado pelo Ministério das Cidades na formulação da Política Habitacional. Este conceitua o déficit habitacional como as deficiências do estoque de moradias. Considerando neste cálculo as moradias em estado precário que precisam ser repostas e as novas que representam um incremento do estoque, em função da coabitação familiar ou da moradia em locais inadequados. Assim o déficit habitacional pode ser compreendido como déficit por reposição e incremento de estoque.

Esse estudo mais recente no Brasil, realizado pela Fundação João Pinheiro, em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, em 2008, e publicado em abril de 2011 teve como base de dados, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no segundo semestre de 2009. E segundo o estudo (Fundação João Pinheiro, 2011) em 2008, o déficit habitacional estimado correspondia a 5.546 milhões de domicílios, dos quais 4.629 milhões, equivalentes à 83,5%, estavam localizados nas áreas urbanas.

O estudo também analisa o déficit habitacional segundo faixas de renda média familiar mensal, em termos de salários mínimos. De acordo com Moreira (2013) resultado mostrou que a maior concentração do déficit habitacional se dava na faixa até três salários mínimos (89,6%). A categoria “mais de três a cinco” compreendia 7,0% das famílias, a mais de cinco a 10” era 2,8% e a “mais de 10” somavam 0,6%. Assim, as famílias com renda até cinco salários mínimos totalizavam 96,6% do déficit habitacional urbano.

É importante destacar no estudo sobre as políticas habitacionais a questão do valor da renda mensal familiar. Moreira (2013) explica que quanto ao entendimento de qual é a despesa da União com o Programa Minha Casa, Minha Vida, é importante observar que a maior parte das moradias é destinada a famílias da área urbana com renda mensal de até R\$ 1,6 mil e para famílias na área rural com renda anual de até R\$ 15 mil reais. Elas comprarão as residências por um preço muito inferior ao seu custo, ou seja, receberão um grande subsídio.

O Programa arca com um determinado valor do imóvel, e o restante é financiado, com prestações que variam de acordo com a renda salarial da família contemplada e com o valor da entrada paga no início da compra. Para tanto, o Programa é caracterizado como um programa de transferência de renda.

O Programa é executado por meio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Moreira (2013) explica que em decorrência da Medida Provisória nº 561, de março de 2012, a União passou a integralizar cotas do FAR. Até então, apenas transferia os recursos

para o FAR, que eram contabilizados como gastos de custeio. Por causa da mudança feita pela MP 561/2012, os recursos orçamentários destinados a cobrir os subsídios do Programa passaram a ser contabilizados como inversões financeiras, ou seja, como investimentos. A respeito nota-se que:

O Programa Minha Casa, Minha Vida significou novo aporte de recursos para a habitação. Concebido como uma política anticíclica, que visou a robustez à economia brasileira em face da crise financeira internacional que eclodiu em 2008, o Programa direcionou R\$ 34 bilhões em subsídios à produção habitacional de um milhão de habitações. Dessa forma, entre 2003 e 2009, o volume de investimentos no setor habitacional foi ampliado em aproximadamente 600%, saindo do patamar de R\$ 5,7 bilhões para cerca de R\$ 69,2 bilhões em 2009 (FIX; Arantes, 2009).

No estudo adotado pela CEF (2011), e que dá subsídio para compreensão do processo de planejamento, construção e financiamento dos imóveis no Jardins Mangueiral, o conceito adotado foi de demanda habitacional que representa a necessidade dos indivíduos residirem em local adequado, sob o aspecto demográfico das relações sociais e econômicas da população com o meio urbano.

Logo, de acordo com a conceituação estabelecida, a demanda habitacional total é relacionada ao perfil demográfico e socioeconômico da população, bem como a sua localização no sítio urbano. Sua distribuição no território é definida pelas características da tipologia predominante de moradias (casas ou apartamentos), da configuração espacial da malha urbana e outras características topológicas.

Para a Caixa Econômica Federal (2011), a análise histórica demonstra que a atual Política Nacional de Habitação, instituída pelo Governo Federal em 2004, constitui um marco para o setor habitacional por abordar a questão da moradia de maneira ampla e integrada aos serviços urbanos e afirma que o enfrentamento da carência de moradias exige um esforço integrado do Governo e da iniciativa privada. E aqui acrescenta-se que não basta ter direito e acesso à moradia. Morar em um bairro exige também a necessidade de equipamentos públicos que atendam às necessidades dos moradores.

Observa-se que o histórico das políticas nacionais para habitação mostra como os programas tornaram o problema habitacional uma obrigação do Estado e um direito do cidadão, na interpretação de Moreira (2013), uma questão de mercado, repassando para o setor privado o protagonismo na produção

de habitações a serem financiadas. Esse modelo, que se baseia na lógica de mercado, e fez com que as unidades residenciais produzidas fossem tidas como mercadorias, portanto gerando renda para seus proponentes, o que de certa forma explica o fato de as políticas sempre terem atingido, predominantemente, a classe média e terem atendido aos interesses do empresariado da construção civil.

Como bem retratado no bairro Jardins Mangueiral, que foi destinado para população de classe média do Distrito Federal, onde por ser originário de todo um contexto de planejamento urbano, beneficia os moradores mas principalmente às construtoras envolvidas na construção e manutenção do bairro. Sobre a relação entre política habitacional e mercado imobiliário, Moreira (2013) descreve que:

Essa distorção da política habitacional revela a incompatibilidade da finalidade social da política habitacional com o modo empresarial de produção de moradia. Na impossibilidade de conciliação, os interesses dos empresários influenciam e até certo ponto determinam os investimentos públicos para habitação e o público para o qual eles seriam direcionados, em detrimento da função social da política habitacional. (MOREIRA, 2013, p.30).

O Estado somente não deve prover a oferta de habitações, contudo deve criar mecanismos de facilitem a compra e o pagamento pelos imóveis, associando ao planejamento urbano, que pode proporcionar lugares de moradia com infraestrutura básica, associando com leis que fiscalizem e inibam a ocupação irregular do solo. Os valores dos imóveis podem ser mais baixos, caso não seja visado somente o lucro por parte das construtoras.

Pode-se compreender que os critérios socioeconômicos se relacionam para a ocupação e transformação do espaço urbano e a questão que interliga o mercado imobiliário com o Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Evidenciando portanto valores de imóveis diferenciados seguindo três critérios: a) renda média mensal familiar; b) tamanho dos imóveis e c) localização da cidade com relação a sua proximidade com o núcleo central da cidade. Acrescenta-se que, de fato as atuais políticas habitacionais beneficiaram famílias de baixa renda, o que, no entanto, pode ser constatado é a diferenciação dos espaços onde são construídas as residências para as famílias de acordo com a renda salarial. Os conjuntos habitacionais são construídos com características próprias ao espaço das cidades e as condições socioeconômicas dos compradores e habitantes.

No Distrito Federal não se difere os aspectos que dialeticamente se

misturam, trazendo soluções para alguns problemas, como aumento na oferta de moradias, mas trazendo também todos problemas urbanos tipicamente vividos nas grandes cidades. Sobre Brasília e as tendências metropolitanas, Neto (2006) afirma:

[...] é possível observar um espraiamento das manchas metropolitanas brasileiras em direção a espaços periféricos (ou peri-urbanos) nas suas formas espaciais; incorpora (áreas, regiões, zonas, bairros) a dinâmica da moderna economia, e reproduz o capital imobiliário, à medida que (re)valoriza espaços, “escolhidos” pelo capital [...] (NETO, 2006, p. 114).

Na produção do espaço urbano, ao construir uma área residencial para determinada classe social, o investimento em novas lojas, redes de hipermercados, escritórios e demais serviços privados são inseridos na lógica do capital. Santos (2003) afirma:

[...]os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida [...] Com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história. (SANTOS, 2003, p. 80-81).

No entanto, a análise realizada sobre a transformação do espaço teve significativa importância para se compreender os processos pelos quais a cidade de São Sebastião (DF) tem vivido. Sobre o espaço geográfico, Santos (2003) afirma:

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço. (SANTOS, 2003, p. 67).

As políticas habitacionais representam uma importante ferramenta para organizar a forma de ocupação do espaço urbano e atender as necessidades referentes ao setor de moradia, e sob essa ótica, a renda média bruta familiar é o que define como se dará a inserção do indivíduo e sua família nos programas habitacionais. Quanto maior a renda, maior o poder aquisitivo, melhor será o lugar da cidade onde poderá ser comprado o imóvel, que por sua vez, são imóveis localizados em setores com melhor infraestrutura.

REFERÊNCIAS

- BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- BORGES, Joamara Mota. **Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa Minha Casa, Minha Vida em Águas Lindas de Goiás**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNB, Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. PAC2. **Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida> Acesso em: 05/10/2014
- BRASIL. **Déficit Habitacional no Brasil 2007**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2009.
- BRÁSÍLIA. **Programa Morar Bem**. Disponível em: <http://www.morarbem.df.gov.br/direito.aspx?pagina=direito>. Acesso em: 08 set. 2014.
- CAIXA. **Demanda habitacional no Brasil**. Caixa Econômica Federal. Brasília, 2011.
- COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD – 2013 São Sebastião**. Brasília (DF), 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF. Instituto de Planejamento Territorial e Urbano – IPDF. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal**. Projeto de Lei Complementar. Brasília, 1996.
- JARDINS MANGUEIRAL. **Sobre o Projeto Jardins Mangueiral**. Disponível em: <<http://www.jardinsmangueiral.com.br/>>. Acesso em 27 mai. 2014.
- MOREIRA, Edison Marques. **Política econômica: Um olhar sobre a atual situação política habitacional no Brasil**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v.40, n. 3, p. 21-32, 2013.
- NETO, J. M. R.; Menon, F. G. da S.; Nóbrega, M. das D. S.; LIMA, S. F. C de. **Brasília e seu entorno: considerações sobre os desafios de metrópole emergente**. Revista Múltipla, Brasília, 10(20): 103-117, junho – 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/luciana/Downloads/multipla20-libre.pdf>> Acesso em: 13/09/2014.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (p.233-259)
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (p.41-49)

19

CAPÍTULO

MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO DOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS DA CIDADE DE CATALÃO (GO): o uso do Cadastro para identificar os riscos

MENDES, Pedro Paulo Mesquita ^{1*}; ORLANDO, Paulo Henrique Kingma ²

¹ Geógrafo. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

² Geógrafo. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

* email: pedropaulo.mendes@hotmail.com

RESUMO

O presente texto procura trazer algumas reflexões sobre a temática em torno do uso do cadastro para mapeamento das áreas de risco em perímetro urbano. A apresentação dos conceitos sobre cadastro e áreas de risco foi estabelecida segundo as definições por pesquisadores ou/e instituições públicas. Foram analisados, também, outros conceitos como vulnerabilidade e ameaça. De forma sintética, o presente artigo expõe uma classificação de risco. Quanto aos autores que trazem estas problematizações, foram consultados Guerra (2005); Botelho (2007); Christofolletti (1994); Macedo (1992); Castro (1998); Loch (1990); Silva (1979); Carpi Júnior (2005);

Veyret (2013); Rabelo (2003); Cerri e Amaral (1998) IPT (2007) dentre outros, que buscam compreender as dinâmicas espaciais e ambientais de áreas de riscos, bem como os manuais do Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e os parâmetros da Defesa Civil. Diante disso, este artigo tem como objetivo apresentar a localização e implicação das áreas de risco do perímetro urbano no município de Catalão (GO). As áreas de risco escolhidas para a pesquisa estão em locais com menor valor imobiliário, próximas dos espaços periféricos da Cidade, compondo novas áreas de expansão da malha urbana. Para atender aos objetivos propostos, foram utilizados procedimentos e técnicas, como visitas técnicas aos locais vulneráveis a risco, revisão de literatura, uso de equipamento de georeferenciamento, ficha de cadastro e entre outros documentos. O interesse pela discussão da temática surgiu após perceber que a cidade de Catalão não possui estudos acadêmicos sobre risco e nem o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR).

Palavras-chave: Áreas de risco; Cadastro; Catalão (GO)

1. INTRODUÇÃO

O controle ambiental urbanístico têm sido um dos grandes problemas mundiais a ser enfrentado pelos administradores, planejadores e usuários do espaço ocupado pelas cidades e suas áreas adjacentes. No Brasil, a concentração urbana é da ordem de 80% do total da população humana. Essa concentração urbana pode ser caracterizada pela expansão irregular das periferias, com pouca observação às regulamentações urbanas estabelecidas num plano diretor ou às normas específicas de loteamentos, ocorrendo, sistematicamente, ocupação irregular de áreas públicas e/ou privadas por contingente populacional, na sua maioria de baixa renda.

Dessa forma, a um conjunto de eventos trágicos, passíveis de ocorrer principalmente no período de chuvas, que se reproduzem em acidentes de características semelhantes em áreas urbanas de risco em todo País, como inundações de vales, instabilidade de encostas e ocorrência de processos erosivos, entre outros eventos associados ao risco hidrológico, geológico e atmosférico. No período da seca o risco está associado à queimadas de vegetações localizadas dentro ou próxima às cidades. A ocorrência desses eventos, no perímetro urbano, é tratada como sendo áreas de risco e essencialmente de forma emergencial pelos Sistemas de Defesa Civil, inexistindo na quase totalidade de municípios brasileiros.

Para que ações preventivas sejam aplicadas em áreas de risco é necessário identifica-las, cadastra-las e estudar suas dinâmicas. Um sistema de cadastramento de áreas urbanas de risco implica, em primeiro lugar, no conhecimento do problema por meio do mapeamento dos riscos, sendo que essas áreas, caracterizadas em seus diferentes níveis de risco, devem ser hierarquizadas para o estabelecimento de medidas preventivas e/ou corretivas, e administradas por meio de ações de controle de uso e ocupação do solo. Diante disso, este artigo tem como objetivo apresentar a localização e implicação das áreas de risco na malha urbana do município de Catalão (GO), através de recurso de 'Ficha de Cadastro', recurso tecnológico de georeferenciamento e visitas técnicas aos locais vulneráveis ao risco.

Para atender aos objetivos propostos, utilizou-se de procedimentos e técnicas, como; ida a campo, revisão de literatura, uso de equipamento de georeferenciamento, entre outros. Dentre esses procedimentos metodológicos, foram utilizados: a) pesquisa teórica sobre cadastro e área de risco; b) a pesquisa documental feita a partir da análise de documentos censitários do IBGE, dos mapas e plantas constantes no Plano Diretor do município Catalão (GO), dos Relatórios da 11ª Regional Estadual de Defesa Civil, e do Plano Local

de Habitação de Interesse Social de Catalão (GO) – (PLHIS); c) a pesquisa de campo foi realizada através da aplicação de Roteiros de Cadastro, observação não-estruturada, registro fotográfico e coletas dos pontos georeferenciadas através do Global Positioning System - GPS.

A compreensão da dinâmica dessas áreas de risco sugere ultrapassar a perspectiva que contrapõem planejamento e uso e ocupação do solo e também permite a leitura de realidades que não se ajustam em modelos prontos para ocorrência de desastres destas localidades. Compreende-las, significa desvendar a interligação de eventos naturais e antrópicos de forma desarmoniosa, que ao realizar-se, pode ocorrer perdas de vidas e bens materiais. Acredita-se que, na cidade, a relação entre uso e ocupação do solo, o aumento populacional humano e as condições ambientais, pode ser compreendidas por meio de uma análise das áreas degradadas, aos quais influenciam diretamente na configuração do lugar.

2. O CADASTRO ENQUANTO INSTRUMENTO PARA MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO: VIDAS EM RISCO

O debate acadêmico em torno das interpretações dos eventos naturais ou antrópicos que implicam perdas de vidas e/ou bens materiais em áreas vulneráveis a risco se renova a partir de cada grande novo desastre e/ou catástrofe. Novos estudos sobre riscos naturais, como deslizamento, inundações, erosões, assoreamento de rios, tempestades, enchentes, doenças virais e bacterianas, entre outros eventos, devem realizar-se em face a essas novas abordagens, pois é ao entender o natural e o antrópico como parte de um mesmo processo que se reconhecerá o possível surgimento de áreas de risco.

Um fator a ser considerado no estudo sobre áreas de risco é o fato de reconhecer as estações climáticas do ano como parte condicionante do aumento ou diminuição de eventos desastrosos, sendo que alguns eventos ocorrem independentemente de períodos chuvosos ou secos. Visto que, algumas áreas de riscos aumenta sua potencialidade ou surge em conjunto com práticas humanas e eventos naturais, porém a área de risco é só considerada com a presença do homem. Por isso que, o cadastro destas áreas é uma ferramenta auxiliadora do gerenciamento e acompanhamento de possíveis riscos.

Além disso, buscam-se estudos e interpretações de áreas de riscos que vão além da abrangência do meio físico e que se compreenda que as condicionantes do surgimento de áreas de riscos perpassam também por aspectos culturais, políticas e sociais. Diante dessas considerações, e ao buscar investigações que

contemplem novas leituras sobre risco que permitam analisar a inter-relação do cadastro de áreas de riscos, é que pode-se pensar um gerenciamento das mesmas.

Fatores econômicos, políticos, sociais e culturais contribuem para o avanço e a perpetuação do quadro indesejável das áreas de risco. Segundo o IPT (2007) o problema das áreas de risco nas cidades brasileiras pode ser sintetizado, conforme descrito a seguir:

Crise econômica e social com solução a longo prazo; Política habitacional para baixa renda historicamente ineficiente; Ineficácia dos sistemas de controle do uso e ocupação do solo; Inexistência de legislação adequada para as áreas suscetíveis aos riscos mencionados; Inexistência de apoio técnico para as populações; Cultura popular de “morar no plano”. (IPT, 2007, p. 15 – grifo do autor)

Com isso, a existência de um cadastro das áreas de risco é tida como sendo uma ferramenta necessária para o Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR). Através do PMRR pode-se gerar ações preventivas ou iniciar o gerenciamento das áreas de risco. O objetivo maior de um PMRR é o de erradicar, controlar e/ou reduzir as situações de risco associadas à dinâmica superficial e que coloca em perigo a vida e os bens materiais da população humana e demais outros seres vivos inseridos nestas áreas, sendo um instrumento de gestão urbana de fundamental importância para o controle e mitigação dos riscos nas cidades brasileiras.

Contudo, o cadastro pretende pelo menos a homogeneização da coleta dos dados, manutenção de arquivos, que podem se transformar em bancos de dados e possibilitar uma análise histórica dos eventos, identificando a sua potencialidade de risco, sua classificação e a sua provável origem. O cadastramento também é uma ferramenta auxiliar para o monitoramento.

Existem vários exemplos de cadastro para áreas de risco. Macedo (1992) publicou o cadastramento de riscos de escorregamentos em área da cidade de Guaratinguetá (SP). Este cadastramento permitiu a distribuição do risco em uma planta do bairro e o estabelecimento de prioridade de atuação por parte da Prefeitura Municipal.

O IPT (1996) realizou zoneamento de risco de escorregamento em área de risco no município de Jundiaí (SP) e utilizou uma ficha de vistoria de campo. Em outro trabalho, o IPT (1992) apresentou um cadastramento de área de baixa renda sujeita a movimento de massa tipo escorregamento de cortes e realizado

em São Sebastião (SP). Já Martins (2005), na sua Dissertação de Mestrado sobre “Cadastro Georreferenciado de Erosões no Distrito Federal” identifica 1.252 áreas com indícios a ocorrência de feições erosivas que podem implicar área de risco.

Segundo Silva (1979) o cadastro deve ser entendido como um registro na forma descritiva e na forma cartográfica. A parte descritiva do Cadastro, além de atender às necessidades informacionais das áreas de riscos, deve servir como um banco de dados para todos os órgãos de interesse público que necessitam desta classe de informação, como exemplo, as Secretaria de Habitação, do Meio Ambiente, de Obras e da Defesa Civil. A parte cartográfica do Cadastro trata da localização e da dimensão do risco. É, pois, a ferramenta básica para trabalhos dos planejadores e dos gestores públicos.

Portanto, para que se possa implementar o cadastramento de áreas de riscos, deve-se levar em conta, de acordo com Silva (1979), que Cadastro é uma matéria multidisciplinar que envolve conhecimentos de direito, levantamentos (terrestres ou aéreos), administração e planejamentos estratégicos. Em função do volume de dados envolvidos no processo, este poderá ser automatizado, englobando também conhecimentos da área de processamento de dados. Desse modo, sendo o Cadastro uma matéria multidisciplinar, exige para tal fim, a contribuição de pessoal especializado nos mais diversos ramos do conhecimento técnico-científico.

Assim, o cadastramento de áreas de riscos constitui o primeiro passo para para prevenção, gerenciamento e recuperação das mesmas, tendo como objetivo diagnosticar cada uma das áreas ¹, registrando em ficha de cadastro apropriada, e as qualifica quanto ao seu nível de risco. O Cadastro dos Riscos proporciona um avanço no conhecimento do comportamento das áreas e suas relações com espaço, uma vez que um dos objetivos do Cadastro é, também, destacar a dinâmica das áreas de riscos.

A discussão sobre riscos e, especialmente, sobre riscos de desastres, tem se tornado cada vez mais constante no nosso contexto social. Trata-se de um dos principais conceitos em defesa civil, pois localiza a reflexão sobre as ações que podem ser empregadas antes da ocorrência do desastre. Denomina-se risco de desastre a probabilidade de ocorrência de um evento adverso, causando danos ou prejuízos. Convencionalmente, o risco é expresso pela fórmula: Risco = Ameaça x Vulnerabilidade.

Para que esta fórmula seja compreendida deve-se saber o conceito de cada variável. O significado do risco discorrendo como o mesmo surgiu na nossa sociedade e se apresenta até os dias atuais.

¹ Acontecimento possível; pode ser um processo natural, tecnológico, social, econômico, e sua probabilidade de realização.

O termo “risco” origina-se do latim *rescum*, “o que corta”, derivado do verbo *resicare*, “ato de dividir, cortar separando”. Designava o estilete empregado pelos romanos para marcar as tabuletas de cera que eram usadas para escrever antes da adoção do papiro. Mais tarde, na época medieval, em linguagem náutica, *riscum* veio a significar “penhasco”, “perigo no mar”, “perigo oculto”, o que poderá explicar o conceito estabelecido na teoria epidemiológica. (ALMEIDA-FILHO, 2008, p. 5 – grifos do autor).

No Brasil, em 2006, o Ministério das Cidades adotou o conceito de risco como “Relação entre a possibilidade de ocorrência de um dado processo ou fenômeno e a magnitude de danos ou conseqüências sociais e/ou econômicas sobre um dado elemento, grupo ou comunidade.” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006, p. 3).

Cerri e Amaral (1998) estipularam uma classificação do risco na concepção ambiental, considerados de maior risco, com destaque para o risco geológico, um dos mais ocorrentes que pode ser observado no ambiente urbano, como mostra a Figura 1.

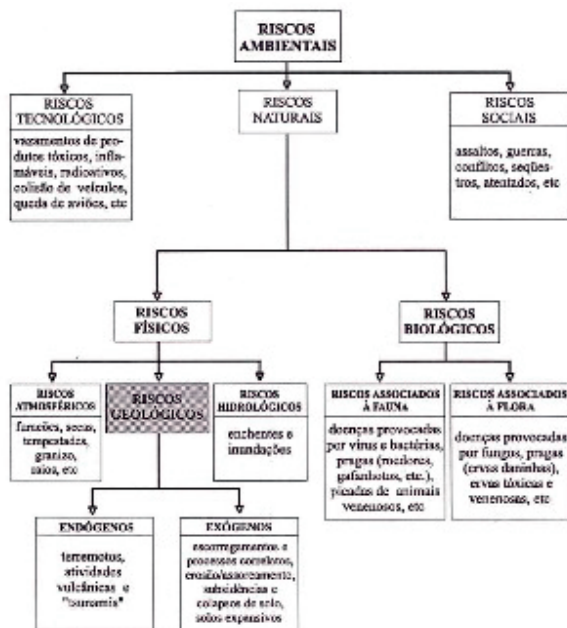


Figura 1 – Classificação dos risco

Fonte: Cerri e Amaral (1998).

Há inúmeras formas de classificar os riscos. Uma delas, tendo por base situações potenciais de perdas e danos ao homem, considera os riscos ambientais como a classe maior dos riscos, subdividindo-os em classes e subclasses [...]. Já os riscos geológicos são classificados em riscos endógenos (associados aos processos da geodinâmica interna) e riscos exógenos (geodinâmica externa). (CERRI; AMARAL, 1998, p. 301-303).

Porém a noção de vulnerabilidade, que se associa à de risco, tem sido também matéria de discussão, com destaque para as considerações realizadas por Rebelo (2003, p. 252) quando afirma que existe uma confusão entre os termos utilizados para tratar de riscos e vulnerabilidades.

Tradicionalmente, a Defesa Civil compreende o conceito de vulnerabilidade como “[...] condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, define os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos previstos” (CASTRO, 1999, p. 9)

O grau de vulnerabilidade seria medido em função da intensidade dos danos e da magnitude da ameaça. Fundamental, no entanto, é refletir sobre quais são essas condições que fragilizam uma dada população, bairro ou pessoa; de que maneira essas condições se constituem e se inter-relacionam e, ainda, são mantidas em nossa sociedade; entender quais são as metodologias disponíveis para identificar e avaliar as diferentes dimensões que compõem a vulnerabilidade a desastres; e quais as estratégias e ações que devem ser implementadas para reduzir a vulnerabilidade da área.

A última variável da fórmula - a ameaça, é definida pelo Glossário de Defesa Civil e Estudos de Riscos e Medicina de Desastres como sendo: “1. Risco imediato de desastre. Prenúncio ou indício de um evento desastroso. Evento adverso provocador de desastre, quando ainda potencial. 2. Estimativa da ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento (ou acidente) e da provável magnitude de sua manifestação.”

Diante dessas considerações, note-se que cresce no Brasil, em especial nos estudos de controle ambiental urbanístico e na Ciência Geográfica, o interesse de pesquisadores por temas que discutam sobre: a) ferramenta auxiliadora, os cadastros, para gerenciamento das áreas de risco; b) as medidas mitigadoras para contenção ou prevenção de desastres; c) os efeitos do uso e ocupação do solo nas áreas urbanas que implicam desastres. d) elaboração de conceitos precisos sobre risco, vulnerabilidade e ameaças.

3. DINÂMICA ESPACIAL, FITOGEOGRÁFICA E A LOCALIZAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DE CATALÃO (GO)

Para a realização dos estudos, os dados foram extraídos da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (SEPIN), órgão da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN-GO); do Banco de Dados Estatísticos de Goiás (BDE-GO); de estimativas e Censos Populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); além de outras fontes, como a própria Prefeitura Municipal de Catalão.

O município de Catalão foi formalmente constituído em 20 de agosto de 1859, embora sua ocupação tenha se dado já na primeira metade do século XVIII. As características e localização da área de pesquisa não existem em vários campos científicos, porem, na Geografia, adquire importância considerável. Nesse sentido, a área foi localizada, delimitada e caracterizada de acordo com seus aspectos sociais, econômicos, espaciais, culturais, ambientais, entre outros aspectos.

A área escolhida para a realização da pesquisa foi o município de Catalão, Estado de Goiás. A Microrregião de Catalão integra-se a Mesorregião do Sul Goiano (IBGE, 1990), estando compreendido entre os meridianos de 47°17' e 48°12' Longitude W Grt e os paralelos 17°28' e 18° Latitude S, abrangendo uma área de 3.778,6km² (IBGE, 2010), correspondendo a 1,11% do território Goiano, conforme demonstra a Figura 2. Em seu contexto socioespacial, o

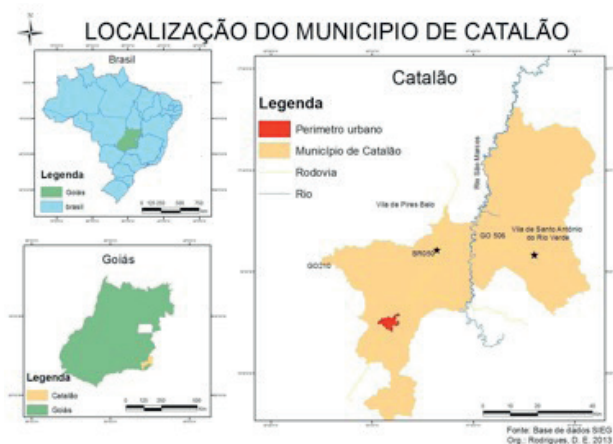


Figura 2 - Localização do município de Catalão (GO) - 2013.

município de Catalão possui quatro povoados: Olhos D'água, Pedra Branca, Cisterna e Martírios, e dois Distritos: Santo Antônio do Rio Verde e Pires Belo. O Município conta com um total de 75.623 habitantes, sendo que 70.212 dos habitantes residem na zona urbana, o que corresponde a 92,84% da população humana total, enquanto apenas 5.411 habitantes residem na zona rural, corresponde a 7,16% (IBGE, 2010).

A Sede do Município esta distante cerca de 100 km de Uberlândia (MG), interligada pela rodovia BR-050, 258km de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, pela rodovia GO-330 e a 305km de Brasília (DF), pela rodovia BR-050 e, ainda, pela GO-352 as interliga as cidades de Goiandira e Corumbáiba. Possui um Distrito Mineral-Industrial (DIMIC), com empresas mineradoras de beneficiamento e processamento de nióbio (Copebrás S.A - Grupo Anglo American) e fosfato (Mineração Catalão - Grupo Anglo American e Vale Fertilizante). Com duas montadoras, John Deere (Cameco do Brasil), montadora de colheitadeiras de algodão e cana, e a Mitsubishi Motores Corporation, montadora de veículos automotores.

Nos aspectos geofísicos destaca-se na área urbana da cidade de Catalão a declividade como um fator importante na área Leste onde existem as nascentes do Córrego Santo Antônio. As casas se aproximaram muito destes locais e não podem avançar a ocupação deste local. As declividades encontradas no relevo da bacia hidrográfica deste Córrego são muito grandes. Uma ocupação urbana no interior desta bacia hidrográfica poderia trazer muitos problemas ambientais, urbanos e até mesmo de risco as estruturas que fossem construídas neste local.

A outra bacia hidrográfica na qual a Cidade está situada é a Bacia Hidrográfica do Córrego Pirapitinga. Ela abrange a maior parte da área da malha urbana e possui várias nascentes. As principais foram representadas e atualmente constituem um conjunto de barragens ao longo de todo do Alto Curso do Córrego. Isto constituiu, para aquelas represas situadas no interior da malha urbana, um local de lazer e de espaços verdes para todos os habitantes. Por outro lado é preciso estabelecer um monitoramento contínuo de todas as barragens para que, no período de chuvas, não exista a possibilidade de uma delas sofrer danos em sua estrutura e provocar uma inundação na Cidade e os impactos decorrentes.

É preciso garantir também que a vazão do Córrego Pirapitinga e de seus afluentes no período chuvoso não ultrapasse a capacidade da calha da rede de drenagem, evitando-se enchentes, inundações que possam afetar a circulação das pessoas e também as moradias.

Na área urbana consolidada, o Córrego Pirapitinga foi canalizado e foi

construída uma avenida ao lado de suas margens que ainda não foi totalmente ocupada, mas não possui área de preservação permanente com cobertura vegetal, pois sua vegetação natural já foi suprimida. O uso do solo no entorno dessa avenida (Av. Raulina Fonseca Pascoal) e também do entorno dos demais Córregos que ainda não foram urbanizados deveria se dar no sentido da formação e preservação de coberturas vegetais naturais, como bosques para evitar a impermeabilização do solo, e, no futuro, a ocorrência de enchentes que possam atingir moradias e que também influenciam na ocorrência de processos erosivos, aumentando os impactos decorrentes de processo de intervenção.

4. RESULTADO E ANÁLISE DA PESQUISA: OS RISCOS NO ESPAÇO PERIFÉRICO

As áreas de risco escolhidas para a pesquisa são em locais com menor valor imobiliário, próximas dos espaços periféricos da Cidade, compondo novas áreas de expansão da malha urbana. Esta situação foi resultante da forma inadequada de parcelamento do solo urbano e da ausência de ação do Poder de Polícia Administrativa do Estado na fiscalização e autorização de obras que ocorreram nas últimas décadas.

Foram identificadas quatro áreas como assentamentos precários na Cidade, são eles: Bairros Pontal Norte, Dona Sofia e Aeroporto, Bairro Erondina e uma área próximo ao IBAMA no Bairro Santa Rita. Essas áreas foram identificadas através do uso de imagens de satélite no Programa Google Earth e também foram realizadas visitas a campo nesses locais delimitados a fim de promover a visualização e caracterização do local (Figura 3).



Figura 3 – Localização das áreas de risco

Fonte - Google Earth, 2009 - Equilíbrio Consultoria (2011). Org. Mendes. P. P. M. (2014).

A Área 1 está localizada na porção leste da Cidade. Devido à expansão da malha urbana, o Bairro Pontal Norte está localizado além da rodovia BR 050, o que provoca um isolamento da população desse Bairro em relação aos demais bairros da Cidade. Esse Bairro possui uma ocupação recente e seu crescimento está limitado por um atributo natural que é formado por um vale, no qual as declividades das vertentes, principalmente aquelas próximas a nascentes é muito grande, o que impede a construção e urbanização além das áreas que já estão ocupadas.

Trata-se então de uma área de risco não consolidável que implica no reassentamento total das moradias localizadas em seu interior. O número de moradias nessa área foi calculado com base nas visitas a campo e correlação as imagens do Software Google Earth para a área, sendo estimadas 11 moradias sob condições de risco.

A Área 2 compreende um conjunto de moradias situadas nos Bairros Aeroporto e Dona Sofia, com ocupação muito recente, que remonta a uma década, em uma área da periferia da Cidade, sendo também um espaço de expansão urbana. Trata-se de uma área que apresenta falta de infraestrutura e é resultado de um processo de invasão de áreas de propriedade do Município, consistindo também em irregularidade fundiária. O número de moradias nesta área foi calculado com base nas visitas a campo e correlação as imagens do Software Google Earth para a área, sendo estimado em 68 moradias sob condições de risco.

A Área 3 está localizada a oeste do centro da Cidade nos Bairros Erondina e Paraíso. A área de risco compreende uma faixa onde está localizada uma linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão, sob a qual foram construídas casas nos últimos anos. O principal problema nesse setor é o consequente risco que as moradias correm por estarem praticamente embaixo da rede de transmissão de energia. Os Bairros Erondina e Paraíso também são recentes e constituem um eixo de expansão da cidade de Catalão. A rede de transmissão de energia foi instalada antes do loteamento e abastece a subestação de energia elétrica de Catalão. Ela pertence à CELG e possui uma tensão de 138 kV. A faixa de domínio é contada a partir de 16 metros a partir do eixo central da linha de transmissão, conforme dados da CELG. A Área 3 é, portanto, considerada como não consolidável. O número de moradias nesta área foi calculado com base nas visitas a campo e correlação as imagens do Software Google Earth para a área, sendo estimado em 47 moradias sob condições de risco.

A Área 4 está localizada na porção leste da Cidade. Sua ocupação também é resultado de irregularidade fundiária. Trata-se de uma pequena área, em uma rua que sofre as consequências da falta de infraestrutura presente nos bairros

vizinhos da área que não possuem uma rede de drenagem pluvial. As moradias que estão no final da Rua Goiandira e início da Rua Geraldo B. da Silva estão localizadas em um terreno que fica abaixo do nível da barragem de uma represa localizada no interior da Unidade do IBAMA, entre os Bairros Santa Rita e Ipanema.

Durante o período chuvoso, as águas pluviais que correm a partir do Bairro Ipanema, que não possui drenagem pluvial, direcionam seu escoamento para a Lagoa Paquetá. Por sua vez, esta lagoa já apresentasse com níveis consideráveis de assoreamento e degradação de sua área ripária. Com a diminuição da capacidade de armazenamento da água, provocado pelo assoreamento da lagoa com diversos materiais, a água transborda em direção as Ruas Goiandira e Geraldo B. Silva, sendo quando inundam as moradias que estão localizadas nesta área de risco, constituindo, assim, o principal problema desse local. A Área 4 é, portanto, considerada como consolidável mediante urbanização complexa. O número de moradias nesta área foi calculado com base nas visitas a campo e correlação as imagens do Software Google Earth para a área, sendo estimado em 28 moradias sob condições de risco.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo central deste artigo é demonstrar a aplicabilidade do cadastro para o mapeamento das áreas de risco, especificamente os entornos do perímetro urbano da cidade de Catalão (GO) que ocorreram ausência de ação do Poder de Polícia Administrativa do Município na fiscalização e autorização de obras. Em toda a margem do perímetro foi possível constatar quatro áreas que podem ser classificadas como sendo de risco a integridade física e ao patrimônio do cidadão. Algumas áreas já estão consolidadas e outras em processo de consolidação. Através da visita a campo e por meio do uso de imagem de satélite constatou-se que aproximadamente 154 moradias estão na zona de risco. Das quatro áreas, duas áreas são vulneráveis a inundações, uma a processos geomorfológicos (terreno declivoso) e uma por rede elétrica de alta tensão.

Para que se possa ter uma visão total da situação das áreas de risco na cidade de Catalão (GO), a aplicação da ferramenta 'cadastro' deve ser levada para outras localidades, como por exemplo: Centro, áreas consolidadas e o Setor Industrial. Outros riscos devem ser incluídos no processo de observação, como o risco social, industrial e químico. Também, a construção de uma tabela/quadro para acompanhamento do potencial de risco ao longo de cada estação

climática do ano. Posteriormente formular um projeto planejado a ser entregue as instituições públicas competentes para que possa justificar a elaboração e implementação do Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) para o município de Catalão, base fundamental para evitarem-se possíveis tragédias ambientais.

Abstract

This paper tries to give some reflections on the subject around the use of the registry for mapping of risk areas within the city limits. The presentation of the concepts of registration and risk areas was set according to the definitions by researchers and / or public institutions. Were also analyzed other concepts such as vulnerability and threat. Also, in summary form, this article presents a risk rating. As for the authors who bring these problematizations, War (2005) were consulted; Botelho (2007); Christofoletti (1994); Macedo (1992); Castro (1998); Loch (1990); Silva (1979); Carpi Junior (2005); Veyret (2013); Rabelo (2003); Cerri and Amaral (1998) IPT (2007) and others who seek to understand the spatial and dynamic areas of environmental risks as well as the manuals for the Ministry of Cities, Ministry of National Integration and the parameters of Civil Defense. Therefore, this article aims to show the location and implication of risk areas of urban perimeter of the city of Catalan (GO). Risk areas chosen for the study are in places with lower housing, close to the peripheral areas of the city, making up new areas for expansion of the urban grid value. To meet the objectives, procedures and techniques as were used; technical visits to locations vulnerable to risk, literature review, use of equipment georeferencing, registration form and others. Interest in the discussion of the theme came after realizing that the city of Catalan (GO) is not academic studies on risk and neither the Municipal Plan Risk Reduction (PMRR).

Keywords: Risk áreas. Register. Catalão (GO).

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. Um conceito de Geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o Quaternário. In: **Geomorfologia**, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n.18, 1969.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- _____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- _____. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
- ABGE. Riscos e acidentes: especialistas opinam sobre tragédias. **Revista ABGE - Associação Brasileira da Geologia da Engenharia**, São Paulo, n. 85, jul. ago.set. 2009.
- ALCAZAR, M. G.; **Catastro, propiedad y prosperidad**. Jaén — Espanha: Publicaciones de la Universidad de Jaén, 2007.
- ALMEIDA-FILHO, N. **O futuro do conceito de risco**. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva - Universidade Federal da Bahia, 2008.
- BRASIL. **Manual de desastres humanos: desastres humanos de natureza tecnológica** Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2003 v1a. Disponível em:<www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=879047d7-789e-4a7c-ae24-a81beb48aecc&groupId=10157> Acesso em: 01 de nov. de 2014.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil, estudos de riscos e medicina de desastres**. 3. ed. Brasília: MI, 2009.
- CASTRO, A. L. C. **Manual de desastres naturais**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Especial de Políticas Regionais, Departamento de Defesa Civil, 1996.
- _____. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999a. v.1.
- _____. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999b. v.3.
- _____. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999c. v.4.
- _____. **Segurança global da população**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 2000.
- CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991. 147p.
- CERRI, L. E. da S. ; AMARAL, C. P. do. **Riscos geológicos**. Geologia de Engenharia. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998.
- CEPED. UFSC. **Capacitação básica em defesa civil**: livro texto para educação à distância. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011.
- CHRISTOFOLETTI, A. Aplicabilidade do conhecimento geomorfológico nos projetos de planejamento. In: GUERRA, A. T.; CUNHA, S. B. (Org.). **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1994. p. 415-441.

- GUERRA, A. J. T.; BOTELHO, R. G. M.. Erosão dos solos. In: CUNHA S.B. da; A. J. T. GUERRA (Orgs.). **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 181-227
- _____; A. J. T.; MARÇAL, M. S. **Geomorfologia Ambiental**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006. p. 13-91
- _____; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (Orgs.) **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 418p.
- GUILLAM, M. C. R. **O conceito de risco: sua utilização pela epidemiologia, engenharia e Ciências Sociais**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: < www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco >. Acesso em: 29 out. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em:<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/GO2010.pdf>. Acesso em: 01 de nov. de 2014.
- IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Orientações para o combate à erosão no Estado de São Paulo, Bacia do Peixe – Parapanema. Vol.6. (IPT. Relatório, 24.739), (CP; ME), São Paulo, 1986.
- _____. Controle de Erosão. Bases conceituais e técnicas; Diretrizes para o planejamento urbano e regional; Orientação para o controle de boçorocas urbanas. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo. 1990.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA DE PROGRAMAS URBANOS. **Capacitação em mapeamento e gerenciamento de risco: curso de capacitação**. Brasília, 2006.
- _____. Gestão e mapeamento de riscos socioambientais: curso de capacitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.
- SEDEC/Ministério da Integração. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: MI, 2007.
- _____. **Portaria** n. 117, de 7 de março de 2012. Anexo VIII – DOU de 09/03/2012 – Seção I. p. 30, 2012.
- REBELO, F. **Riscos naturais e ação antrópica**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2003.
- _____. **Uma experiência europeia em riscos naturais**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2005.
- VEYRET, Y. (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____; MESCHINET DE RICHEMOND, N. O risco, os riscos. In: VEYRET, Y. (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 23-79.

20

CAPÍTULO

“A TERRA DO ABACAXI”: resistência dos agricultores familiares no município de Monte Alegre de Minas (MG)

Guimarães, Alessandra Rodrigues ^{1*}; Pessôa, Vera Lúcia Salazar ²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG. Bolsista CAPES.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG - Orientadora/

* alessandraufu@gmail.com

RESUMO

O abacaxi, tanto para o Brasil, quanto para Minas Gerais, é um fruto importante, pois abastece o mercado interno e também o mercado externo, sendo que em Minas Gerais, 94% da produção de abacaxi está concentrada no Triângulo Mineiro, sobretudo, no município de Monte Alegre de Minas. Esta fruta possui importância econômica e social para o Município, objeto de estudo desta pesquisa, pois na década de 1980 a Cidade foi reconhecida nacionalmente como a “Capital Nacional do Abacaxi”, devido à sua produção anual de 149 milhões de frutos colhidos. O abacaxi em Monte Alegre de Minas, assim como em outros municípios de Minas Gerais e do

Brasil, é cultivado, em sua maioria, por agricultores familiares. Desse modo, a presente pesquisa objetiva compreender o papel da cultura do abacaxi e a sua importância no Município como forma de (re)produção da agricultura familiar. Como principais indagações, para conceber as orientações para a pesquisa, foram: a cultura do abacaxi contribui para a permanência da agricultura familiar em Monte Alegre de Minas; a cultura do abacaxi tem sido prejudicada por outros tipos de cultivos como soja, milho e cana-de-açúcar, introduzidos na década de 1990.

Palavras-chave: Produção de abacaxi; Agricultura familiar; Monte Alegre de Minas (MG)

Guimarães, Alessandra Rodrigues; Pessôa, Vera Lúcia Salazar; "A TERRA DO ABACAXI: resistência dos agricultores familiares no município de Monte Alegre de Minas (MG)", p. 324-342 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap20

1. INTRODUÇÃO

O cultivo de alimentos pelos agricultores familiares é expressivo para a economia brasileira, pois este setor é responsável por mais de 60% da produção de alimentos básicos para o consumo da população humana. Dentre os produtos cultivados, as frutas representam importante classificação de alimentos produzidos no País, sendo um importante produtor e exportador de frutas (FAO, 2010).

A produção de frutas no Brasil é significativa, abrangendo uma área total cultivada de 2,2 milhões de hectares distribuídos pelo País, e emprega em torno de 5,6 milhões de pessoas, correspondendo a 34% da mão-de-obra rural. Nesse contexto, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, atrás apenas da China e da Índia. A produção em 2010, conforme dados da FAO, foi de 39 milhões de toneladas de frutas, o que representa 6% da produção mundial. A produção brasileira está voltada para frutas tropicais e subtropicais. Em virtude da qualidade do solo e das condições climáticas favoráveis, dentre as frutas produzidas, destacam-se a manga, maçã, banana, melancia, uva, laranja e abacaxi. Em relação à produção de abacaxi, a mesma está concentrada, principalmente na região Nordeste e Sudeste do País. No Nordeste, o destaque é para o Estado da Paraíba, principal produtor de abacaxi do território brasileiro e no Sudeste, o Estado de Minas Gerais lidera o ranking de terceiro produtor do País (FAO, 2010).

Esta fruta possui importância econômica e social para Monte Alegre de Minas, objeto de estudo desta pesquisa, pois na década de 1980 a Cidade foi reconhecida nacionalmente como a “Capital Nacional do Abacaxi”, devido à sua produção anual de 149 milhões de frutos colhidos. O abacaxi em Monte Alegre de Minas, assim como em outros municípios de Minas Gerais e do Brasil, é cultivado, em sua maioria, por agricultores familiares (Informação verbal, EMATER, 2013).

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é compreender as estratégias de reprodução dos agricultores familiares produtores de abacaxi, frente às transformações socioespaciais e econômicas no município de Monte Alegre de Minas (MG).

2. O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA: TECENDO A INVESTIGAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE MINAS (MG)

Ao iniciar uma pesquisa é necessário ter clareza do objeto, pois são vários os caminhos que podem ser percorridos para atingir o resultado esperado. Cabe ao pesquisador adotar a metodologia adequada ao problema e aos objetivos da pesquisa. Assim, a pesquisa qualitativa será a abordagem adotada para o desenvolvimento desta pesquisa, com revisão teórica, pesquisa de campo, e coleta de dados em fontes primárias e secundárias.

Na perspectiva metodológica adotada, apoia-se em autores que subsidiam a problemática levantada e os objetivos a serem atingidos. Assim, ampara-se em autores que refletem sobre a questão da agricultura familiar como Abramovay (1992); Lamarche (1993); Wanderley (2001); FAO/INCRA (1996); Hespanhol (2000); Mendes (2005), entre outros.

A pesquisa documental tem como objetivo responder as necessidades da investigação científica, sendo utilizado este tipo de pesquisa para o uso de documentos, permitindo acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008).

Foram coletados informações e dados em sites de órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (dados sobre a produção de abacaxi); a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) (classificação dos produtores de abacaxi quanto à categoria: pequeno, médio e grande); o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (informação sobre políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar); o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) (produção de frutas no Brasil, dentre elas, a de abacaxi). Além disso, foram feitas pesquisas em sites referentes ao cultivo do abacaxi e a fruticultura.

O trabalho de campo na Ciência Geográfica é uma técnica muito utilizada e importante para a compreensão da realidade na qual se deseja estudar, porque ela vai além da mera observação, ela interpreta e compreende o fato observado. No desenvolvimento de uma pesquisa científica, o trabalho de campo é essencial para que o pesquisador entre em contato com o seu objeto de estudo, podendo observar e relatar com mais precisão o que está ocorrendo em sua área de análise (FERREIRA, 2012).

Para Santos e Pessôa (2009) o trabalho de campo é fundamental na pesquisa geográfica, pois representa o momento em que o pesquisador

estabelece um contato direto com a realidade estudada, interagindo com os sujeitos e apreendendo a maneira como eles se concebem em suas dinâmicas de vida e de trabalho no lugar em que vivem.

Na referida pesquisa, a realização da entrevista semi-estruturada proporciona perspectivas para o entrevistado alcançar liberdade em sua fala e espontaneidade no diálogo, podendo enriquecer ainda mais o processo de investigação. A estrutura da entrevista, que é composta por perguntas que foram oriundas de uma reflexão teórica e de informações primárias sobre a pesquisa, fazem com que o pesquisador possa refletir e instigar o entrevistado quando estiver aplicando a entrevista, para chegar ao objetivo proposto. O tempo de realização da entrevista é flexível, e também depende da situação na qual se encontra o entrevistado.

Durante a realização do trabalho de campo, foram feitas entrevistas com os agricultores familiares. Dentre estes, foram entrevistadas famílias que produzem abacaxi há mais de 20 anos, e também com as famílias assentadas pelo Banco da Terra, na década de 1990, que produzem abacaxi há 12 anos (três assentamentos), além de realizar entrevista com os líderes dos assentamentos, para conhecer a história de criação de cada assentamento.

A amostragem foi escolhida pelo tipo de não probabilística por acessibilidade ou conveniência (GIL, 2010, p. 104). Assim, do total de 600 pequenos produtores de abacaxi, serão entrevistados 10% desse total, correspondendo a 60 produtores familiares. Desse total, serão realizadas as entrevistas com as famílias assentadas que produzem abacaxi nos assentamentos. Serão entrevistadas as famílias que cultivam abacaxi dos assentamentos da Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Sol II (20 famílias que produzem abacaxi), da Associação dos Pequenos Produtores Regional de Monte Alegre II (2 famílias que produzem abacaxi), e do Assentamento Quilombo (5 famílias que produzem abacaxi), totalizando 27 famílias que produzem abacaxi. Quanto aos agricultores familiares tradicionais, serão entrevistadas 33 famílias que cultivam o abacaxi há mais de 20 anos.

Neste sentido, buscou-se analisar as entrevistas realizadas, comparando e observando as respostas de cada um, para tentar compreender como o avanço das monoculturas no município de Monte Alegre está interferindo na produção de abacaxi, principalmente pelos agricultores familiares, que estão deixando de cultivar este fruto e investindo em outras plantações.

3. AGRICULTURA FAMILIAR: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A incorporação da terminologia “agricultura familiar”, “explorações familiares”, “pequena produção rural familiar” na literatura brasileira, que retrata os processos sociais e agrários, surge no final dos anos de 1980 e, principalmente, em meados da década de 1990. Uma das justificativas, no campo teórico, é a busca de novos referenciais teóricos e analíticos que contribuam para a formação de um corpo de conceitos que extrapole os temas recorrentes, como a integração entre agricultura e a indústria e a ampliação do trabalho assalariado como sinônimo de desenvolvimento capitalista no meio rural.

Mas, acreditando na diversidade e na heterogeneidade das explorações rurais familiares, adotamos aqui, a terminologia de agricultura familiar proposta por Lamarche (1993), que se refere a uma unidade produtiva onde a família, ao mesmo tempo que trabalha, é proprietária dos meios de produção, incluindo aí vários segmentos de agricultores familiares. A esse pensamento, alia-se Wanderley (2001), que considera essa terminologia como a que melhor se aproxima e explica as heterogeneidades da produção familiar presentes no espaço agrário brasileiro.

O agricultor familiar, em seu estabelecimento, desenvolve as atividades agropecuárias em conjunto com sua família, produzindo produtos para o próprio consumo e também para a comercialização no mercado. A relação existente entre família-produção-trabalho na propriedade rural familiar é fundamental para o desenvolvimento do estabelecimento, pois essa união faz com que toda a família esteja envolvida no processo de produção, resultando assim na forma como eles irão se estabelecer economicamente.

A terminologia de agricultura familiar foi institucionalizada pelo Governo Brasileiro com a promulgação da Lei 11.326/2006, que define critérios para delimitar os estabelecimentos rurais que apresentam gestão familiar. A Lei em seu Artigo 3º define que

Art. 3º: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de

atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
(LEI 11.326/2006, p. 1)

O estabelecimento familiar, de acordo com a Lei, não pode ultrapassar quatro módulos fiscais, indicando que são pequenas propriedades administradas pela própria família. Assim, as pequenas propriedades por possuírem um tamanho delimitado e também por não apresentarem renda suficientemente alta para se modernizarem, começam a ser ameaçadas pelas grandes propriedades, que, cada vez mais querem expandir sua área agricultável utilizando equipamentos modernos para cultivar produtos para serem exportados.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos em que a direção dos trabalhos na propriedade rural era exercida pelo produtor e o trabalho familiar superior ao trabalho contratado. A definição do universo familiar foi estabelecida a partir das condições básicas do processo de produção, como suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua forma de apropriação da natureza (FAO/INCRA, 2000).

De acordo com crítica de Carneiro (2000), o caráter familiar da agricultura não se resume a uma quantificação do tempo trabalhado pela família confrontado ao trabalho assalariado que as unidades familiares podem, porventura, contratar. Para a autora, a especificidade do sistema familiar está na família responder pela organização técnica e execução das tarefas agrícolas, e principalmente pelo destino dado aos produtos desse trabalho. Nesse contexto, há uma amplitude enorme de sistemas familiares de exploração em que a família sintetiza uma rede de relações sociais que perdem sentido ao se resumirem às suas particularidades nas relações de mercado e de trabalho (MENDES, 2005).

O sistema familiar de exploração também se apoia nas relações sociais, de parentesco, de solidariedade, em um universo que extrapola o econômico e o político. Logo, as relações existentes no sistema familiar não são baseadas somente na especificação da quantidade de emprego da mão-de-obra familiar, vai muito além dessa relação de parentesco, ultrapassando as relações existentes dentro da própria propriedade. As duas formas se integram numa lógica específica do conjunto familiar, compondo as diferenças econômicas e de parentesco nas necessidades de se reproduzir enquanto um conjunto de atividade familiar.

Para Lamarche (1993, p. 15), agricultura familiar é “[...] uma unidade de produção agrícola onde trabalho e propriedade estão intimamente ligados à família”. A partir desse sentido, o conceito de agricultura familiar não pode ser confundido com as demais denominações de exploração na terra, pois cada categoria está vinculada a histórias e contextos socioeconômicos e políticos diferenciados.

Ainda, de acordo com Lamarche (1993), a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares e, em cada lugar, apresenta diversidades, de acordo com o modo de produção e o modelo agrícola adotados. Em alguns lugares, a agricultura familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado. Em outros lugares, ainda permanece arraigada na economia de auto-consumo. Pode ser reconhecida como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade ou, ao contrário, ser excluída de todo o desenvolvimento, sendo totalmente desacreditada.

Concordando com Lamarche (1993), quando ele propõe uma teoria que os agricultores familiares são portadores de uma tradição, cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida, mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade globalizada.

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar, por estar diante de todas as transformações que ocorrem no mundo, sejam econômicas ou sociais, faz com que os agricultores familiares se adaptem a esse novo contexto imposto pela sociedade, tentando assim se reproduzirem, transformando-os em agentes da agricultura moderna, sendo gestados a partir do interesse do Estado. A referida autora mostra que para o pequeno agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte, ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro.

Ainda, a referida autora destaca que a agricultura familiar deve ser compreendida

[...] como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho

tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 2001, p. 26).

A definição da terminologia de agricultura familiar é pertinente para a compreensão do ator social na qual estamos nos referindo, temos a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças dominantes vindas de fora do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse entrelaçado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E ele o faz recorrendo à sua própria experiência e procurando adaptar-se aos novos desafios do desenvolvimento rural, tendo a capacidade de resistir e de adaptar às transformações mais gerais da sociedade.

Ainda de acordo com Abramovay (1990), as unidades familiares possuem um peso significativo do desenvolvimento da agricultura no sistema capitalista, pois esta se baseia em produções naturais da agricultura, operando a partir dos elementos da própria natureza, não utilizando somente produtos geneticamente modificados. A produção familiar “[...] opõe obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho, impedindo que o setor trilhe o rumo de outros segmentos econômicos no mundo contemporâneo.” (ABRAMOVAY, 1990, p. 310).

Os agricultores familiares lutam para continuarem no campo sua reprodução, tentam adaptar a todas as transformações ocorridas na sociedade, seja no âmbito da economia, da tecnologia ou da cultura. Estes grupos de famílias habitam-se às alterações ocorridas em seu entorno, pois se não adaptarem, serão excluídos de todo o processo produtivo.

Abramovay (1992) destaca o papel da agricultura no processo geral de acumulação. A agricultura assume um papel estratégico na economia capitalista, permitindo o rebaixamento dos preços alimentares e de matérias-primas para outros setores da economia capitalista. Esse processo é viabilizado pela simplicidade social do setor agrícola, pela intervenção do Estado e pelas particularidades naturais. No caso deste último, o autor chama a atenção pelo uso ‘absurdo’ da expressão, tão utilizada na nossa literatura, ‘industrialização da agricultura’. O caráter natural, o peso das determinações biológicas, o fato da agricultura lidar diretamente com elementos vivos, expressa os limites a que está sujeita a própria divisão do trabalho no campo, colocando-se como elemento decisivo para sua compreensão.

Outra discussão acerca da agricultura familiar é apresentada por Hespanhol (2000). A autora afirma que

[...] a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p. 2).

Dessa forma, pode-se afirmar que os agricultores familiares da sociedade contemporânea sobrevivem, frente aos novos desafios, lançando mão do conhecimento e da experiência que aprenderam a usar ao longo de sua formação e de sua existência. Toda essa experiência de vida e de trabalho reflete, também, sobre os vínculos de proximidade e das relações de confiança construídas entre as famílias rurais. Acredita-se que esses vínculos sócio-afetivos podem tornar-se fonte decisiva de desenvolvimento. As estratégias de sobrevivência e de resistência conciliam os recursos disponíveis na unidade de produção, como a constituição do patrimônio fundiário, a ocupação dos membros da família em atividades no estabelecimento ou fora dele, as relações de trabalho informais, como a troca de dia de serviço entre parentes e vizinhos, a intensidade do trabalho, dentre outros.

4. A RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE ÀS MONOCULTURAS

Os agricultores familiares de Monte Alegre de Minas são bastante diversificados em relação à produção agrícola, e não focam somente em um produto, cultivam produtos variados, caso haja algum prejuízo em relação a uma determinada plantação, eles não saem tão prejudicados, e também para poder atender a economia local com uma gama de diferentes produtos.

As famílias que residem no meio rural, de um modo geral, estão procurando diversificar cada vez mais sua produção e comercializar seus produtos diretamente com seus fregueses, e esse fator é tido como estratégia de assegurar

os rendimentos necessários para sustentar sua família e manter sua propriedade. As feiras livres existentes no Município viabilizam esse mecanismo. Mas para que os agricultores conseguissem mais êxito na comercialização dos seus produtos, seria necessário que se organizassem em cooperativas ou associações para terem auxílio tanto na produção quanto na comercialização. Com isso, teriam um melhor caminho a percorrer, obtendo melhores rendimentos com seus produtos.

Os agricultores familiares articulam uma combinação de produção para o auto-consumo e para a comercialização, como a criação de bovinos, suínos, aves, leite, ovos, queijos, farinhas, polvilho, doces, quitandas, pimenta, jurubeba, hortaliças, abacaxi, mandioca, maracujá, milho, dentre outros, como estratégias de sobrevivência do estabelecimento rural e da família.

Os agricultores familiares cultivam alguns produtos para o próprio consumo buscando satisfazer suas necessidades, como o milho, hortaliças, mandioca, abacaxi, leite, suínos e aves, e comercializam o excedente. Assim, as necessidades têm que se adequar a esses pequenos rendimentos, somados geralmente a uma renda extra, como a aposentadoria, pois em algumas propriedades, o patriarca da família já está em idade avançada, recebendo o auxílio de aposentadoria, e também alguns serviços prestados fora da propriedade familiar, trabalhando nas propriedades vizinhas e na cidade, como motorista e ajudante de serviços gerais. Geralmente, as pessoas que compram os produtos das famílias residem na área urbana do Município, comprando os alimentos que são consumidos no dia-a-dia, além das feiras e pequenos mercados. Quanto ao fruto do abacaxi, este é vendido para outras regiões, que além do Triângulo Mineiro, é vendido também para outros Estados como São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O cultivo do abacaxi pelos agricultores familiares é uma forma encontrada para conseguirem uma renda extra a cada final de safra, pois este tipo de cultura necessita de tempo para realizar a colheita, variando de 18 a 22 meses após o seu plantio. Os produtores de abacaxi conciliam este cultivo com outra lavoura, pois precisam de renda para sobreviver e para a manutenção da família e da propriedade. Com isso, além de plantar e cultivar alimentos que são consumidos no dia-a-dia, como hortaliças e galináceos, também plantam mandioca, alternando a colheita com o abacaxi.

O cultivo de mandioca também está sendo uma estratégia de reprodução dessas famílias, pois, diferentemente do abacaxi que exige um prazo para realizar a colheita, porque os frutos podem estragar, com a mandioca não ocorre esse problema. Ela pode ficar bastante tempo embaixo da terra e sua conservação é garantida. Por este fator, os agricultores familiares estão aderindo cada vez

mais o plantio de mandioca, e também pelo fato de ter maior valor agregado ao produto, pois eles não gastam tanto com insumos agrícolas quanto no plantio de abacaxi. Além de vender o produto in natura, as famílias também produzem farinha e polvilho, produção de forma artesanal. Dessa forma, conseguem agregar mais valor ao produto. Para a confecção da farinha e do polvilho, todos os membros da família são envolvidos, e o trabalho é bastante cansativo, porém afirmam que não faltam compradores para seus produtos.

As famílias conseguem adaptar-se às novas exigências que a sociedade impõe, sempre com muita dedicação e esforço para alcançar o objetivo principal, que é a garantia de sobrevivência da própria família e da sua propriedade. A tradição em cultivar o abacaxi ainda persiste até os dias atuais, principalmente, pelas famílias que moram na zona rural, que veem muito além da remuneração que ela gera. As famílias conseguem enxergar como esse fruto faz parte da história do município, em como ele transformou e ainda transforma o território agrário de Monte Alegre de Minas.

Em relação à assistência técnica prestada pela Prefeitura do Município, alguns produtores relataram que não utiliza este tipo de assistência porque a Prefeitura só os auxilia com tratores, mas para isso, é preciso que o tratorista seja pago por hora trabalhada. Nos dias úteis (2^a a 6^a feira da semana), é cobrado um valor de R\$ 50,00 por dia, e nos finais de semana e feriados, os motoristas cobram um valor de R\$ 70,00 o dia trabalhado, mais o combustível utilizado. Porém, todos os entrevistados afirmaram que é complicado utilizar este tipo de auxílio, pois estes tratores são usados para outros tipos de serviços que a prefeitura necessita realizar.

Sobre a assistência técnica prestada pela EMATER, os produtores afirmaram que eles dão apoio e auxílio, mas que é um pouco complicado agendar uma visita técnica em suas propriedades, pois há somente um técnico agrícola para atender todo o Município. Dos entrevistados, 60% utilizam o auxílio prestado pela EMATER e 40% dizem não usar este tipo de apoio porque eles já possuem conhecimento sobre o cultivo de determinadas plantações, como o plantio de abacaxi.

Quanto ao uso de agrotóxicos para o cultivo do abacaxi, 100% afirmaram que utilizam inseticida, fungicida, bactericida e herbicida, todos estes utilizados para combater doenças e pragas dos abacaxizeiros e das lavouras. O consumo dos agrotóxicos, como de adubos e fertilizantes químicos, corresponde a um investimento elevado, fazendo com que o produtor tenha um gasto maior para cultivar o fruto, ocasionando um aumento na produção, mas o valor agregado ao produto é relativamente baixo, sendo o preço varia na safra e na entressafra.

Os depoentes afirmaram que este preço varia de acordo com a época do

ano. Se o fruto é vendido na época em que o abacaxi está sendo colhido pela maioria dos produtores rurais do Município, a fruta é vendida em torno de R\$ 0,30 a R\$ 0,60 centavos de Real, diretamente da plantação. Porém, se a fruta é comercializada em uma época em que só alguns produtores comercializam, o preço pode chegar de R\$ 1,00 a R\$ 1,50 a unidade do abacaxi, ou seja, isso fora do período da safra. Esse valor é comercializado com os “atravessadores” da região, e eles revendem as frutas para os supermercados, as Ceasas, dentre outros estabelecimentos, com um valor um pouco mais alto.

A aplicação dos agrotóxicos nas lavouras pelos agricultores familiares exige certo cuidado, pois são produtos químicos nocivos ao ser humano e ao ambiente. Por este fato, é preciso ter cautela em sua aplicação, utilizando equipamentos apropriados e destinando corretamente a embalagem dos produtos. Dos produtores entrevistados, 90% afirmaram que utilizam os equipamentos de proteção pessoal, como luvas, máscaras e roupas adequadas, e somente um produtor relatou não utilizar os equipamentos pessoais para proteção, porém ele alegou que nunca sofreu nenhum caso de intoxicação com os produtos químicos. Já outro produtor relatou que sofreu intoxicação com a inalação dos agrotóxicos, pois na ocasião não estava devidamente protegido para fazer a aplicação dos produtos, e como consequência desta intoxicação, ele teve náuseas, vômito e tonturas. Após sofrer com os efeitos dos agrotóxicos, este produtor sempre utiliza os equipamentos de proteção pessoal para fazer o combate nas lavouras.

A respeito da destinação correta das embalagens dos agrotóxicos, 90% dos agricultores familiares afirmaram que devolvem para as lojas que compraram os produtos, disseram ainda que, ao fazer a compra, os vendedores informam sobre a necessidade de fazerem a devolução, pois as mesmas são podem ser recicladas ou incineradas. Somente 10% dos depoentes afirmaram que fazem a queima da embalagem, e afirmou não ter conhecimento que era preciso devolver os recipientes para as lojas (Pontos de revenda). Geralmente, como os agricultores familiares adquirem uma quantidade relativamente pequena de agrotóxicos, não possuem a preocupação de encaminhar corretamente os recipientes para os locais de origem, ocasionando assim mais poluição ao ambiente.

Sobre as técnicas e infraestrutura empregadas no processo de plantio e de colheita do abacaxi, os produtores destacaram que é necessário investir em técnicas modernas de produção. E, no caso do abacaxi, uma das inovações tecnológicas importantes para aumentar a produção e produtividade é o processo de irrigação. Essa técnica ainda é pouco utilizada em Monte Alegre devido ao alto preço dos equipamentos. Os produtores disseram que já houve muitos avanços, pois antes, eles usavam a força animal no preparo do terreno

para o plantio e hoje, utilizam a força mecânica, como o trator, por exemplo, para a preparação do solo e também para “riscarem” o solo, para que as mudas de abacaxi sejam plantadas.

A partir dessas considerações, compreende-se que a produção familiar em Monte Alegre de Minas é bastante diversificada e importante para a continuidade da tradição e da persistência dos agricultores familiares, pois, mesmo enfrentando todas as dificuldades para continuarem no campo, plantando outros tipos de cultivos para obterem um pouco mais de renda, a produção de abacaxi ainda é importante para a fixação deles no campo, para a manutenção da família e da propriedade, pois, além dos agricultores serem importantes para a consolidação histórica do município, ainda conseguem resistirem e procuram manter-se nessa atividade como uma forma de lutar contra os diversos problemas que surgem a cada dia.

Tanto no plantio como na colheita é necessário a contratação de trabalhadores, e esse número varia de acordo com o tamanho da propriedade. Porém, na fase de crescimento dos frutos também é utilizada mão-de-obra contratada, pois é preciso fazer a manutenção da lavoura, capinando e retirando os matos que ficam entre as fileiras da plantação. Também, quando os frutos estão chegando à fase de maturação, é necessária a mão-de-obra desses trabalhadores para envolvê-los com folhas de jornais para proteção, e impedir que o fruto seja queimado pelo sol. Este trabalhador contratado recebe, em média, R\$ 50,00 o dia trabalhado.

Com relação às terras que os agricultores produzem, 70% afirmaram que elas são próprias, e 30% dos entrevistados afirmaram que são terras arrendadas ou que eles produzem nas terras dos pais ou avós sem pagar taxa alguma pela utilização. Os produtores que utilizam estas terras para cultivar o abacaxi residem na cidade de Monte Alegre, sempre fazendo o percurso Cidade-campo para trabalhar. Os produtores que arrendam as terras para o cultivo do abacaxi exercem apenas essa atividade. Já os que possuem terra própria residem na propriedade e plantam outros tipos de culturas, como o milho, a mandioca, a melancia, hortaliças, criação de animais e a pecuária leiteira. No entanto, o carro chefe da renda é o abacaxi, em seguida a pecuária leiteira.

Sobre a comercialização do abacaxi, em geral, ela é realizada com o fruto ainda no campo, antecipadamente e a granel (chamada pelos produtores de venda da roça fechada). Leva-se em conta o tamanho e a aparência do fruto, de acordo com os padrões das variedades. Para os grandes mercados consumidores do modo in natura, seguem os frutos de primeira qualidade, sadios e com peso igual ou acima de 1,5kg. Os que não atingem esse padrão

são vendidos nos mercados locais, perto das regiões produtoras, ou são destinados à industrialização.

O valor da fruta varia de acordo com a época do ano, pois a sazonalidade interfere no valor em que a mesma é vendida. A melhor época para comercializar a produção é entre os meses de fevereiro a maio, porque ocorre uma diminuição na oferta e um aumento na procura, e isso fazem com que o preço seja elevado. Geralmente, nos meses de junho a janeiro têm-se os preços mais baixos da fruta, pois é a época de colheita na maioria das propriedades rurais que cultivam o abacaxi, e com isso há oferta no mercado, fazendo com que o valor da fruta seja muito inferior à outra época do ano.

De acordo com as entrevistas realizadas com os agricultores familiares de Monte Alegre de Minas, referentes à comercialização da fruta do abacaxi, todos entrevistados afirmaram que vendem grande parte das frutas (as frutas que alcançaram boa aparência e peso ideal) nas Ceasas de Uberlândia e de Belo Horizonte. Porém, os produtores não vendem diretamente para as Ceasas, mas para os atravessadores, normalmente da cidade de Monte Alegre de Minas. A outra parte da produção, aqueles frutos que não alcançaram o peso ideal para a comercialização em outras regiões, são vendidos para os comércios locais, principalmente, para os vendedores que ficam “às margens” da rodovia, comercializando a fruta.

Percebe-se que as dificuldades enfrentadas no processo produtivo pelos agricultores familiares foram elencadas por 90% dos entrevistados, dentre elas estão a comercialização da produção, pois os “atravessadores” compram o abacaxi e na maioria das vezes não pagam ou demoram pagar; ocorre a falta de assistência técnica por meio dos órgãos públicos e a falta de incentivos da prefeitura municipal para a produção de abacaxi; a incerteza da venda dos frutos na hora da colheita; a dificuldade em arrendar terras de melhor qualidade e próximas à água; a falta de mão-de-obra qualificada; e problemas referentes aos insumos para o cultivo, pois grande parte deles não são registrados para o plantio do abacaxi. Os outros 10% dos entrevistados afirmam que enfrentam dificuldades referentes à modernização do cultivo do abacaxi, pois não possuem capital para a implantação de irrigação nas lavouras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de abacaxi em Monte Alegre de Minas é sustentada pela produção familiar. No Município há 600 pequenos produtores que cultivam a fruta, se reproduzindo e resistindo constantemente contra o avanço no agronegócio

no meio rural. A resistência dessas famílias demonstra como a produção de abacaxi é importante para o município, dando sustentação econômica para as famílias e para Monte Alegre de Minas, pois, mesmo o Município não sendo mais detentor do título de “Capital Nacional do Abacaxi”, os agricultores familiares sustentam o título de maior produtor da região.

A partir dessas considerações, compreende-se que a produção familiar em Monte Alegre de Minas é importante para a continuidade da tradição e da persistência dos agricultores familiares, pois mesmo enfrentando todas as dificuldades para a produção de abacaxi, eles ainda resistem e procuram se manter nessa atividade.

Dessa forma, ao analisar a realidade na qual os agricultores familiares, produtores de abacaxi estão vivendo, compreende-se que estão resistindo contra o avanço do agronegócio no meio rural, estão lutando para permanecer em suas terras e continuarem sua produção, mesmo com todas as dificuldades citadas, eles persistem em cultivar o abacaxi. É importante salientar que a produção do abacaxi, tanto para os produtores quanto para o próprio Município, possui um papel econômico e social importante, por causa da produção, dos empregos gerados, dos comércios na cidade voltados para a demanda da produção de abacaxi, das agroindústrias processadoras de abacaxi. Além de ser importante para a economia, para a história, para a identidade e para a cultura dos *montealegrenses*.

Title: "THE LAND OF PINEAPPLE": strength of family farmers in the municipality of Monte Alegre de Minas (MG)

Abstract

The pineapple, both for Brazil and for Minas Gerais is an important result because it supplies the domestic market and the foreign market, and in Minas Gerais, 94% of the pineapple production is concentrated in the Minas Triangle, especially in Monte Alegre de Minas. This fruit has economic and social importance to the county, the subject of this research, since the 1980s the city was nationally recognized as the "National Capital Pineapple" due to its annual production of 149 million harvested fruits. The pineapple in Monte Alegre de Minas, as well as other municipalities in Minas Gerais and Brazil, is grown mostly by small farmers. Thus, this research aims to understand the role of the pineapple crop and its importance in the city as a way of (re) production of family farming. Main questions, to design guidelines for the research were: the pineapple contributes to the persistence of family farming in Monte Alegre de Minas; the pineapple has been undermined by other crops such as soybeans, corn and sugar cane, introduced in the 1990.

Keywords: Pineapple production; Family farming; Monte Alegre de Minas (MG).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 1992.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 10 out. 2013.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 205-316.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. 1996.
- FERREIRA, Ana Paula da S. de O. **Territórios em conflito: a Comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora**. 2012. 169f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) — Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Ed: UNICAMP, 1998.
- MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção familiar em Catalão (GO): a Comunidade Coqueiro**. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- _____. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2005.
- SANTOS, Joelma Cristina dos; PESSÔA, Vera Lúcia S. A pesquisa de campo nos canais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores rurais entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123 – 138.
- WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap. 1, p. 21-56.

21

CAPÍTULO

A ROTINA PRECARIZADA DAS MULHERES QUE TRABALHAM NOS SUPERMERCADOS

Cardoso, Deanne Teles ^{1*}; Neto, José Vieira ²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG
Bolsista CAPES. Membro do NEPSA/CNPq-UFG

² Professor/Orientador do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG
Pesquisador do NEPSA/CNPq-UFG

* email: deannetc@hotmail.com

RESUMO

A mulher está mais presente nos espaços públicos ocupando lugares que são seus de direito, como nas Universidades e principalmente ocupando cargos nos postos de trabalhos vendendo sua força de trabalho e recebendo como pagamento uma remuneração mensal, o salário. E ao chegarem a suas casas realizam o trabalho doméstico no espaço reprodutivo não remunerado. Com o enfoque principal para as mulheres trabalhadoras nos supermercados que na incessante luta pela busca da inserção e conquista do seu espaço no mercado de trabalho se sujeita a condições máximas de precarização. O que se propõe então é compreender o papel que a

mulher desempenha atualmente na sociedade, como dona de casa, mãe, e quando trabalha, como contribuinte para a economia mercantil, buscando compreender a atuação da mulher como trabalhadora, colocando em foco sua historicidade, sua luta, conquistas e produção, de acordo com a análise realizada na atividade laboral feminina, bem como levando em consideração as relações de gênero no contexto do trabalho.

Palavras-chave: Mulher; Trabalho; Gênero

1. INTRODUÇÃO

O advento da Revolução Industrial e a afirmação da burguesia como a classe social que passara então a dominar a vida econômica, fez surgir o proletariado feminino, que em decorrência do desenvolvimento das indústrias fez a mulher deixar o trabalho no lar e o transferisse para as fábricas. Estando os homens presentes nas áreas mais valorizadas das fábricas ocupando cargos que exigiam um maior conhecimento técnico e as mulheres assumindo as funções de trabalho manual com menor exigência de qualificação e na maioria dos casos realizando trabalhos repetitivos e em regimes temporários, tornando-se uma desigualdade muito evidente na vida da mulher trabalhadora que sofre com as consequências das imposições do capital.

O capital torna-se fator determinante do modo de vida do homem, variando de acordo com seu acesso a ele por meio do trabalho, o qual o proletariado é obrigado a aceitar determinadas condições, como jornadas abusivas, intervalos reduzidos e baixa remuneração, já que nas cidades, não há emprego para todos e são poucos os que conseguem, já que as cidades sofrem as redefinições tecnológicas e gerenciais do mundo do trabalho (THOMAZ JR., 2001).

De acordo com Catani (1994, p. 29), a força de trabalho humana é uma mercadoria, que passa a ser trocada por dinheiro na sociedade capitalista que permite a exploração total da mão de obra operária para fins lucráveis e o acúmulo de capital, afirmando a desigualdade social.

O mundo do trabalho vem sofrendo mudanças ao longo do tempo, e a afirmação da mulher como trabalhadora é um dos sinais dessa transformação uma vez que a mulher sempre trabalhou da mesma forma que o homem, participando do sistema produtivo e até mesmo em lutas, batalhas e guerras. Um trabalho duro e em momento algum reconhecido, eis então a questão, a ausência do reconhecimento do trabalho feminino. Por vários momentos a mulher teve e tem até os dias atuais que lutar pelo reconhecimento e valorização de seu trabalho, de seus feitos e competências constituindo a problemática que por toda a história feminina torna-se um entrave na vida de praticamente todas as mulheres que hoje desempenham diversos e distintos papéis. Compreender contemporaneamente a classe-que-vive-do-trabalho desse modo ampliado, como sinônimo de classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes. (ANTUNES, 2009, p. 104).

A atualidade exige que se construa uma nova forma de se pensar na mulher, no feminino, enquanto construção de seu próprio espaço e a Geografia está a frente dessa discussão, uma vez que estudar a inserção da mulher no mercado de trabalho, torna-se relevante para a sociedade que recebe uma nova mulher que enquanto realiza sua atividade laboral causa transformações em uma estrutura hierárquica patriarcal e altera o cenário global como um todo, onde a perspectiva de análise de gênero possibilita perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica, e não de uma essência natural feminina (CISNE, 2012 p.22).

O que pode então ser modificada, já que a mulher busca constantemente seu reconhecimento na sociedade em que vive, segundo o contexto vivenciado.

2. A MULHER NA CONQUISTA DO SEU ESPAÇO NO MERCADO DE TRABALHO

Essa pesquisa tem como objetivo desencadear uma discussão que aborda o cotidiano de mulheres que trabalham em supermercados que após suas instalações fizeram com que a população se deparasse com a possibilidade de realizar suas compras em lojas que reproduzem o cotidiano das grandes cidades, com espaços bem iluminados, música ambiente, diversidade de produtos, inúmeras máquinas para o atendimento e para as trabalhadoras surge a possibilidade de um emprego com remuneração mensal.

A evolução da sociedade de economia capitalista criou uma nova mulher, que sai de casa para trabalhar, ajudar, e em alguns casos assumir totalmente o orçamento doméstico como responsáveis pelo lar e chefes de família. A mulher deixou de realizar somente os serviços da casa que realizava sozinha sem ajuda e/ou participação do homem, simplesmente por uma questão machista que por meio de imposição coloca o trabalho doméstico como atribuição apenas a ela e esta deveria realizá-lo sem qualquer remuneração. Hoje é mãe, filha, dona de casa, esposa, estudante e trabalhadora entre outras funções, e ao assumir os mais variados papéis os desenvolvem com a maior competência.

Estudar o trabalho feminino torna-se cada dia mais necessário, pois, é notável a crescente participação da mulher nos diversos setores da economia, política e do social como um todo, e que no momento é posto em questão o cotidiano de inúmeras mulheres no mercado de trabalho, mostrando a

evolução e a superação bem como as conquistas profissionais. Em contrapartida essa mulher de depara com as más condições para a realização do mesmo e principalmente com a remuneração ainda muito inferior, como afirma Antunes (2009):

Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part time, precarizado e desregulamentado. [...] Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. (ANTUNES, 2009, p.105)

A discussão sobre a categoria trabalho, assim como também as questões de gênero aparecem no cenário da Geografia, enquanto estudo das transformações do cotidiano a partir das relações de produção e reprodução do espaço, onde a divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados (CISNE, 2012, p. 109).

A mulher entra na busca pela conquista do seu espaço no mercado de trabalho, e ao conquistar o direito de trabalhar enfrenta e supera barreiras que a obriga assumir vários papéis que vão além de provedora econômica, já que a educação dos filhos e as atividades domésticas ainda são responsabilidades femininas como observa Antunes (2009).

A mulher trabalhadora, em geral realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, [...] E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo [...] no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital a sua reprodução). (ANTUNES, 2009, p.108)

A dupla jornada de trabalho também é vista por Nogueira (2011) ao evidenciar que a mulher trabalhadora padece de uma dupla (e às vezes tripla) e desigual jornada tanto no espaço do trabalho quanto no universo da reprodução. É nesse cenário que irá transcorrer o texto, na evolução da sociedade capitalista que cria e reproduz um modelo de trabalho de exploração da mão-de-obra,

com enfoque principal para a luta da mulher na conquista do seu espaço nesse mercado de trabalho, na busca incessante pela sua emancipação como integrante da população economicamente ativa.

A mulher hoje constitui a maior parcela da população brasileira, estando presente também em maior número nas universidades, objetivando uma melhor preparação para assumir os papéis de controle, chefia e comando. Embora sabido que muitos obstáculos terão que ser superados, dentre eles o descumprimento de leis que garantem que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades de emprego e direitos semelhantes, os quais na prática não acontecem, por mais que o mundo do trabalho está presenciando uma feminização. (NOGUEIRA, 2011 p.108)

Acreditava-se, ou melhor, determinava-se que o papel da mulher e o papel do homem estavam bem definidos e estabilizados por tradições e costumes conservadores, porém, o cenário mudou. E isso se deu em função do desenvolvimento político, social, econômico e cultural do país nas últimas décadas, influenciando e modificando a maneira de pensar, agir e viver das mulheres brasileiras como um todo.

A mulher atual busca não mais ser dependente do homem nos diversos sentidos e principalmente financeiramente o que significa uma tarefa nada fácil de ser realizada e nem tão próxima de ser conquistada. A mulher não pensa igual ao homem em vários momentos e isso a proporciona desafios, a leva optar por escolhas que lhes ocasiona ganhos e perdas como principalmente a maternidade, que é retardada e até abdicada em algumas situações em troca de uma carreira profissional bem sucedida.

Os dados recentes de pesquisas demonstram que as mulheres são obrigadas a realizar tarefas semelhantes a dos homens por salários inferiores com rendimento médio de cerca de apenas 72,3% do valor que recebem os homens conforme dados da Pesquisa Mensal de Emprego 2012 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e se sujeitarem a péssimas condições de trabalho, para assumir um importante papel enquanto integrante da população economicamente ativa, participando da população ocupada com 94,8% da mão-de-obra feminina empregada nos serviços domésticos, seguido dos empregos na Administração Pública 64,1% e posteriormente no comércio 42,6%, quando fundamentalmente se concentram na carga horária parcial, conforme Nogueira (2011), quando constata que podemos afirmar que os trabalhos de jornadas parciais estejam mesmo reservados para as mulheres trabalhadoras porque culturalmente (e por interesse da própria lógica do capital) na sociedade patriarcal, as prioridades femininas residem fundamentalmente na esfera doméstica. (NOGUEIRA, 2011 p. 94)

A conquista do trabalho, o alcance desse estágio na condição de mulher não foi e ainda não é nada fácil. Há algumas funções que são somente destinadas a elas e conseqüentemente mal remuneradas, fazendo justo o significado do verbo trabalhar que se associa a tortura, sofrimento e dificuldades. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 105)

Faz-se importante saber quem são essas mulheres, quais os outros papéis que elas desenvolvem em seu cotidiano, como também reconhecer as diferenças existentes entre gênero impostas no ambiente de trabalho dos supermercados resultante da participação da mulher no comércio como trabalhadora, pois ao sair de casa e ir para o trabalho a mulher transforma todo um sistema histórico e social onde o patriarcado é predominante e faz sujeita da submissão e da exclusão social, quando o marido é o provedor financeiro da família e a mulher realiza o trabalho doméstico não remunerado e quando sai de casa para trabalhar se torna uma provedora complementar confirmando a desigualdade na divisão sexual do trabalho. (NOGUEIRA, 2011 p. 23)

Ao adentrar nos supermercados é facilmente possível perceber a presença da mulher realizando seu cotidiano de trabalho. Visivelmente elas estão em maior número realizando as mais variadas tarefas como nos caixas, nas padarias, nos balcões de atendimento ou na limpeza dos mesmos, e é por essa razão que a mulher trabalhadora nos supermercados se torna o sujeito da pesquisa em questão. A rotina diária é cansativa, são muitas horas dedicadas ao trabalho remunerado e também ao não remunerado, ou seja, ao trabalho doméstico, que é realizado no horário posterior à escala de labor nos supermercados ou anterior a mesma quando essa inicia-se no período vespertino. Tomando como referência as operadoras dos caixas nos supermercados, podemos evidenciar que inúmeras são atividades para elas destinadas, cuidar da limpeza e manutenção dos equipamentos, abastecer o caixa como mercadorias, passar as compras, informar o valor da compra ao cliente, em muitos casos empacotar e acomodar as sacolas nos carrinhos, receber e realizar o troco, além de receber boletos de cobrança, vender recarga de celular. Tudo realizado de forma repetitiva e intensa, com precisão e no menor tempo possível a fim de satisfazer as necessidades da clientela contribuindo para a intensificação da exploração da mão de obra trabalhadora.

Rochefort (1998) afirma que, na organização da vida econômica da modernidade vários serviços entre eles bancos, escolas, comércios e serviços de saúde se tornam cada vez mais indispensáveis para as cidades. O século XIX trouxe transformações técnicas e econômicas ao Brasil e com a chegada de

novas tecnologias os supermercados que é onde se dará o estudo eram pequenos comércios, evoluíram e se transformaram em lojas de livre serviços, tornando forma dominante de vendas a varejo.

O amplo e movimentado espaço reservado para as compras não lembra mais em nada os armazéns e mercearias de secos e molhados com seus balcões e os mantimentos para serem vendidos à granel.

Hoje o entra e sai de pessoas das mais variadas classes sociais se dá pela busca de produtos industrializados que se tornam cada dia mais necessários, uma vez que são idealizados pela sociedade de consumo. A imposição do modo de vida voltado para o consumo surge para atender aos interesses das grandes indústrias a fim de movimentar sua produção.

Os supermercados foram escolhidos para o estudo uma vez que ao se instalarem modificam toda a estrutura de uma determinada localidade como infraestrutura do local, a paisagem, o trânsito e entre outras mudanças físicas os supermercados trouxeram um novo modelo de consumir principalmente para as pequenas cidades que até pouco tempo não disponibilizavam um espaço destinado às compras com grande variedade de produtos e ofertas, marcas e modelos, além de um ambiente agradável que favorece as compras e o consumo.

É preciso pensar nessas mulheres, buscar respostas para inquietações como quem são essas mulheres? Onde trabalhavam anteriormente? Onde estão as mulheres nos supermercados? Assumem os cargos de chefia? Qual a função destinada a elas? Qual sua remuneração e principalmente quais são as condições de trabalho impostas para as trabalhadoras? São as questões que permeiam a pesquisa que pretende afirmar ou negar a existência do trabalho precarizado e em caso de afirmação, investigar a partir de quais condições é realizado esse trabalho.

As mulheres realizam sua atividade laboral nas atividades de menor remuneração salarial, conforme Nogueira (2011, p. 29) quando aponta que: “[...] a acentuada inserção da mulher no mundo do trabalho se dá prioritariamente nos espaços dos empregos precários, de baixos salários, de tempo parcial (ou nas jornadas de meio período), ou seja, com forte exploração da força de trabalho”. Estando as mulheres trabalhadoras presentes nas formas mais precarizadas de exploração do trabalho.

Consequentemente, a expansão do trabalho feminino tem se verificado sobretudo, no trabalho mais *precarizado*, nos trabalhos em regime de *part time*, marcados por uma *informalidade* ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas. (ANTUNES, 2009, p.108)

A mulher trabalhadora assume o enfrentamento quando sai de casa para realizar uma atividade laboral remunerada e para isso se sujeita as condições de submissão e precariedade para a realização da mesma. Realiza trabalhos determinados pela sociedade como masculinos em troca de remuneração inferior. Possui em alguns casos qualificações semelhantes ou até mesmo superiores a dos homens, mas encontra dificuldades em alcançar os cargos de chefia e salários compatíveis quando homens e mulheres realizam a mesma tarefa. Estão empregadas em trabalhos de baixa remuneração salarial e em muitas situações as profissões se tornam extremamente femininas, realizadas apenas por elas.

Em uma futura pesquisa que irá ser realizada espera-se então avaliar a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como o movimento de emancipação juntamente com as leis que asseguram o trabalho feminino, enumerando as questões pertinentes à divisão sexual do trabalho e a precarização do trabalho feminino.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que a passos lentos em caminhos difíceis e pedregosos não se pode negar que houve um imenso e notável avanço na busca da mulher pela sua emancipação e a conquista por seu espaço no mercado de trabalho. Aquela mulher que no passado ficava em casa com a total responsabilidade do cuidado com os filhos e das tarefas domésticas, hoje enfrenta com muita garra e coragem jornadas duplas ou até triplas de trabalho fora e dentro de casa. Assume os mais variados papéis na estrutura familiar e principalmente em grandes momentos tem o papel de provedora financeira do lar, atuando ativamente no espaço produtivo e no reprodutivo instantaneamente.

Sua remuneração mensal não está em muitos casos apenas como complemento da renda mensal da família, e sim assumindo o papel principal no orçamento familiar. Então, por isso a mulher está presente no mundo do trabalho não apenas pela necessidade de emancipação, mas também para suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência.

Resta saber agora quais são as condições que essas mulheres se submetem para realizar seu trabalho diário nesses supermercados e principalmente qual é essa remuneração paga pelas horas dedicadas para as tarefas determinadas.

Essa situação de desigualdade enfrentada pela mulher ao sair de casa em busca de um trabalho remunerado foi implantada e lhe é imposta pelo capitalismo que tem na exploração da força de trabalho humana seu principal instrumento de sobrevivência.

Abstract

The women are more present in public spaces occupying places that are their right, such as the universities and especially holding positions in jobs selling their labor power and receiving payment as a monthly salary, salary. And when they arrive at their homes to perform domestic labor in unpaid reproductive space. With the main focus on women workers of supermarkets in search of the endless struggle for inclusion and achievement of its space in the labor market is subject to conditions of maximum instability. What is proposed then, is to understand the role that women play in society today, as a housewife, mother, and when working as a contributor to the market economy, aiming at understanding the role of women as workers, putting focus on its historicity, their struggle, achievement and production, according to the analysis performed on female labor activity, as well as taking into account the gender relations in the workplace.

Keywords: Women. Work. Gender.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Bom Tempo, 2009. 287 p. . (Mundo do trabalho).
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**; a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; ROSSINI, Rosa Ester. População e processo de estruturação do espaço geográfico. In: **Revista do Departamento de Geografia do Rio de Janeiro FFLCH – USP**. Rio de Janeiro, 1982.
- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo**. 33. ed. São Paulo: Editora, 1994.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade**: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas: Papirus, 2008.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144p.
- DAMIANI, Amélia Luísa. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991. Coleção Caminhos da Geografia.
- FACHIN, Odila. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. V. 35, n. 3, p. 20-29. maio/junho 1995. São Paulo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística/Trabalho e rendimento**. 08 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento>>. Acesso em out. 2012.
- _____. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME**. Dia Internacional da Mulher. Mulher no Mercado de Trabalho. 08 de março de 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em jun. 2013.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização do mundo do trabalho**: entre a emancipação e precarização, Campinas: Autores Associados, 2004.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2 ed. — São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ROCHEFORT, Michel. **Redes e Sistemas**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. revisada. Rio de Janeiro: DP e A, 2002.
- SANTOS, Milton, **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil: uma contribuição à leitura geográfica do trabalho. In: **Pegada**, Presidente Prudente, v. 2, n. 2, 2001.

22

CAPÍTULO

A CARTOGRAFIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Marques, Gilliard Pedro ^{1*}; Rosa, Odelfa ²

¹ Geógrafo. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

² Geógrafa. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

* email: gilliardfc21@gmail.com

RESUMO

Na sociedade atual, configura-se um cenário marcado pela velocidade de informações por meio das tecnologias. Neste contexto, novas tecnologias e linguagens se apresentam à sociedade e à educação, como a televisão, a internet, entre outras. Desta forma, o objetivo deste texto é fazer uma discussão sobre as possibilidades e os desafios das novas tecnologias no ensino de Geografia, concomitantemente a importância que a linguagem cartográfica representa neste contexto. Assim, para melhor elucidar a metodologia adotada, esta perpassou pela pesquisa teórica, e envolveu a revisão bibliográfica de livros, artigos e trabalhos de conclusão de curso,

que fazem uma abordagem das novas tecnologias no ensino de Geografia e do papel da Cartografia no processo de ensino-aprendizagem. Quanto aos autores que trazem estas problematizações, foram consultados Almeida e Passini (2004), Callai (2005), Fonseca (2008), Moraes (2008), Oliveira Netto (2005), Rosa (2008) e Kenski (2004) entre outros. Das discussões realizadas, podemos frisar, de antemão, que as novas tecnologias são essenciais no ensino de Geografia na atualidade, porém em função das condições precárias da maioria das escolas brasileiras não oferecê-las, e somadas a isso, as possibilidades que a linguagem Cartográfica nos oferece, considera-se de extrema importância o uso da linguagem cartográfica para o desenvolvimento de trabalhos significativos aos alunos e professores, assim como para a abertura de novos horizontes à Geografia no século XXI.

Palavras-chave: Cartografia; Novas tecnologias; Ensino de Geografia

1. INTRODUÇÃO

É possível notar que a Cartografia ganhou novo destaque na primeira década do século XXI, conseqüentemente o mapa se popularizou e se difundiu em jornais, revistas, programas televisivos, entre outros, embora nem sempre os meios de comunicação levem realmente à compreensão dessa linguagem cartográfica enquanto um instrumento que amplia a capacidade de análise e de síntese em relação ao espaço geográfico.

No contexto atual da sociedade, evidencia-se a necessidade de saber geográfico nas escolas que acompanhe as mudanças que a sociedade vem passando e, principalmente que se apresente importante e com utilidades para a vida dos alunos. Mas para isto, precisa-se que os professores superem a concepção e mediação de uma Geografia Tradicional. É um caminho para reverter esta situação de uma Geografia descritiva da realidade e que camulfla a sua importância é proposição deste texto.

Assim, o objetivo deste texto é fazer uma discussão sobre as possibilidades e os desafios das novas tecnologias no ensino de Geografia, concomitantemente a importância que a linguagem cartográfica apresenta neste contexto.

Em relação a metodologia adotada, esta perpassou pela pesquisa teórica, e envolveu a revisão bibliográfica de livros, artigos e trabalhos de conclusão de curso, que fazem uma abordagem das novas tecnologias no ensino de Geografia e do papel da Cartografia no processo de ensino-aprendizagem. Quanto aos autores que trazem estas problematizações, foram consultados Almeida e Passini (2004), Callai (2005), Moraes (2008), Oliveira Netto (2005), Rosa (2008) e Kenski (2004) entre outros.

No que refere ao modo como foi organizada esta pesquisa, no buscou-se problematizar a importância e os desafios das novas tecnologias no ensino de Geografia na sociedade atual, principalmente pela própria realidade que se encontra as estruturas das escolas brasileiras, como também da condição posta a formação e profissão dos professores. Em seguida, discutiu-se as possibilidades que a linguagem Cartográfica representa ao ensino de Geografia em pleno século XXI.

Na última parte da respectiva pesquisa, é apresentado às conclusões a respeito do tema pesquisado, como também algumas reflexões em torno da problemática elaborada.

2. OS DESAFIOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DA LINGUAGEM CARTOGRÁFICA

Desde a década de 1970, a Geografia brasileira tem trilhado novos e diversos caminhos no sentido de romper com a simples descrição e localização dos elementos geográficos, haja vista que tais procedimentos não fornecem elementos suficientes para se compreender o espaço contemporâneo de forma ampla e em sua totalidade.

Nesta direção, ao abordar o tema da alfabetização cartográfica em Geografia remete-nos dizer que na atualidade vivemos em um mundo em constantes transformações, com uma conseqüente alteração na natureza de muitas práticas sociais. A Rosa (2008) ainda frisa que:

[...] vivemos profundas mudanças na área econômica, política, social, cultural e educacional. Mudanças essas cada vez mais profundas e rápidas com influência de forma direta na escola, pois os diferentes espaços se interpretam e não se pode pensar em lugares isolados, separados, pois á medida que o sistema produtivo aponta para novas necessidades, a sala de aula não pode ser mais pensada e compreendida como um lugar individual , e sim um lugar ligado a vários outros (ROSA, 2011, p. 11).

Tais colocações levam-nos ao entendimento de que as mudanças nos campos econômico, político, social, cultural, bem como no tecnológico penetram fortemente no cotidiano das pessoas e resultam em modificações no comportamento da sociedade de forma geral. Por conseguinte, essas novas formas de pensar, de agir e de se relacionar no contexto da sociedade tecnológica e globalizada influenciam o ensino, que é um dos âmbitos de atuação da Geografia.

Assim, é preciso pensar a importância da Cartografia no ensino de Geografia em uma sociedade tecnológica, pois vivenciamos um momento em que as próprias políticas públicas educacionais têm reforçado a necessidade das tecnologias no campo escolar. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) tem afirmado cada vez mais aos educadores a necessidade de resignificar o ensino nas escolas brasileiras apresentando informações e conhecimentos sintonizados com as formas contemporâneas de conviver.

Diante desta nova postura dos organismos educacionais frente às escolas, assim como do avanço tecnológico e das informações disponibilizadas pela mídia e pelas redes de computadores, os professores são cada vez mais cobrados pelo uso das novas tecnologias como recursos didáticos no processo de ensino-

aprendizagem nas salas de aulas. A escola não pode se desvincular do contexto social, político e econômico no qual os alunos estão inseridos. Neste sentido, Kenski (2004) assinala que os alunos pertencentes à era dita tecnológica:

[...] estão acostumados a aprender através dos sons, das cores, através das imagens fixas das fotografia, ou em movimento, nos filmes e programas televisivos. Aprendem através de processos em que exista interações totais entre o plano racional e o afetivo. O mundo desses alunos é polifônico e policrônico. É cheio de cores, imagens e sons. Muito distante do espaço quase exclusivamente monótono, monofônico e monocromático que a escola costuma lhe oferecer. (KENSKI, 2004, p. 133).

É verdade que as novas gerações, considerando-se tanto os alunos como os professores, se adaptam constantemente às novas tecnologias de informação fora da escola, vivenciando, participando e usufruindo dessas novas tecnologias ao ouvir músicas, assistir filmes e outros programas televisivos, acessar a internet, etc. Sendo assim, a escola precisa utilizar todos os instrumentos e novas linguagens possíveis, para propiciar uma aprendizagem cada vez mais eficiente.

Então, mais do que nunca é necessário os geógrafos fazerem reflexões em torno dessas novas tecnologias e linguagens para criar possibilidades satisfatórias para no ensino Geografia. A partir disso, podemos destacar enquanto tecnologias e novas linguagens o computador (internet) e a televisão. Segundo Moraes (2008, p. 113) na televisão, superpõem-se várias linguagens para compor uma narrativa atraente, rápida e sintética. Sabemos ainda, que cada vez mais e inclusive desde muito cedo, a maioria das pessoas assistem televisão, no Brasil esta se popularizou praticamente em todas as classes, ou seja, a televisão mais do que nunca cumpre o papel de grande difusora de informações para a sociedade na atualidade.

É importante repensar o papel do professor e da própria escola na atual sociedade, pois, é possível que a escola esteja perdendo espaço enquanto centro de transmissão do saber socialmente produzido e como a principal fonte que emana o conhecimento necessário para que o aluno viva em sociedade. Pode-se, ainda, indagar se o professor é a única fonte do saber aos sujeitos que vivenciam a instituição escolar? Assume-se, aqui, o pressuposto de que os alunos, sujeitos da realidade circundante, também aprendem fora da escola, seja através da TV, do cinema, da internet ou mesmo das mais diversas tecnologias presentes nas ruas das cidades, sendo exemplos disso os outdoors digitais.

Nesse sentido, é oportuno que o professor de Geografia saiba lidar com as diferentes linguagens utilizadas para a análise geográfica garantir um ensino mais

profícuo. Moraes (2008) afirma que, a Cartografia tem papel fundamental nesse novo quadro social, uma vez que visa a favorecer a compreensão dos fenômenos geográficos, bem como a formação da cidadania.

Para reorientamos a nossa proposta, os geógrafos devem valorizar a Cartografia, que abarca uma linguagem peculiar da ciência geográfica e ainda apresenta um "papel essencial na formação do raciocínio espacial, visando a uma atuação autônoma, crítica e transformadora" (MORAES, 2008, p. 110). O despertar do papel da Cartografia reforça ainda mais a sua importância no ensino, e resultou na popularização dos mapas, tanto que Moraes (2008) tece que:

Praticamente em todos os jornais, revistas e programas de televisão eles estão presentes. Nesses meios de comunicação de massa, são utilizados principalmente para localizar países, cidades ou regiões focalizados nos noticiários e reportagens especiais. Na televisão já estão bastante difundido o uso de imagens de satélites meteorológicas associados a mapas para ilustrar as informações sobre o tempo. [...] Ou seja, o mapa chegou ao dia-a-dia da população, tornou-se uma linguagem visual acessível a praticamente todas as pessoas. (MORAES, 2008, p. 113).

Diante disso, mostra-se muito importante o uso da Cartografia no ensino de Geografia no século XXI. Mas será que a mídia tem a exata compreensão dessa linguagem? Qual Cartografia que a mídia está falando e quer propor? Aquela que usa o mapa apenas para a localização e descrição dos elementos do espaço nos moldes convencionais? Isso tem gerado muitas polêmicas e merece muito cuidado a sua discussão. Pontuschka (2007) *et al*, alerta-nos que apesar da disseminação dos mapas pela mídia e pela internet, esse essencial material, na escola, precisa ser utilizado no desenvolvimento de um raciocínio geográfico e geopolítico.

A respeito das tecnologias de representação, Vieira (2005) diz que:

A Cartografia passou por um grande avanço com a introdução das inovações tecnológicas que disponibilizaram um conjunto de produtos, permitindo a aquisição de representações gráficas cada vez mais aprimoradas em técnica e exatidão. Muitas dessas representações constituem importantes recursos no ensino de Geografia, e podem auxiliar no processo de construção de conceitos essenciais na exploração do espaço geográfico. A habilidade em lidar com representações gráficas e cartográficas é imprescindível

nos dias atuais marcados pelo ritmo intenso dos acontecimentos. (VIEIRA, 2005, p. 14).

Nesse sentido, na sociedade global, as técnicas de representações cartográficas ou em outros termos, a Cartografia automatizada, cumprem funções fascinantes e úteis ao educador na sala de aula.

Soma-se a isto o fato de que atualmente no ensino muitos autores defendem e propõe que a referência de um trabalho mais significativo com os alunos precisa valorizar os seus saberes e as experiências que eles trazem consigo para a sala de aula.

Os estudos dos lugares são imprescindíveis nas relações entre professores e alunos, porém os livros didáticos apresentam representações generalizadas daqueles levando os alunos a construir imagens estereotipadas dos lugares, como se fossem todos iguais. É, contudo, preciso ponderar em que o Brasil é um país continental, ou seja, com grande dimensão territorial e cultural e, por isso, trazer todos os locais em um único livro didático é um grande desafio. Apesar disso, as técnicas de representação como o sensoriamento remoto nos dá várias possibilidades de suprimir dos livros didáticos utilizados na sala de aula as generalizações dos lugares.

Ainda nessa perspectiva, sabe-se que com o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, o mundo é, a cada dia que passa, mais unitário e globalizado. Neste sentido, Callai (2005, p. 239-240) diz que "o mundo, na Era da Informação, está totalmente globalizado. Mas essa globalização, por meio das questões que são globais, se concretiza nos diversos lugares, em cada lugar em especial, e com diferentes formas de apresentação".

Na atualidade, os acontecimentos em qualquer parte do planeta provocam repercussões nas nossas vidas, mesmo que não tenhamos consciência disso. No século XXI, por exemplo, dificilmente as pessoas não admitiriam que a questão ambiental é um problema de toda humanidade, isto é global. Em razão disso, precisamos entender as transformações e os acontecimentos no espaço geográfico em lugares distantes para nos posicionarmos. Fala-se de vários impactos ambientais nos meios de comunicação como, por exemplo, os na Amazônia brasileira, no Cerrado, no Pantanal entre outros. Para o sujeito ter uma ideia da situação do desmatamento da região amazônica, por exemplo, não necessita viajar até lá, já que nem todos têm condições para tal e disponibilidade.

Então, é interessante que o professor se aproprie das imagens de satélites e fotografias aéreas da região amazônica ou de outros espaços que julgue serem importantes na sua proposta de ensino, pois elas trazem muitas informações que contribuem para fazer-mos à releitura e repensarmos criticamente aqueles

espaços, como seu relevo, a disposição dos rios, o ordenamento das cidades etc. Dessa forma, trazemos a Cartografia e as suas tecnologias a favor de uma maior eficácia no ensino de Geografia que contribua na formação dos cidadãos. Sobre o uso destas novas tecnologias no ensino, Oliveira Netto (2007) afirma que ela:

O uso de novas tecnologias de (in)formação na educação deve servir, portanto, á construção do processo de conceituação dos alunos, buscando a possibilidade da aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades importantes para que eles participem da sociedade do conhecimentos e da promoção de mudanças no processo educativo. (OLIVEIRA NETTO, 2007, p. 29).

Mediante isto, é necessário que o professor domine as representações cartográficas digitais e utilize as como recursos didáticos que sejam significativos na realização de aulas de Cartografia prazerosas para os alunos que, apesar de terem em geral, dificuldades com essa linguagem, são estimulados e cativados pelas novas tecnologias.

Nesse sentido, é inegável o papel das novas tecnologias, porém, alguns fatores devem ser levados em consideração, tanto no que condiz com sua inserção na escola, bem como do ensino de Geografia, no caso especificamente no trabalho com a Cartografia. Sabemos que as escolas pouco foram atingidas por essas novas tecnologias, ou seja, quem mudou foi os sujeitos/alunos que dão o movimento dessa instituição e não o inverso. Tanto que ao chegar a escola os professores e alunos mudam de comportamento.

Segundo Moraes (2008), a escola está dissociada do mundo e da vida, e isto exige mudanças nos processos de ensino-aprendizagem e nos papéis desempenhados por ela. Mas por que isto ocorre? Basta entrar em uma sala de aula de uma escola pública brasileira e observar os recursos disponíveis aos alunos e professores rumo a uma comunicação mais afetiva e interativa. Na maior parte das vezes, eles se restringem a alguns livros, além da lousa e do giz. Esse é um dos fatores que cria um clima de descontentamento na relação dos alunos com a escola e com os professores.

Haja vista que, o problema é ainda mais amplo, porque mesmo naquelas escolas que oferecem recursos tecnológicos, como retro-projetores, computadores etc, em muitos casos, os professores, ou por não saberem como manuseá-los, ou por acomodação e, principalmente, devido à precarização dos seus ofícios, pela carga horária excessiva, pelos baixos salários, entre outros, acabam por recusá-los, privilegiando a transmissão oral dos conhecimentos.

Então, como exigir que os professores trabalhem com as novas tecnologias? No caso do uso da Cartografia no ensino de Geografia, será que as escolas oferecem condições fundamentais para que os professores utilizem as novas técnicas de representação? É possível que o professor acompanhe o ritmo acelerado das inovações tecnológicas? Um bom exemplo é o domínio dos softwares mais usados para o geoprocessamento no Brasil, dentre os quais destaca-se, GUSIG e o ArcGis. Estes são os dois mais utilizados, mas, é claro, dependendo da sua aplicação. Entretanto, outra pergunta que se pode fazer é a seguinte: o professor de Geografia tem condições, na sociedade atual, de adquirir um conhecimento amadurecido destas tecnologias?

Cumpra dizer que a escola pública, em geral não acompanhou o desenvolvimento tecnológico. Segundo Pontuschka *et al* (2007), isso tem revelado uma escola, concomitante um ensino de Geografia atual em que não oferecem as condições para que os adolescentes associe as informações da mídia, bem como à espacialização dos conflitos.

Sobre estes problemas, Kenski (2004, p. 135) tece que, "esta situação reflete-se na própria forma como, neste estágio de civilização a figura do professor é encarada: "emagrecida", pequena, desacreditada como principal detentora do saber e com pouca capacidade de interferir na transformação social".

Como culpar exclusivamente o professor do problema educacional. Seria excelente se todas as escolas oferecessem aos professores as tecnologias mais sofisticadas. Todavia, não podemos supervalorizar o papel das novas tecnologias no ensino e nem sermos "determinísticos", pois quem deve estar no comando no processo de ensino-aprendizagem são os sujeitos que as constroem, senão podemos ser levados ao fetichismo e ainda colocar a tecnologia no centro da educação.

A partir disso, observa-se que a atuação do professor ainda requer competências e habilidades. Os professores podem e devem utilizar os recursos convencionais, que já existem há algum tempo e são muito importantes para a aprendizagem, como a poesia, a prosa, o conto, a charge e, por que não, a linguagem cartográfica. Para Fonseca (2004), na escola, o mapa é, ainda, o símbolo e a forma de linguagem reconhecida da Geografia, tanto que os programas escolares começam com as noções e expressões vocabulares de representações cartográficas.

A linguagem cartográfica pode trazer muitas vantagens aos alunos e aos professores, no entanto, estes precisam compreendê-la e desenvolvê-la para evitar cair no conteudismo fragmentado sem o vínculo geográfico. É preciso, pois, realizar uma mediação pedagógica prazerosa no processo de reprodução e de produção dos conteúdos da Geografia em sala de aula.

Segundo Castrogiovanni (2007), os temas são infinitos e dependem da criatividade dos professores e alunos, sendo que os temas atuais, sem dúvida, são bastante envolventes e tendem a despertar maior interesse por parte dos aprendizes.

A Cartografia pode ser uma ferramenta importante, pois é um meio de comunicação e de informação, que compartilha com a Geografia a análise das relações estabelecidas no espaço. Para, além disso, o conhecimento do espaço e da sua representação torna-se essencial para o exercício da cidadania. Conseqüentemente, a formação dos cidadãos em nossa época não pode ser completa sem que eles dominem a linguagem cartográfica.

É verdade que não podemos mudar a educação por meio do mapa, pois esta é uma construção mais ampla, mais se pode via mapa, ajudar os alunos a ver o mundo com outros olhos e concepções e a formar uma consciência espacial, que é mais do que localizar e conhecer, é analisar, sentir e compreender as espacialidades das práticas sociais e, a partir disso, buscar motivá-los a lutar por uma sociedade mais justa e democrática.

Atualmente a alfabetização cartográfica na Geografia vem ganhando lugar de destaque. Entretanto Moraes (2008) alerta que, apesar da popularização dos mapas, e da sua difusão na mídia, isto não levou a uma maior compreensão da linguagem cartográfica.

Pontuschka *et al* (2007), destaca que os mapas da mídia não estão ajudando os jovens a refletir sobre um problema apresentado, ou seja, a efetuar o cruzamento de variáveis envolvidas na situação. Para a autora essas variáveis são tratadas de forma isolada, sem que haja operações lógicas de implicações e correlações.

E, para reverter tal situação, é preciso que os professores avancem no tangente a questões teóricas e metodológicas. A falta deste debate tem levado ao uso do mapa apenas como instrumento de localização, pois, em alguns casos, os professores ainda têm a capacidade de trabalhar com a pintura e o contorno de mapas, sem nenhuma conexão aos objetivos da Geografia na atualidade. Mas isto não basta para a compreensão da linguagem dos mapas, como também não basta:

[...] saber ler o espaço. É importante também saber representá-lo, o que exige determinadas regras. Para fazer um mapa, por mais simples que ele seja, a criança poderá realizar atividades de observação e de representação. Ao fazer um desenho de um lugar que lhe seja conhecido ou mesmo familiar, ela estará fazendo escolhas e tornando mais rigorosa a sua observação. (CALLAI, 2005, p. 244).

A partir destas ideias, acredita-se que o aluno precisa aprender fazer mapas, porque ao desenhá-los eles podem perceber novos aspectos, levantar hipóteses para explicar o que existe e o que não existe, podem também fazer críticas e até mesmo propor soluções. O espaço vai deixando de se apresentar como neutro e estranho para o aluno, passando a ser o espaço de vivências e relações entre os homens.

Para Callai (2005), é importante incentivar os alunos a desenhar trajetos, percursos, plantas de sala de aula, da casa, do pátio da escola, da praça etc. Mas, será que no atual estágio da sociedade tecnológica isso é possível, principalmente diante das acessibilidades informáticas de representação? Nos dias atuais dificilmente os alunos das diferentes faixas etárias não possuem a capacidade e o acesso ao Google Earth. Será que no ensino de Geografia ainda tem espaço para os mapas mentais, por exemplo?

É importante esclarecer, em geral, que é difícil saber ler mapas, ou seja, alfabetizar-se cartograficamente sem ter uma base no papel primeiramente. Segundo Callai (2005), é, inclusive, de comum entendimento que terá melhores condições para ler o mapa criticamente aquele que sabe fazer o mapa. Assim, para um trabalho satisfatório, o professor de Geografia deve preparar o aluno a reproduzir o espaço a partir dos mapas mentais, para então depois, apresentá-los as novas tecnologias de representação.

A alfabetização cartográfica depende fundamentalmente da intervenção pedagógica do professor. E este segundo Callai (2005), deve estar atento nas aulas de Geografia, uma vez que se a alfabetização não ocorrer no início da escolaridade, deverá ocorrer em algum outro momento. Inclusive em Instituições de ensino superior é importante esta cartografia básica para não dar-se continuidade ao ciclo de analfabetismo cartográfico.

Almeida e Passini (2004), ainda alerta que os conceitos referentes à cartografia apresentados no ensino de geografia, não devem ser trabalhados como conteúdos prontos, tecnicamente precisos e que devemos considerar a dedicação de tempo para construí-los gradativamente. As mesmas autoras destacam que, para preparar os alunos para a leitura do mapa, deve-se passar por preocupações metodológicas tão sérias quanto a de ensinar a ler e escrever, contar e fazer cálculos matemáticos.

Desta forma, percebe-se a importância da Cartografia, inclusive na construção dos conceitos geográficos, os quais dão identidade à Geografia enquanto área do saber autônoma e demonstram o ângulo específico pelo qual a mesma analisa o espaço. Através dos conhecimentos cartográficos será possível entender a representação e a transformação do espaço geográfico, razão pela qual a Geografia age como ciência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao exposto, afirma-se que as novas tecnologias são importantes, e os professores e os alunos que tiverem a suas disposições, devem fazer o seu uso, isto é, sempre com o objetivo de buscar um ensino de Geografia conectado aos próprios avanços da sociedade a qual vivem. Porém, considerando a realidade do ensino e das escolas brasileiras, não se podemos negligenciar os recursos didáticos ditos convencionais, como a lousa, o giz, os mapas, a poesia, a música, entre outros, que independente do tempo, ainda possui muita relevância no ensino-aprendizagem em Geografia.

Temos a consciência de que ensinar Geografia continua sendo uma tarefa difícil. E devido a isso, torna urgente superar a defasagem da leitura cartográfica, já que esta além de permear os conteúdos geográficos com muita eficiência pode instrumentalizar alunos e professores em ações mais críticas.

Assim, concebemos a Geografia como a ciência que estuda o espaço social e a Cartografia como a ciência que faz a sua representação, logo, o sujeito que sabe pensar e ler o espaço social concreto e subjetivo a partir das representações perceberá que este espaço precisa passar por uma transformação radical. Desta forma, a nossa proposta não é criar uma disciplina de Cartografia e abandonar a temática geográfica da leitura espacial no ensino, mas sim destacar que a linguagem cartográfica é um recurso didático e uma linguagem que ainda merece tratamento mais sério na Geografia em pleno século XXI.

Title: The Mapping And New Technologies In Teaching Of Geography

Abstract

In the current society, a scenario marked by the speed of information is configured through the technologies. In this context, new technologies and languages are presented to society and education, such as television, internet and others. Thus, this article aims to conduct a discussion on the possibilities and challenges of new technologies in the Geography teaching, concomitantly the importance of cartographic language represents in this context. The methodology involves the theoretical research and bibliographic review of books, articles and course conclusion papers that discuss on new technologies in the Geography teaching and the role of Cartography in the teaching-learning process. Concerning to authors that study these problematizations, we consulted Almeida and Passini (2004), Callai (2005), Fonseca (2008), Moraes (2008), Oliveira Neto (2005), Rosa (2008) and Kenski (2004), among others. In advance, we can emphasize that new technologies are essential in the Geography teaching nowadays, but the poor state of most Brazilian schools prevents offer them. Adding the possibilities that Cartographic language offers us, the use of cartographic language is extremely important for the development of significant works for students and teachers, as well as to open new horizons for the Geography in the XXI century.

Keywords: Cartography. New technologies. Geography teaching.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. D. de; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico**: ensino e representação. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- CALLAI, H. C. **Aprendendo A Ler o Mundo**: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Caderno Cedes. Campinas, vol.25, n.66, p.227-247, maio/ago, 2005. Disponível em: <<http://www.Cedes.Unicamp.br>> Acesso em: 20 de agosto de 2011.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Para entender a necessidade de práticas prazerosas no Ensino de Geografia na pós-modernidade. IN: REGO, N.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, A. N. (Orgs.) **Geografia**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 35-49.
- FONSECA, F. P. **A inflexibilidade do espaço, uma questão para a Geografia**: análises das discussões sobre o papel da Cartografia. São Paulo: Ed. 2004.
- MORAES, L. B. **A cidade em mapas**: Goiânia e sua representação no ensino de Geografia. Goiânia: Vieira, 2008.
- KENSKI, V. M. O ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Didática**: o ensino e suas relações. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- OLIVEIRA NETTO, A. A. de. **Novas tecnologias e Universidade**: da didática tradicionalista à inteligência artificial, desafios e armadilhas. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **História e Geografia**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação do Ensino Fundamental, 2001.
- PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. (Orgs.). Estudo do meio: momentos significativos de apreensão do real. In: _____ **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.p.213-349. (Coleção Docência em Formação).
- ROSA, O. **Geografia e Pedagogia**: o professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Catalão (GO). 2008. 225f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.
- VIEIRA, E. F. C. **O bloco-diagrama na representação do relevo no 1º ano do Ensino Médio**: uma análise a partir dos recursos cartográficos presentes em livros didáticos de Geografia. 2005. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

23

CAPÍTULO

LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)

Nascimento Rosa, Marcelo do ^{1*}; Stacciarini, José Henrique Rodrigues ²

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/CNPq. Bolsista CAPES/CNPq

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional/Catalão

*e-mail: marcelo.geoufg@gmail.com

RESUMO

Esse artigo refere-se a uma reflexão acerca da temática pesquisada no projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia/UFG/Regional Catalão e resulta de estudos e reflexões realizados no Grupo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, bem como da militância no Movimento Camponês Popular (MCP). Nesse sentido, parte-se do diário de campo, da vivência junto às famílias camponesas e de reflexões teóricas para compreender as estratégias que os camponeses desenvolvem para permanecer na terra de trabalho, a partir da tríade terra-trabalho-

família. Assim a compreensão das estratégias adotadas pelos camponeses a fim de garantir a sua permanência na terra de trabalho requer a discussão de conceitos que expliquem a evidência histórica e o caráter diferencial e contraditório que a autonomia camponesa representa no modo capitalista de produção tendo a Comunidade Ribeirão no município de Catalão/Goiás como recorte espacial de análise.

Palavras-chave: Camponeses; Estratégias; Permanência na Terra

Nascimento Rosa, Marcelo do; Stacciarini, José Henrique Rodrigues; "LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão (GO)", p. 369-384 . In: Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Regional Catalão (2. : 2014 : Goiás) **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação - Volume 1 : Estudos Ambientais, Território e Movimentos Sociais**. Anais [livro eletrônico] / organizado por Adriana Freitas Neves, Idelvone Mendes Ferreira, Maria Helena de Paula, Petrus Henrique Ribeiro dos Anjos. São Paulo: Blucher, 2015. ISBN: 978-85-8039-109-1, DOI 10.5151/9788580391091-V1_Cap23

1. CAMPESINATO: REFLEXÕES TEÓRICAS

O capitalismo comporta relações capitalistas e não capitalistas, já existentes antes ou não em decorrência do seu processo de desenvolvimento desigual e contraditório. Assim, o campesinato resiste em meio ao capitalismo, contrariando os prognósticos sobre o seu desaparecimento. Dessa maneira, o conceito de campesinato é fator de máxima importância e será estudado teórica e empiricamente. Vários autores como, Alexandrina Conceição Luz, Alexander Chayanov, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Eliane Tomiasi Paulino, Horácio Martins Carvalho, José de Souza Martins, Marcelo Rodrigues Mendonça, Ricardo Abramovay entre outros, já estudaram a existência dos camponeses no capitalismo e alicerçarão a compreensão das estratégias para a permanência na terra de trabalho.

A territorialização do capital, e a conseqüente expansão das relações capitalistas no campo não acabam completamente com outros tipos de relação de produção e trabalho dos sujeitos nesse espaço. Formas diferentes de (re) produção passam a ocorrer no interior do sistema capitalista. Sendo assim, o conceito de território, compreendido a partir das relações de poder, proporciona o entendimento da singularidade na totalidade para além do observado na base física.

A expressão luta pela permanência na terra implica no fato de que o camponês já está territorializado, mas precisa garantir condições para viver *nela e dela* com dignidade, sabendo que não está isolado da realidade e nem poderia estar. Essa luta é uma reação à não aceitação da expropriação como condição predestinada. É uma busca, nas contradições do modo capitalista de produção, de estratégias para continuar se reproduzindo.

Entre estas estratégias pode se observar a divisão de tarefas entre os membros da família camponesa e a ação política nos movimentos sociais. Os camponeses, assim, asseguram a renda da terra e do trabalho, bem como o modo de produzir e viver. A luta, mesmo que relativa, pela autonomia perante as relações capitalistas, constrói diversas territorialidades potenciais e alternativas ao agronegócio que ainda não foram considerados adequadamente pela academia.

Assim, a compreensão das estratégias adotadas pelos camponeses a fim de garantir a sua permanência na terra de trabalho requer a discussão de conceitos que expliquem a evidência histórica e o caráter diferencial e contraditório que a autonomia camponesa representa no modo capitalista de produção.

2. OS CAMPONESES

Com a territorialização do mercantilismo europeu no Brasil, deixaram de existir as diferentes formas de organização comunal que havia. A *contaminação* capitalista de todas as relações fez com que índios e negros, grupos aprisionados, coagidos e, por isso mesmo, dissidente, em luta pela liberdade e por terras para sua sobrevivência estabelecessem uma união entre si e com os europeus e seus descendentes banidos do pacto de acumulação instalado no país, dando origem, assim, ao campesinato brasileiro e sua incansável luta pela terra de trabalho em resposta ao histórico processo de expulsão e migrações imposto pelo avanço do capital. É a posse da terra, mesmo que precária, que afasta o assalariamento e permite a reafirmação da autonomia do trabalho.

No Brasil, embora o campesinato tenha sido atingido negativamente por um lado, pela Lei de Terras de 1850, por outro, como retrata Oliveira (2002), a transformação da posse em propriedade, ajudou a consolidar parte do campesinato no Brasil. Durante todo o período em que vigorou o critério de posse, o campesinato se constituiu numa classe precária, em migração permanente em decorrência das concessões de títulos de sesmarias (século XVI) à população branca, aos fidalgos e demais escolhidos pela Coroa portuguesa e depois pelo Império brasileiro. Assim, como afirma Martins (1995), os camponeses estavam ausentes da composição de forças produtivas reconhecidas como tal.

Contraditoriamente, é a transformação da terra em mercadoria que permite a inserção do campesinato como classe no cenário das representações políticas. O camponês deixa de ser *sobranter* e passa a integrar o sistema pelo simples fato de se tornar proprietário, independentemente do tamanho da terra, numa sociedade em que o critério de inclusão é a propriedade privada. Enfim, é o reconhecimento jurídico-institucional do pequeno agricultor autônomo que vai consolidar, no pacto político, a existência camponesa.

Outro ponto de discussão e de discordância em relação aos camponeses são as concepções de que os camponeses são seres sociais isolados, ausentes de relações de mercado por se dedicarem à autossuficiência de forma rústica. Essa concepção tem origem em Kautsky (1980), que compartilhava de parte das ideias de Lenin e Marx. Apesar de se reconhecer a importância do pensamento de tais teóricos, é necessário indagar a integral transposição de suas análises para a realidade de hoje, uma vez que seus estudos analisaram um universo muito particular e um tempo histórico que acabara de sofrer profundas transformações urbano-industriais. Todavia, muitos pesquisadores da questão agrária tomaram os estudos de Lenin e Kautsky como profecia, desconsiderando que o território é dinâmico e vai adquirindo feições conforme o permanente movimento da realidade.

Esse posicionamento tem levado vários estudos sobre os camponeses a adotarem uma leitura congelada da realidade brasileira, que conduz a uma abordagem preconceituosa do papel político dos camponeses em nossa sociedade. Isso é tão real que, ao buscarem mediação com setores progressistas – comunistas –, as Ligas Camponesas foram orientadas a partir de concepções clássicas que as levaram a um distanciamento de suas verdadeiras aspirações e a uma “disfarçada” tutela.

É essa incapacidade de compreender o verdadeiro sentido das lutas camponesas que levou e leva à perda da unidade entre os partidos e organizações populares que, na maioria das vezes, significa um refluxo das lutas, como o que aconteceu nas décadas de 1950 e 1960 com as Ligas Camponesas, que culminou no golpe militar de 1964.

Paulino (2006, p. 38) argumenta sobre essa dificuldade de compreensão do ideário camponês, dizendo que:

Entende-se que essa dificuldade provém da não consideração de um elemento essencial que orienta a utopia camponesa, a busca destinada da autonomia, da liberdade de dispor de seu tempo, espaço e saber de acordo com os sonhos e projetos construídos ao longo das próprias tradições.

A autonomia é o que conduz ao progresso material dos camponeses, o que somente a propriedade individual da terra parece lhes assegurar. Oliveira (2002) adverte que é preciso ter cuidado com leituras apressadas, pois não se pode tirar dos camponeses o sonho histórico da produção individual autônoma e que somente sua experimentação será capaz de levar à sua superação.

Sendo assim, por falta de um instrumento teórico eficiente para compreender os camponeses face às novas configurações espaciais, sociais e produtivas instaladas à medida que o próprio modo de produção capitalista evolui, esses sujeitos da terra são transformados em meros trabalhadores familiares, supostamente redefinidos pela a perda e pela transformação em “proletários” parciais, o que implica a perda da dimensão de classe. Essa transformação de camponeses em trabalhadores familiares tem uma grande carga ideológica e objetiva banir os camponeses do pacto político.

Os camponeses são ao mesmo tempo trabalhadores da terra (não todos) donos dos seus meios de produção, mas a dificuldade em lidar com o conceito de classe faz com que o único agente que passou a moldar o capitalismo seja sacramentado como sujeitos da história. Nesse sentido, Shanin (1980) diz que,

[...] o capitalismo “juvenil” e otimista do século XIX influenciou muito a visão marxista clássica. Era visto como agressivo, construtivo, dominador e supereficaz em sua capacidade de se expandir. Como o dedo de Midas que transforma em ouro tudo o que toca o capitalismo também transforma em capitalismo tudo o que toca. A terra é o limite. À luz do que realmente encontramos hoje, tudo isso parece um grande exagero. É indubitável a capacidade de os centros capitalistas explorarem todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização dos lucros) de transformar tudo ao redor à sua semelhança não o é. Os camponeses são um exemplo. (Shanin, 1980, p. 57).

Um dos principais argumentos de que teria ocorrido o desaparecimento dos camponeses é o fato de eles estarem inseridos no mercado e de que as relações mercantis são inerentes ao modo capitalista de produção. Para Chayanov (1974), a inserção no mercado é uma estratégia de fortalecimento, por permitir aos camponeses se dedicarem com mais afinco aos cultivos mais rentáveis, adquirindo no mercado aquilo que não produzem em suas propriedades ou que lhes roubaria mais tempo.

Abramovay (1990, p.124), porém, também entende que a existência do campesinato é incompatível com a vigência do capitalismo como podemos ver a seguir,

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter burguês da organização social.

Essa afirmação de Abramovay supõe que, se alteradas as bases técnicas, os camponeses desapareceriam, dando lugar a uma nova categoria profissional (os agricultores familiares), implicitamente integrantes da pequena burguesia. Além do mais, o autor rejeita qualquer tipo de produção de capital sobre bases camponesas e isso, como retrata Oliveira (2002), expõe a dificuldade de se aceitar que a realidade é um processo e *está em* processo, não é estática, definida, acabada.

Para os camponeses o objetivo do ganho é distinto do da lógica de reprodução ampliada capitalista. Chayanov (1974) mostra, como resultado de seus estudos,

que, para os camponeses, a obtenção de dinheiro tem o objetivo de melhorar as condições de trabalho e, com isso, diminuir o esforço, garantindo mais bem-estar para a família. Sendo assim, o fato de os camponeses estarem inseridos no mercado não os torna menos camponeses, pois eles mantêm a autonomia na produção com o trabalho familiar e o destino de seus esforços é a sua reprodução social.

Além do mais, apesar da vinculação ao mercado, é necessário dar atenção a uma outra característica da produção camponesa: a cultura do excedente. Para os camponeses a seleção dos cultivos que resultarão em excedentes para a venda é definida pela capacidade de consumo interno da família. Assim, caso houver qualquer problema na comercialização, a família pode consumir esses produtos. Quando um camponês escolhe plantar comercialmente, ou seja, de forma que o excedente seria tão grande que a família não conseguiria consumi-lo, se ele controlar os canais de comercialização, por exemplo, com a venda direta aos consumidores, isso também não descaracteriza sua atividade como não estritamente capitalista.

Dessa forma, os rendimentos da família camponesa são a somatória dos proventos percebidos pela família, seja na forma de produtos colhidos e consumidos por ela mesma, seja na forma de dinheiro obtido com transações desses produtos. Porém, quanto maior for a parte da produção destinada ao consumo, maior a segurança alimentar da família e menor a necessidade de recorrer ao mercado para satisfazer as necessidades básicas. Mesmo quando alguns produtos puderem ser comprados em situação vantajosa, e os camponeses a comprarem, levando em conta a relação custo-benefício, os camponeses não estariam perdendo sua autonomia. Para Chayanov (1974, p.142), a relação do camponês com o mercado não representa risco à sua sobrevivência, embora diminua sua autonomia. Assim

Graças a su contacto con el mercado, la exploracion puede eliminar ahora de su plan organizativo todos los sectores de produccion que proporcionan pocos ingresos y em cuales el producto se obtiene con un esfuerzo mayor que el requerido para obtener su equivalente em el mercado mediante otras formas de actividad econômica que producen ingresos mayores. En el plan organizativo solo subsiste lo que proporciona uma alta remuneracion para la fuerza de trabajo o constituye um elemento de produccion irremplazable por razones técnicas.

Outro argumento que corrobora o não desaparecimento dos camponeses é o fato de a agricultura ser um setor estratégico dentro do capitalismo e isso

exige, pelo menos nos países centrais, como o exemplo dos Estados Unidos levantado por Abramovay (1990), a presença do Estado, que, para assegurar oferta abundante de alimentos, garante renda aos camponeses.

Muitos autores, como o próprio Abramovay (1990), por não acreditarem no poder de pressão dos agricultores, explicam a inserção das políticas públicas na agricultura camponesa como uma válvula de escape para salvaguardar as bases da expansão capitalista, permitindo o consumo de bens duráveis, ou seja, a expansão de mercado para os produtos industrializados. Mas há de se ponderar. Paulino (2006) ensina que essa interpretação traz muitas implicações, inclusive a de que “os camponeses são sujeitos passivos, incapazes de influenciar projetos políticos mais amplos” (PAULINO, 2006, p.54)

Dessa forma, o conceito e a existência do campesinato não são problemas teóricos, mas base de projetos políticos de intervenção na realidade. Sobre a dimensão desse conceito, Shanin escreve:

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades linguísticas dos intelectuais ou ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de *capitalismo*, *proletariado* e, é claro, *modo de produção*, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. Tem-se dito corretamente que o *preço da utilização de modelos é a eterna vigilância*. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais. O camponês é uma mistificação principalmente para aqueles que são propensos a se tornar mistificados [...]. Em última instância, os conceitos devem servir não *a uma questão de reconciliação dialética de conceitos, mas à compreensão das relações reais*. [...] excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou (SHANIN, 1980, p. 76-77, grifos do autor).

Assim, ao se eleger as relações econômicas como centro de análise, o mercado passa a ser agente exclusivo e os camponeses deixam de serem sujeitos criadores de sua própria existência, pois o mercado assume essa tarefa. Imbuídos

dessa concepção teórica muitos teóricos propõem a substituição automática do conceito de camponês pelo de agricultor familiar, excluindo as demais dimensões que constituem o *modo de ser e de viver* camponês, como, por exemplo, a sua apropriação do território. De acordo com Abramovay (1990)

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa [...] existem assim unidades produtivas que são familiares, mas não camponesas (ABRAMOVAY, 1990, p. 7).

Essa análise privilegia a relação com o mercado e, não, as relações sociais, que não são somente econômicas. Afirmar a existência do campesinato dentro do capitalismo é considerar a possibilidade da reprodução camponesa na lógica de produção do capital dada pela constante readequação capitalista para manter as suas condições de reprodução ampliada. Como retrata Shanin (1980)

[...] sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervaga suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural. (SHANIN, 1980, p. 58).

Soma-se a isso o fato de que na propriedade camponesa a acumulação monetária [quando ocorre] tem por objetivo a garantia da satisfação das necessidades de consumo da família, a curto, médio e longo prazo. E isso também demonstra uma lógica avessa à capitalista, uma vez que a “acumulação de capital segue o princípio do investimento associado à expansão do trabalho assalariado” (VERGÊS, 2011, p. 83).

Sendo assim, é necessário compreender os camponeses à luz das contradições do modo capitalista de produção e do movimento constante da realidade, ou seja, a partir de sua singularidade *de ser e de viver*.

2.1 A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA DE TRABALHO

Os camponeses da Comunidade Ribeirão se autodenominam como pequenos produtores. São trabalhadores que adquiriram a posse da terra, em geral por herança e mantêm laços de parentesco e vizinhança que lhes permite manter a identidade camponesa, a formação comunitária e os laços de pertencimento ao lugar.

De posse da terra, as famílias camponesas desenvolvem ações que vão desde a divisão de tarefas entre os membros da família e entre as famílias da Comunidade até a ação política para ter acesso às políticas públicas. A feira camponesa, iniciativa do Movimento Camponês Popular (MCP), e a comercialização junto ao Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) estão sendo experimentadas pelas famílias camponesas da Comunidade Ribeirão e, até o momento, estão sendo apontadas como um importante instrumento para assegurar a renda *da e na* terra (dados analisados em campo).

Diversas outras ações de caráter econômico, social, cultural e político dão sustentação ao que se pode chamar de luta pela permanência na terra e demonstram que os camponeses não aceitam a expropriação como condição predestinada e que promovem a apropriação social da natureza em oposição à apropriação privada. Esse caráter de apropriação social da natureza, mais especificamente da terra, apesar de legalmente haver a propriedade privada e individual da terra, é garantido pela existência da comunidade formada por sujeitos camponeses.

2.2 CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA

A Comunidade Ribeirão está situada no município de Catalão (GO), em sua zona rural a aproximadamente dez quilômetros da sede do município. Conta com cerca de 119 moradores segundo pesquisa publicada por Guimarães (2010). Faz divisa, ao sul, com a cidade de Catalão (GO). Limita-se ainda com as Comunidades: Coqueiros, Morro Agudo-Olaria, Tambiocó, como pode ser visto na figura (1). A principal via de acesso à comunidade é uma estrada vicinal, mas o acesso também pode ser feito pela rodovia federal BR-050 ou pela rodovia estadual GO-330, que liga Catalão (GO) à capital do estado, Goiânia.

Na comunidade, além das propriedades rurais, há um núcleo aglutinador que conta com um centro comunitário, utilizado regularmente pela Igreja Católica para suas celebrações, e uma escola desativada, a Escola Municipal Limírio Marinho da Fonseca.

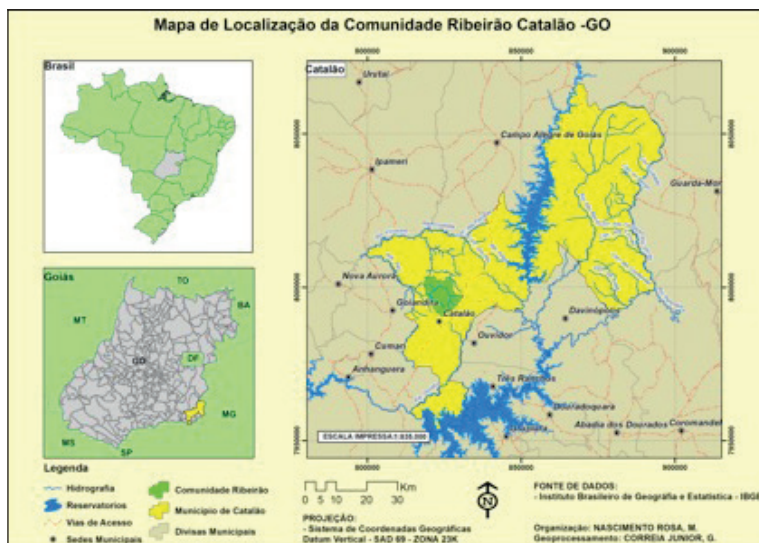


Figura 1 – Localização da Comunidade Ribeirão, no município de Catalão (GO).

Fonte: Organização: NASCIMENTO ROSA, M. (2014), Geoprocessamento: CORREIA JUNIOR, G. (2014).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do capitalismo no campo tem provocado profundas transformações nas relações sociais de produção e de trabalho presente na Comunidade Ribeirão, a ponto de suscitar interpretações que anunciaram o desaparecimento dos *sujeitos* que têm a terra como *terra de trabalho*: os camponeses. Entretanto, verifica-se que, ao contrário, os camponeses têm criado, no movimento de *luta pela terra* e de *luta na terra*, diferentes estratégias que possibilitam sua existência.

A discussão da questão agrária não pode prescindir do debate sobre a resistência camponesa na atualidade. Se, de um lado estão aqueles que usam a terra para garantir a reprodução ampliada do capital, do outro, se encontram os camponeses, cujo objetivo é a reprodução do grupo familiar. A vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, ela está assentada na forma simples de circulação de mercadoria, no processo de venda e compra, que confere à terra valor de uso. Ao contrário, a produção capitalista confere a todos os meios de produção, inclusive a terra, e aos produtos obtidos valor de troca e com vantagens, lucros, para acumulação.

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, marcado por intensas mudanças desencadeadas pelo processo de mundialização do capital, traz fortes consequências para as populações camponesas. Neste contexto de avanço do agronegócio no campo, a internacionalização do capital na agricultura e a

concentração de capitais nas mãos de grandes corporações transnacionais são desafios que tornam ainda mais difícil a compreensão de campesinato.

No caso dos camponeses que já têm a posse da terra e que nela trabalham, como os camponeses da Comunidade Ribeirão, no município de Catalão (GO), constata-se a existência de uma gama de experiências, que não significou e não significa apenas uma mudança de atividades ao longo dos anos, mas, o desenvolvimento de relações sociais de produção e de trabalho que vêm garantindo, contraditoriamente, uma relativa autonomia frente às relações capitalistas. Essas relações singulares mantêm uma lógica *de ser e de viver* responsável pela permanência na terra com especial atenção às condições ecológicas das áreas do Cerrado e preservação da identidade camponesa.

Assim, esse artigo que baseia-se em um projeto de pesquisa de Dissertação (em andamento) busca respostas para as seguintes questões:

a) Quais foram as configurações impostas à questão agrária a partir de 1980 com a territorialização do capital?

b) Tendo a comunidade Ribeirão no município de Catalão/Goiás como recorte espacial de análise, quais são os fatores econômicos, sociais e culturais que as famílias camponesas utilizam para permanecer na terra?

c) Como as diversas e diferentes experiências criadas e vividas pelos camponeses tornaram-se estratégias de reprodução social do campesinato?

Nesse sentido, a realidade camponesa presente na Comunidade Ribeirão é ampla e complexa, se insere em um contexto capitalista, mas preserva as condições essenciais do campesinato, portanto, o modo de vida, a economia, a cultura, a política desses camponeses é algo que requer atenção especial pelo saber geográfico.

Title: Struggle For Stay On Earth : The Peasant Livelihood Strategies In Ribeirão Community In Catalão (Go)

Abstract

This article refers to a reflection on the theme researched in the research project developed by the Graduate Program in Geography / UFG / Regional Catalão and results of studies and reflections made in Geography Research Group, Labour and Social Movements of the Federal University Goiás - Regional Catalan and militancy in the People's Peasant Movement (MCP). In this sense , start from the field diary, the experience with the peasant families and theoretical reflections to understand the strategies that farmers develop to stay in the land of work, from the ground- work-family triad. So understanding the strategies adopted by farmers to ensure their stay in the labor land requires the discussion of concepts that explain the historical evidence and the differential and contradictory character that peasant autonomy is the capitalist mode of production with the Community in Ribeirão municipality of Catalão / Goiás as spatial area analysis.

Keywords: Peasants ; Strategies; Sojourn on Earth.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/Eunicamp, 1992.
- ALENTEJANO, P, R, R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Ver. Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul./dez. 2003.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BUBER, M. **Sobre Comunidade**: Seleção e tradução de M. Dascal; O. Zimmermann. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CARVALHO, H. M. de. **O Campesinato Contemporâneo como Modo de Produção e como Classe Social**. Curitiba, PR, 2012. Disponível no site: <http://www.mcpbrasil.org.br>. Acesso em 21 abr. 2012.
- CARVALHO, H, M. de. **O Campesinato do Século XXI** – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Tradução Rosa María Russovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONCEIÇÃO, A. L. **A Questão Camponesa: O Olhar sob o Signo Dialético**. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo/UFS, Aracaju, 1991.
- FABRINI, J, E. A Contradição Como Parâmetro de Compreensão da Existência Camponesa. **Revista Geografia**, vol. 13, n. 2, jul-dez, 2004.
- FERNANDES, B, M. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar**. Córdoba-Argentina, p 1-9, 2008. Disponível em: <[HTTP//WWW.capacitacionapn.com.ar/cfycap/.../agricultura_camponesa.pdf](http://WWW.capacitacionapn.com.ar/cfycap/.../agricultura_camponesa.pdf)> .Acesso em: FERNANDES, B, M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 212-239.
- GALEANO, E. H. **As Veias Abertas da América Latina**. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A Modernização Dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- HAESBART, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderno**. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>. Acesso em 2013.

- KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3. Ed. São Paulo: Proposta, 1980.
- LUNA, S. V. de. **Planejamento de Pesquisa**: uma introdução. 8 ed. São Paulo: EDUC, 2005.
- LUXENBURGO, R. **A Acumulação do Capital**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MARTINS, J, S. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, J, S. **Expropriação & Violência**. A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, J, S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, J, S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5^o ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. — São Paulo: Boitempo, 2013.
- MENDONÇA, M, R. **A Questão Regional e o Campesinato**: a alihicultura em Catalão-GO. 1998. 233f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) — Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- MESQUITA, H, A. de **A Modernização da Agricultura**: um caso em Catalão-Goiás. 1993, 180f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Goiânia, 1993.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.
- MOREIRA, R. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- NASCIMENTO, A. C. & MENDONÇA, M. R. **Campesinato: uma existência contraditória no modo capitalista de produção**. Anais Cemarx, Campinas, SP, 2012.
- OLIVEIRA, A, U. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1999.
- OLIVEIRA, A, U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, A, U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur, edições, 2007.
- OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M. (Orgs). **O Campo no Século XXI: território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social**. São Paulo. Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- PAULINO, E, T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo, editora Unesp, 2006.
- PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PORTO GONÇALVES, C, W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo**: globalização e meio técnico-ciêntifico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SHANIN, T. **A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações** — o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, pp. 43-79, 1980.
- SHANIM, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E, T. FABRINI, J, E. **Campesinato e Território em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **As Correntes Teóricas na Geografia Agrária Brasileira**. Presidente Prudente, SP, 2009.

VERGÉS, A. B. **Os Novos Camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

VENÂNCIO, M; PESSOA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSOA, V. L. S. (Orgs.)

Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990.

24

CAPÍTULO

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO ESPAÇO FABRIL, INTENSIFICAÇÃO E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO: perda na qualidade de vida dos trabalhadores da Mitsubishi do Brasil em Catalão (GO) – 2009/2013

MARQUES, Gislei Lemes ¹; STACCIARINI, José Henrique Rodrigues ²

¹ Mestrando em Geografia no /PPGGC/Regional Catalão, Universidade Federal de Goiás Regional Catalão. Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1.120 Setor Universitário, CEP, 75.704-020, Catalão (GO). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA). Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (FAPEG).

² Orientador: Professor no programa de pós-graduação stricto sensu em Geografia da Universidade Federal de Goiás Regional Catalão.

*lee.marques@hotmail.com

RESUMO

O estudo do trabalho permeia por várias questões que têm sido debatidas ao longo de vários anos por diferentes autores que buscam o entendimento mais próximo da realidade de cada especificidade. Assim, um aspecto que vem se repetindo em várias partes do mundo nas montadoras automobilísticas, é a organização do trabalho no espaço da fábrica que foi criada e recriada ao longo do último século com o intuito de acelerar os processos produtivos, haja vista que o primeiro foi o taylorismo/fordismo e, posteriormente, o toyotismo, ambos com o objetivo de avançar nas técnicas de aumentar a produtividade dos trabalhadores envolvidos no processo de trabalho dentro das montadoras. Nesse

sentido, o objetivo deste é texto é mensurar alguns aspectos da organização e as suas consequências negativas para os trabalhadores que, por sua vez, tem adoecido em virtude do trabalho intensificado que exige, em muitos casos, um esforço físico que ultrapassa a capacidade resistência, que é diferente em cada pessoa, ou seja, alguns possuem maiores resistências físicas que dificilmente irão adoecer, enquanto outros estão mais propensos a sofrer alguma doença osteomuscular em virtude do esforço repetitivo de alguma articulação dos membros superiores ou inferiores do corpo.

Palavras-chave: Organização do Trabalho; intensificação; doença.

1. INTRODUÇÃO

A Organização do trabalho no espaço da fábrica potencializa a intensificação do trabalho e, conseqüentemente, se torna propenso o surgimento das doenças relacionadas ao trabalho. Assim, entender o espaço e as relações em que são construídas entre as sociedades para produção de bens de consumo e as suas formas de criação é fundamental para a compreensão das dinâmicas em relação às transformações que ocorrem a cada nova estrutura produtiva criada, que reafirma a aceleração da expansão das mais diversas indústrias pelo mundo globalizado. Em verdade, [...] o mundo da rapidez e da fluidez somente se entende a partir de um processo conjunto no qual participam de um lado as técnicas atuais e, de outro, a política atual, sendo que esta é empreendida tanto pelas instituições públicas, nacionais, intranacionais e internacionais, como pelas empresas privadas. (SANTOS, 2003, p. 83)

Deste modo, constitui o objeto da pesquisa, compreender o processo de trabalho, trazido nesse processo de globalização, e o que tem acontecido com esses trabalhadores que são vítimas de doenças relacionadas ao trabalho, tomando como objeto a Mitsubishi do Brasil em Catalão (GO). Nesse sentido, o estudo se desenvolve para propor debates sobre as deformações que as formas de produção baseada no sistema taylorista/fordista e, principalmente o toyotismo possuem, uma vez que, por diversas razões, esses modelos são causadores de doenças do trabalho.

Além disso, a desinformação, a dificuldade de se desvincular do trabalho mesmo com a saúde prejudicada, seguido da necessidade de permanecer no emprego para não perder os benefícios, como por exemplo, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), se torna, de certa maneira obstáculos para o trabalhador deixar de trabalhar. Assim, os problemas vão surgindo ao longo dos anos em que ficam trabalhando na empresa e, somente, se afastam do serviço quando não tem mais condições físicas para permanecer trabalhando. Por conseguinte, isso mostra que o trabalho intensificado e repetitivo, é o provável motivo para o desenvolvimento das doenças osteomusculares na Mitsubishi do Brasil em Catalão (GO).

2. DOENÇA DO TRABALHO E VIDA COTIDIANA DOS TRABALHADORES DA MITSUBISHI

Uma discussão que está sendo feita por diversos pesquisadores das ciências humanas é a centralidade do trabalho, uma vez que o capitalismo só se reproduz efetivamente pela exploração realizada pelos donos dos meios de produção sobre a classe dos que dependem exclusivamente da venda da força de trabalho para sobreviver. De fato, essa é uma condição de expropriação criada e recriada para manter o domínio dos donos dos meios de produção sobre os trabalhadores.

Nesse contexto, nos relatos dos trabalhadores da Mitsubishi, muitos enfatizam que eles se submetem as essas condições porque precisam cumprir compromissos financeiros assumidos, cuidar da família, isto é, a necessidade da sobrevivência. Além disso, existe ainda a falta de opção de emprego com os mesmos benefícios oferecidos, relatam ainda sobre o medo que eles têm da demissão, principalmente, quando apresentam algum problema na sua saúde ocupacional. No relato de um entrevistado, é colocado que,

[...] o cara sabe se ele perder ali não vai conseguir outra coisa melhor, então, tem vários casos desse jeito, pessoas lá dentro que volta a trabalha mesmo tano doentes, tano, ta doendo ele ficam porque sabe se corre pra empresa vão mandar ês embora, sê entendeu, é tem pessoas que omite, omite até alguma doença que vai ocasionando com medo de ser mandado embora, na Mitsubishi acontece isso. (Entrevista, 2014)

Como enfatiza o trabalhador, a necessidade de permanência no emprego vai além da simples decisão de querer estar nesta empresa. São questões que envolvem a própria segurança financeira mínima do trabalhador e expressa a dificuldade encontrar na cidade de Catalão (GO) empregos que se equiparam, principalmente nos poucos benefícios oferecidos.

Acrescenta-se que, devido ao medo vivido pelos trabalhadores, que mesmo doentes permanecem trabalhando. É possível dizer que, aqueles que afastam do trabalho, já estão em condições de agravamento da doença e já não suportam mais o trabalho, sendo esse o motivo que os levam a procurar um médico especializado para lhes fornecer um atestado para ser apresentado na empresa e, posteriormente, ao INSS para um possível afastamento. Nesse contexto, é possível entender a partir da fala do trabalhador, quando questionado se o mesmo tinha algum conhecimento sobre o que é doença do trabalho,

[...] quando eu procurei o ortopedista que ele mando eu fazer uma serie de exame era ultrassom ne, não, eu fui aqui em Catalão não deu nada, fui pra Uberlândia procurei um médico doutor [...] ele me pediu pra fazer uma serie de exame, ressonância e ultrassom numa clinica especifica dele quando eu fui que deu o resultado já tava era grave não era tendinite mais, era tenossinovite ela já avanço, *aquela dor muscular que achava que era da rotina de trabalho* ela avanço, nas mãos, cotovelo nos ombros deu síndrome do impacto hoje já tá em grau dois, não sei se eu fizer exame já ta em grau três, mais não acho que dois e assim eu descobri que até então eu achava que era só dor muscular aquilo que eu sentia *a rotina jornada de trabalho pesada* então sê sai do serviço sê pensa, sê sente a dor não isso é dor muscular [...]quando eu vi já era tarde ai mão cirurgia, não fez nessa porque com o tratamento dessa eu não movimetei mais essa, voltou o normal, mais o médico disse se eu volta a fazer exercício repetitivo, computador, vídeo game, que mais, tricota, volta tudo de novo o da mão. (Entrevista, 2014, Grifo nosso)

Todavia, fica claro, na declaração do trabalhador citado, a espera para poder procurar um tratamento, já que mesmo trabalhando com dores, ele continuava exercendo o mesmo trabalho. Esse mesmo trabalhador ainda cita a questão da dor muscular dizendo que, como a jornada de trabalho é muito intensa e cansa muito o corpo, usava remédios para dor muscular, como o Gelol, por exemplo, para aguentar a rotina de trabalho na Mitsubishi.

Assim é possível afirmar que a doença osteomuscular do trabalho, de certa forma, é imperceptível num primeiro momento, pois é confundida com as dores musculares e, somente depois que a dor vai aumentando é possível saber que não se trata apenas de uma dor muscular e que é necessário procurar ajuda médica para um tratamento adequado. Ainda sobre o assunto, no gráfico 1, é possível ver os acidentes de trabalho registrados na cidade de Catalão, incluindo todas as empresas existentes, ou seja, não são só os da Mitsubishi.

No gráfico 1 é possível perceber que a quantidade de doenças relacionadas ao trabalho registradas na cidade de Catalão, é bem menor do que os demais tipos de acidentes especificados na legenda. Contudo, o total de acidentes entre 2009 e 2012 foi de 1158, desse total apenas 29 eram de Doenças do Trabalho, 178 de trajeto, 861 acidentes típicos e 90 acidentes não foram registrados por meio da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), reafirmando a existência das subnotificações que podem ser bem maiores que as 90 indicadas. Lembra-

se que, o eixo y, está representado em centenas, de acordo com os números apresentados em cada coluna que estão em números absolutos.

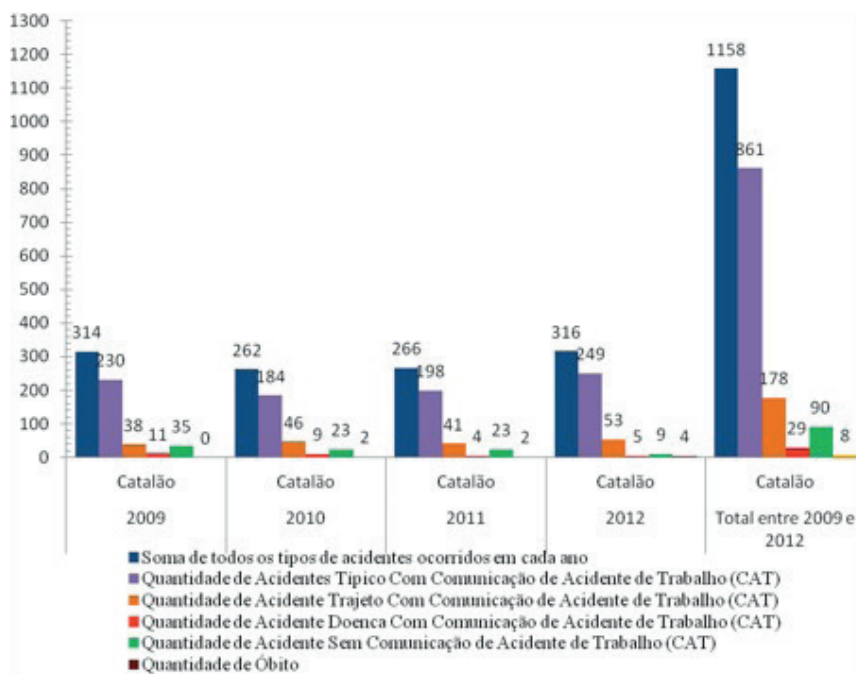


Gráfico 1: Total de Acidentes e Doenças do Trabalho em Catalão de 2009 a 2012

Fonte: Base de Dados Históricas de Acidente de Trabalho (Infologo, 2014). Org. G. L. Marques (2014)

Vale frisar que, a subnotificação dos acidentes típico e de trajeto é mais difícil, uma vez que esse tipo de acidente apresenta, quase sempre, uma fratura visível em algum membro do corpo físico, que pode ser facilmente constatada pela perícia médica realizada em quase todos os casos de acidente, seja pelo médico da empresa ou pelos da previdência social. Nesse sentido, na aplicação de questionário foi possível constatar um percentual de trabalhadores que declaram possuir algum tipo de doença do trabalho, não foi possível saber se foram registrados por meio da CAT.

O gráfico 2, foi elaborado a partir de um questionário aplicado em assembleias realizadas pelo sindicato aos trabalhadores da Mitsubishi. Assim sendo, os resultados mostram que 8% dos trabalhadores homens, responderam possuir alguma das doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho. Entre as mulheres, das que responderam 2% afirmou possuir algum tipo dessas doenças. Por essa via, é possível afirmar que as doenças estão presentes em um número considerável de trabalhadores o que reforça a ideia de que forma como é

organizado o trabalho no espaço da fábrica está inteiramente relacionado com o comprometimento na saúde dos trabalhadores.

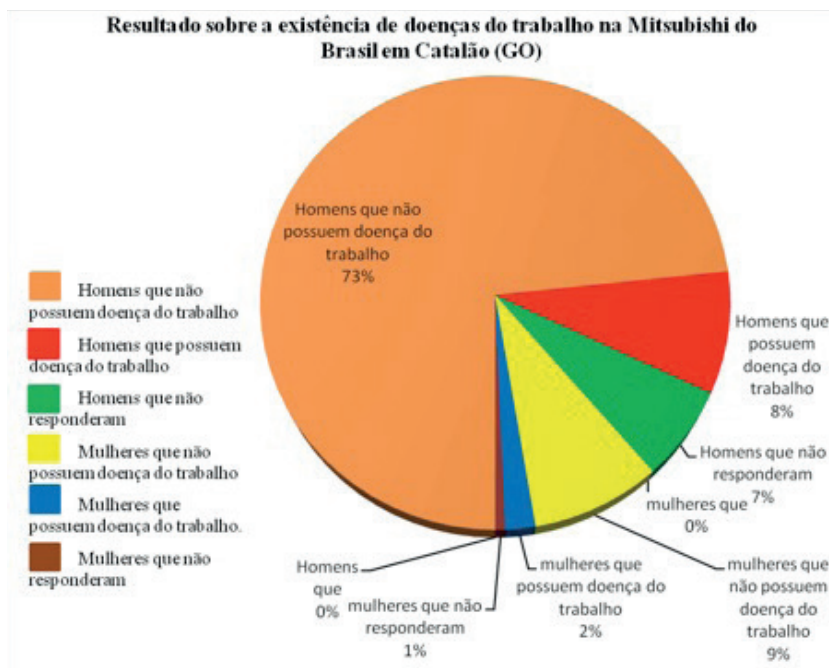


Gráfico 2. Questionário aplicado aos trabalhadores da Mitsubishi.

Fonte: Trabalho de campo (2014). Org. G. L. Marques (2014)

Haja vista que, em relação às doenças do trabalho, é preciso considerar que ela é desenvolvida ao longo de um determinado período de exposição do trabalhador ao risco. Logo, nesse caso, as doenças osteomusculares estão mais ligadas a movimentos intensos e sem intervalos de descanso, durante a jornada de trabalho, muitas vezes, a sua causa pode ser questionada por não ter uma lesão externa no corpo, assim relatados pelos trabalhadores, também nas entrevistas orais.

Nesse contexto, mesmo com as possibilidades de adoecer o trabalhador, a força de trabalho humano ainda é muito usada, de forma intensa, nas montadoras do Brasil, devido às vantagens de manter na produção, em sua maioria, o trabalho vivo, reduzindo ao máximo o trabalho robotizado, devido aos altos custos da tecnologia. Nesse sentido, Alves (2005) afirma que o trabalhador é inserido nos objetivos da empresa mais facilmente por meio da “captura da subjetividade”.

Por essa via, tudo que é investimento fixo dentro de uma indústria, que deteriora com o passar do tempo, tem custo elevado para substituição. Além

disso, não há como calcular a extração de trabalho não pago. Conforme Pinto (2007), a sua produtividade é estática, uma vez que é possível apenas fazer uma comparação entre o seu custo de instalação, a sua vida útil para assim calcular o valor das peças que as máquinas produzem. Nesse aspecto, a Mitsubishi do Brasil em Catalão aproveita o potencial do trabalho humano em todo o seu processo produtivo.

Deste modo, analisando a Mitsubishi, em comparação com outras montadoras de veículos, fica claro que a mão de obra humana é bastante utilizada em todos os processos de montagem. Segundo Pinto (2007), essa forma de pensar do criador do toyotismo, está relacionada com o fato de que a produção utilizando apenas máquinas não dá condições de melhorias contínuas, ao passo que o trabalho humano dá a possibilidade de sempre inovar e resolver as deformações no processo produtivo.

Assim, a forma do capitalista realizar a reprodução ampliada do seu capital de forma mais vantajosa, é por meio da exploração do trabalho humano. De fato, no Brasil ainda tem uma mão de obra, relativamente qualificada e com custo baixo, se comparado com os países desenvolvidos, como de fato ocorre na montadora da Mitsubishi do Brasil em Catalão, de forma que o seu custo é apenas o salário e alguns benefícios pagos ao final de cada mês e, em caso de substituição desse trabalhador custará para empresa um valor bem menor se comparado com a substituição de determinados equipamentos tecnológicos de grandes valorações.

Além disso, o processo de robotização de uma empresa não se encerra no momento da compra, visto que todo maquinário vai necessitar de manutenção periódica, com mão de obra especializada, elevando os custos da produção. Nesse sentido, como o Brasil é um país com mão de obra barata, principalmente fora da região sul e sudeste, as empresas preferem investir no trabalho manual ou semi-mecanizado, como pôde ser constatado em leituras dos autores como Bernardo (2009) e Franca (2007), assim como também nas entrevistas feitas com os trabalhadores da Mitsubishi de Catalão (GO).

Dessa maneira, a organização do trabalho humano foi criada para reduzir a mão de obra na produção sem reduzir a produtividade dos que permanecem nas indústrias, apostando na capacidade de um trabalhador realizar a operação de mais de uma pessoa. Segundo Rosso (2008), um homem operando mais funções dentro da produção, buscando superar o limite físico de cada trabalhador, uma vez que a busca da polivalência está diretamente relacionada com a intensificação do trabalho por meio do aumento da responsabilidade do trabalhador sobre mais atividades na produção.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, merece destacar o sofrimento do trabalhador frente a esses problemas é, quase sempre, desconsiderado pelos médicos do trabalho, envolvendo os ambulatórios das empresas e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), causando sentimentos de impotência, revolta, insatisfação no trabalhador. Em muitos casos, eles não entendem o que ocorreu com a sua saúde e quais serão as consequências futuras que poderão ocasionar devido à doença que contraiu no trabalho.

Além disso, o acidente do trabalho demanda da pessoa um dispêndio de tempo e de coragem para enfrentar as várias situações de constrangimento, de desconhecimento do problema e das implicações para sua vida e de seus familiares. Diante disso, muitos não percebem, ou demoram anos para entender, que o ritmo de trabalho conseguido pela organização do trabalho está diretamente ligado à ocorrência de algumas doenças ocupacionais que se desenvolvem silenciosamente ao longo de meses ou até por anos de exposição aos riscos, isto é, não é uma ocorrência imediata como os outros tipos de acidentes.

Title: LABOUR ORGANIZATION IN SPACE FABRIL, RENEWAL AND WORK-RELATED DISEASES: loss on quality of life of workers from Mitsubishi of Brazil in Catalan (GO) - 2009/2013

Abstract

Work's study permeates several issues that has been debated over many years by different authors that searching the understand near to reality about each specificity. Therefore, an one aspect that has been repeating in many parts of the world at the automobile manufacturers, is the organization of work at the factory that was created and recreated over the last century with the aim of accelerating processes space, given the fact that the first was Taylorism / Fordism and later Toyotism, both with the goal of advancing the techniques to increase the productivity of workers involved in the labor process within the automakers. Accordingly, the objective of this text is to measure is some aspects of the organization and its negative consequences for workers who, in turn, has fallen ill due to the intensified work that requires, in many cases, a physical effort that exceeds the capacity resistance which is different for each person, ie, some have higher physical resistances will rarely get sick, while others are more likely to suffer any musculoskeletal disease due to the repetitive stress of some articulation of the upper or lower body.

Keywords: Labor Organization; intensification; disease.

REFERÊNCIAS

- AEAT Infologo. **Base de Dados Históricos de Acidente de Trabalho**. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/scripts/10/dardoweb.cgi>>. Acessado em 11/ abr./2014.
- AEPS. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/AEPS_2012.pdf>. Acessado em 24/abr./2014
- ALVES, Giovane. O toyotismo. In: _____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 29-64.
- _____. Rumo a um “toyotismo sistêmico”. In: _____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 200-247.
- BERNARDO, Marica Hespagnol. **Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores**. São Paulo: Expressão popular, 2009. 191 p.
- BENKO, Georges. Leitura socioeconômica do fim do século. In: _____. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. Tradução. Antônio de Pádua Danesi. 3 ed. São Paulo: Hucitec: annablume, 2002. p. 19-49
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Relatório de avaliação do plano plurianual de 2008-2011. Brasília, 2012, p. 53 p.
- CASTRO, Cloves Alexandre de. **Movimento social e Geografia: contribuição ao debate**. Nera. Presidente Prudente. Ano 16, n° 23. jul.-dez. 2013. <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2298/2386>> acesso em 07/mar/2014.
- DEJOURS, Christophe. **A Loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Tradução: Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª Ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992. 168 p.
- FRANCA, Gilberto Cunha. **O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)**. São Paulo: Expressão popular, 2007. 172 p.
- GAEDKE, Mari Ângela; KRUG, Suzane Beatriz Frantz. As instituições e os profissionais de saúde na assistência ao trabalhador acometido por LER/DORT. **Quem eu sou? A identidade de trabalhadoras portadoras de LER/DORT**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/3942/3206>> Acesso em: 06 de maio. de 2014.
- MACÊDO, Kátia, Barbosa. A psicodinâmica do trabalho e suas contribuições para o estudo nas organizações. In: Kátia Barbosa Macêdo (Orgs). **O trabalho de quem faz arte e diverte os outros**. Goiânia: PUC Goiás, 2010. p. 29-73
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em <www.mte.gov.br> acesso em 04/abril/2014.
- NEGRINI, Daniela Aparecida Flaustino. Acidente do trabalho. In: _____. **Acidente do trabalho e suas consequências sociais**. São Paulo: LTR, 2010. p. 15-26.
- SANTOS, Milton. O território do dinheiro da fragmentação. In: _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, 79-111.

25

CAPÍTULO

OS MÉTODOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Maldonado, Priscila Souza ^{1*}; Mendonça, Marcelo Rodrigues ²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG – Bolsista CAPES

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC e IESA/UFG

* email: priscila.geografia@gmail.com

RESUMO

Este artigo se propõe a discutir as principais características dos métodos científicos e sua utilização. Sabendo que a escolha do método é guiada por convicções políticas e ideológicas dos pesquisadores e pesquisadoras, procuramos evidenciar quais são as marcas de cada método esclarecendo o que cada discurso pode oferecer ao desvendamento da Ciência. Assim, trataremos dos três métodos reconhecidos pela cientificamente, são eles: o Positivismo, a Fenomenologia e o Materialismo Histórico Dialético.

Palavras-chave: Método; Pesquisa Científica; Geografia

1. A GEOGRAFIA ENQUANTO CIÊNCIA

Este artigo é fruto das leituras e debates propostos no âmbito do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, onde foram oferecidas disciplinas de reflexão sobre o método na pesquisa Geográfica.

Pretende-se apresentar aqui as principais características que constituem os métodos analíticos e fazer as devidas relações com o a pesquisa que pretendemos encaminhar durante o Mestrado. Nesse sentido, as reflexões aqui contidas estão intimamente relacionadas à pesquisa de Mestrado, que se encontra em fase final, portanto, trata-se de um debate introdutório que pretende ser elaborado e aprofundado ao longo das investigações.

Toda pesquisa científica carrega as características do pesquisador ou pesquisadora que a desenvolvem. O método utilizado em determinada investigação científica é sempre uma escolha política. De acordo com essas afirmações, podemos dizer que, não há neutralidade na esfera da produção do conhecimento, e mais, que esse é um espaço onde acontecem constantes e importantes disputas políticas.

A cientificidade ou não das ciências humanas tem provocado debates que levam a reflexão sobre os métodos de pesquisa. As discussões sobre o método são importantes, pois, afirmam as divergências dos discursos científicos e o caráter político e ideológico dos mesmos. A epistemologia é a teoria do conhecimento que se constitui enquanto um processo.

A Geografia tem sido criticada constantemente em relação a sua cientificidade, ou seja, se é uma Ciência, então qual é o seu método? Muitos estudos de epistemologia têm sido feitos até então com objetivo de conseguirem respostas satisfatórias para essa dúvida. A Geografia é uma Ciência que sempre se atentou em entender como o homem transforma ou cria o espaço onde vive.

Por um longo tempo a Geografia se manteve descritiva e empirista. Durante muito tempo a Geografia foi definida como uma descrição da paisagem. Com a emergência da Geografia Teorético-quantitativa troca-se paisagem por geometria, buscando padrões de organização do espaço. Assim, os geógrafos quantitativos começaram a usar o positivismo na Geografia que era reconhecido com um método verdadeiramente científico, assim, tinha o objetivo de tornar a Geografia uma Ciência de fato. Passaram a aplicar técnicas matemático-estatísticas e por em prática as regras do “método científico”, testar hipóteses, aplicar experimentação, desenvolver dados e busca de leis e teorias era fundamental.

Nas décadas de 1960 e 1970 se aprimorou uma nova tendência na Geografia que se colocava como crítica em relação aos geógrafos tradicionais e neopositivistas, focados na filosofia marxista e preocupados com as injustiças sociais e com a atuação política passaram a desenvolver o Método Dialético. Desse modo, começaram a se envolver com diferentes problemas, como: o modo de produção, as contradições do sistema capitalista, a visão de totalidade, a ideia de essência, entre outras.

Já na década de 1970 surge uma nova corrente geográfica conhecida como Geografia Humanística, mais direcionada para a psicologia, com o objetivo de entender os sentimentos das pessoas ou de grupos sociais referentes ao lugar onde habitavam, e compreender as relações afetivas. Aprimoraram o uso do método fenomenológico intensificando suas investigações na experiência de vida, os pontos de vistas mais íntimos das pessoas, suas emoções, seus anseios, desejos, medos, entre outras ações.

Sabe-se que um paradigma é definido pela soma de ideias, teorias e doutrinas organizadas através de um método distinguindo as tendências científicas. O entendimento das teorias e suas ligações com os paradigmas são importantes, pois, revela a maneira como se propõe a interpretação das diversas leituras possíveis da realidade. O método é o procedimento que se aproxima de uma atividade científica e sua estruturação, que contém elementos incorporados historicamente, levou ao estabelecimento de três métodos reconhecidos pela comunidade científica: o Positivismo, o Materialismo Histórico Dialético e a Fenomenologia.

2. O MÉTODO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Nessa parte, busca-se fazer uma breve discussão em relação aos métodos reconhecidos cientificamente frisando as suas principais características, para que fique evidente suas diferenciações. Assim, essa é uma concisa introdução que nos ajudará a definir e apontar de onde estamos partindo, ou seja, a nossa escolha metodológica.

Existem muitos autores e autoras com diferentes perspectivas em relação ao significado da palavra “método”. O método pode ser entendido como: o caminho epistemológico percorrido na tentativa de chegar à compreensão do movimento do real. Uma estrutura teórica, um conjunto organizado de ideias, que funciona como uma ferramenta de interpretação da realidade.

Spósito (2004) se refere a método, como um “[...] instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador,

quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para sua interpretação. (SPÓSITO, 2004, p. 23).

Não se pode confundir ou mesmo tratar como sinônimos, método e metodologia. Ambos fazem parte da pesquisa científica, mas, diferentemente do método, a metodologia diz respeito aos procedimentos, às etapas, à forma como será encaminhada a pesquisa, ou seja, pressupõe um conjunto de práticas que a pesquisadora ou o pesquisador se propõe a realizar para efetivar a pesquisa.

A metodologia a ser utilizada em uma pesquisa, assim como o método, é sempre uma **escolha**. São os sujeitos (pesquisador/pesquisadora) que fazem as escolhas, e toda escolha é carregada de subjetividade e intencionalidade. Logo, não há nenhuma dúvida, de que, o discurso de neutralidade na pesquisa científica é totalmente falacioso.

Entende-se, portanto, que ao nos decidirmos aventurar no universo da pesquisa é necessário que se faça opções teóricas e que nos posicionemos politicamente. Essa decisão nunca deve significar uma camisa de força, nem mesmo fechar o campo da crítica ou a possibilidade de mudar de ideia. No entanto, deve-se ficar atentos, pois, a inconsistência teórico-metodológica pode resultar em miscelâneas grosseiras de teorias que divergem radicalmente.

Os métodos apontados como sendo coerentes por possuírem características que historicamente relacionam-se a procedimentos e teorias disseminadas pela comunidade científica são: o Positivismo, o Materialismo Histórico Dialético e a Fenomenologia. Cada um deles possui características próprias e são produto do desenvolvimento secular da Ciência.

A Ciência Moderna, tal como se conhece, é nascida nas bases iluministas e institucionalizada a partir do positivismo e da normatividade. A ideia de ciência está ligeiramente associada a um conjunto de saberes e conhecimentos formais ou empírico-formais, muito relacionados às Ciências Exatas. Essa associação que se faz comumente é dotada de sentido, pois, historicamente, o modelo lógico-formal, através das premissas do positivismo, foi predominante. Existe uma tendência a estender esse método ao conjunto das disciplinas científicas, com intuito de uniformizar e padronizar as identidades epistemológicas. (GOMES, 1996).

No método Positivista, o saber científico é sempre produto de um conjunto de regras determinadas, que serviriam para legitimar o conhecimento gerado. Esse método explica os fenômenos, a partir do raciocínio lógico, que é a condição para todo conhecimento válido. O raciocínio lógico procura garantir através de uma série de condutas, a objetividade. As premissas da neutralidade e da objetividade científica, pressupõem que as respostas para um mesmo fenômeno tenham que ser sempre as mesmas, independente de quem seja a pesquisadora ou o pesquisador. Podemos dizer também que, de acordo com o Positivismo, o rigor

é um dos critérios fundamentais para a validade formal e a legitimidade científica.

Diferentemente, a Fenomenologia, consiste num método e numa forma de pensar, nos quais a 'intencionalidade da consciência' é considerada. Assim também, se estima a percepção advinda das experiências vividas, que é considerada etapa metodológica fundamental na busca de romper a cisão ou a hierarquização: sujeito-objeto. A Fenomenologia busca descrever os fenômenos (aquilo que se dá imediatamente) e renuncia a tomar como ponto de partida uma teoria do conhecimento. É o sujeito que descreve o objeto e suas relações, a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente. O peso que se confere ao sujeito (pesquisador/a) faz com que o objeto, muitas vezes, chegue a ficar em segundo plano, correndo o risco de se tornar apenas o elemento a ser analisado. (SPÓSITO, 2004).

Já o método Materialismo Histórico Dialético rompe com a ideia de dicotomia, que é o alicerce do pensamento lógico-formal, pois, uma de suas premissas é a interação dos pares dialéticos que não estão em oposição, mas, estão contidos um no outro num movimento que é contraditório. A busca por desvendar esse movimento é justamente o exercício do método Materialista Dialético.

Por não se tratar de um método idealista, mas, sim materialista, parte da realidade objetiva e da investigação das relações sociais de produção que edificam a sociedade humana. Dessa forma, consegue estabelecer e explicar as tendências do modo de produção capitalista, com vistas à superação dessas relações.

Por isso, esse é um método altamente propositivo, questiona a necessidade e o papel da ciência no mundo capitalista e assim, a partir do movimento interacional da relação teoria e prática sustenta sua metodologia na práxis revolucionária e na análise da luta de classes, que aparece enquanto dimensão histórica do método.

Karl Marx, o principal pensador que contribuiu para a sistematização do método Materialista Histórico Dialético, aponta para a importância da atuação revolucionária, prático-crítica, pois, é exatamente na prática que o homem tem que demonstrar a verdade de seu pensamento. O problema do pensamento humano não é um problema da teoria, mas sim, um problema prático. "A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão desse prática". (MARX, 1999, p. 07). Por conseguinte, não se consegue chegar a complexidade das relações sociais, a partir da análise do indivíduo de maneira isolada.

Uma das características que exemplificam o caráter do conceito de prática, nesse contexto, está na máxima de que não basta interpretar o mundo de forma diferente, mas sim, modificá-lo. Assim se expressa uma das máximas do

pensamento marxista, que tem haver essencialmente com o método analítico em que se encontra.

Ao se referir a obra de Marx, Berman (1986), afirma que:

O que de mais valioso ele nos tem a oferecer, hoje, não é o caminho que permita sair das contradições da vida moderna, e sim um caminho mais seguro e mais profundo que nos coloque exatamente no cerne dessas contradições. (BERMAN, 1986, p. 125).

Por isso, ao se obscurecer as relações de antagonismo de classes, que são o principal motor da história, esta se negando a contradição e fechando os olhos para os conflitos e para milhares de homens e mulheres que estão vivendo no limite da exploração e da opressão de classes, de gênero e racial.

Sabe-se que estamos bem longe de findarmos essa preocupação em relação às bases filosóficas da Ciência. Essa síntese objetivou esboçar compreensões e reconhecer a importância do estudo em teoria e epistemologia para o amadurecimento enquanto pesquisadoras e pesquisadores, principalmente no contexto da Ciência Geográfica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia que hoje conhecemos tem suas origens no século XIX e, como Ciência, se estabeleceu nas bases do positivismo, mas vê-se também que todos os métodos em algum momento tiveram sua importância para esta Ciência. Ao longo da história da Geografia, que desde o surgimento tenta se firmar enquanto Ciência, percebe-se que existem transições no que se refere a produção do conhecimento e que de acordo com os momentos históricos e com as necessidades de desenvolver outros métodos foi escrevendo uma história de diferentes teorias e leituras do real.

O método tem uma relação direta com a visão de mundo e a posição política-ideológica do pesquisador e/ou pesquisadora, sendo que a escolha do método perpassa pelo momento histórico, pela postura política e pelas escolhas de quem vai pesquisar. A importância do método na pesquisa é como o esqueleto para o corpo, é ele que vai dar a sustentação e articulação necessária ao processo de produção do conhecimento.

Desse modo, é importante que sejam viabilizadas pesquisas que tenham a epistemologia como tema central na Geografia, para que seja possível aprofundar o debate em relação as bases conceituais e teóricas que dão sustentação aos métodos, bem como suas utilizações na Ciência Geográfica.

Title: THE METHODS IN THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE

Abstract

This article aims to discuss the main characteristics of scientific methods and their use. Knowing that the choice of method is guided by political and ideological convictions of male and female researchers, we try to show what are the marks of each method explaining what each discourse may provide clarification of Science. Thus, we will treat the three scientifically recognized methods, they are: Positivism, Phenomenology and Dialectical Materialism History.

Keywords: Method. Scientific Research. Geography.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciência en la geografía contemporânea**. Espanha: Barcanova, 1981.
- CASTRO, Iná de. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GOMES, Paulo César. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia? Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1993.
- LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOREIRA, Ruy. O que Geografia. São Paulo: Brasilienses, 2012. (Coleção Primeiros Passos; 48).
- MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach (1845)**. Versão para ebooks. Rocket Edition, 1999. Disponível em: EbooksBrasil.com. Acesso em: maio de 2013.
- SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

26

CAPÍTULO

CONSIDERAÇÕES SOBRE MÉTODO E PESQUISA CIENTÍFICA NA GEOGRAFIA

Alves, Sandra Aparecida ¹; Mendonça, Marcelo ²; Avelar, Gilmar Alves ³

¹ Mestranda do Programa de Pós- Graduação da RC/UFG, Bolsista Capes

² Professor dos Cursos de Pós- Graduação em Geografia PPGG RC e IESA/UFG

³ Professor do Instituto de Geografia RC/UFG

* email: sanddrap@hotmail.com

RESUMO

Trataremos neste ensaio sobre algumas questões sobre o método e a pesquisa científica na Geografia. Compreendemos que o método científico não são apenas os procedimentos e técnicas científicas, mas também é formado pela teoria que subsidia a realização da pesquisa. Essa teoria e esse caminho escolhido estão diretamente ligados à visão de mundo deste pesquisador, não existindo assim pesquisa neutra. Dessa forma, uma pesquisa realizada numa perspectiva teórica e metodológica rigorosa pode também ser engajada na realidade. Na Geografia se usa diferentes métodos científicos, sendo os principais o hipotético-dedutivo, o fenomenológico e o dialético, sendo que

neste, utilizaremos o método dialético para realizar uma breve análise da ciência geográfica e da visão social de mundo construída pelo pesquisador em sua pesquisa.

Palavras-chave: Pesquisa; Método; Geografia

1. O MÉTODO E A PESQUISA NA GEOGRAFIA

O método e a pesquisa científica na Geografia são debates permanentes e de difícil trato, entretanto, necessários para o avanço da Ciência Geográfica e para os geógrafos, já que além de ser um processo de busca do conhecimento científico social é também uma opção ideológica do pesquisador ou da pesquisadora.

Assim, a pesquisa possivelmente refletirá a visão social de mundo (conjunto coerente de ideias sobre o homem, a sociedade, a história e a sua relação com a natureza) do pesquisador, ou seja, esta visão de mundo está vinculada a posições sociais ligadas a interesses de determinados grupos e classe social.

Realmente a seleção do objeto de pesquisa como a aplicação técnica das descobertas científicas depende dos interesses e concepções de classes e de grupos sociais que financiam, controlam e orientam a produção científico-natural, assim como da ideologia ou visão social de mundo dos próprios pesquisadores. Isso não vale apenas para os laboratórios das empresas privadas e para a pesquisa no campo dos armamentos, mas para o conjunto do sistema de produção de conhecimentos científicos na sociedade capitalista moderna. (LOWY, 1994, p. 199).

Nesse sentido, de uma forma geral, podemos afirmar que nas ciências da sociedade, não apenas o objeto da pesquisa, mas também o referencial teórico, a pesquisa empírica e os resultados são condicionados pelas opções ideológicas, mesmo que no seio de uma única ciência haja diferentes níveis de tensão ideológica.

Referente à ideologia, há algumas concepções cristalizadas. Primeiramente havia os ideólogos, que de forma grosseira, podemos dizer que a partir das ideias e da imaginação construíam teorias que buscavam “encaixar” no mundo real. Na maioria dos casos os ideólogos buscavam justificar a ação da burguesia. E foi nessa perspectiva que o pensamento dominante foi conceituado por Karl Marx como ideologia.

Mais tarde, Lênin conceituou ideologia como sendo uma forma de interpretar o mundo a partir da luta de classes. Dessa forma qual a ligação entre o método e a ideologia, já que a ciência é vista por várias correntes como uma forma neutra de interpretar o mundo?

Não existe neutralidade na ciência, já que a neutralidade é uma posição política que certamente beneficiará uma classe determinada. Assim, pode-se afirmar que não há intelectuais autônomos em relação à classe, já que a

ideologia que eles produzem representa o pensamento de uma classe social. Lowy, (1994, p. 101), coloca bem essa questão, quando afirma que “[...] *o que define uma ideologia (ou utopia) não é esta ou aquela ideia isolada, tomada em si própria, este ou aquele conteúdo doutrinário, mas uma certa “forma de pensar”, uma certa problemática, um certo horizonte intelectual (“limites da razão”)*”. Lowy observa ainda que este raciocínio não se aplica somente aos literários e políticos, mas também aos cientistas e pesquisadores das diversas ciências.

Este raciocínio vale unicamente para os representantes políticos e literários de uma classe? Não se aplica ele também a seus representantes de uma classe? Não se aplicaria ele também a seus representantes científicos (ou com pretensão científica), no domínio das ciências sociais e econômicas? Realmente, o conceito de representação científica de classe ocupa um lugar crucial na crítica marxista da economia política. Na Miséria da Filosofia, Marx já escrevera que “os economistas são os representantes científicos da classe burguesa” – fórmula que sugere claramente que para ele ciência e representação de um ponto de vista de classe não são mutuamente exclusivos....Para ele estava em questão a economia política, mas nos parece que suas conclusões metodológicas essenciais são aplicáveis aos conjunto das ciências sociais. (LOWY, 1994, p. 102).

Desta forma, a ciência, produzida nas veias da classe burguesa, analisadas a partir do método marxista é vista a partir das concepções produzidas para servir aos interesses da classe dominante através da ciência que surge da ideologia de classes.

Essa concepção de mundo e metodológica foi importante na construção das ciências sociais, ou de correntes que buscavam o enfrentamento às ideologias capitalistas e de exploração à classe trabalhadora. No entanto, muitos pesquisadores ditos marxistas, por não ler ou não compreender o marxismo acabaram seguindo formulas ortodoxas (chamada de marxismo ortodoxo), construindo uma análise mecanicista, quase positivista. Essa forma de produzir o pensamento ortodoxamente não contribui mais para o avanço do pensamento das ciências sociais e nem da ciência geográfica, pois a luta de classes e a disputa ideológica não é apenas ideológica, ela se configura na vida concreta das classes sociais, ou seja, esquerda e direita não indica uma luta apenas ideológica (BOBBIO, 2001, p. 51).

Para os pesquisadores militantes o método é um grande desafio já que se propõe como pesquisador a produzir ciência e não somente ideologia, mesmo sabendo que toda ciência está diretamente vinculada a uma ideologia é necessário ir além da aparência e construir ou comungar conceitos da classe trabalhadora que contribuirão na luta de classes, como advertiu Marx: *toda luta revolucionária precisa de uma teoria revolucionária*.

Diante desta questão, é necessário pensar enquanto pesquisador sobre o real propósito da geografia e nosso real propósito enquanto pesquisador dessa ciência. Aqui há que se aplicar nossa ideologia, afirmando que a ciência e a geografia buscam ontologicamente melhorar a vida da classe trabalhadora e camponesa, tornando essa a verdade a ser buscada. Claro que essa é uma verdade buscada a partir de uma visão de mundo, a partir de uma ideologia. Há outras.

Nós geógrafos devemos considerar as questões epistemológicas da ciência geográfica, buscando sempre relacionar os métodos científicos e a Geografia. As categorias e os conceitos fundamentais da Geografia, como região, paisagem, lugar, território e espaço devem guiar a reflexão teórica e metodológica da pesquisa, subsidiada por um método que permita ao pesquisador a realização da práxis, ou seja, da prática realizada a partir de uma reflexão teórica.

O método é uma palavra originária do grego e pode ser traduzida como caminho. Assim, quando falamos de método, estamos falando das bases teóricas que vamos trilhar, do caminho da pesquisa que cada um e cada uma enquanto pesquisador ou pesquisadora conseguirá expor a partir de sua visão de mundo, buscando realizar uma pesquisa rigorosa e engajada, se assim optar.

A Geografia, dividida entre Geografia Humana e Geografia Física nesse debate, torna-se dualista, já que muitos pesquisadores fogem para o debate físico como uma forma de desvalorização do papel da geografia enquanto ciência social. O que acaba empobrecendo o pensamento geográfico, tornando-o alvo de críticas.

Diante do debate estabelecido acerca do método, não há uma definição acerca das dificuldades em se desenvolver o método na pesquisa científica, mas sim, a busca da aplicação desse método tendo clara a ideologia de classe a que esse método serve, ou ainda como coloca Lowy “[...] a história da ciência não pode ser separada da história em geral, da história da luta de classes em particular” (1994, p. 105). Assim como a ciência, podemos afirmar que o pesquisador também “[...] não se move no espaço e no tempo de forma independente do movimento histórico concreto.” (LOWY, 1994, p. 105).

Dessa forma, pensar a Geografia a partir de seus paradigmas, sempre calcados em determinada ideologia, determinado posicionamento político,

determinada corrente, nos fará chegar à conclusão de que o nascimento da ciência geográfica, ou da ciência moderna ocorreu para dar resposta e atender propósitos políticos definidos.

A ideologia possui um papel fundamental na construção da ciência, para Lowy (1994), a ideologia circunscreve seus limites, pois o pesquisador estará limitado ideologicamente e teoricamente a buscar as soluções as quais sua opção política defende. Essa limitação não impede o pesquisador de realizar e produzir conhecimentos científicos importantes, mas sempre limitadas à ideologia burguesa.

Horizonte, perspectiva, ponto de vista, campo de visibilidade: estas metáforas óticas não devem evidentemente ser compreendidas em um sentido literal; simplesmente elas permitem colocar em evidência que o conhecimento, o saber (“a visão”) estão estreitamente ligados a posição social (“altura”) do observador científico. (LOWY, 1994, p. 109).

Definir o método de pesquisa, então, perpassa pela ideologia de classe do pesquisador, ou seja, essa definição irá de acordo com a área de atuação do mesmo. Para Spósito (2004), a Geografia Crítica tem como princípio a geografia militante, que adota o método histórico dialético de análise, assim o espaço geográfico é analisado como produto social, já a Geografia Física que adota outros métodos de análise, que não o método marxista terá o espaço geográfico concebido a partir do método utilizado, que não será o mesmo da Geografia Crítica.

A ideologia dos pesquisadores será fundamental na escolha do método da pesquisa, já que a opção ou a negação de certos métodos está diretamente ligada à opção política ideológica a qual o pesquisador comunga.

Além desta questão, há também a crise da ciência Geográfica, o que lhe obriga a construir novos caminhos, novas respostas. Essas questões nos fazem refletir sobre qual a perspectiva da Geografia, já que diversas correntes a analisam, a interpretam e a criticam de acordo com sua visão de mundo. Assim vários enfoques conceituais diferentes e até divergentes são dados a Geografia, colocando-a muitas vezes em quadro confuso de análise.

Os métodos pelos quais os geógrafos, ou outros estudiosos podem optar são diversos, como o positivista, o materialismo histórico dialético, o fenomenológico, o hermenêutico, dentre outros. Pode-se dizer que o método é a forma de se buscar os resultados da pesquisa através de uma teoria que irá fundamentar o trabalho a ser desenvolvido.

Na história da construção da Geografia, Gomes (1996) coloca que no início essa ciência foi marcada pelos relatos de viagens não possuindo um arcabouço teórico que lhe conferisse uma identidade de ciência, no entanto, a

necessidade de um método para sistematizar o conhecimento acumulado até então. Sistematizar já é fazer escolhas entre o que se julga ser ou não geografia.

Considerados os fundadores da geografia moderna Humboldt e Ritter, segundo Gomes (1996), pela primeira vez a geografia tem uma perspectiva de análise mais rigorosa, objetiva e geral, o que lhe permitiu ser considerada uma ciência positiva moderna.

Já Vidal de La Blache foi fundamental, já que valorizava o método e o colocava como fundamental para dar cientificidade à geografia, buscando fazer a interligação entre o geral e o particular. Para La Blache o Geral devia estar ligado ao particular e o particular ao geral, buscando assim a generalização das leis e a construção de uma ciência objetiva, sendo a região a síntese desses processos.

Essa objetividade refletiu mais tarde na geografia, através da Geografia Quantitativa ou Nova Geografia, pois o determinismo preenchido de novo conteúdo renasce com técnicas matemáticas, trazendo a geografia para o contexto científico global através dos métodos hipotéticos dedutivos. A Geografia Quantitativa vai permanecer dominante até a década de 1970 quando decai, mas não desaparece.

A Geografia Crítica a partir de então se torna uma corrente forte e fazendo duras críticas tanto a Geografia tradicional quanto a Geografia Quantitativa. A Geografia Crítica se aproxima muito do humanismo, havendo uma proximidade no que se refere à crítica ao positivismo, segundo Gomes

Por este aspecto, o materialismo histórico e o humanismo moderno partem de uma mesma crítica a recusa da ciência positivista, e podem, sob alguns aspectos, ser considerados como perspectivas complementares. O materialismo histórico redescobriu a reflexividade de toda ação social e, por conseguinte, a importância de uma análise que leve em conta o valor e o antropocentrismo da vida social. Ao mesmo tempo, o humanismo se desembaraçou do idealismo e dos subjetivismo, que caracterizaram as primeiras análises, e recolocou a importância da existência material no centro das interpretações. (GOMES, 1996, p. 302).

A base fundamental da Geografia Humanista é a Fenomenologia que se insere no movimento de ruptura através do pós-modernismo, renovando a base crítica e também condenando a ciência racionalista.

Não diferente das demais ciências, a Geografia, segundo Gomes (1996) para por três fases fundamentais, que são definidas como clássica, moderna e

contemporânea. A fase clássica durou até por volta do ano de 1874 quando se inicia a fase moderna onde a Geografia faz parte de uma organização educacional que vai até o ano de 1945, quando inicia a fase atual contemporânea, a geografia se torna plena após a segunda guerra mundial.

A partir de então, a Geografia transita por um período de transição e rompimento com o padrão de conhecimento, onde a quantificação se torna fundamental em sua análise. Essa transformação da Geografia não passa com a perda do domínio da Nova Geografia, mas acaba se infiltrando na Geografia como um todo e tanto a Geografia Humanista quanto a Crítica vão criticar e mostrar esse processo.

Cabe ressaltar ainda que com a Nova Geografia, a Geografia Tradicional foi praticamente aniquilada, pois ela partiu de sua mesma base filosófica, o que não ocorreu com a Geografia Crítica e Humanista que se construíram sobre novas bases filosóficas. Apesar das duras críticas a Geografia Quantitativa ainda resiste como uma corrente de pensamento.

É importante destacar, que a Geografia é uma ciência em construção. O seu desenvolvimento é marcado por constantes transformações. Saez e Capel (1981), nos mostra bem isso quando afirma que “[...] la geografia há sido nueva en distintos momentos de su desarrollo”. A Geografia passa por momentos de transformação e rompimentos em sua construção enquanto ciência, e isso é indicado pelas diversas correntes que vão construindo, reconstruindo e desconstruindo o pensamento geográfico.

Para compreender esse processo de construção e desconstrução do pensamento geográfico é necessário compreender o processo histórico e teórico das principais correntes da Geografia, como a Nova Geografia, a Geografia Crítica e a Geografia Humanista.

Iniciemos pela Nova Geografia ou Geografia Quantitativa, já que a mesma na década de 1950 (segunda Guerra Mundial) trouxe grandes mudanças nas bases da Geografia, inclusive com recusa a dualidades como a existente entre as ciências naturais e sociais, pois em seu entendimento havia uma unidade da ciência, assim a mesma não poderia ser classificada como Geografia Física ou Humana, pois a ciência era única.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, diversos eram os problemas causados, dentre eles a necessidade de busca da superação da crise capitalista, o que a fez buscar a partir de então, um conhecimento formatado a partir dos sistemas matemáticos que homogeneizavam as ciências e as análises desenvolvidas. As fórmulas matemáticas garantiam uma linguagem formal, coerente e com rigor científico, o que garantiu a Geografia teorias e conceitos capazes de caminhar de um campo a outro.

As principais escolas da geografia quantitativa no Brasil foram a Universidade de São Carlos, a Universidade Estadual de Júlio de Mesquita Filho - UNESP (Rio Claro/SP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Geografia Quantitativa está presente fortemente na cartografia através do sensoriamento remoto, dentre outras formas.

Já a Geografia Crítica é influenciada pelo método histórico dialético ou marxista que segundo Saez e Capel (1981) foi resultado de diversos pontos, como 1) um debate marxista que não defendia mais o Estado Soviético, após a morte de Stalin; 2) os diversos problemas sociais encontrados fez aumentar os movimentos libertários nas colônias europeias; 3) o aparecimento de movimentos sociais que nasceram a partir das contradições do capitalismo e empobrecimento das populações e da degradação ambiental. O aparecimento da Geografia Crítica se deu em 1969 nos Estados Unidos, mas foi na Europa que ela teve seu principal representante que foi Ives Lacoste.

No Brasil, a Geografia Crítica chegou ao final da década de 1970, tendo como marco o 3º Encontro Nacional de Geografia de 1978 da AGB, e influenciou fortemente a geografia brasileira. É importante ressaltar que a Geografia Crítica só se estabeleceu no Brasil após o fim da ditadura militar, pois até então todo e qualquer pensamento marxista ou socialista eram perseguidos pelo governo militar. A partir de então, o marxismo foi usado para compreender o momento que se passou e o momento presente.

A Geografia Humanista foi definida por Mello (1990), como “sendo uma forma de compreender a multiplicidade dos acontecimentos da vida a partir dos valores e sentimentos das pessoas, evitando assim o esforço de se reduzir o mundo a leis, ou corpo teórico...”. Ela surge a partir de estudos da psicologia e do urbanismo cultural. Seu principal representante é Yi-FU Tuan.

Ainda segundo Mello (1990) a Geografia Humanista se baseou em suas análises em diversas tendências filosóficas, como a fenomenologia, o existencialismo, o idealismo e a hermenêutica. Essas tendências são a base da Geografia Humanista, no entanto, não há uma delimitação entre elas, ou seja, não é uma geografia fenomenológica, ou idealista, mas uma junção entre elas a partir de uma base existencialista. Assim, a linha geral se configura na forma de analisar os fatores de valorização do indivíduo e do subjetivismo.

Analisando o histórico das principais correntes da Geografia chegamos à conclusão, mais uma vez, que a Geografia passa permanentemente por um processo de renovação. Para Milton Santos o espaço social é histórico, fruto do trabalho da humanidade e dinâmico, assim, é também um espaço aberto para a ação transformadora. As relações sociais são produto da história e podem ser modificados, assim como a ciência geográfica.

Compreendendo que fazer Geografia a partir do método dialético perpassa pelo confronto de ideias e do reconhecimento que qualquer pensamento é resultado da complexidade social, assim discutível.

Compreendendo que o objeto da Geografia é o espaço geográfico e um espaço geográfico resultado da construção histórica da humanidade, assim a abordagem acerca desse sujeito social a partir do método dialético perpassa por sua análise social e histórica.

Ao escolher a dialética é necessário compreender que objeto e sujeito são inseparáveis e assim homem e natureza forma uma única interface.

Nesse sentido acredito ser necessário desenvolver uma pesquisa que saia da aparência do espaço, que não cumpra apenas a parte descritiva, perceptiva ou ainda estatística, mas que consiga captar a essência.

Alcançar a totalidade da realidade, considerando as lutas camponesas e o papel das mulheres nessas lutas, a partir da diversidade da luta e das contradições e disparidades no espaço da pesquisa será fundamental para alcançar a realidade e sua dinâmica.

A criticidade proveniente do método dialético será aplicada a pesquisa na medida em que a análise do processo de produção do espaço não hegemônico avance e consiga alcançar a perspectiva da construção de uma nova realidade. Refletir sobre a realidade mediada pela exploração e pela opressão de classe e gênero e a partir dela vislumbrar uma nova realidade é necessário e possível.

Encerramos com a certeza de que assumir uma postura política e ideológica na pesquisa presume assumir também uma postura teórica e metodológica no desenvolvimento da pesquisa na ciência geográfica. Essa afirmação advém do fato de se saber onde queremos chegar e de onde se fala, ou melhor, com que se fala. Essa é uma escolha, uma opção política.

Title: Considerations Method and Scientific Research in Geography

Abstract

We will address in this essay on some questions about the method and scientific research in Geography. We understand that the scientific method is not just the scientific procedures and techniques but is also formed by the theory that subsidizes the research. This theory and this chosen path are directly linked to the worldview of the researcher, so there is no neutral research. This, a survey conducted in a rigorous theoretical and methodological perspective can also be engaged in reality. In Geography using different scientific methods, the main ones being the hypothetical- deductive method, the phenomenological and dialectical, and in this, we will use the dialectical method to perform a brief analysis of geographical science and social worldview constructed by the researcher in his research.

Keywords: Research. Method. Geography

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 2001.
- CARLOS, A. F. A.. **A Geografia Brasileira**: algumas reflexões. In: Terra Livre, . São Paulo, ano 18, v. 1, nº 18, jan./jun. 2002.
- CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. . São Paulo: Difel, 1980.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 1996.
- LOWY, M. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1994.
- .MARX, K.;. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- _____. **O Capital**: crítica da Economia Política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELLO, J. B. F. de. **Geografia Humanística**: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 91-115. 1990.
- MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SAEZ, CAPEL, H. **Filosofia y Ciencia em la Geografia Contemporânea**. Barcanova, 1981.
- SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

27

CAPÍTULO

UMA REFLEXÃO SOBRE A TERRITORIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO ASSALARIADO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

SILVA, Sueley Luana ¹; COSTA, Carmem Lucia ²

¹ Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão/UFG/CAC. Aluna do Programa de Mestrado em Geografia/Bolsista Capes/Membro do Grupo Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho/UFG/CAC/CNPq. Sueley_luana@hotmail.com

² Professora Doutora da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão/UFG/CAC – Departamento de Geografia/Programa de Pós – Graduação em Geografia/UFG/CAC/ Membro do grupo Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho/ UFG/CAC/CNPq. clcgeo@gmail.com

RESUMO

O espaço urbano é repleto de desigualdades sociais vividas por vários sujeitos que lutam por um lugar na sociedade. Entre tantos sujeitos que merecem reconhecimento e abordagem pelas ciências humanas estão as trabalhadoras domésticas, que realizam um trabalho fundamental na reprodução da vida nas cidades. O trabalho doméstico tem suas origens no período da escravidão, sendo desempenhado por mulheres negras e índias. Após o fim da escravidão no Brasil, o trabalho doméstico tornou-se assalariado, no entanto, mal remunerado e continuava sendo realizado pelas mulheres negras e índias, gerando relações desiguais de poder e discriminações, fundamentadas na divisão de classe, raça

e gênero. Desta forma, o histórico de desvalorização, discriminação e falta de reconhecimento de direitos dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as), vem desde o Brasil colônia, persistindo até os dias atuais. Portanto, a reflexão aqui presente esta embasada na pesquisa, “Territorialização do Trabalho Doméstico Assalariado em Catalão (GO) no início do Século XXI” que esta sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, financiada pela bolsa Capes no período de 2014 a 2016.

Palavras-chave: Trabalho doméstico assalariado; Gênero; Território.

1. INTRODUÇÃO

Este presente artigo fundamenta-se na pesquisa “Territorialização do Trabalho Doméstico Assalariado em Catalão (GO) no início do Século XXI”, que encontra-se em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão.

O interesse em pesquisar o trabalho doméstico assalariado está associado ao fato de uma considerável mudança na legislação trabalhista em 02 de abril de 2013, Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das domésticas, que redefiniu as relações de trabalho neste setor no Brasil, despertando a necessidade de uma melhor compreensão destas mudanças no mundo do trabalho, investigando as novas formas de exploração e as conquistas dos(as) trabalhadores(as) desse ramo.

Cabe destacar, que o trabalho doméstico pode ser realizado por qualquer pessoa no âmbito do espaço privado ou público. No entanto, se o empregador(a) patrão(a) revolveu contratar alguém para prestar serviço de caráter doméstico mediante um contrato de trabalho e remuneração, o mesmo passa então a ser um trabalho doméstico remunerado, sendo esse, o recorte dessa discussão.

O trabalho doméstico tem suas origens no período da escravidão, sendo desempenhado geralmente por mulheres negras e índias. Após o fim da escravidão no Brasil, o trabalho doméstico tornou-se assalariado, no entanto, mal remunerado, sem direitos trabalhistas iguais aos de outros ramos e continuava sendo realizado pelas mulheres negras e índias, gerando relações desiguais de poder e discriminações, fundamentadas na divisão de classe, raça e gênero.

Desta forma, o histórico de desvalorização, discriminação e falta de reconhecimento de direitos dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as), vem desde o Brasil colônia, persistindo até os dias atuais. Esta situação coloca os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) entre trabalhadores com menor poder aquisitivo no país. De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) na pesquisa mensal de emprego (PME), publicado em fevereiro de 2010, o maior contingente de trabalhadores que ocupa o trabalho doméstico, “são as mulheres, correspondendo a 94,5% sendo 62% pretas e pardas, com pouca escolaridade”.

Estes dados nos remetem à discussão sobre feminização do mundo do trabalho e patriarcado para avançarmos na compreensão desta realidade, ou seja, um trabalho assumido majoritariamente por mulheres negras e pardas e assentado na divisão do trabalho por sexo. Sendo que a Cartilha do Trabalhador Doméstico e o Ministério de Trabalho e Emprego discorre que agregam a categoria de trabalhadores domésticos: cozinheiro, governanta, babá, lavadeira, faxineiro, vigia, motorista particular, acompanhante de idosos, jardineiro e caseiro.

Percebe-se que a atual sociedade brasileira patriarcal continua a vincular os trabalhos domésticos sejam remunerados ou de âmbito familiar ao gênero feminino, influenciando fortemente o cotidiano das mulheres negras, pardas e pobres, limitando o uso e apropriação do espaço e o consumo de modo geral.

Nessa perspectiva, a discriminação e a falta de reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas no espaço geográfico brasileiro são reafirmadas na Legislação brasileira, ao tratar de forma diferenciada os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) em relação as demais categorias de trabalho.

No ano de 2013 foi aprovada a PEC das domésticas, que reconfigurou o trabalho doméstico no Brasil colocando novos desafios aos pesquisadores(as) do mundo do trabalho. Esta Lei aprovada em 02 de abril de 2013, alterou o art. 7º da Constituição, artigo este que traz em seu parágrafo único o direito dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as).

Portanto, neste artigo propomos uma reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva do capital que proporcionaram novas configurações ao trabalho doméstico assalariado. Desse modo, para compreensão da territorialização do trabalho doméstico assalariado no século XXI, buscamos fundamentos teóricos e metodológicos, em autores que tecem a discussão sobre trabalho doméstico, gênero e território, como: Abramo (2007), Antunes (1991), Costa (2013), Harvey (1992), Hirata (2007), Marx (2013), Nogueira (2006), Saffiot (2013), Scott (1995), Santos (2009), Silva (2009) dentre outros.

2. NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SÉCULO XXI

No sentido de propor uma reflexão sobre a Territorialização do Trabalho Doméstico Assalariado no início do século XXI, discorreremos inicialmente sobre a reestruturação produtiva no território brasileiro, que trouxe implicações ao mundo do trabalho, inclusive às trabalhadoras domésticas, em seguida, a discussão assume a perspectiva de compreender as origens do trabalho doméstico que sempre esteve entrelaçado às relações raciais e de gênero, e por último buscamos analisar as Leis Trabalhistas que regulamentaram o trabalho doméstico no Brasil.

O trabalho é a atividade básica do homem e da mulher, sendo o pilar fundamental para sua socialização, desse modo, ambos vivem da venda da sua força de trabalho que foi explorada em vários contextos históricos de formas diferentes. A esse respeito Nogueira (2006, p.139) salienta, “o trabalho,

ao longo do processo histórico, se apresenta de inúmeras formas, atendendo às necessidades de cada momento”. Desse modo, foram várias as formas de organização do trabalho e exploração da força de trabalho, especificamente na sociedade capitalista, as quais se estabeleceram de acordo com a necessidade de acumulação do capital.

De acordo com Silva (2010, p.111), “o trabalho foi considerado na antiguidade como uma atividade daqueles que haviam perdido a liberdade, cujo significado era sofrimento e infortúnio”. Nesse sentido, inicialmente a concepção trabalho sempre esteve predominantemente ligada a uma visão negativa. No entanto esta concepção transforma-se na sociedade capitalista, sendo o trabalho entendido como necessário e digno.

A classe trabalhadora que conforme Antunes (2010, p. 25): “inclui, todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário”, cuja existência é marcada pela alienação, desconhece o valor da sua força de trabalho, o produto de seu trabalho lhe aparece estranho, exterior; a mercadoria adquire valor superior ao homem, tornando a exploração da força de trabalho constante. O(a) trabalhador(a) é remunerado(a) com um salário o qual é inferior ao valor total das mercadorias produzidas pela sua força de trabalho. A esta relação, Marx descreve como “a forma fantasmagórica” ocorrendo o “caráter fetichista do mundo das mercadorias” (2013, p. 148- 149), desse modo, o fetichismo distancia o trabalhador do produto de seu trabalho, ocorrendo a desumanização do homem no capitalismo.

Nesse sentido, sobre a exploração da força de trabalho, há algumas mudanças no mundo do trabalho e na vida dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) no final do século XX, a partir de uma crise econômica, que foi influenciada a partir de pressões do mercado interno, que buscava aumento das exportações brasileiras. Portanto, foi implementado nas indústrias a automação, na perspectiva de aumentar a produção, visando à lucratividade.

Desse modo, a partir dos anos 1980 iniciou-se a reestruturação produtiva no território brasileiro, quando algumas indústrias, investiram em novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, baseadas em modelos e sistemas de produção, os quais já estavam sendo desenvolvidos em outros países, como o taylorismo, que visa o aumento de produtividade com a economia de tempo, o fordismo cuja principal característica é a fabricação em massa em um sistema de linha de montagem onde cada funcionário executava uma pequena etapa.

Em seguida o modelo de produção toyotista, conforme Antunes (1991, p.56), “o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais

valia”. Assim, o capital utiliza-se de mais uma reestruturação na produção para intensificar a exploração da força de trabalho.

As relações e condições de trabalho no século XX e XXI ganham novas formas de precarização, com jornadas de trabalho de período parcial, redução de direitos trabalhistas, surgindo contratos e regimes de trabalhos flexíveis, bem como a terceirização. Nesse sentido Hirata (2007) contribui:

Ao mercado de trabalho (flexibilidade do emprego); enfim, ao tempo de trabalho (trabalho de meio período, de tempo parcial, anualização do tempo de trabalho ou “banco de horas”, políticas de redução das horas trabalhadas). A palavra “flexibilidade” tem conotação ideológica, mascarada sob um termo neutro ou mesmo de conotação positiva (adaptabilidade, maleabilidade, repartição mais adequada) práticas de gestão da mão-de-obra em que flexibilidade e precariedade andam freqüentemente juntas no âmbito do mercado de trabalho. (HIRATA, 2007, p. 91).

A flexibilidade da jornada de trabalho proporciona facilidades ao empregador(a) no sentido de contratar e demitir os(as) trabalhadores(as), pois no mercado de trabalho há possibilidade da utilização dos regimes de subcontratação e a terceirização de empresas. No entanto, na perspectiva de manipular a percepção do(a) trabalhador(a), propaga-se em meio a sociedade o discurso que a flexibilidade da jornada de trabalho proporciona liberdade ao trabalhador(a) em relação ao tempo de trabalho. Sobre essa manipulação do capital sobre o trabalhador(a), Harvey (1992) salienta:

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. É difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específica de cada empresa (HARVEY, 1992, p. 143).

Nesse sentido, o modelo de acumulação flexível incentivou a individualização e concorrência entre os(as) trabalhadores(as), e esta individualização dos(as) trabalhadores(as) vem contribuindo para o processo de enfraquecimento dos

sindicatos. De fato, o capital corrompe a classe trabalhadora, de forma que o(a) trabalhador(a) alia-se ao seu explorador em nome do crescimento econômico, sem reconhecer que a flexibilização trouxe perdas de seus direitos.

Portanto, as mudanças trazidas pela reestruturação do modo de produção capitalista que conseqüentemente trouxe a flexibilização do trabalho refletem na vida social do(a) trabalhador(a), limitando o uso e apropriação do espaço. Desse modo, as contradições presentes no espaço urbano e as mudanças no mundo do trabalho, têm suscitado abordagem pelas ciências, como a Geografia. Entre os sujeitos que suscitam pesquisas estão às trabalhadoras domésticas em função das relações e condições de trabalho na produção do espaço.

Nesta perspectiva, falar sobre o trabalho doméstico assalariado no século XXI é compreender as políticas sociais e econômicas que o Estado promove no decorrer da história em favor da expansão do capitalismo, sem se preocupar com as condições de trabalho dos(as) trabalhadores(as), ou seja, fazer Geografia.

Cabe salientar, que o trabalho doméstico tem suas origens no período da escravidão. No final do século XIX, com a lei do ventre livre em 1872 e a Abolição dos escravos em 1888, há o fim do trabalho escravo no Brasil. No entanto, surgem novas modalidades de exploração da força de trabalho, gradativamente a mão de obra escrava negra foi sendo substituída pelo trabalho assalariado do imigrante europeu nas lavouras agrícolas brasileiras.

De acordo com Saffioti (2013, pg. 57), “A remuneração do trabalho em dinheiro, portanto, sob a forma de salário, disfarça a apropriação, por parte do capitalista [...]”. Nesse sentido, o trabalho assalariado afirma a liberdade do(a) trabalhador(a) e disfarça a exploração da força de trabalho, esta ilusão de liberdade aquece o modo de produção capitalista.

Conforme Souza (2013, p.138), “a situação dos negros “agraciados” com a liberdade não era muito melhor do que aquela vivida na escravidão”. Desse modo, mesmo após as leis abolicionistas a situação do(a) negro(a) no território brasileiro não teve muito avanço, alguns homens e mulheres que eram escravos(as), habitualmente analfabetos(as), mantiveram-se na fazenda em que trabalhava, de forma que seu trabalho era negociado em troca de alimentação e moradia.

Os negros e as negras que conseguiram migrar para as cidades foram morar nos piores locais (cortiços insalubres) e trabalhar em subempregos (trabalhos informais e manuais), nesse contexto, começa surgir no urbano, uma segregação social relacionada ao trabalho e uma espacial em relação à moradia.

A respeito da discriminação que os negros e as negras sofriam no Brasil pós-abolicionista, Souza (2013, p.131) afirma, “com a liberdade dada aos escravos negros, à parcela branca dominadora da sociedade sentia a necessidade de

manter uma “certa distância” a autora ainda salienta, as negras sofriram mais”.

De fato, a discriminação racial colocou o(a) negro(a) na miséria, como se eles fossem inferiores ao homem branco. Contudo, sobre a desigualdade de oportunidades e a discriminação as mulheres que eram escravas sofreram mais, por serem, mulheres, negras e pobres, sendo vítimas de vários tipos de abusos e violência em meio à sociedade brasileira.

Na necessidade de sobrevivência os(as) negros(as) libertos(as) foram trabalhar como, mascates, quitadeiras(os), vendedores(as) ambulantes e empregados(as) domésticos(as), dentre outros trabalhos sem qualquer tipo de garantia de direitos trabalhistas, estes eram considerados trabalhos desprestigiados, manuais e de pouco valor social. Esse imaginário social construído historicamente sobre o trabalho doméstico trouxe preconceito e discriminação a estes(as) trabalhadores(as), que na maioria desde o período colonial brasileiro, eram mulheres, negras e índias de pouca escolaridade, cenário que se mantém por muito tempo.

Conforme Lopes (2008, p. 39), “o espaço doméstico, tido pela cultura sexista e machista que legamos, como espaço naturalizadamente de mulher”. De fato, essa visão cultural histórica vinculou o âmbito doméstico à mulher, bem como, determinou o seu comportamento em meio à sociedade brasileira, gerando relações espaciais desiguais e opressão entre o gênero feminino e o masculino. A esse respeito, Costa et al (2013, p.130) destaca, “É contra estas questões de dominação e subordinação, uma luta por reconhecimento e emancipação, que o movimento feminista surgiu e se consolidou como um dos mais expressivos do século XX”.

Desse modo, é necessário levar em consideração a contribuição das feministas no final do século XX, as quais desenvolveram várias obras científicas sobre a categoria gênero, no sentido de explicar as desigualdades entre homens e mulheres. Foram pesquisas que contribuíram para a discussão teórica, abrindo espaço para o debate acadêmico e político. Nessa perspectiva, Scott (1995, p. 72) colabora, “as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos”.

A categoria gênero contribui, na perspectiva de se colocar contra a construção hierárquica a partir do biológico que diferencia homens de mulheres, pois não existem padrões hegemônicos de feminilidade ou de masculinidade, ideologicamente colocado pela sociedade. Esta idealização de acordo com Helborn (2004, p.30) “[...] transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana [...]”, causando opressão a determinadas identidades de gênero. A esse respeito Silva (2011, p. 30) destaca que esta construção cultural

dos papéis femininos “resultam em oportunidades menos favoráveis para as mulheres [...]”.

Todavia, é necessário perceber como estas construções históricas fundamentadas na divisão de classe, raça e gênero, influenciam nas inter-relações, sociais, afetivas e profissionais das mulheres no decorrer dos séculos. Assim, na perspectiva de se compreender as implicações do mundo do trabalho e as desigualdades, a partir do gênero e raça, adentramos nossas discussões sobre as Leis Trabalhistas que regulamentaram o trabalho doméstico assalariado no decorrer dos anos.

O Brasil tem como um histórico os anos após 1940 durante o governo do presidente Getúlio Vargas, que criou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), através do Decreto Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, que regulamenta as relações individuais e coletivas de trabalho. No entanto, os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) foram excluídos dos direitos previstos na (CLT), assim, o Art. 7º destacava em seu texto, que a Lei trabalhista não se aplicava aos empregados domésticos.

A partir de várias reivindicações e lutas sindicais, na década de 1960, os(as) trabalhadores(as) conquistaram alguns direitos. Por meio da Lei nº 4.090 criada em 13 de julho de 1962, é concedido ao trabalhador(a) brasileiro(a) direito ao décimo terceiro salário, sendo conhecido como gratificação natalina. Após cinco anos, em 16 de setembro de 1967, sob a Lei nº 5.107, foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), como forma de auxiliar o trabalhador demitido sem justa causa.

Porém só usufruía de tais direitos todo(a) trabalhador(a) de trabalho formal, com carteira assinada. Assim, por não ter obrigatoriedade de carteira assinada, os trabalhadores domésticos não conseguiram usufruir inicialmente de direitos previstos na CLT. Em 11 de dezembro de 1972 é desenvolvida a Lei nº 5.859, regulamentando alguns direitos aos trabalhadores domésticos, tais como, carteira assinada, férias de 20 dias e um terço de férias anualmente e Previdência Social (INSS). Sobre essa lei a Barros (2006) colabora:

Essa lei corrigiu o equívoco cometido pela CLT quando, ao conceituar o doméstico, definiu-o como aquele que presta serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial dessas (art. 7º, “a”, da CLT). Ora, tais serviços possuem fins econômicos, pois têm em mira a satisfação de uma necessidade, embora não tenham propósitos de lucro. A atividade doméstica cinge-se, portanto, à “economia de consumo de uma comunidade familiar” (BARROS, 2006, p. 316).

No entanto, a Lei nº 5.859 foi sucinta ao tentar corrigir as desigualdades de direitos entre os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) e as demais categorias de trabalho. Todavia, nesse período o trabalho doméstico passa ser visto como um trabalho familiar. Esta visão precarizou as condições e relações de trabalho dessa classe de trabalhadores(as), visto que essa relação que existe entre empregado e empregador é de subordinação e exploração, e não de afetividade e intimidade familiar.

No decorrer dos anos, com intuito, de minimizar a desigualdade, discriminação e a miséria que permeava a sociedade brasileira, foi criada a Constituição Federal Brasileira em 1988, com o objetivo de dar maior seguridade aos direitos fundamentais à sobrevivência do ser humano. Cabe destacar, que no artigo 7º da Constituição Federal, foram arrolados alguns direitos aos trabalhadores domésticos, como, décimo terceiro salário (gratificação natalina), RSR - repouso semanal remunerado (domingo), aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, licença a gestante.

No entanto, continuou restringindo os trabalhadores domésticos de alguns direitos essenciais, como estabilidade provisória no emprego. Nesse sentido, as trabalhadoras(es) domésticas(os) no século XX poderiam ser demitidas(os) sem justa causa, mesmo grávida, no caso das mulheres, sendo que a mesma só iria usufruir 120 dias da licença gestante pela Previdência Social (INSS). Desrespeitando e negligenciando novamente os(as) trabalhadores(as), que na maioria continuam sendo mulheres.

Em 2001, houve uma alteração, através da Lei nº 10.208, podendo ser facultado ao empregador recolher o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao empregado doméstico. Como o FGTS era facultativo, muitos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) não se beneficiaram do seguro desemprego. Assim, como também em função da forma como foi construído o trabalho doméstico no Brasil, a carteira assinada não era realidade da maioria dos(as) trabalhadores(as) deste setor.

Após alguns anos, em 19 de julho de 2006 foi aprovada a Lei nº 11.324, sendo acrescentado o artigo 04 a, o qual disponha a trabalhadora doméstica o direito de estabilidade no emprego na gestação, sendo alterado o gozo de férias de 20 para 30 dias anualmente. A esse respeito Saffioti (2013, p. 86) contribui, “A licença remunerada, antes e depois do parto, apresenta esse sentido positivo; entretanto, não é mais do que uma solução parcial, embora necessária” as mulheres. Cabe destacar, que esta conquista foi novamente restrita às trabalhadoras com carteira assinada.

Portanto, só após 513 anos de história no Brasil e 36 anos de criação da Constituição Federal Brasileira é que os(as) trabalhadores(as) domésticos(as)

adquiriram alguns direitos que já eram de outros(as) trabalhadores(as) de diversos postos de trabalho, com a emenda constitucional, nº72, (conhecida como PEC das domésticas).

Desse modo, em 02 de abril de 2013 é desenvolvida a emenda constitucional, nº72, alterando o art. 7º da Constituição Federal de 1988, assegurando a categoria dos trabalhadores domésticos, direitos decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, (conhecida como PEC das domésticas). Desse modo, os direitos que foram ampliados aos domésticos, acrescentando o rol do no art. 7º foram: VII - garantia de salário mínimo, X - proteção salarial, constituindo crime a sua retenção dolosa, XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais facultadas à compensação de jornada, XVI - hora extra de 50%, XXVI - reconhecimento de convenções e acordos coletivos de trabalho (sindicatos), XXX - proibição da discriminação salarial por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, XXXI - proibição de discriminação ao portador deficiente, XXXIII - proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre a menor de 18 anos e de qualquer trabalho a menor de 16, salvo como menor aprendiz a partir de 14 anos.

Cabe salientar, que foram acrescentados alguns direitos no texto da Emenda Constitucional, os quais ainda dependem de regulamentação para sua aplicabilidade completa, são eles: I - proteção contra despedida arbitrária sem justa causa, II - seguro desemprego, em caso de desemprego involuntário, III - Fundo de Garantia do tempo de serviço, IX - adicional noturno, XII - salário família, XXV - creches e pré escolas para filhos e dependentes até 5 anos de idade, XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho. Portanto, existem avanços na legislação brasileira no sentido de mudar as relações de desigualdade de direitos trabalhistas entre trabalhadores domésticos e as demais categorias de trabalho.

Entretanto, devemos refletir se a PEC das domésticas veio para beneficiar os(as) trabalhadores(as), ou de fato, é mais uma forma política e econômica de flexibilização do trabalho. Todavia, é preciso perceber que o processo de reestruturação do capital coopta os(as) trabalhadores(as) através de um discurso persuasivo. Conforme Borges (2014) na reportagem “Empresas lucram após mudanças na legislação”, apresentada pelo jornal O Popular:

[...] a Emenda Constitucional 72 (a PEC das Domésticas) entrou em vigor no país, em abril do ano passado. De lá para cá, a demanda de clientes nas firmas que trabalham com a limpeza residencial deu um salto de 30%, conforme informações do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação de Goiás (Seac) (BORGES, 2014, p. 18).

De acordo com a reportagem quem vem lucrando com a PEC das domésticas são as firmas terceirizadas de limpeza residencial. Portanto, é necessário analisar a reestruturação no trabalho doméstico assalariado, e os impactos que a PEC trouxe a essa classe de trabalhadoras(es). Visto que os empregadores(as) estão deixando de contratar um(a) trabalhador(a) doméstico(a) para contratar empresas de limpeza. Cabe destacar, que o trabalho doméstico assalariado tem baixo custo em relação a outros trabalhos, o maior contingente de trabalhadores(as) que ocupa o trabalho doméstico, são as mulheres, ficando destinada a mulher os trabalhos considerados de pouca valia. A esse respeito Abramo (2007, p. 27) colabora, “O peso das imagens de gênero na manutenção e reprodução das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho”.

Conforme a autora, existem alguns imaginários sociais, empresariais e, contudo agentes políticos que tendem a influenciar a divisão sexual do trabalho, através da manutenção e da reprodução das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Tais imaginários atribuem papéis e funções diferenciadas ao homem e a mulher, ao primeiro fica o papel de provedor de decisões e o sustento da família, justificando os salários mais altos. Já às mulheres, é legado o universo doméstico e familiar, argumentando a pouca importância do seu ganho gerado pela sua força de trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alencar discussões sobre o trabalho doméstico assalariado é avançar na compreensão dos desafios que estão expostos no cotidiano dos(as) trabalhadores(as) no século XXI, que em sua maioria são mulheres, visualizando os cenários de violência, desigualdade e exclusão presentes na sociedade, produzidos a partir do modelo econômico e das relações de gênero e étnico-raciais.

É perceber que as trabalhadoras domésticas foram discriminadas socialmente e desvalorizadas pela legislação no decorrer dos anos. Sendo um grupo social a mercê da precarização das condições e relações de trabalho mal remunerado. Essas representações sociais e políticas baseadas no gênero e na raça geram relações de poder desiguais e, conseqüentemente, relações de apropriação de diferentes espaços.

Nessa perspectiva de compreensão das mutações histórica de discriminação e opressão, propomos a “Uma reflexão sobre a Territorização do Trabalho Doméstico Assalariado no início do século XXI”. A reflexão aqui presente

se trata de resultados parciais da pesquisa, “Territorialização do Trabalho Doméstico Assalariado em Catalão (GO) no início do Século XXI”, com fundamentos teóricos e metodológicos, em autores que tecem a discussão sobre trabalho doméstico, gênero e território.

De fato, é essencial tal explanação, diante das novas configurações da reestruturação do trabalho doméstico e a condição social das mulheres no mercado de trabalho. Sendo necessário conscientizar esta classe de trabalhadoras sobre a riqueza gerada pelo seu trabalho, demonstrando seus direitos e as incentivando a buscar melhores condições de trabalho e profissionalização satisfatória, bem como, é preciso conscientizar a população que o trabalho doméstico é uma atividade de indiscutível relevância a sociedade brasileira.

Abstract

The urban space is filled with social inequalities experienced by several subjects fighting for a place in society. Among the many subjects that deserve recognition approach and the humanities are domestic workers, who perform essential work in the reproduction of life in cities. Domestic work has its origins in the period of slavery, being played by black and Indian women. After the end of slavery in Brazil, domestic workers became wage, however, poorly paid and still being held by black and Indian women, creating unequal power relations and discrimination, based on the division of class, race and gender. Thus, the historical devaluation, discrimination and lack of recognition of the rights of (the) employees (as) household (as), comes from the Brazil colony, persisting to the present day. So here this reflection grounded in research, "Territorialization of Housework Wage in Catalão (GO) at the beginning of the XXI Century" that is being developed at the Graduate Program in Geography, Federal University of Goiás, Regional Catalão funded Capes scholarship for the period 2014-2016.

Keywords: Paid domestic work; Gender; Territory.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. **Organização, trabalho e gênero.** Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? Org. Helena Hirata, Lliana Segnini. São Paulo, Editora: Senac, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **O avesso do trabalho II.** Trabalho, precarização e saúde do trabalhador. Produção Liofilização e a Precarização Estrutural do Trabalho. Org. Raquel Santos Sant'ana et al. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5º ed. São Paulo. Boitempo, 1991.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informações e documentação-citação em documentos – apresentações:** NBR 10520. Rio de Janeiro, ag. 2002.
- _____. **Informações e documentação-referências-elaboração:** NBR 6023. Rio de Janeiro, ag. 2002.
- _____. **Informações e documentação-trabalhos-acadêmicos:** NBR 14724. Rio de Janeiro, ag. 2011.
- BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho.** 2. ed. São Paulo, LTr, 2006.
- BRASIL, Constituição da República do. 1988.
- BORGES, Lidia. Empresas lucram após mudanças na legislação. Jornal O Popular, Goiânia, 15 de junho de 2014.
- COSTA, Carmem Lúcia. **Gênero, educação e trabalho.** Feminização e Precarização do Trabalho Docente Em Goiás – algumas considerações. Org. Carmem Lúcia Costa, Heliany Pereira dos Santos, Marise Vicente de Paula. Goiânia: UFG/CIAR, FUNAPE, 2013.
- EMPREGO, Ministério do Trabalho e. **Cartilha do trabalhador doméstico.** Disponível: <http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/trabalho-domestico.htm>. Acesso em: 18 de junho de 2014.
- HARVEY, David. **Condição Pós – Moderna:** uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 1992.
- HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par:** gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- HIRATA, Helena. **Organização, trabalho e gênero.** São Paulo, Editora: Senac, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 30 de maio de 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/>. Acesso em 14 de junho de 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/princ_carac_trab_dom.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2014.
- LOPES, Renata Batista. **De casa para outras casas:** trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Estudos Socio – Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. (Marx e Engels) 1818 – 1883. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo, Editora: Boitempo, 2013.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo

das trabalhadoras do telemarketing. 1. Ed. São Paulo: Expresso Popular, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e realidade. 3 ed. São Paulo, Editora: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.20, nº2, jul/dez, 1995, pp.71-99.

SILVA, Maria Joseli. NABOZNY, Almir. ORNAT, Marcio Jose. **A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas**. Espaço, gênero e feminilidades ibero – americanas. Org. Maria Joseli Silva, Marcio Jose Ornat, Alides Baptista Chimin Junior. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira da. SILVA, Maria Izabel da. **O avesso do trabalho II**. Trabalho, precarização e saúde do trabalhador. Trabalho e necessidades: Há Satisfação das Necessidades Humanas na Era do Capital? Org. Raquel Santos Sant’ana et al. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Carlos Santana de. **Gênero, linguagens e etnicidades**. Símbolos e Alegorias do preconceito: Uma leitura do conto “Maria Caboré, de Ronaldo Correia de Brito. Org. Luciana Borges et al. Goiânia, FUNAPE, 2013.

TRABALHO, Consolidação das Leis do. (CLT) Disponível em: <www.dji.com.br/decretos_leis/1943-005452-clt/clt001a012.htm> Acesso em 13 de junho de 2014.

28

CAPÍTULO

MULHERES NA IGREJA CATÓLICA: PERSISTÊNCIA HISTÓRICA DO PATRIARCADO

Tavares, Marli José ¹; Costa, Carmem Lúcia ²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia RC/UFG

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia RC/UFG

* email: marlitavares15@gmail.com

RESUMO

O presente estudo pretende compreender como se constituiu o papel das mulheres na Igreja Católica, desde a igreja primitiva até o movimento da Teologia da Libertação, a partir das relações de gênero e através do patriarcado, que se institucionalizou na sociedade humana alcançando as religiões. As análises mostram que o enfrentamento feminino à ação do patriarcado ocorre de maneira mais discreta onde a Igreja Católica tem uma presença maior, ao passo que, onde o poder da Igreja é mais contestado e enfrentado, muda também a atuação feminina. A territorialização feminina na Igreja se constitui no elo entre Igreja e sociedade, sendo que a mulher continua destinada ao cuidar. Mesmo

em constante contato com a realidade social, ela não tem uma participação nas decisões. A distância entre apresentar a realidade e apontar intervenções, ainda é grande. Assim, o presente estudo busca conhecer, minimamente, o papel feminino na religião, aqui em específico, o cristianismo católico.

Palavras-chave: Mulher; Cristianismo; Patriarcado

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o homem se constituiu como dominador, seja na sua relação com a natureza e/ou em relação ao sexo feminino. Teologicamente, diversos textos bíblicos dão base para a subserviência feminina, e são utilizados sem o devido cuidado em decorrência do contexto que foram produzidos. Assim, o presente estudo pretende conhecer, minimamente, o papel feminino na religião, aqui em específico, o cristianismo católico.

Somente após diversas conquistas seculares das mulheres, foi que as religiões começaram a repensar o papel feminino, haja vista que toda coerção, cedo ou tarde acaba por irromper. Nesse contexto, desvendar a situação feminina dentro das religiões é algo complexo, os relatos existentes foram realizados por homens, por isso a análise deve ser cautelosa, certamente há omissões, e distorções.

Em se tratando do cristianismo, o documento mais antigo é a bíblia, e como todos sabem esta foi escrita por homens. Estudiosa do tema, Elizabeth S. Fiorenza (1995), é uma autora recorrente neste estudo. Segundo a autora, no cristianismo primitivo, observa-se um movimento de inclusão dos segmentos sociais marginalizados pelos judeus, incluindo, a mulher:

[...] no movimento de Jesus, portanto, as mulheres podiam tornar-se discípulas, embora fossem socialmente marginais, religiosamente inferiores e quase sempre pessoas imundas do ponto de vista do culto. Jesus questionava radicalmente as relações sociais, hierárquico-religiosas e patriarcais. A autoridade de Jesus anula categoricamente qualquer relação de domínio dentro da comunidade cristã (Mt 23, 7-12) [...] Jesus rejeitou radicalmente todas as relações de dependência e dominação. Essa exigência de estruturas inclusivas e livres de domínio, no movimento de Jesus, oferece a base teológica para o reconhecimento das mulheres como discípulas de pleno direito. (FIORENZA, 1995, p. 196).

Liderar missões cristãs, profetizar e apostolar fez parte do papel da mulher, isto aconteceu nos tempos de Jesus, pois nas tradições cristãs primitivas, o que prevaleceu foi o poder dos padres, portanto o modelo patriarcal e androcêntrico.

Após a morte de Jesus, Fiorenza (1995) aponta que há um “silêncio lucano” em relação à participação feminina nas primeiras comunidades cristãs. A visibilidade feminina está justamente na ocultação dos relatos, às reuniões cristãs aconteciam nas casas, o que foi denominado de igrejas domésticas. O

que para Johnson (1995) é bem provável que elas, também, evangelizavam, além é claro de preparar o local para as reuniões.

A relação da mulher com o cristianismo é contraditória e emblemática, e se acentua ao longo do tempo. O cristianismo se firma, sendo liderado por homens, a mulher aparece como uma ‘peça’ do processo, que recorrentemente é associada a figuras e personagens que atendessem ao contexto do momento, como a associação à Maria, mãe de Jesus, exemplo de mãe, associada a ações divinas que se confundem com os processos de geração, alimentação, cuidado, clemência e misericórdia. “[...] Invocada mãe por excelência, Mãe de Deus, Mãe de Misericórdia, Mãe do Consolo Divino, Nossa Mãe”. (JOHNSON, 1995, p. 55).

Durante a alta Idade Média, a mulher foi duramente massacrada, certamente, foi o período de maior discriminação. O pensamento clerical, fundamentado nos ‘santos padres’, foi marcado pela misoginia. A mulher foi associada à figura de Eva, que corrompe e instiga a maldade. “[...] Foi pela mulher que começou o pecado, por sua culpa todos morremos”. (COYLE, 1999, p. 120).

A veneração à Maria era a repulsa ao corpo e à exposição da mulher ao público, à mulher era reservado o espaço privado, o doméstico, à reclusão. À Igreja era-lhes reservado apenas o direito da oração, negando-lhe o direito a pregar e governar. Mulheres como Maria Madalena e Joana D`arc não eram exemplos a serem seguidos. (FIORENZA, 1995).

O poder da sociedade medieval estava nas mãos da Igreja Católica, com suas ordens religiosas, regras e normas, sempre excludentes e rígidas. O que dizer então da inquisição? Período de exacerbação da perseguição à figura feminina e à heresia de bruxaria. Muraro (2000), em sua análise do *Malleus Maleficarum*, (Martelo das bruxas) o famoso manual de diagnóstico das bruxas publicado no século XV, aponta que a inquisição foi uma tentativa da Igreja Católica manter-se no poder, diante do desenvolvimento da sociedade burguesa, que se fortalecia na crise econômica e política que desestruturava o sistema feudal.

Ou seja, a sociedade passava por uma transição social: o mercantilismo, formação dos Estados Nacionais, restauração do Direito Romano. E a Igreja Católica, com sua rigidez, estava abalada, a inquisição foi uma tentativa de afirmação e restabelecimento do poder, este essencialmente masculino. Freire e Sobrinho (2006) buscam compreender o porquê das mulheres serem o principal alvo da inquisição

Embora seja difícil recuperar traços de resistência por parte da mulher, devido ao silêncio que envolve todo esse fenômeno, poder-se-ia supor que a busca, pela mulher, de outras formas de conhecimento causou todo o ódio masculino. O que fez ser

castigada por toda sua atuação e considerados ‘bruxarias’. Toda essa repressão contra a mulher está contida, manifestada na obra de *Malleus Maleficarum* [...] (FREIRE.e SOBRINHO, 2006, p. 54).

A partir da análise do contexto do período, apreende-se que a caça às bruxas se deu por medo das mudanças que estavam ocorrendo, a mulher representava, naquele momento, a própria sociedade, que estava buscando uma nova maneira de organização social, contrária ao desejo da Igreja que era de manter a velha forma.

É interessante pensar que, mais uma vez, as repressões vêm acompanhadas e respaldadas por figuras e personagens femininos que justificasse a posição da Igreja em coibir a atuação da mulher na sociedade. Eva, personagem bíblica que leva o homem ao pecado, é constantemente recorrida, estigmatizando a mulher e incitando o ódio.

Isto posto, pode-se afirmar que a resistência se fazia de ambos os lados, pois a Igreja resistia em reconhecer a mulher, enquanto sujeito social. Uma herança do patriarcado, ou seja, uma sociedade humana guiada por homens, tornando a mulher em um ser inferior. Assim, a ação feminina se faz nas brechas. Destinadas ao espaço privado, é nele que as mulheres se manifestam e buscam o conhecimento do mundo. Fazer o parto, cuidar da criança, do idoso, certamente instigou a mulher na busca por saberes medicinais. Uma afronta aos homens, visto que a eles cabiam o conhecimento científico, como a medicina, por exemplo.

A inquisição foi à expressão mais cruel de condenar e massacrar a mulher, assim, Muraro (2000), aponta que mais de 100 mil mulheres foram queimadas vivas. Mas, a Igreja não foi a única instituição de repressão na Idade Média, as classes ‘superiores’, como os intelectuais e humanistas, também contribuíram para a inferiorização da mulher.

Vale ressaltar que nem mesmo as transformações advindas dos novos ideais da Idade Moderna instigou a liberdade feminina, o que se percebe são novas maneiras de repressão. A Igreja Católica continua com a mesma visão de submissão da mulher. O Concílio de Trento (1545-1563) reafirma a reclusão feminina, os trabalhos das religiosas deveriam ser feitos em conventos e não nas ruas em contato com a sociedade.

Este mesmo contexto estava presente no Brasil, onde a participação das mulheres na Igreja, não foi diferente. Mesmo tendo um catolicismo ‘popular’¹ sua atuação estava reservada à participação aos cuidados da Igreja, ou se recluser em conventos e casas de recolhimentos. É importante ressaltar que essas ‘casas’ recolhiam as mulheres, sem a obrigatoriedade dos votos (AZZI, 1994). Não

¹ A ausência de sacerdotes e a distância da Cúria Romana fez desenvolver um sincretismo religioso, com influências católicas romanas e de outras religiões, como a indígena e africana, gerando um Catolicismo Brasileiro, que foi denominado de ‘popular’.

seria esta, uma maneira de controlar o comportamento das mulheres que não seguiam a vida religiosa? Assim, regulamentavam o casamento e sufocava a rebeldia feminina, mantendo-as submissa.

Todavia, no final do século XIX, é possível visualizar uma inovação no papel da mulher na Igreja Católica e sua atuação no trabalho e na cidade. Muitas congregações religiosas foram surgindo no Brasil, certamente, um dos fatores que contribuiu para tal crescimento, foi o abandono do Império e depois do Estado para com a classe mais pobres. Essas congregações atuavam na catequese, na imprensa, nas missões, na educação e na ação social.

A Santa Sé² reconheceu que era preciso rever o papel da mulher diante do novo contexto:

[...] a importância global da ação capilar por elas exercidas em todos os domínios do apostolado, mas também a necessidade de adaptar o antigo direito das religiosas, baseado numa reclusão muito rígida, às condições inteiramente novas da sociedade do século XIX [...] (AUBERT, 1975, p. 113).

Sem dúvida, as congregações femininas permitiram certo reconhecimento do papel da mulher na sociedade humana, porém é notável que a atuação da mulher nada mais era do que a extensão do privado, ou seja, a atuação na área da saúde e da educação era a continuidade do trabalho doméstico, não havendo, portanto um rompimento com a concepção andocêntrica.

Durante todo século XIX as congregações femininas se espalharam pelo Brasil e no início do século XX chega à cidade de Catalão (GO). Nesse contexto, Paim (1995) informa que em 1921, as Irmãs Agostinianas Missionárias, fundaram o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, que até os dias atuais é dirigido por Elas. O referido Colégio, com seu modelo de educação rígida e com especial controle disciplinar, formava jovens mulheres com ênfase no aspecto doutrinário e sacramental, ou seja, diferente do modelo de catolicismo aqui predominante, que era o ‘popular’. Catalão (GO) participou da importação de idéias e comportamentos religiosos europeus, o que pode ser constatado com a instalação do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus para atender ao apelo das famílias mais abastadas, preocupadas com a formação de suas filhas, como ressalta Paim “[...] as famílias Fayad, Safatle, Sebba, se empenharam para trazer as madres agostinianas da Espanha [...]” (PAIM 1995, p. 7).

O Brasil sempre foi um receptor da cultura europeia, na religião não foi diferente. Desde o Império estreitou suas ligações com Roma, isso se deve ao processo de Romanização³, que é um exemplo claro da negação da realidade

² É a jurisdição eclesiástica do Papa e forma o “governo central” da Igreja.

³ No final do segundo reinado, surgiu no Brasil um movimento dirigido pela hierarquia eclesiástica, cujo objetivo era colocar não só o Brasil, mas também o mundo sobre a direção da Santa Sé- que é o mesmo que Igreja de Roma.

brasileira e uma valorização do modelo europeu, especialmente da Igreja de Roma.

Assim, o Brasil se dinamizava, as cidades cresciam e queriam seguir o progresso a qualquer custo, as transformações do século XIX juntamente com as consequências da exploração do capitalismo atingiram toda a sociedade, em meio a tudo isso estava a mulher e sua ação. Qual seria então o papel da mulher nessa sociedade moderna, urbana, mas com traços fortemente rurais?

A mulher continuava a ocupar um lugar distinto do homem; enquanto este tinha livre acesso ao espaço público e privado, a mulher estava restrita à vida privada. Porém, a sociedade brasileira, nas primeiras décadas do século XX, exigia mais dinamização do gênero feminino, o que não significa uma mudança de comportamento; e sim a participação feminina no espaço público com as mesmas características da função da mulher no espaço privado. Uma vez que, o espaço público era restrito, dimensionado para a participação da mulher na sociedade.

Dessa maneira, a educação sistematizada não deveria mais estar tão distante das mulheres. Certamente, ser professora era a profissão que aparentemente não confrontava com o casamento e com os ‘deveres femininos’. Segundo Louro (2000), aos poucos as mulheres brasileiras se inseriam no meio letrado, que antes estava, prioritariamente, reservado aos homens:

[...] as escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas, depois muitas, por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo se faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras [...] (LOURO, 2000, p. 454)

A inserção da mulher na vida ativa da sociedade acontecia sem grandes rupturas, mesmo porque a sociedade brasileira, como demonstrada, também seguia o modelo patriarcal. O homem era figura central, tudo girava em torno do masculino. A economia, a política e a religião eram administradas pelos homens. Este modelo refletia até mesmo no planejamento das cidades, que segregava e ainda segregava a mulher. Como aponta Rosa Tello (2009):

[...] sin embargo, para las políticas urbanas el espacio cotidiano, como las mujeres, es invisible, porque, al ser ‘a privación de lo privado’, es decir, al ser continuación del espacio doméstico, ‘es como si no existiera [...]’ (TELLO; RINCÓN, 2009, p. 47).

A cultura ocidental não reconhece a especificidade dos gêneros, e até o espaço urbano reflete a homogeneização e a segregação. A cidade é pensada a partir de um planejamento urbano normatizador, racional, vinculado ao masculino.

A maneira que a mulher encontrou para ser atuante na sociedade, na primeira metade do século XX, em uma cidade do interior de Goiás, foi à extensão do privado, ou seja, através da educação, saúde e obras sociais.

Educação e religião são aliadas para a ‘preparação’ da nova mulher exigida pelo progresso. Percebe-se que o papel da mulher não foi repensado e sim moldado ao atual contexto, que não trazia novas concepções, mas sim uma restauração do modelo preexistente.

A Igreja Católica sabia que era preciso seguir a nova sociedade, mas de maneira a restaurar e não renovar, como ressalta Azzi (1994, p. 22) “[...] Em outras palavras, restaurar é restabelecer em perfeita forma o modelo antigo [...]”. Para a Igreja, seguir ao progresso era colocar as pessoas na prática sacramental: batizar, confessar e casar.

Especificamente no Estado de Goiás, o Catolicismo de caráter popular e devocional era e ainda é presente. Como exemplo se têm a realização de festas em louvores a santos, como a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, realizada em Catalão, sendo área de pesquisa do estudo em questão. Para a Igreja Católica, o catolicismo popular apresentava uma ameaça ao modelo romanista.

Em 1943, um grupo de franciscanos veio dos Estados Unidos, atendendo ao convite de D. Emanuel Gomes de Oliveira, Arcebispo de Goiás, para desenvolver apostolado junto às populações Goianas. O trabalho desenvolvido pelos franciscanos teve a colaboração das professoras, recém-formadas no Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus. (WISE, 1989).

A primeira comunidade franciscana foi estabelecida, em Anápolis, no ano de 1944, com os Freis Paulo, Jaime e Damião. (WISE, 1989). No mesmo ano, para a Paróquia de Catalão, vieram Frei João Francisco Granahan – como superior e vigário, e Freis Cristóvão e Gabriel.

Os franciscanos deram às normalistas do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus a oportunidade de prática da formação profissional e religiosa que receberam, pois a formação como normalista, não era apenas uma preocupação com o letramento, mas também e tão importante quanto, estava à evangelização através da catequese, que foi, a arma mais poderosa usada pela Igreja para a expansão de seus princípios, pela busca de novos fiéis, e pelo controle do papel da mulher na sociedade.

Igreja e Estado estavam juntos no processo de ‘letramento’, mesmo o Estado sendo laico, desde a instituição da República. Nota-se também que a mulher

foi um eixo fundamental nesta parceria, pois atuava nos dois comandos sem maiores questionamentos, cumprindo seu dever de trabalhadora cristã católica, contribuindo, dessa maneira, para o desenvolvimento da sociedade humana, pois a normalista atendia os espaços deixados à parte pelo Estado e pela religião. A professora atuava na educação (letramento) e ainda levava os princípios morais e religiosos para a sociedade.

A normalista, em Catalão, exercia o ofício de educadora pela fé, sua preocupação era com a disseminação do catolicismo romano, a partir da educação. Toda essa preocupação e dedicação se fizeram pelo fato de Catalão apresentar, naquele período, um forte catolicismo popular. Não somente em Catalão, mas Goiás como todo. Wyse (1989), ao descrever o contexto no qual os franciscanos foram convidados a virem para Goiás, salienta a pouca participação da Igreja principalmente no interior Goiano.

O Brasil desenvolveu um catolicismo próprio, oriundo do contato que os jesuítas e colonos estabeleceram com os índios. Chauí (2001) aponta que a religiosidade popular no Brasil atingiu de forma distinta o meio rural e o meio urbano. O catolicismo rural apresentava uma herança do padroado, uma noção de cristandade pautada na relação de confiança e troca, essas relações ganhavam força com a ausência dos representantes oficiais da Igreja.

Todo esse contexto incentivou os leigos ao desenvolvimento religioso de suas comunidades, por intermédio da formação de irmandades, festas em louvor a santos e romarias. Catalão, mesmo como referência de desenvolvimento urbano no início do século XX, como aponta Palacín (1994), apresentava fortes traços de um catolicismo popular rural.

A Igreja interviu, colocando a mulher como intermediária do processo. Educar implica em ensinar conceitos e detalhá-los, e a religião é uma maneira de difundir e estipular regras a serem seguidas, podendo até entrar no campo científico, nutricional, filosófico, e, sobretudo, comportamental, dependendo da religião. Por isso existem escolas religiosas Judaicas, Católicas, Islâmicas, entre outras agremiações religiosas, para que as crianças desde tenra idade possam inculcar os preceitos da religião e viver segundo os mesmos.

Uma sociedade se constitui a partir das regras que são impostas aos indivíduos, condicionando seus comportamentos, que podem ser concordantes ao modelo estabelecido, ou contrários a ele. Mesmo porque, são a partir das regras, que se escolhem os comportamentos a serem seguidos.

Vale ressaltar que religião e educação se interligam, basicamente, pelo fato de unirem esforços em torno da ética, da moral e da disciplina. Valores esses que absorvidos pelo indivíduo e dão a sociedade um estereótipo mais homogêneo, que é o que interessa à religião e a sociedade. Mas as coerções geram resistências

e estas se apresentam dentro do contexto coercitivo, assim as mulheres mudam comportamentos agindo através do que estão condicionadas.

No decorrer do século XX, a Igreja Católica preocupa-se mais com as questões sociais, em especial a América Latina, que sempre teve maior contingente católico. Wise (1994) destaca que no Brasil a Igreja passou por grandes transformações desde que o catolicismo deixou de ser a religião oficial, com o advento da Proclamação da República em 1889, decorrente ainda de movimentos messiânicos, falta de sacerdotes e o crescimento de outras religiões, contribuíram para a restauração (como já mencionando). Assim, há um envolvimento maior por parte da Igreja Católica com o cotidiano de seus fiéis, estando mais presentes aos seus problemas econômicos e sociais. Foi neste contexto que surgiu a ‘Teologia da Libertação’, um movimento pastoral que envolve os membros da Igreja com as questões sociais. Este movimento tem grande participação feminina, dando sequência a novas perspectivas à mulher no contexto da Igreja.

2. A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E AS NOVAS PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO À MULHER E A IGREJA CATÓLICA

A sociedade humana se constitui através do movimento dos sujeitos que a compõem, e as transformações acontecem a partir dos questionamentos e resistências ao que está estabelecido, seja na economia, cultura, política e/ou religião. Assim, a relação mulher e Igreja Católica ganhou nova moldagem a partir de meados do século XX, certamente com influência do movimento feminista e da Teologia da Libertação.

A gênese da Teologia da Libertação está no fervoroso ano de 1950, quando as teorias marxistas, com ênfase na redistribuição de riquezas, invadiram a América do Sul com seus milhares de pobres relegados à exclusão e sofrimento. Como o discurso da Igreja Católica sempre foi de apoio aos menos favorecidos, e uma Teologia tem suas raízes na religião, a Teologia da Libertação se caracterizou no Catolicismo Romano, mas seus ideais, ao longo do tempo, alcançaram outras religiões.

O termo *Teologia da Libertação* foi criado pelo teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, em 1971, e sua centralidade está no pobre. No Brasil o expoente desta teologia é Genézio Darci Boff, mais conhecido pelo pseudônimo *Leonardo Boff* (2009). Assim, é Boff (2009) que o estudo recorre para se conhecer o cerne da Teologia da Libertação

[...] o punctum stantis et cadentis da Teologia da Libertação é o pobre concreto, suas opressões, a degradação de suas vidas e os padecimentos sem conta que sofre. Sem o pobre e o oprimido não há Teologia da Libertação. Toda opressão clama por uma libertação. [...]A Teologia da Libertação partiu diretamente dos pobres materiais, das classes oprimidas, dos povos desprezados como os indígenas, negros marginalizados, mulheres submetidas ao machismo, das religiões difamadas e outros portadores de estigmas sociais.(BOFF, 2011 n/p ⁴)

O caminho para a superação das desigualdades está respaldado na Teologia da Libertação, por uma nova forma de interpretação dos textos bíblicos. E a mulher se insere neste contexto, a Teologia da Libertação abre um espaço para maior participação feminina, através de sua participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) ⁵. No momento em que surge as mulheres são convidadas a assumirem atividades eclesiais. A leitura da Bíblia é confrontada com os problemas do cotidiano, a celebração coordenada por mulheres, em lugar da missa. O que para Azzi (1977) é uma relativa autonomia.

O avanço não está apenas no âmbito da religião, a prática libertadora desperta e aguça o olhar para a mulher, atingindo outras áreas da sociedade, inclusive o meio científico. Trabalhos voltados para o papel da mulher na religião tornaram-se concretos a partir de pesquisas realizadas por teólogas da libertação, em busca do reconhecimento da ação feminina desde as comunidades primitivas. O que permitiu indagações sobre o que estava exposto até o momento, apresentando uma nova visão da participação feminina que é integradora e construtora da realidade cristã e social.

A Teologia da Libertação foi um novo caminho para que as mulheres buscassem um espaço menos discrepante na Igreja em relação aos homens, e por consequência trouxe também mais visibilidade de suas ações sociais. A participação nas Comunidades Eclesiais de Base possibilitou um resgate histórico e outras interpretações bíblicas, o que foi um grande avanço para as reflexões teológicas feministas. Os reflexos desta interpretação crítica atingem a sociedade até os dias atuais. Estudos como este, são possíveis a partir de teólogas da linha do feminismo de libertação.

É importante ressaltar que, mesmo com maior ação e liderança feminina nas comunidades, há muito que transformar para o reconhecimento efetivo do

⁴ <http://leonardoboff.wordpress.com/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao>

⁵ São comunidades com objetivo de aproximar a Igreja à realidade dos fiéis, através da hermenêuticabuscam a interpretação da bíblia associada à realidade do momento. Surgiu com o respaldo do Concílio do Vaticano II (1962 a 1965), com apoio da Teologia da Libertação e das Conferências católicas de Medellín (1968) e Puebla (1979). Não por coincidência a ênfase aos pobres e excluídos foi o caráter principal das Conferências, pois a América Latina vivia as consequências das ditaduras, da repressão e do abandono político e social. As CEB's possibilitou maior aproximação do povo às propostas de melhorias sociais e políticas. AZZI, Riolando. A Igreja Católica no Brasil no período de 1950 a 1975. Religião e Sociedade, nº 2, nov. Rio de Janeiro : ISER, 1977.

papel da mulher, pois mesmo sendo explícita sua participação, infelizmente seu discipulado ainda não é reconhecido pela hierarquia clerical.

As transformações na Igreja, desencadeadas a partir de 1950, foram significantes em relação à mulher, todavia, é necessário salientar que a participação feminina na Igreja e na sociedade sempre existiu de maneira incisiva, Gebara (1990) chama atenção, que estas transformações trouxeram a maior possibilidade de se conhecer a realidade da mulher na história:

[...] a emergência das mulheres nas sociedades e na Igreja não significa a entrada delas na história. Elas sempre estiveram presentes. Trata-se da irrupção de uma nova consciência das causas históricas da marginalização feminina, uma nova consciência que nasce de práticas concretas, leva a uma ação transformadora e a uma mudança na compreensão do ser mulher (GEBARA, 1990, p. 12).

Dessa maneira, à medida que as mulheres cristãs adentraram os movimentos sociais contra a pobreza e a favor da luta por melhores condições de vida, elas também tiveram aproximação dos movimentos feministas, que possibilitaram maior conhecimento das questões de gênero:

Os ganhos foram inegáveis, todavia, fica claro que a Igreja Católica continua mantendo a mulher fora dos espaços de decisão, sendo este destinado ao homem, reafirmando assim o patriarcado.

Na religião, a submissão feminina é menos questionada, o clero, da Igreja Católica, que surgiu ainda na Idade Média, continua formado apenas por homens. É no alto clero que surgem as decisões que direcionam o comportamento de homens e mulheres na Igreja Católica. Dessa maneira, afirma-se que na Igreja, a atuação feminina ainda é predominante nos bastidores, ou seja está associada papel doméstico o que reforça a reprodução de um modelo de dominação masculina, a dominação dos ou padres.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de gênero, sempre estiveram presentes na sociedade humana, mas com significações diferentes de acordo com o contexto histórico, e é assim que a humanidade caminha, circunstancialmente pelas ações sociais, econômicas, religiosas e culturais, formando, assim, o espaço vivido. Sendo este ocupado por sujeitos que fazem parte do movimento social e das diversas dimensões que ocupam dentro de uma ordem estabelecida.

As análises mostram que o enfrentamento feminino à ação do patriarcado ocorre de maneira mais discreta onde a Igreja Católica tem uma presença maior, ao passo que onde o poder da Igreja é mais contestado e enfrentado, muda também a atuação feminina, A territorialização feminina na Igreja se constitui no elo entre Igreja e sociedade, sendo que a mulher continua destinada ao cuidar. Mesmo em constante contato com a realidade social, ela não tem uma participação nas decisões. A distância entre apresentar a realidade e apontar intervenções, ainda é grande.

WOMEN IN CATHOLIC CHURCH: historical persistence of patriarchy

Abstract

This study wants to understand how constituted the role of women in the Catholic Church, since the primitive church until the movement of liberation theology, from gender relations and through the patriarchy, which was institutionalized in society, reaching the religions. The analyzes show that women confront to the patriarchy inaction occurs in a more discreet manner, where the catholic church has a greater presence, while, where the power of the Church is more challenged and confronted, changes the female engagement, the female in the territorial Church constitutes the link between church and society, wherein the woman continues on caring. Even in constant contact with a social reality, she does not have a participation in the decisions. The distance between to show the reality and to point interventions is still substantial.

Keywords: Women. Christianity. Patriarchate

REFERÊNCIAS

- AUBERT, R. **A Igreja o Liberalismo e o Mundo Moderno**. Petrópolis: Vozes, 1975. (Coleção Nova História da Igreja. Volume V. Tomo 1).
- AZZI, R. A Igreja Católica no Brasil no período de 1950 a 1975. In: **Religião e Sociedade**, nº 2, nov. Rio de Janeiro: ISER, 1977.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CAMPOS, M. das D. **Catalão: estudo histórico e geográfico**. Goiânia: Tipografia e Editora Bandeirante, 1976.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.
- COYLE, K. **Maria Na Tradição Cristã. a partir de uma perspectiva contemporânea**. Tradução de Bárbara T. Lambert. São Paulo: Paulus, 1999. (Coleção Teologia Sistemática).
- DEL PRIORI, M. (Org.). **História das Mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.
- FIORENZA, E. S. **Discipulado de Iguais. uma eklesialogia feminista crítica da libertação**. Tradução de Yolanda S. Toledo. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. **As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1992.
- FOUCAULT, M. A governabilidade. In: **Microfísica do Poder**. 18 ed. São Paulo: Graal, 1979. p. 277-293.
- FREIRE, M. S.; SOBRINHO, V. P. A figura feminina no contexto da inquisição. In: **Educere et Educare**. Cascavel: Unioeste, 2006. Vol. I nº 1 jan/jun. 2006. P. 53 a 58.
- GEBARA, I. A mulher faz teologia. In: BINGEMER, M. C. et. al. **O rosto feminino da teologia**. Aparecida do Norte: Santuário, 1990.
- JOHNSON, E. A. **Aquela que É**. O mistério de Deus no trabalho teológico feminino. Tradução de Aflilio Brunetta. Petrópolis, Vozes, 1995.
- LOPES, M.. J. M. et all (Org.) **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- LOURO, G.; DEL PRIORI, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- MURARO, R.. M.. **Textos da fogueira**. Brasília: Letrativa, 2000.
- SAFFIOTI, H. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2002, (do original) Joan Scott — Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. In: www.dhnet.org.br/textos/generodh/gencategoria.html. Acesso em março de 2014.
- TELLO, R.; RINCÓN, S. P. Inclusión y exclusión de las mujeres em las políticas y prácticas de renovación urbana. In: TELLO- QUIRÓZ. **Ciudad y diferencia**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2009.
- WYSE, A. O. F. M. **No Coração do Brasil, Custódia do Santíssimo Nome de Jesus em Goiás**. Anápolis: Editora, 1989.